



Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

O Semiárido e a Convivência, Elites, Atores
e Organizações Sociais no Campo.

ISSN IMPRESSO 0102-552X

ISSN ELETRÔNICO 2358-8705

v.38. nº2, jul-dez 2018

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU - 33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

v.38, n.2, jul-dez /2018

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Roberto de Sousa Miranda - robertosmiranda@yahoo.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UFCG) *Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UFCG) * Bernard Roux (INRA/Paris) * Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves (UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UFCG) * Gian Mário Giuliani (UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UFCG) * Josefa Salette Barbosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFCG) *Leonilde Sêrvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva (UFCG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de Soler (UFCG) *Olívio Alberto Teixeira (UFSM) *Paolas Cappelini Giuliani (UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG) *Régina Célia Reys Novais (UFRJ) *Robério Ferreira dos Santos (UFCG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFCG) *Sônia Maria Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Wedsley Oliveira de Melo (INSA)

REITOR:

Vicemário Simões

VICE-REITOR:

Camilo Allyson Simões de Farias

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETOR:

Luciênio de Macêdo Teixeira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADOR:

Mário Henrique Guedes Ladosky

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFCG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.38, n.1, jan-jun /2018 -Dossiê Políticas Públicas e Agricultura Familiar; (Re)pecuarização, Juventude Rural e Trabalho na Agropecuária.- Campina Grande: UFCG/PPGCS, 1982 -.

v.

Semestral

Resumos em *português*, *abstracts in English*

ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDD 330

CDU 338-43 (05)



Raízes

v.38, n.2, jul-dez/2018

EDITORIAL

V.38 n. 2 – julho/dezembro – 2018

O corpo editorial da Revista Raízes tem o prazer de apresentar mais um número aos leitores. Este número 2, do volume 38, que fecha o ano de 2018, traz 9 artigos de autores de diferentes regiões do país. Este conjunto de trabalhos reflete o esforço de apreender múltiplas dimensões do mundo rural brasileiro, num momento marcado por grandes incertezas quanto à continuidade de projetos e políticas públicas que promoveram profundas transformações em diferentes territórios rurais no Brasil.

Este número abre com três artigos sobre o Semiárido nordestino e os desafios políticos e sociais em torno da ideia de “convivência”. O trabalho de Valdênio Meneses, “O semiárido do ‘patriarca’: narrativas biográficas na elite pecuarista do Cariri paraibano” aborda a mobilização, por frações da elite de grandes proprietários rurais na Paraíba, do patrimônio material e simbólico associado a suas fazendas como estratégia de reposicionamento social, indicando um futuro com raízes fincadas no passado.

O artigo de Shana Sampaio Sieber e Ramonildes Alves Gomes, “Políticas e negociações’ nos trilhos da convivência com o semiárido”, analisa a implementação do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada, em Pernambuco. As autoras problematizam as relações entre sociedade civil e estado no quadro de um projeto político que se apresenta como inovador. Já em “Combater a seca ou conviver com o Semiárido? Fóruns e arenas de políticas públicas no semiárido brasileiro”, Lucas Oliveira do Amorim e Cátia Grisa reconstituem o histórico de intervenção do estado nesta região, a partir do recurso analítico às noções de fóruns e arenas de políticas públicas.

Mayrá Silva Lima, em seu artigo “A elite ruralista no parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural”, apresenta uma análise das principais características da bancada ruralista na Câmara dos Deputados e sua atuação como elite política.

No trabalho “Des(a)fiando memórias: a construção do espaço social da reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas”, Patrícia Alves Ramiro e Olívia Alves Almeida, integrando técnicas da história oral à temática de gênero, partem das memórias sobre as histórias de um dos primeiros assentamentos de reforma agrária do Estado de São Paulo, para resgatarem o protagonismo feminino nas lutas sociais pelo direito à terra. Neste mesmo campo temático, Yamira Barbosa e Débora Lerrer, em “Organização, trabalho e cuidado: uma trajetória de mulheres camponesas no Oeste de Santa Catarina”, analisam em seu artigo as trajetórias das mulheres que fundaram o Movimento de Mulheres

Raízes

v.38, n.2, jul-dez/2018

Camponesas na década de 1980. As autoras ressaltam como a noção de “cuidado” associa-se a processos de reconhecimento social destas trabalhadoras rurais e de acesso a direitos.

Edna Lopes Miranda e Ana Louise de Carvalho Fiúza, no artigo “as práticas das organizações coletivas do campo em Espera Feliz, Minas Gerais”, abordam as práticas participativas instituídas na esfera da vida cotidiana adotadas entre agricultores familiares ligados a movimentos sociais e sindicatos. O trabalho de Danilo Moreira dos Santos, Nilton de Almeida Araújo e Helder Ribeiro Freitas, “Representações sociais sobre a extensão rural no contexto da comunidade remanescente de quilombo Nova Jatobá, Curaçá-Ba”, reflete sobre representações de práticas extensionistas e identidade étnica tanto entre extensionistas quanto quilombolas.

Encerrando este número, no artigo “Condicionantes e diversidade de estratégias entre agricultores familiares no Noroeste do Rio Grande do Sul”, Francis Casagrande Zanella, Ewerton José de Medeiros Torres e Andrés Leonardo Becerra Bonza analisam sistemas produtivos e estratégias de reprodução social entre agricultores familiares do município Derrubadas, território em que estes agricultores ocupam um espaço marginal diante da agricultura patronal.

Boa leitura.

SUMÁRIO

O SEMIÁRIDO DO “PATRIARCA”: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS NA ELITE PECUARISTA DO CARIRI PARAIBANO	07
Valdênio Meneses	
“POLÍTICA E NEGOCIAÇÕES” NOS TRILHOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	23
Shana Sampaio Sieber e Ramonildes Alves Gomes	
COMBATER A SECA OU CONVIVER COM O SEMIÁRIDO? FÓRUNS E ARENAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	43
Lucas Oliveira do Amorim e Catia Grisa	
A ELITE RURALISTA NO PARLAMENTO: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA BANCADA QUE REPRESENTA A CLASSE PROPRIETÁRIA RURAL	58
Mayrá Silva Lima	
DES(A)FIANDO MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DA REFORMA AGRÁRIA SOB A ÓTICA DE MULHERES ASSENTADAS	73
Patrícia Alves Ramiro e Olívia Alves de Almeida	
ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E CUIDADO: UMA TRAJETÓRIA DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA CATARINA	88
Yamira R. S. Barbosa e Débora F. Lerrer	
AS PRÁTICAS DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO EM ESPERA FELIZ/MINAS GERAIS	102
Edna Lopes Miranda e Ana Louise de Carvalho Fiúza	
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO CONTEXTO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO NOVA JATOBÁ, CURAÇÁ-BA	118
Danilo Moreira dos Santos, Nilton de Almeida Araújo e Helder Ribeiro Freitas	
CONDICIONANTES E DIVERSIDADE DE ESTRATÉGIAS ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	143
Francis Casagrande Zanella, Ewerton José de Medeiros Torres e Andrés Leonardo Becerra Bonza	

O SEMIARIDO DO “PATRIARCA”: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS NA ELITE PECUARISTA DO CARIRI PARAIBANO¹

Valdênio Meneses²

RESUMO

O artigo trata de estratégias que frações elites pecuaristas da região do Cariri da Paraíba direcionam junto ao patrimônio material e simbólico das suas fazendas. Em consulta a um acervo de livros de memória e genealogias, além de entrevistas, proponho evidenciar uma narrativa biográfica que circula entre famílias detentoras de centenárias propriedades do Cariri: a exaltação da figura de “patriarcas”, representantes vivos mais longevos de um sobrenome familiar e acadêmicos respeitados, principalmente pelo conhecimento acerca do fenômeno das secas. A partir de uma literatura sociológica sobre elites e suas estratégias de reconversões sociais proponho, ao final, um debate de como a construção dessas biografias demanda uma revisita ao tema da relação política da grande propriedade da terra no semiárido nordestino.

Palavras-chave: Elites Pecuaristas; Família; Reconversões Sociais.

BIOGRAPHICAL NARRATIVES BETWEEN BREEDER ELITES OF NORTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

This paper analyses how breeder elites at the region of Cariri (Brazil, Northeast) builds some family distinction attached to a social perception of the droughts. In the books of biographies and genealogies, these elites express some values of social distinction. One of them is the biographical presentation of the “patriarchs”: as the oldest living member of the family this type of “patriarch” is also respected for knowledge about the drought and breeder of the cattle and goats. At this point, the approach of elites and social reconversions shows some relations between family values (social distinction, rural identity etc.) and the political struggle to impose a social classification of the natural phenomenon of the droughts.

Key words: Breeder Elites; Family; Social Reconversions; Drought.

¹Uma primeira versão desse artigo foi debatida durante o III Encontro de Ciências Sociais da UFCG, realizado em Campina Grande, de 28 a 30 de novembro de 2018.

²Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Professor do departamento de Direito da UNINASSAU Campina Grande

INTRODUÇÃO

Nos últimos quinze anos, houve a publicação de vários livros de biografias e genealogias feitos por descendentes de famílias de grandes proprietários rurais do Cariri da Paraíba – fração de uma elite pecuarista dominante na vida social e política de boa parte do interior do Nordeste em quase todo século XX. Também fazendas centenárias que foram centros de produção e comercialização de algodão e da pecuária se tornaram espaços não só voltados para temporadas de férias, mas, também, sede de museus, memoriais e arquivos de família, inaugurados e celebrados em confraternizações periódicas entre parentes.

Atento a esses processos, esse artigo é fruto de um trabalho de pesquisa de doutorado³ feita entre 2015-2017 e que teve seu lócus empírico entre as famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista, proprietárias das centenárias fazendas Carnaúba, em Taperoá- PB, e Capitação-Mor, na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro. Nos limites da discussão aqui proposta, analiso os dados sociológicos que indicam padrões na construção biográfica de duas pessoas dessas famílias, os Srs. Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho. A escolha dessas biografias teve critério guiado pela alta posição hierárquica que ambos ocupam em seus grupos familiares: enquanto representantes vivos mais longevos do sobrenome da família e, por isso, reconhecidos como “patriarcas” e guardiães da história das fazendas da família.

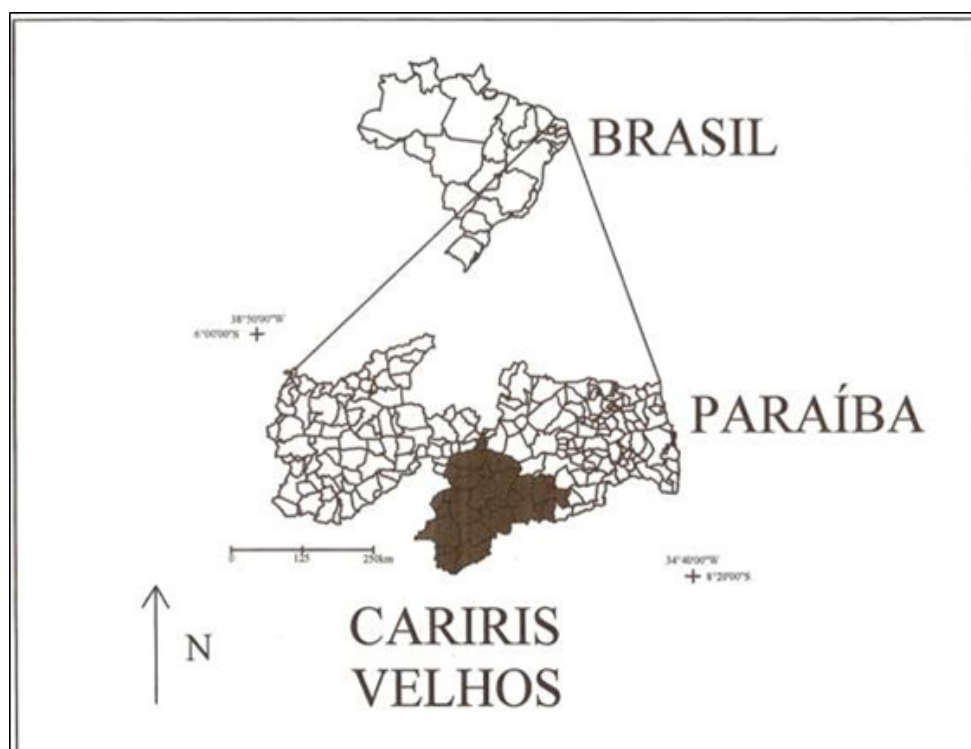
O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira parte, há uma reflexão teórica e metodológica acerca de como a pesquisa enveredou no mundo social da elite rural do Cariri Paraibano, que tem seus símbolos de memória e distinção social. Apresento os livros e genealogias das famílias que foram usados como fontes. Tento também esclarecer ao leitor a produção de dados e evidências feita através de observações e entrevistas no momento das festas de confraternização das fazendas. Além de dimensionar as possibilidades de biografia e memória, essa nota metodológica e teórica faz um breve debate e revisão sobre as especificidades das elites sociais enquanto objeto de estudo sociológico. Na segunda e terceira partes, detulho a construção das duas biografias, dedicando uma seção para Manuel Dantas Vilar Filho e outra para Malaquias Batista Filho. Guardadas as especificidades de cada narrativa, há pontos em que a reconstrução biográfica dos “patriarcas” indica sentidos e valores sociais que uma elite expressa. Temos, então, alguns caminhos para articular trajetórias individuais e as estratégias sociais, notando as percepções de uma elite rural que, sob risco de desclassificação social, adota novas formas de gestão de seus patrimônios econômicos e, principalmente, simbólicos. Na quarta e última parte, refletindo a partir do recorte de casos aqui estudados, faço as considerações finais buscando delinear e revisitar uma agenda de pesquisa sobre o tema da relação entre elites e secas no Nordeste.

1. O MUNDO DA ELITE PECUARISTA DO CARIRI PARAIBANO: NOTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A região do Cariri Paraibano – também chamada de “Sertão dos Cariris Velhos” entre os pecuaristas – está localizada na fronteira sul entre Paraíba e Pernambuco, sendo uma das regiões mais secas e de menor índice pluviométrico do Brasil.

³A tese se chama “Saudade e Rusticidade: estratégias de reconversões sociais e sentido da convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano.” Uma versão completa (junto aos anexos) pode ser visualizada no link <https://drive.google.com/open?id=1vApk-_QmMelBcohVhsHtoKD7NGxZrvM8>

Mapa 1: Cariri Paraibano ou “Sertão dos Cariris Velhos”



Fonte: (Souza et al., 2010).

Representativa das condições climáticas do semiárido, o Cariri paraibano tem passado nos últimos trinta anos por dinâmicas sociais que transformaram o interior do Nordeste brasileiro: mudanças na estrutura fundiária, nos fluxos populacionais entre cidade e campo, nos padrões da pobreza rural e dos tipos de políticas voltadas para esses problemas.

No limite da proposta do artigo vamos enfatizar em como essas mudanças incidiram para além da economia, alcançando uma ordem social e política que girava em torno de grandes fazendas pecuaristas e algodoeiras - tipos⁴ próximos ao das fazendas Carnaúba e Capitão-Mor. Essa ordem social que organizava a economia, o trabalho e principalmente hierarquias da fazenda pecuarista no Cariri reproduzia certo padrão de outros locais de forte concentração fundiária no Brasil. Trata-se do consórcio de uma produção para exportação – algodão, café, frutas, cana de açúcar etc. – e vínculos entre a criação de gado e relações de trabalho que recrutavam famílias de agricultores, sitiantes, posseiros, indígenas, ex-escravos negros e homens pobres livres; em suma, grupos identificados como um grupo difuso, que por vezes foi agregado no conceito de um campesinato que circulava, “além da casa-grande e da senzala” (Forman, 1974), nos limites das relações de escravidão da plantation e das grandes fazendas, tendo restrito ou nenhum acesso à propriedade oficial da terra. No Brasil rural de boa parte do século XX, a produção exportadora e as hierarquias entre proprietários e trabalhadores rurais foram legitimadas por vínculos sociais com diversos nomes: “moradia”, “agregados”, “o trabalho alugado”, “cambão”, “terça” ou “sujeição”, dentre outros que variavam no tempo, local e tipo de atividade nas grandes propriedades. Em termos materiais, a “troca” entre proprietários da terra e trabalhadores agregados podia ser feita através de múltiplas funções na fazenda – como agricultores em épocas de colheita e plantio, vaqueiros, empregados da casa sede, jagunços etc. – e em variadas formas de pagamentos que combinavam a “doação” de um terreno para moradia

⁴As referidas fazendas têm extensão de 1000 a 8000 hectares, sendo classificadas como grandes propriedades na região do Cariri paraibano. Nessa região segundo documentos da Emater e Embrapa, o critério de extensão territorial que define a “pequena propriedade” de agricultura familiar varia de quatro módulos fiscais é de 55 hectares (Landal et al, 2012, p. 71-74).

, a “partilha” da colheita com dias de trabalho alternados “na terra do patrão” e dias de trabalho em roçado próprio, ou apartação de animais do rebanho, no caso do “quarto dos vaqueiros” (Andrade, 2011, p. 205). Em termos simbólicos, os agregados se “sujeitavam” aos fazendeiros dentro de prestações e compromissos regidos por códigos de conduta e hierarquia que, no geral, pouco incluíam contratos jurídicos ou salariais. Havia uma lógica de reciprocidade desigual de bens, compadrio, parentesco, amizade e até ameaças com uso de violência física e intimidade sexual (Ribeiro, 2011, p. 398).

A relação de moradia-agregados junto à produção algodoeira e pecuária ainda era vigente no início da década de 1980 quando foi feita a pesquisa “Mudança sócio econômica do Cariri Paraibano”⁵, fruto de um projeto multidisciplinar no então Mestrado de Sociologia Rural e de Economia Rural da UFPB (Campina Grande). Centrados no município de Serra Branca, um grupo de pesquisadores coordenado por Ghislaine Duque (1985) analisou a estrutura fundiária, movimentos de migração e as políticas de reflorestamento da Algaroba dando um panorama detalhado da vida social no meio rural do Cariri paraibano da época. Nota-se como à época do trabalho de pesquisa de Duque (1984, p. 168), o sistema de acesso à terra e ao trabalho na produção de alimentos girava em torno de uma lógica de favores e hierarquias comandada pelos detentores de grandes propriedades. Importante lembrar que, nesse momento, a figura dos “coronéis” já estava há tempos desaparecida do cenário político. Os mecanismos de poder e clientelismo por vezes giravam em torno de famílias proprietárias, mas também podiam estar concentrados em um outro perfil de grandes proprietários – de servidores públicos a comerciantes – que controlavam tanto o acesso a recursos naturais (água e lenha) como a situação eleitoral dos municípios. O “latifúndio” apresentava uma modernização técnica – com tecnologia e sistemas de crédito para pecuária – já avançada que pressionava as áreas de produção alimentar, à época analisados na ótica do conceito de minifúndio.

Foi no final da década de 1980 que se intensificou o desmonte desse eixo pecuário-algodoeiro e das relações de trabalho e moradia. Alguns fatores já apontados nas conclusões do trabalho de Duque (1985) se intensificaram: as fazendas sofriam com o fluxo de saída de trabalhadores das fazendas nos ciclos de secas, seja para trabalho nas frentes de emergência, seja nos fluxos de migração para periferia de áreas urbanas, para morar nas “pontas de rua” e/ou buscar empregos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (Duque, 1985, p.168). Os fundamentos da dominação dos grandes fazendeiros também estavam desgastados pela atuação de um combativo sindicalismo de trabalhadores rurais na região (Assis Batista, 1997). A grave situação fiscal do Brasil no período da redemocratização causou crises em programas de crédito e financiamento durante a década de 1990, além da perda da concorrência do algodão no mercado de fibras sintéticas (Moreira; Targino, 1997, p. 56-57). Do ponto de vista das narrativas biográficas dos pecuaristas, é recorrente um marco temporal e “biológico” dessa crise: a praga do “Bicudo”⁶ que atacou as plantações de algodão-mocó do Cariri paraibano e de outras áreas do Nordeste produtoras do que era tido como o “ouro branco do sertão”. Nem mesmo iniciativas governamentais, a exemplo da algaroba (*Prosopis Juliflora*), tiveram sucesso pra dinamizar a grande propriedade pecuarista. Espécie vegetal exógena de origem peruana, defendida na década de 1970 em projetos governamentais de financiamento como resistente às secas e eficiente para alimentação do gado, o plantio da Algaroba foi intenso em áreas rurais da região de Pernambuco e Paraíba, mas não deu fôlego para evitar que a grande propriedade do sertão nordestino sofresse drásticos prejuízos no que foi chamado “fim do ciclo do algodão” (Cunha; Gomes, 2012).

⁵O material de artigos foi publicado em edição conjunta (4 e 5) da Revista Raízes entre dezembro de 1984 e janeiro de 1985.

⁶Nos círculos pecuaristas do Nordeste, é bastante comum uma teoria da conspiração: a de que o Bicudo seria uma praga implantada pelos norte-americanos em conjunto com a elite “sulista” do Brasil, para destruir a concorrência da indústria têxtil do Nordeste. (Agropecuária Tropical 34a ed., 1983, p. 65)

As elites pecuaristas do Cariri paraibano vão sofrer um desgaste mais intenso de seus emblemas sociais distintivos na década de transição entre os séculos XX e XXI. Como apontam Buanain e Garcia (2013, p.218), esse é o período em que são consolidadas junto aos pobres algumas das garantias de cidadania previstas na Constituição de 1988. O combate à pobreza rural é feito em várias vertentes: do crédito para agricultura familiar (PRONAF), junto a políticas ambientais, investimentos em mudanças na estrutura agrária e demográfica, até novos referenciais de ação local, como os Territórios da Cidadania. Nesse período, no Cariri paraibano, se seguiu uma tendência de uma certa fragmentação fundiária e criação de assentamentos sendo muitos deles via projetos de financiamento e crédito. O casario das antigas fazendas desapareceu: esvaziadas pela saída dos moradores para a cidade e pela falta de competência ou dificuldades dos herdeiros para gerir as atividades rurais cada vez menos lucrativas⁷, elas foram colocadas à venda privada ou através de projetos governamentais de aquisição de terras .

Por fim, a rede de dependências do “patrão” fazendeiro também sofrerá retalhos na medida em que avançam direitos trabalhistas, e previdência social para os trabalhadores rurais. Na década de 2000-2010, é construída também uma rede de políticas públicas para crédito, transferência de renda e programas de combate à fome, como Bolsa Família e PAA, aumento real do salário mínimo, dentre outras melhoras no poder aquisitivo dos mais pobres (Bacelar, 2010). A junção desses fatores é apontada como uma das razões possíveis para a melhora no IDH da região Nordeste – o que, no caso do Cariri paraibano, aconteceu em uma proporção três vezes maior em relação ao total dos municípios brasileiros. (Favareto et al, 2011, p. 19).

Todo esse desenho de um “novo sertão” nordestino não só retirou da elite pecuarista a legitimidade de uma dominação sobre os pobres do meio rural, mas também minimizou algumas condições de concorrência de recursos e poder junto a outras elites, como as empresariais ou ligadas ao mercado financeiro dos meios urbanos. Nesse sentido, a construção biográfica de figuras como Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho pode ser um caminho interessante para compreender os esquemas de percepção e de poder de uma elite que, se não chegou a sofrer uma “devastação” econômica, sofre uma desclassificação, ou seja, um desgaste nos seus mecanismos de distinção social. Além de prestar atenção em como são construídas as biografias, busco subsídios para compreender, focado na região do Cariri paraibano, como frações da elite pecuarista de todo semiárido nordestino tem redesenhado estratégias de reconversão de um patrimônio simbólico e distinção social.

Diferente de outros casos⁸ de elites agrárias e pecuaristas no próprio Cariri e no restante da Paraíba, as famílias Fernandes Batista, Dantas Vilar e Suassuna conseguiram manter a propriedade de suas fazendas. Significativo disso é o fato de que tanto a Carnaúba dos Dantas Vilar, em Taperoá, como a Capitão Mor dos Fernandes Batista são quase como “arquipélagos” de patrimônio conservado diante de propriedades vizinhas que ou estão em ruínas, ou foram vendidas e anexadas a outras propriedades ou foram inclusas em área de assentamentos de reforma agrária. Boa parte dessa “sobrevivência” das fazendas se deveu a uma estratégia de escolarização e formação profissional a partir da década de 1960 de toda uma geração voltada para profissões urbanas (professores, engenheiros, médicos etc.).

Além dos recursos financeiros para sustentar, mesmo com dívidas, as fazendas da família, a escolarização e o acesso às universidades deram competência para elaboração de livros

⁷Um marco político desse processo no Cariri paraibano foi a desapropriação da Fazenda Feijão – até o início do século XX pertencia à família Rafael de Menezes e tinha a distinção de ser a maior fazenda pecuarista da região com quase nove mil hectares – para criar o Assentamento Mandacaru, que, desde 1990, abriga 118 famílias (Silva, 2012, p. 53).

⁸Um exemplo de uma família que teve seu patrimônio econômico de propriedades completamente desmontado foi o dos Rafael de Menezes da cidade de Monteiro-PB. Conhecidos por grandes fazendas no início do século XX, a família irá passar por transformações em suas gerações: dos matrimônios a escolarização dos descendentes levaram a família a estar mais nos espaços políticos e acadêmicos. Diferente do caso dos Dantas Vilar e Fernandes Batista, a mudança dos Rafael de Menezes se deu em um quase total afastamento de uma renda econômica e uma trajetória de vida ligada a fazendas. (Meneses, 2018a, p. 55)

de memória, principal conjunto de fontes primárias utilizadas neste artigo: Dos Dantas Vilar e Suassuna selecionei o Memórias e Histórias (2000) e Mais memórias e mais histórias (2015) de João Suassuna Filho. Já na família Fernandes Batista, tomo como fontes os livros Papai: Estórias e Histórias (2005) e Mãe Sinhá: Memórias e lições (2014), organizados por Malaquias Batista Filho e irmãos. A produção de artigos acadêmicos e jornalísticos também foi fonte na pesquisa sobre os “patriarcas” e o trabalho nas fazendas. Consulto artigos escritos por Manuel Dantas Vilar Filho (1978, 2001a, 2001b, 2001c, 2004) e Malaquias Batista Filho (2001a, 2001b, 2005, 2010) em livros/ revistas de temática acadêmica sobre políticas voltadas para nutrição infantil, agricultura e pecuária no semiárido. No caso de “Manelito”, há entrevistas e artigos de opinião em revistas ligadas às entidades pecuaristas do Nordeste ligadas a ABCZ, como a Revista Agropecuária Tropical (AT) (1979-1987; 2000-2016).

A essa metodologia de analisar desde genealogias à curriculum lattes, acrescento o registro de duas entrevistas com Manuel Dantas Vilar e Malaquias Batista feitas durante incursões de campo nas fazendas Carnaúba e Capitão-Mor – todas durante os dias de festas de confraternizações da família entre 2015 e 2017. No caso dos Dantas Vilar e Suassuna, vaquejadas, leilões de animais dentro do chamado Dia D, encontro das famílias junto a uma grande exposição de bovinos, ovinos e caprinos realizada todo mês de julho na Carnaúba. Durante a programação desses eventos, também eram feitas exposições de arte e literatura – ligada a Ariano Suassuna – além de vídeos e cerimônias de homenagem aos parentes e à memória da fazenda. Já minhas visitas a Capitão-Mor dos Fernandes Batista estiveram condicionadas a festa do padroeiro da fazenda Santa Clara (realizada no mês de agosto) e também a grande festa do padroeiro de São Sebastião do Umbuzeiro realizada em janeiro. Esses eram momentos de encontro em que membros da família Fernandes Batista vinham de diferentes regiões do país para passar férias e confraternizar nas fazendas.

É fato que “os modos de fazer e escrever sobre as pesquisas são inseparáveis dos objetos de sua reflexão” (Melucci, 2005, p. 9). Por isso, adentrar nesse mundo dos pecuaristas coloca o pesquisador a um gradativo treino, nos padrões de trabalho sociológico/antropológico, em como construir uma pesquisa entre elites sociais. Sair dos arquivos históricos e pesquisar elites e grupos dominantes “face a face” exige negociações nas formas de se inserir em um grupo que se afirma como socialmente superior, fator que influencia na interação pesquisador-pesquisados. Em uma pesquisa feita entre elites há implicações epistemológicas específicas diante da imposição dirigida ao pesquisador, seja direta ou velada, de símbolos de poder que dão coesão e distinção a um grupo social. Essa é uma das fontes de um “mal estar deontológico”, segundo pesquisadores da alta burguesia francesa como Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (2007): por exemplo, na situação da entrevista no espaço das elites – como mansões, fazendas, escritórios, castelos, clubes etc. - é comum um poder simbólico, ou seja, que se exerce como algo naturalizado, na exposição de objetos sagrados da elite, junto a falas ou gestos que demonstram capitais culturais e sociais. Disposições de fala podem, inclusive, guiar investidas e tentativas de convencimento e controle do que vai ser publicado a partir da pesquisa.

Levando em conta esses fatores, tive de lapidar certo grau de reflexividade diante da minha posição de pesquisador. Tenho contatos anteriores à pesquisa com o mundo social dos pecuaristas, já que minha família, tanto do lado paterno quanto materno, tem origem na área rural entre o Cariri da Paraíba e Sertão de Pernambuco. Minha escrita⁹, portanto, não é neutra pois resulta desse encontro de alguém socializado em meios urbanos, mas inserido em ambien-

⁹Outro aspecto da escrita que acompanhou esse meu pertencimento a região do Cariri e que não pode ser visto como politicamente ou metodologicamente neutro: o fato de ser homem pesquisando um meio social que tem forte apego a imagem masculina do “sertanejo e nordestino”. Relatos de colegas pesquisadoras mostram um grau de dificuldades como a constante interrupção de falas durante atividades nas mesmas fazendas/famílias. A forte imagem do “patriarca” traz especificidades de gênero para quem vai pesquisar o mundo pecuarista do semiárido nordestino.

te “familiar” – embora na posição de “não iniciado” nos rituais, pouco treinado nos “idiomas zootécnicos” da pecuária, e distante do parentesco das famílias.

Nessas especificidades, a pesquisa que originou esse artigo teve alguns riscos e possibilidades de cair em erros comuns já documentados e discutidos em estudos sobre elites. Um primeiro deles é a postura do sociólogo de publicar seu trabalho agindo destrutivamente contra as elites – julgando seus discursos como todos falsos, dominadores, ideológicos, opressores etc. Na direção contrária deste há outro risco: que é o sociólogo acreditar e referendar os discursos propagados por esse grupo durante a escrita do seu trabalho. Lembremos do sempre presente “canto de sereia” dos valores nostálgicos e saudosos que elites agrárias decadentes construíram sobre o Nordeste ainda no início do século XX (Albuquerque Jr., 2011). Para evitar ou amenizar esses erros, o treino para lidar e analisar a situação dos trabalhos de campo foi possível com o recurso a uma literatura sociológica de pesquisas e teorias sobre as elites sociais. Me referencio principalmente no legado de Pierre Bourdieu (2014, 2014b) e grupos de pesquisadores entre a França e o Brasil, a exemplo dos trabalhos de Monique Saint- Martin (2008, 2012); Monique Pinçon e Michel Pinçon-Charlot (2007) e Afrânio Garcia Jr. (2007, 2011). De uma forma geral, essas pesquisas definem as elites de uma forma diferente da visão “fixa” reforçada tanto por certos marxismos ou de uma teoria conservadora das elites de clássicos como Pareto e Mosca. O debate aberto por Bourdieu enfatiza em como grupos dominantes acumulam capitais (econômicos, culturais, sociais, políticos etc.) que os permitem “jogar” em diferentes disputas de poder (Bourdieu, 2014b). As mudanças nas trajetórias biográficas expressam justamente esse acúmulo (ou perdas) de capitais de uma dada elite. A “ilusão biográfica” feita da seleção de fragmentos, ocultamento de situações, e construção de narrativas favoráveis é uma construção que ganha tons específicos ao nível das elites. De fato, no trabalho de memória das frações dominantes da vida social vale a máxima de que “recordar é poder”.

Nesse sentido, as biografias de Manuel Dantas Vilar e Malaquias Batista Filho são eivadas de uma particular “gramática” da elite pecuarista: com frequência remetem não só a uma “tradição familiar”, mas a toda uma evocação saudosa de um passado colonial das fazendas do interior do Nordeste. Tanto nos livros como nas falas das entrevistas há um tom de resgate da glória da “civilização do couro” de desbravadores do sertão, pais fundadores das fazendas, que abdicaram do litoral e, espontaneamente, “na pisada do gado”, adentraram os sertões do Brasil colônia e construíram a “sociedade do couro” – uma das autoimagens dos pecuaristas (Maia, Cunha, 2015). Aqui, interessa menos procurar as várias fragilidades historiográficas dessas narrativas. Procuo debater como dramas familiares e biográficos podem nos dar pistas de como pessoas de uma elite se veem diante das mudanças que ameaçaram seu lugar social distinto nas últimas décadas.

2. O “CAMELÔ DAS SECAS” DA FAZENDA CARNAÚBA

Manuel Dantas Vilar Filho nasceu em 1937, na Fazenda Carnaúba, como quarto filho do casal Manuel Dantas Vilar e Clívia Guedes – casamento entre famílias que estenderam suas redes entre Taperoá e as cidades de Desterro, Teixeira e Patos, no sertão paraibano. Conhecido pelo apelido de “Manelito”, ele se define como um “sertanejo teimoso” que nunca deixou de olhar para o seu chão e suas “afinidades mais íntimas com a pecuária” (Vilar Filho, 1978, p. 5). Tais afinidades são descritas durante conversa que registrei com ele nos alpendres da casa da Carnaúba, quando pedi para que ele falasse do seu período de infância e adolescência. Manelito respondeu que sua primeira escola foi a fazenda: local das lições de alfabetização dadas por professores primários, pagos pelos pais, e também do contato com autores que fala-

vam do sertão, como de um exemplar de um livro de Euclides da Cunha que fazia parte da biblioteca do falecido governador João Suassuna¹⁰, que foi toda transportada para a Carnaúba. Lembranças dessa fase da vida em que esteve próximo ao mundo pecuarista do seu pai são detalhadas na crônica “O Bom Começo Levou o Guzerá”, publicada em edição da Revista Agropecuária Tropical (2004):

(...) Meu pai começou a criar zebus em 1934, antes de eu nascer. Vivi, desde pequeno, num curral onde leite, João de Abreu, Cantagalo, seca, Guzerá eram assuntos do dia-a-dia e meu mundo mítico de menino, povoado dessas imagens (...) (Vilar Filho, 2004, p. 12)

Manelito também lembra de lições de uma infância que não vieram da escola, mas da vivência com trabalhadores da fazenda durante a lida do rebanho do gado.

“Vaca Guzerá só parte, quando o bezerro novo está junto. É para defender ele. Tenha medo não!” –Eu com o caneco de asa que ganhara, para aprender a tirar leite. (...) Espere por aquela, essa daqui tem o leite duro e o peito grosso. Da vaca azulada é macio e cabe na sua mão; vai encher seu caneco.” [Dizia] Cazuzza Emiliano (1944), vaqueiro, protegendo-me entre a porteira e uma vaca recém parida.

Quando vem o leite da Carnaúba, o queijo cresce...” – Maria Cajarana, queijeira sertaneja, despejando a coalhada já cozida em leite, na urupema grande da panela de barro. A gente esperando escorrer para mordiscar pedaços, no “quarto do queijo”, da casa da rua.” (Vilar Filho, 2004, p. 12- 13)

Após os 10 anos, Manelito teve de sair desse mundo da fazenda e vai para o que chama de um “exílio”, em Recife, para cursar o ginásio nos colégios Salesiano, Americano Batista e Marista. Após essa formação, ele ingressa no curso de engenharia na UFPE. Logo após a formatura, Manelito inicia uma carreira de professor universitário e também se insere nos quadros da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE). Também esteve no grupo fundador da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), em 1966. É nesse momento, em que transita em cargos docentes e de administração pública, que Manelito rememora algo decisivo que o fez fazer um caminho inverso da sua geração: sair da cidade e “voltar ao sertão”. Havia já uma insatisfação de sua parte com reformas na estrutura acadêmica de disciplinas, como a implantação do sistema de créditos, modelo que considerou uma péssima “americanização” da universidade brasileira. Mas, para Manelito, o principal marco temporal para sua volta à vida na fazenda Carnaúba foi outro: o falecimento do pai, em 1968. Segundo seu relato, esse foi um momento crucial para se retirar da vida docente universitária e voltar a morar na Carnaúba, dedicando-se exclusivamente às atividades agropecuárias: buscar conhecimento e experimentação “na prática”, sem modismos vindos de tecnocratas do “sul do Brasil”, e sem intermediação de universidades que ele acusa de serem distanciadas da “realidade do sol

¹⁰Nascido em Catolé do Rocha, PB, em 1886, a história do advogado, ex-governador e deputado federal, João Urbano Suassuna está relacionada as oligarquias da Paraíba do início do século XX e aos trágicos eventos da Revolução de 1930. Esse período marcou bastante a memória familiar dos Dantas Vilar. Foi nele que o jornalista João Dantas matou o então governador João Urbano Pessoa em 26 de julho de 1930. Motivos políticos e pessoais de honra foram a razão do crime já que partidários de Pessoa publicaram cartas e fotos íntimas de Dantas com sua namorada Anayde Beyriz nos jornais locais. Desde então os livros de memória dos Dantas Vilar e Suassuna reclamam que eles foram taxados de “vilões” e perseguidos após a comoção da morte de João Pessoa - que fez, inclusive mudar a bandeira e o nome da capital da Paraíba. Acusado de ter mandado o primo João Dantas matar Pessoa, João Suassuna tentava fazer a defesa como parlamentar no Rio de Janeiro, quando foi atingido pelas costas por um matador de aluguel, quando saía de um hotel no cruzamento das ruas Inválidos e Mem de Sá em 9 de outubro de 1930 (Suassuna Filho, 2000, p. 25)

e da seca”. Manelito afirma, em entrevista à revista da ABCZ, que nesse momento da vida firmou um reencontro com uma vocação:

Revista Agropecuária Tropical: O senhor é engenheiro por formação. Por que decidiu se dedicar à pecuária?

Manelito: Sou engenheiro civil por formação acadêmica. Por natureza e sentimento fui criador. A dedicação exclusiva a pecuária ocorreu por sucessão súbita de meu pai, há 36 anos. Foi um encargo, mas, também um reencontro com minhas raízes e minha vocação essencial (A-T, 2004, p.10).

Essa “volta às raízes” teve percalços já de início, sendo um deles a crise no mercado do algodão, fato que antecedeu a praga do Bicudo e que, segundo Manelito, também serviu como comprovação para abandonar as culturas agrícolas que ele chama de uma “loteria” diante das secas no semiárido:

Valdênio: (...) aqui [na Carnaúba] além da pecuária teve algodão?

Manelito : Teve (...) nessa e na outra fazenda [Pau Leite] (...) desde a década de 1960 com o advento da petroquímica que a lavoura de algodão já tinha se acabado no Brasil com os derivados de petróleo e continuava sendo o carro-chefe com o uso da terra (...) pai tinha 180 hectares de algodão, milho e feijão (...) aí fui pra 700 (...) [Mas] aí como era eu prestando conta pros outros (...) fui percebendo maior as contas maior prejuízo (...) eu cancelei antes do bicudo o plantio de algodão aqui (...) milho e feijão é uma loteria a lavoura temporária (...) aí fui aprendendo as custas do couro e do espinhaço (...) que aqui eu tenho de ser com planta perene pra eu escapar da loteria da germinação anual (...) e tinha que me voltar pra pecuária. Aí zerei os roçados daqui (...).

No início da década de 1970, foi firmada aliança de “cabreiros” com o primo Ariano Suassuna para criação de cabras de raças nativas. Esses experimentos, junto com o plantio do capim-búffel australiano, fizeram Manelito ser conhecido nas grandes associações pecuaristas na Paraíba (Sociedade Ruralista Paraibana), como um “camelô das secas”, uma referência a um trabalho de trazer e “improvisar” técnicas de criação e alimentação na pecuária em condições tropicais. Esse foi o tema inclusive de uma reportagem do Globo Rural, no ano de 1983¹¹: guiando o repórter Ivaci Matias nos açudes secos da fazenda, Manelito mostra o sistema de cimbões para captar água do lençol freático, as vacas do rebanho Guzerá e encerra a reportagem mostrando as técnicas de fenação para alimentação dos animais. Nesse momento, a fazenda iniciava um trabalho de importação de capim-búffel junto ao uso do bagaço de cana de açúcar comprado das usinas da zona da mata paraibana

Segundo Manelito, o semiárido sempre foi esquecido por uma visão estreita de brigas políticas que tiraram a pecuária dessa região do foco de escolas de agronomia e universidades do Brasil. Ainda no tema das universidades, Manelito insiste nos seus argumentos que há um grave distanciamento da pesquisa acadêmica com a prática da pecuária “real e sertaneja”: por isso, ele elogia o curso de zootecnia da UFRPE que, inclusive, o recebeu, em maio de 2016, para uma das (hoje) raras palestras fora da Carnaúba, com o tema “Avanços tecnológicos no campo”, na abertura da XXIV Semana de Zootecnia da UFRPE. No cartaz, há o destaque de uma frase que Manelito coloca em várias de suas intervenções públicas: “o gado é a mola do mundo, os caprinos e ovinos são os parafusos que prendem os extremos dessa mola, completando, assim, o amortecedor para o conforto da humanidade”.

¹¹A entrevista com Manelito começa aos 2 minutos e 49 segundos do vídeo <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJt-G014&t=537s>>

A influência de Manelito pode ser vista também na programação do evento anual, o dia D, realizado todo mês de julho na Fazenda Carnaúba. Na edição de 2015 do dia D na Fazenda Carnaúba, houve uma homenagem a Ariano Suassuna (falecido um ano antes), seguida do lançamento do documentário Carnaúba, Amor a Cultura e a Fazenda¹². A narrativa do filme exalta a figura do Sr. “Manelito” como alguém que fez da “fraqueza a força”, um representante da oitava geração da família Dantas Vilar na fazenda, que deixa para os filhos um legado do vínculo com a terra da Fazenda Carnaúba, colocada como um “santuário de raças nativas” do semiárido nordestino. Após o filme, Manelito seguiu para uma jornada de “apertos de mão”: de parentes e afilhados pedindo a benção e o cumprimento a políticos e amigos do meio pecuarista que visitavam a Carnaúba naquela noite.

3. O PRIMOGÊNITO DOS “FILHOS DOUTORES” DA CAPITÃO-MOR

Diferente de Manelito, que interrompeu em definitivo a carreira acadêmica para fazer o que chamou de um “retorno à vocação da pecuária”, Malaquias Batista Filho conciliou a atividade de professor e pesquisador do departamento de nutrição da UFPE com os investimentos de “resgatar” a memória das fazendas da sua família. Esses investimentos começaram na década de 1980 e, mais recentemente, foram direcionados a construção de um museu da família, inaugurado em 2014 e localizado ao lado da casa sede. Primogênito do casal Batista Malaquias e Sebastiana “Sinhá” Fernandes, Malaquias nasceu na fazenda Pitombas, em 1934. No relato dos seus primeiros anos de vida, recorda da infância e adolescência, convivendo com os trabalhadores da fazenda, como os vaqueiros Chico Lúcio, Sebastião Tenente e João Frazão, que, além da ajuda no trato do gado e dos bodes, operavam tratores e tocavam um forró nas horas amenas (Batista Filho, 2014, p.101). Havia outros “homens de confiança”, como o vaqueiro Gerson Brito, que chegou a ser “compadre” da família, casando com uma neta de Pedro Lima (tio-avô de Sebastiana Fernandes), e também João Caetano, descrito como “um preto retinto, bom de machado, foice e enxada e sempre disponível para operar um rifle (Batista Filho, 2014, p. 99). Caetano também é lembrado por fazer a escolta dos filhos de Malaquias Batista quando iam pra um forró em “território inimigo”, próximo a uma fazenda dos rivais da família Feitosa (Batista Filho, 2014, p. 100).

Outra memória bastante mencionada nos escritos e entrevistas do prof. Malaquias é a “escolinha” da fazenda, mantida por iniciativa da mãe e do vizinho da fazenda Estrela D’Alva, o “Dr. André” Barros Rêgo. Ao contratar uma professora primária para ficar na fazenda, havia também interesse, principalmente por parte do pai de Malaquias, de que o filho mais velho fosse uma liderança política na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro – que, em 1958, se emancipava da cidade de Alagoa de Monteiro.

Malaquias Batista : Meu pai achava que o ideal do homem aqui (...) [era] ser aventureiro tomar umas cachaças e ser um bom vaqueiro (...) bom de briga (...) e quando eu comecei a estudar medicina (...) o futuro que ele vinha para mim era que eu como médico tinha trunfo eleitoral e seria prefeito de São Sebastião do Umbuzeiro (...) a visão dele era muito aqui (...).

Malaquias Filho cursou o secundário na cidade de Pesqueira-PE e, em seguida (final da década de 50), foi para João Pessoa, onde iniciou o curso de medicina pela UFPB – quando também ficou responsável por uma casa da família no centro da cidade. Aqui, Malaquias re-

¹²Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ>>

memora “Dona Iracy”¹³, filha de moradores da fazenda Capitão-Mor que foi trabalhar nas atividades domésticas da casa da família em João Pessoa. Durante esse período, Malaquias trabalhou como jornalista e se inseriu na militância de esquerda universitária, com cargo na UNE, desviando-se definitivamente do projeto do pai de “fazer política” em São Sebastião do Umbuzeiro¹⁴. Foi também nessa curta experiência jornalística que encontrou a obra literária que iria lhe influenciar para toda vida: a *Geografia da Fome*, de Josué de Castro.

Em 1961, Malaquias conseguiria emprego no Serviço da Assistência Médica Domiciliar de Urgência, cargo do qual seria cassado em razão do golpe militar de 1964. Nesse momento, ele foi para Pernambuco e se inscreveu nos quadros do Instituto de Nutrição da UFPE, sendo acolhido pelo professor Nelson Chaves – o que permitiu participar de pesquisas pioneiras no campo da nutrição brasileira, nos Centros de Educação e Recuperação Nutricional (CERN) (1967-1972), que tinham como objetivo a recuperação de crianças com desnutrição. Concluído o doutorado em medicina na USP, na década de 1980, o professor Malaquias Batista, já consolidado como referência¹⁵ na nutrição brasileira, passa a dedicar artigos, pesquisas, participação em bancas e orientação de trabalhos ao tema da alimentação em condições do semiárido – destaca-se pesquisas com o uso da palma e do leite de cabra na nutrição infantil. Segundo trecho do seu memorial de professor titular da UFPE, a preocupação do professor Malaquias Batista nesse momento era “o que fazer nas terras secas, para sobreviver com certa dignidade à escassez de chuvas e à pobreza dos solos magros? (Batista Filho, 2013, p. 12). O interesse acadêmico pela seca e pelo semiárido também veio no momento de morte do pai, em 1987, lembrado também como a época do endividamento das fazendas da família, baixas nos preços devido às pragas na lavoura do algodão e pela quebra do vínculos e saída dos moradores e trabalhadores das fazendas. Batista Filho (2014) narra que a família teve de discutir as heranças do patrimônio da família, e a responsabilidade de tornar viáveis as fazendas Capitão-Mor, Pitombas e Santa Clara – nesse sentido Malaquias justifica o caminho acordado entre os irmãos Fernandes Batista para que, na década de 1990, iniciassem a criação de caprinos Boer e implementação na fazenda de técnicas de conservação de pastagem nativa, plantio de capim búffel e palma, além dos cacimbões. Todas essas experiências eram expostas e debatidas em jornadas de trabalho nas fazendas Capitão-Mor e Pitombas que ficaram conhecidas como “Seminários de Viabilização do Semiárido”.

Fruto desses debates, foi publicada a coletânea *Viabilização para o Semiárido Nordestino* (2001). Ela reuniu textos de proprietários de terra no Cariri e especialistas formados em universidades paraibanas e pernambucanas em agronomia, veterinária, zootecnia e economia envolvidos em pesquisas sobre hidrologia, pecuária e agricultura no semiárido. Nesse livro, foram publicados o artigo de Laurentino Fernandes – “Água Água... Solução para o semiárido?”, em que tece críticas ao modelo de combate às secas e açudagem; e também as “Crônicas do sertão frugal e verdadeiro”, de Manoel Dantas Vilar Filho. Também é da coordenação de Malaquias Batista Filho (2005) o volume 2 da coletânea *Semiárido: Riquezas e Oportunidades*, dedicado ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional. Na introdução do livro, Batista Filho (2005) menciona a história do Capitão João José, e seu dever acadêmico e familiar:

¹³Em abril de 2017, registrei uma entrevista com Iracy, na residência dos seus filhos em João Pessoa – PB. Chama atenção no registro, tanto as frases ditas como também os silêncios que demarcam memórias de uma socialização em torno da dominação da fazenda: e que escapava ao espaço físico da mesma. A linearidade das entrevistas também é diferente da forma como os membros da elite narram o vivido. Por isso, a análise das falas e memórias dos antigos moradores das fazendas que pesquisei na tese exige uma análise a parte.

¹⁴Esse desejo do pai de ter um filho líder político seria realizado anos mais tarde quando uma das filhas de Batista Malaquias e Sinhá Fernandes, Fátima, foi eleita prefeita da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro na década de 1990.

¹⁵Ver curriculum lattes < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787195U6>>

Apesar de saturado por demandas profissionais e obrigações domésticas que passam pelo polígono Rio/Recife/João Pessoa/São Sebastião do Umbuzeiro, com o quadrado mágico Capitão-Mor (de Cima e de Baixo), Pitombas, Santa Clara e adjacências, além do pesado ônus dos oitenta anos, carregando assim um “container” nas costas, aderi amadoristicamente ao convite/desafio do professor Mário Antonino, para coordenar a editoração de um caderno de Segurança Alimentar e Nutricional sobre o Semiárido Nordestino. É, afinal, um dever de ofício familiar e atávico, assumido desde que o Capitão João José da Silva Lima, avô do meu avô José Fernandes de Lima, transferiu-se, aos 15 anos, com armas e bagagens (leia-se coragem, espírito de aventura e vocação para enfrentar desafios) do Agreste de Canhotinho (PE) para o sertão de cactos, pedras, espinhos, terras e rios secos dos Cariris Velhos da Paraíba.(...) Ou seja, do quadrado mágico dos velhos sítios de meus antepassados e do meu presente para a agenda maior de 22 milhões de pessoas que povoam o subcontinente do semiárido, com seus 980.000 Km² (Batista Filho, 2005, p.13).

Ao encerrar o livro Mãe Sinhá: memórias e lições, listando os investimentos que tiraram a fazenda do “vermelho”, Malaquias Batista Filho “chama a responsabilidade” e conclama aos 61 descendentes vivos da família Fernandes Batista a seguir o trabalho, e colocar as propriedades no “verde”, não só em relação às contas, mas da convivência com as secas, mantendo assim uma “honraria e um compromisso” com a memória dos ancestrais (Batista Filho, 2014, p. 102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respeitadas as particularidades das biografias de Manelito e Batista, é possível construir, a partir delas, alguns padrões gerais. Uso como critério os marcos temporais, ou divisórias de fatos/situações que dão linearidade aos relatos biográficos:

Quadro 1. Marcos Temporais nas Biografias de Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho

	Infância (1940-50)	Saída da fazenda (1950-60)	Retorno a fazenda (1970-1980)	Investimentos atuais (1980-2010)
Manuel Dantas Vilar Filho	Alfabetização na escola na fazenda; Lembranças de uma vida próxima aos trabalhadores; Aprendizado na lida com a pecuária	Momento de ingresso nos cursos de ginásio - ida para cidade de Recife-PE Curso universitário de engenharia e entrada em uma carreira profissional urbana (professor e funcionário da SUDENE)	Morte do pai em 1960 demarca o momento de retirada da vida acadêmica universitário para morar e gerir as atividades da pecuária na fazenda Crise e abandono definitivo do plantio de algodão e de culturas de feijão e milho. Dedicção a pecuária bovina e caprina, em sociedade com o primo Ariano Suassuna	Leilões, vaquejadas e confraternização anual da família (Dia D) ; Conservação da arquitetura da fazenda e uso do símbolo do ferro de gado da família; Palestras em universidades e entrevistas a jornalistas e pesquisadores que visitam a Carnaúba

Malaquias Batista Filho	Escola na fazenda Estrela D' Alva. Memórias de uma vida próxima aos trabalhadores do algodão	Ida a Pesqueira-PE para o curso secundário. Atividade jornalística, movimento estudantil e cassação de direitos após 1964 Entrada no Instituto de Nutrição (UFPE)	Morte do pai em 1984 e reunião da família para tratar da gestão da fazenda. Primeiras propostas de “resgate” da memória da fazenda	Gestão de recursos hídricos e plantas adaptadas ao clima semiárido Criação de caprinos Boer Confraternizações anuais da família (Janeiro e Agosto) Lançamentos de livros de memória e fundação de um museu na fazenda
-------------------------	---	---	---	--

Elaborado a partir de entrevistas realizadas entre 2015-2017.

Captando esses padrões, pode-se colocar em debate que tipo de valores orientam estratégias de frações das elites pecuaristas do Cariri para transformar seus patrimônios materiais e simbólicos. De fato, há alguns custos na estratégia de tornar antigas fazendas que outrora eram espaços produtivos da pecuária bovina e algodão em locais de culto à memória da família, de conservação e exposição de um patrimônio arquitetônico, sede de arquivos e museus. Um deles é uma tensão entre a necessidade de reforçar um ideal de passado da fazenda diante de um lento, mas constante desmonte de um imaginário social e político da grande propriedade do sertão nordestino cada vez mais urbano seja em população, seja em atividades econômicas, até em referências culturais. Aqui é ilustrativo o relato de jovens do sertão “abandonando o chapéu de couro para usar um boné”, como mostra um relato da pesquisadora Gislene Moreira (2014, p. 227) em estudo feito no interior da Bahia.

Pesquisas sobre elites e reconversões sociais já apontaram limites nas próprias condições de produção de uma crença de um grupo que quer mostrar que tem “muito passado”, mas que não quer ser visto como ultrapassado. Há limites das estratégias de reconversões sociais, afirma Monique de Saint-Martin (2012) em seus estudos entre descendentes da nobreza francesa. Reconversões são estratégias sempre abertas e incompletas, ou seja, são estratégias de mudanças que nunca podem ser radicais a ponto de alterarem todo capital investido. Não há “abandono total das antigas posições nem entrega total às novas” (Saint - Martin, 2012, p. 73). No caso da elite pecuarista, há uma tentativa de ser vanguarda – em um esforço de conservação patrimonial e arquivística - mas sem arriscar sair da idealização de um tempo em que a propriedade da terra era principal definidor econômico e social no sertão nordestino. O chamado – quase em tom de alerta como no caso dos Fernandes Batista – que muitos dos livros de memória citados fazem para que as novas gerações das famílias continuem o trabalho memorial das fazendas é um indicativo de futuras dificuldades em reconverter a materialidade da terra em recurso de distinção social. É possível que, no futuro, haja uma dispersão dos capitais hoje concentrados em torno dos “patriarcas” vivos de cada família, embora, ao menos no caso da Carnaúba, já tem um certo apelo de turismo¹⁶ “regionalista” na publicidade de eventos como o dia D.

Outro tema para debate e aprofundamento em futuras pesquisas e artigos é o ponto em que as narrativas biográficas dos descendentes da elite pecuaristas tocam no cruzamento de dois grandes temas de toda uma literatura – que articulou não só as ciências sociais, como a história, geografia, economia etc. De um lado, as análises dos jogos de poder, tanto local como nacional, que envolvem as redes de família/parentesco na associação política entre grande propriedade da terra e a pecuária. Do outro, intensificado entre as décadas de 40 e 50 do sécu-

lo passado, o debate público sobre os modelos adequados de intervenção governamental e gestão diante dos problemas sociais relacionados as secas periódicas que afetam boa parte do Nordeste (Campos, 2014). Esses temas aparecem por vezes separados por uma falsa “barreira”: do que seria um debate estritamente político e outra zona estritamente técnica e científica, ou se não do passado tradicional “arcaico-familiar” versus a modernidade científica sobre as secas. Essas fronteiras se diluem rapidamente ao perceber como se articulam origem social, formação acadêmica e profissional nas falas de Manuel Dantas Vilar Filho e de Malaquias Batista Filho. Memórias da quebra e perda de valor de um patrimônio material - pelo fim da economia algodão/pecuária, dívidas nas fazendas etc. - passam por um trabalho simbólico e se tornam recurso de resistência, virtude e distinção de um grupo social diante das secas. Aqui a frequente menção dos “patriarcas” ao termo convivência com as secas não é um mero acaso: indica uma novidade a ser melhor analisada nos estudos sobre elites proprietárias do semiárido nordestino. É preciso levar em conta que essa mesma elites de grandes proprietários rurais é criticada no paradigma da convivência com as secas produzido politicamente na redemocratização brasileira por ONGs, pastorais, movimentos sociais de luta por reforma agrária (Moreira Neto, 2013). Aqui surge uma demanda de analisar mais detalhes como opera um trabalho simbólico de uma elite que se apropria e incorpora um conceito político, inserindo nele seus valores, percepções e demandas. É preciso compreender como um sentido de convivência com as secas se torna conveniente à grande propriedade rural no semiárido nordestino

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 4 ed. Livraria Briguiet, [1907] 1954.
- ALBUQUERQUE JR., D. A invenção do Nordeste e outras artes, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M.C. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste, 8ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- ASSIS BATISTA, F. Movimentos Sociais no campo: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB – Trajetória política do dirigente Luiz Silva. João Pessoa: Imprell, 1997.
- BACELAR, T. Economia do semiárido: a crise como oportunidade. Revista Coletiva, n.15 jan-abr, 2010.p. 5-19.
- BATISTA FILHO, M. (Org.) Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Recife, IMIP, 2001.
- BATISTA FILHO, M. Cadernos do semiárido: segurança alimentar e nutricional. BATISTA FILHO, M. (Coord.). CREA-PE, UFPE, 2005.
- BATISTA FILHO, M. (Org.) Mãe Sinhá: memórias e lições. Recife: Imprima, 2014.

¹²Um interessante pesquisa com acervo fotográfico e mapeamento das antigas fazendas da pecuária do Nordeste pode ser visto no trabalho de Natalia Diniz (2017), fruto de uma tese de arquitetura apresentada na USP. No caso de São Paulo também há pesquisas sobre patrimônio de antigas fazendas. Costa, Tognon e Scarpeline (2009) mostram que está em curso, desde a década passada, certo movimento de conservação de um patrimônio arquivístico de fazendas formadas entre o século XVIII e início do XX. Além de uma demanda de turismo regional, também há investimento em buscas arqueológicas no território das fazendas.

Uma outra novidade que aponta os temas da elite pecuarista aqui analisada: um forte investimento na caprinocultura. Desqualificada no “tempo” do algodão e da pecuária bovina, enquanto “miunça”, ou uma pecuária dos pobres, os caprinos hoje tem sobre si um relativo consenso de símbolo cultural e sertanejo na região do Cariri. São alvo de projetos empresariais e turísticos com criação de raças com aptidão para carne e leite, e adaptadas ao clima seco. Falas de valorização dos caprinos são registradas tanto nas entrevistas, livros de memória das famílias como nos artigos publicados nos livros organizados pelos “patriarcas” com seções que cruzam dados técnicos sobre melhoramentos genéticos, falas sobre índices pluviométricos, plantação de pastagens e conservação de vegetação adaptadas as secas.

- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) Escritos de educação, 15 ed., Petrópolis: Vozes, 2014b, p. 73-78
- BOURDIEU, P. Contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) Escritos de Educação, 9 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 183-193.
- BRUNO, R. Agronegócio, Ruralismo e Relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ, 2009.
- BUANAIN, A.; GARCIA, J. Pobreza rural e desenvolvimento no semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação. BUANAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Orgs.) A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e questão regional, Brasília, IICA, 2013, p. 217-306.
- CAMPOS, J. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estudos Avançados. [online]. 2014, vol.28, n.82, pp.65-88.
- COSTA, L.F; TOGNON, M.; SCARPELINE, R. O patrimônio arquivístico de antigas fazendas paulistas. Patrimônio e Memória v. 5, n.2, out. 2009. p. 98-113
- CUNHA, L.H; GOMES, R. A trajetória da algaroba no semiárido nordestino: dilemas políticos e científicos. Revista Raízes, V.32, n.1, jan-jun/2012, p. 73-95.
- DINIZ, N. Um sertão entre tantos outros. São Paulo (SP): Versal, 2015.
- DUQUÉ, G. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri Paraibano. Revista Raízes, Campina Grande: Ano IV, n 4-5, jan-dez, 1985, p.168-196.
- FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R; OLIVEIRA, M.; DINIZ, J.F; SAES, B. Desenvolvimento territorial em uma região do semiárido brasileiro do Nordeste Brasileiro- para além das transferências de renda. Documento de trabalho nº83. Programa Dinâmicas Territoriales Rurales. Rimisp- Centro Latinoamericano para o desarrollo rural, Santiago, Chile, 2011, p. 1-29.
- FERNANDES BATISTA, L. Água, mais água... é a solução para o semiárido? Viabilização. In BATISTA FILHO, M. (Org.). Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001, p.32-38.
- FERNANDES BATISTA, L.; FERNANDES BATISTA, I.; BATISTA FILHO, M. (Orgs.) Papai: histórias & estórias: livro comemorativo do centenário de nascimento de Malaquias Batista Feitosa (1905-2005). Recife, 2005.
- FORMAN, S. The Brazilian Peasantry. New York: Columbia University Press, 1975.
- GARCIA JR. Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasilidade. Antropolítica, Niterói, n. 30, 2011, p. 21-47.
- GARCIA JR. A. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). Revista de Ciências Sociais, UFC, v. 38 (02), 2007, p. 74-87.
- GLOBO RURAL. (1983) Reportagem na Fazenda Carnaúba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJtG014&t=537s>>. Acesso em: jan. de 2019.
- LANDAL, E.; CRUZ, R.; HIRSCH, A.; PIMENTA, L.; GUIMARÃES, D. Variação geográfica dos módulos fiscais no Brasil, Embrapa, Documentos, 46, 2012.
- LEAL, N. S. Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. São Paulo, Hucitec, Anpocs, 2016.
- MAIA, K.; CUNHA, L.H. Narrativas sobre a grande propriedade pecuária do sertão nordestino: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias. Revista Raízes, UFCG, V.35, N.2, Jul-Dez, 2015, p. 84-100.
- MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, A. (Org.). Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-42.

- MENESES, V. F. Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2018a.
- MENESES, V. F. Mestres sertanejos e os santuários das raças nativas: biografias e recursos de poder entre grandes pecuaristas do Nordeste. Revista da Pós- Ciências Sociais (REPOCS-UFMA). V.15, n.29,2018b, p. 253-278
- MOREIRA NETO, M; Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido, Recife: Massangana, 2013.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.
- MOREIRA, G. A nova cara do sertão: provocações sobre juventude e cultura contemporânea In. FREIRE, A (Org.) Culturas dos Sertões. Salvador: Edufba. 2014, p. 227-244.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da Alta Burguesia. Sociologias. Porto Alegre: Ano 9, n.18, jul./dez 2007, p. 22-37.
- RIBEIRO, E. M. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2010, v.18, n.2, p. 393-433.
- SAINT MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. Tomo, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 13, jul.-dez, 2008, p. 43-73.
- SAINT MARTIN, M Reconversions et reproduction, des stratégies ouvertes. Grand entretien, propos recueillis par C. Poliak et L. Weber, Savoir/Agir, 19, mars, 2012, p. 69-80.
- SILVA, M. F. DA. Reforma agrária de mercado ou atualização do clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental Paraibano. ‘ Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), UFCG, Campina Grande, 2012.
- SOUZA, B. I.; SUERTEGARAY, D.M; VIANA DA LIMA, E. D (2010) Políticas públicas, uso do solo e desertificação nos Cariris velhos (PB/Brasil). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. . XIV, nº 311, Barcelona: Universidad de Barcelona, Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-311.htm>>. Acesso em: maio 2018.
- SUASSUNA FILHO, J. Memórias e histórias. Recife: Ed. do Autor, 2000.
- SUASSUNA, J. (2018) A Joia do semiárido. Disponível em: <<http://www.suassuna.net.br/2018/10/fazenda-carnauba-uma-joia-dosemiarido.html#>>. Acesso em: jan. 2019.
- VILAR FILHO, M. D. Nordeste, salvação só pelo sonho? Ou a, ainda terrível, vizinhança da grande seca. Revista Paraíba Tropical, 12 ed, 1979, p. 5-7.
- VILAR FILHO, M. D . O sertão frugal e verdadeiro – Crônica de uma convicção In: (Org.) BATISTA FILHO, M. Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP Recife, IMIP, 2001a, p. 38-58.
- VILAR FILHO, M. D. O bom começo levou o Guzerá. Revista Agropecuária Tropical, 147^a edição, Fevereiro de 2004, p. 11-15.

Raízes

v.38, n.2, jul-dez/2018

“POLÍTICA E NEGOCIAÇÕES” NOS TRILHOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Shana Sampaio Sieber¹, Ramonildes Alves Gomes²

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre o processo de implementação do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, no município de Serra Talhada - PE, problematizando a disputa de significados atribuídos ao discurso da Convivência com o Semiárido pela Sociedade Civil, através das Organizações Não Governamentais (ONGs), e pelo Estado, por meio do poder público. A análise desse processo nos leva a questionar o protagonismo da sociedade civil ante o contexto de proximidade desta com o Estado, produzindo uma espécie de Confluência Perversa. O exercício metodológico privilegiou a observação de reuniões, a análise de documentos e a realização de entrevistas. As evidências dão conta de que a Convivência, enquanto prática política, foi reduzida ao acesso a programas e políticas governamentais, à competição para a obtenção de cargos públicos e ao oportunismo político partidário, colocando em questão o potencial transformador da sociedade civil.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido; Sociedade Civil; Estado; Políticas Públicas.

“POLITICS AND NEGOTIATIONS” IN THE TRAILS OF THE COEXISTENCE WITH THE SEMIÁRID

ABSTRACT

The present article has as starting point to reflect on the actions of implementation of the Municipal Plan of Coexistence with the Semi-Arid, in the municipality of Serra Talhada (Sertão de Pernambuco), through a narrative of coexistence that distances itself from the sense of Non-Governmental Organizations). The objective is to problematize the dialogue between civil society and the State, from the assumption that the discourse of the coexistence with the semi-arid is announced by the protagonism of the civil society. In practice, however, it reproduces a perverse confluence through the discourse of the State as a space of convergent interests. The methodological exercise privileged the observation of meetings, the analysis of documents and the interviews with nine managers who acted, promoting actions of coexistence. The results showed that the coexistence with the semiarid developed in the municipality of Serra Talhada under a political practice reduced to access to the government programs and policies, competition for public office and party-political opportunism, calling into question the position political and combative nature of some sectors of civil society.

Key words: Living with the Semi-Arid; Civil Society; State; Public Policy.

¹Doutora em Ciências Sociais. PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: shanasieber@yahoo.com.br

²Professora e Pesquisadora no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rnildes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é refletir sobre a Convivência com o Semiárido, e foi no contexto de mais um longo ciclo de estiagem no semiárido nordestino, com a seca que se iniciou no ano de 2012, que buscamos analisar as negociações para o desenvolvimento das ações planejadas em torno da narrativa da convivência com o semiárido. Privilegiamos, como recorte, o processo de implementação do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, no município de Serra Talhada (Sertão de Pernambuco), a partir da relação entre a sociedade civil e o Estado.

O município de Serra Talhada³ (PE) se constitui enquanto uma referência empírica interessante, quando se torna palco de um processo de sindicalização rural importante no Estado de Pernambuco, respaldado por movimentos de luta contra as políticas de combate à seca, apoiado pela Igreja Católica, representada pela Diocese de Afogados da Ingazeira (PE). Nesse contexto, o discurso da convivência era orientado para a desconstrução da seca como obra de Deus, passando a ser encarada como um fenômeno natural que demandava soluções racionalizadas.

Atores importantes para o município de Serra Talhada emergiram desse movimento, contando com o apoio da Igreja católica para a reprodução de lideranças sindicais e organizações não governamentais (ONGs), capazes de colocar em discussão alternativas aos problemas da seca, ao mesmo tempo que reforçavam as críticas às políticas de combate à seca, até então dominantes, operando no diálogo entre a sociedade civil e o Estado.

Saído do movimento social, na condição de Agente Pastoral da Ação Católica Rural (ACR), Manoel Santos se destaca no município de Serra Talhada como liderança Sindical, assumindo a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada (SRT- 1975), na década de 1980. A partir daí, esse personagem atua em diferentes espaços políticos, desde a presidência da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), até a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), passando pela secretaria rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT); e enquanto deputado estadual, tendo como pauta o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia, da reforma agrária e a defesa dos direitos das comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. No setor das ONGs, temos como referência o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR). Fundado em 1994, o CECOR surgiu de um Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira – Projeto de Educação Comunitária Rural (PECOR) – que atuava na região, desde os anos 80, com as chamadas tecnologias alternativas, angariando recursos da Cooperação Internacional.

No município de Serra Talhada, o discurso do protagonismo da sociedade civil⁴, sustentado pela trajetória de luta dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs), é mobilizado para a construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido. Esse discurso transita entre o engajamento político da sociedade civil e a sua incorporação pelo Estado. Desse modo, surge uma relação que denominamos de confluência perversa. O discurso da convivência é enunciado por uma sociedade civil que se pensa ativa e propositiva, contudo,

³Diante da seca que perdurou cinco anos (1979-1984), as insatisfações dos trabalhadores rurais frente às políticas de combate à seca amadureciam. A exclusão de mulheres no alistamento das Frentes de Emergência, a expulsão dos trabalhadores das fazendas, os maus tratos dos trabalhadores nas Frentes de Emergência, a desativação do Programa de Emergência, a inadição do Programa de Cesta Básica, o descumprimento dos acordos para a construção de barragens. Este era um cenário de fome e que marcou a trajetória dos movimentos sociais no município de Serra Talhada, a exemplo dos saques que aconteceram na região, da luta das mulheres por espaços nos sindicatos, da luta do Travessão de Caiçarina da Penha contra grandes proprietários, criadores de gado e a luta dos trabalhadores rurais da Barragem de Serrinha. Estes momentos evidenciavam a indignação da população ante às ações e omissões do governo, lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e pela FETAPE, com apoio da Igreja Católica.

para implementar as ações da convivência, setores da sociedade civil se aproximam do Estado, fazendo convergir diversos interesses e construindo uma pauta de programas e ações comuns.

Adotamos a categoria confluência perversa com base na definição adotada por Evelina Dagnino (2004a, 2004b), para explicar a relação entre dois projetos políticos distintos, que tem como porta vozes atores em disputa. De um lado, temos um projeto estratégico do Estado para implementação do ajuste neoliberal, reforçando um Estado mínimo que se isenta do papel de garantidor de direitos, através da transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil. De outro lado, um projeto democratizante e participativo que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos esforços nacionais de aprofundamento democrático.

Desde a promulgação da Constituição de 1988 a relação entre Estado e ONGs se constitui em um campo minado de interlocução entre projetos distintos, que aparentemente reivindicam os mesmos interesses: uma sociedade civil ativa e propositiva. A “perversidade” é assumida enquanto fenômeno, cujas consequências contrariam a aparência, tendo como consequência um projeto distinto do originalmente pensado, servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagonico. Como exemplo, tem-se as políticas de combate à seca, que consistiam em projetos de modernização, voltados para a construção de açudes, barragens e para a grande irrigação (Sieber; Gomes, 2016).

As narrativas sobre a Convivência com o Semiárido vão além do sentido e das ações difundidas pela Articulação do Semiárido (ASA) e por outras Organizações Não Governamentais (ONGs), que buscam construir conhecimentos e tecnologias acerca da convivência com o semiárido, respeitando e valorizando o saber dos agricultores e a sustentabilidade do ambiente. A narrativa que informa sobre a convivência tem seus antecedentes na luta dos movimentos sociais frente ao Estado, tendo como contraponto as políticas de combate à seca. No entanto, é no diálogo e na disputa para implementação das ações que materializam a convivência com o semiárido, sob a forma específica de um Plano Municipal, que se dá a apropriação pelo próprio Estado dos princípios e métodos que o distinguem da sociedade civil.

No percurso da pesquisa, participamos como observadores de eventos, tendo como referência as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e o IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco”, no qual pôde ser observada a fala da gestora da Secretaria Municipal, na Plenária sobre o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido.

Além do levantamento bibliográfico, que foi importante para compreender a perspectiva ontológica da convivência com o semiárido e suas estratégias, enquanto projeto político, também nos apoiamos em documentos históricos, tendo como orientação o I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações políticas e formas de enfrentamento (1990), o Dossiê Fórum Seca (1991) e o Relatório Histórico do Fórum Seca (1989 a 1996).

As entrevistas foram feitas com atores que participaram da construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, utilizando um roteiro semiestruturado com perguntas abertas conduzidas junto aos gestores das seguintes instituições: Secretaria da Agricultura familiar de Serra Talhada, FETAPE, ASA, Universidade Federal Rural de Pernambuco, CECOR, Centro Sabiá e Prefeitura Municipal de Serra Talhada. A imersão no universo das ONGs nos conduziu ao Fórum Seca (1989 e 1997) revelando acontecimentos fundamentais para a compreensão do espaço político disputado pela convivência, a exemplo da ocupação da SUDENE e do Fórum

⁴Assumimos como definições de sociedade civil e de Estado, concepções cujos os significados foram gestados pelos atores no espaço social da pesquisa. Assim, entendemos como sociedade civil todas as formas sociais que se diferenciam do Estado: ONGs, movimentos sociais, entidades do chamado Terceiro Setor, fóruns, conselhos municipais, sindicatos, pesquisadores e agricultores. Por Estado, compreende-se os entes federativos que compõem o governo federal, estadual e municipal, os quais atuam na gestão, controle e organização de um território e da população, através do exercício da burocracia.

Nordeste, que evidenciou a centralidade do município de Serra Talhada no estado de Pernambuco, no contexto de uma disputa partidária entre atores políticos como Lula e Collor.

2. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A história da convivência com o semiárido passa oficialmente pelo episódio da ocupação da SUDENE, em 1993, como ação de referência de uma demanda da sociedade civil que chegava ao Estado pela via da mobilização, requerendo “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”. Para a convivência com o semiárido este movimento traria um significado emblemático para a sociedade civil (Diniz; Piraux, 2011a).

Tendo a ASA se consolidado enquanto articulação no Fórum Paralelo da Sociedade Civil, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), em 1999, é elaborado um documento que sistematiza o entendimento das organizações e dos movimentos sociais em torno do semiárido e da convivência com ele, em substituição às ações de combate à seca, com a Declaração do Semiárido (1999). Ante uma conjuntura política favorável, as ações da convivência são postas em prática a partir do Governo Lula, revelando um “experimentalismo institucional” (Diniz; Piraux, 2011b). Com a implantação do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais” (P1MC), em 2003, o diálogo entre a sociedade civil e o Estado se tornaria oficial.

O manto da Convivência com o Semiárido influenciou programas governamentais, a exemplo do destaque que recebeu no programa “Fome Zero”, com o “Sede Zero”. Aqui, a convivência legitimava um diálogo com o Estado para além das reivindicações mobilizatórias, instituindo um campo no qual a distinção entre o Estado e a sociedade civil se tornava contraditória, mas suficientemente sedutora, destacando constantemente o protagonismo dos movimentos sociais frente ao Estado (Diniz, 2007):

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientalistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: queremos uma política adequada ao semiárido! (Declaração do Semiárido, 1999).

Entre 1989 e 1997, o Fórum Seca representaria um esforço de articulação de âmbito estadual capaz de mediar a força da sociedade civil organizada com os processos de sindicalização rural na direção do Estado, reivindicando ações significativas para o que se tem hoje sistematizado como convivência com o semiárido. O Ato Público de lançamento do Fórum Seca foi realizado no município de Serra Talhada, em 1991. Esse evento trouxe à tona muito mais do que a representação do município nas discussões sobre a convivência com o semiárido; trouxe argumentos capazes de recompor um campo de luta dos movimentos sociais frente ao Estado. De um discurso que pretendia se opor a um modelo de produção baseado na modernização tecnológica que beneficiava grandes proprietários e fomentava as disputas eleitorais, ele

se manifestaria em uma lógica de articulação modernizada que inaugurava um espaço público não-estatal na construção de um projeto político, em oposição às políticas do governo Collor.

O discurso do Fórum Seca buscou tanto qualificar a crítica ao Estado, quanto pressionar uma mudança nos rumos da sua ação, através de um Estado entendido como governo, marcado por uma trajetória autoritária e manipuladora, baseada na exploração do povo em época de seca; um Estado neoliberal que pretendia transferir suas responsabilidades para a sociedade civil (Dagnino; Teixeira, 2014). O Estado, portanto, seria um espaço de interesses eleitoreiros orientado para o grande latifúndio. Já a sociedade civil seria protagonista de uma alternativa à problemática da seca, capaz de disputar e executar ações concretas voltadas aos mais empobrecidos.

O flagelo da seca é sentido pelos trabalhadores rurais já há séculos. As intervenções do Estado (federal, estadual e municipal), mais do que um paliativo, têm proporcionado a consolidação da “indústria da seca” e a dependência dos agricultores aos políticos fisiológicos. Por outro lado, o Movimento Sindical, as assessorias populares, os pesquisadores, têm acumulado experiências alternativas e análises que ainda estão dispersas pela insuficiente articulação entre esses setores. A motivação número um para a construção de um Fórum Alternativo à Problemática da Seca é reunir esse potencial de luta e conhecimento para tornar real um Projeto de Enfrentamento às Implicações da Seca, assumido por um corpo legítimo e representativo das organizações dos trabalhadores rurais e de suas assessorias. Após 113 anos de frentes de emergência ineficazes, eleitoreiras e enriquecedoras dos latifúndios, é imprescindível que os setores populares, organizados em entidades classistas e de assessoria, definam uma estratégia de atuação conjunta para forjar medidas concretas do Estado em resposta às causas e efeitos da seca na vida das populações rurais mais empobrecidas (I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações políticas e formas de enfrentamento, 1990, p. 22).

Observa-se aqui duas posições. De um lado, o movimento sindical, as assessorias populares e os pesquisadores, responsáveis por sistematizar experiências alternativas capazes de “desmascarar, com fundamentos, as ações do Estado (municipal, estadual e federal) que tem se caracterizado pela manipulação e exploração do povo em momentos de agravamento das suas condições de vida e de trabalho” (I Seminário Pernambucano, Seca: implicações políticas e formas de enfrentamento – Relatório, 1990, p. 03). E, de outro, as intervenções do Estado (federal, estadual e municipal), em certa medida, contribuindo para consolidar a “indústria da seca” e a dependência dos agricultores aos políticos locais.

No entanto, é a posição política do Estado que sustenta os conceitos e princípios da convivência com o semiárido; ora com base no enfrentamento e no contraponto, ora no diálogo com a sociedade civil, no esforço de elaboração de um programa de convivência; e, ainda, buscando implementar, através dos próprios entes federativos, um Plano de Convivência com o Semiárido. O caso estudado, a partir do município de Serra Talhada é revelador do conflito, entre o desinteresse relacionado à “coisa do Estado” e o interesse tácito em dominar o seu espaço.

3. O ALCANCE POLÍTICO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM QUESTÃO

No início dos anos 90, do século XX, Serra Talhada foi palco de uma disputa política assumida pelo Fórum Seca, com a presença de Luis Inácio Lula da Silva dominando o discurso, “não enquanto apenas o presidente do Partido dos Trabalhadores, não enquanto coor-

denador do Governo Paralelo, mas enquanto cidadão brasileiro preocupado em acabar com a fome nesse país” (Dossiê Fórum Seca, 1991):

O Fórum Seca pode tocar nessas coisas e pode, a partir de agora, mostrar pra sociedade brasileira que existe um Fórum, que não é uma coisa do Estado, não é uma entidade governamental, não está a fim de viver do dinheiro do Estado, mas é uma entidade civil representada por vários segmentos da sociedade, que está disposta a levar a questão da seca mais a sério do que já foi levada até hoje no Brasil. Nós temos que deixar claro que a questão da seca no Nordeste não é uma questão conjuntural, é uma questão de mais de séculos, portanto, a gente não pode ficar ano após ano esperando cair chuvazinha, porque nem sempre a chuva é suficiente. (...) E o Fórum, como não é de partido político, não é de um sindicato, mas de diversos segmentos da sociedade, pode contribuir de forma decisiva para que a gente dê outra dimensão à discussão da seca no Nordeste brasileiro” (Dossiê Fórum Seca, 1991).

Doze anos depois do Fórum Seca, acontece a posse do Lula como presidente do Brasil. Neste momento, a iniciativa da ASA se tornava oficial com a implantação do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais” (P1MC), concretizando uma agenda entre o Governo e a ASA, em torno de programas que tivessem como princípio a convivência com o semiárido (Passador; Passador, 2010; Diniz; Piraux, 2011b).

Com o P1MC, estava em jogo um instrumento potencial de distinção que buscava distanciar-se das políticas assistencialistas e emergenciais de outrora, a partir de uma narrativa centrada no discurso da convivência, através de tecnologias sociais capazes de proporcionar o envolvimento das famílias beneficiadas com a construção das cisternas de placas, através dos sistemas de mutirão e mobilização social que perpassariam as ideias da sustentabilidade e do trabalho coletivo, com a pretensão de ir além da transferência de ativos e distribuição de renda (Malvezzi, 2007; Andrade; Queiroz, 2009; Passador; Passador, 2010).

Para isso, seria necessário fortalecer a crença no capital social, ampliar as redes de relações entre os indivíduos para viabilizar ações cooperativas. Através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, do envolvimento e da capacitação das famílias, com uma proposta de educação popular e emancipatória, a ASA uniria os esforços para construir uma cultura de valorização e crença na organização social através de novas institucionalidades (Passador; Passador, 2010).

Na prática, a estratégia do P1MC era desafiadora, uma formação que dizia respeito tanto ao governo, como às organizações da sociedade civil, no compartilhamento das responsabilidades para a concretização dos objetivos pretendidos por ambos. Nessa perspectiva, a convivência com o semiárido assumiria formas reconhecidas de legitimação política no interior do Estado, perfilando as ações públicas.

Nas Diretrizes para a Convivência com o Semiárido, publicadas em 2013, o discurso da convivência estava associado a uma retomada do ativismo e do protagonismo da sociedade civil. Os governos, enquanto atores da ação coletiva, assumem a força motriz em torno de uma plataforma de ações permanentes e articuladas, a partir de um Plano Nacional e de Planos Estaduais e Municipais de Convivência com o Semiárido. O Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no Município de Serra Talhada surge também neste processo. Após um período de seca que marcava a região e um momento eleitoral favorável à permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, com as eleições municipais (2012) e federais (2014), a promoção de uma conferência – “Conferência para a Construção do Plano Municipal de Convivência

com o Semiárido” de Serra Talhada – conquistava a cena política, trazendo como base propulsora a Secretaria de Agricultura Familiar do Município.

Nesse sentido, as ações, antes conduzidas pela própria Secretaria, passaram a ser institucionalizadas e apresentadas como ações estratégicas voltadas à convivência com o semiárido. Com o formato participativo da citada Conferência, tal como sugerido no convite enviado às associações, sindicatos etc, e a parceria com o então Deputado Estadual Manoel Santos (PT-Pernambuco), através da mediação do seu assessor, o peso simbólico do Partido dos Trabalhadores estava garantido.

Com este formato, interesses diversos e conflitantes se tornaram convergentes, uma vez que o Plano Municipal levou para a arena tanto demandas da sociedade civil, quanto do poder público. Assim, a sistematização do plano resultou em uma confluência de interesses. No entanto, a convivência com o semiárido passa a ser tratada como uma “questão de interesse de governo”, particularmente da Secretaria Municipal, sendo o município de Serra Talhada o responsável pela implantação de determinadas culturas, mesmo no contexto de uma grande seca, com a caprino-ovinocultura como atividade pecuária. Com esse tipo de arranjo, a incorporação do discurso da “convivência” pelo Estado questiona a própria noção de sociedade civil, uma vez que a proximidade de interesses e objetivos vai deslocando a posição crítica da sociedade civil e o seu engajamento político.

Com intuito de evidenciar esta reflexão, vamos utilizar fragmentos da discussão proferida na Plenária do Plano de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada, ocorrida um mês depois da Conferência, na Universidade Federal de Pernambuco (UAST), durante o “IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco”, promovido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido, com a intenção de dar continuidade ao debate da Conferência.

Porque é irônico o que aconteceu, em 2012 quando nós pensamos no planejamento da secretaria de agricultura daqui de Serra Talhada, nós convidamos alguns parceiros, uns dez parceiros, entre eles o conselho municipal, o Cecor, o IPA a ADAGRO, o PAA (...) pra construção do Plano de trabalho da Secretaria, dentro desse plano de trabalho a gente pensou ter um plano, só pensou não, dentro desse plano vamos construir também um plano de convivência com o semiárido até porque também tá na moda, né, tá na moda também falar em semiárido, antes se falava em combate à seca, só o povo da ASA que falava em semiárido (...).Esse plano foi tomando maior dimensão do que a gente esperava né, as cobranças também são grandes em relação ao que se fazer no município, por onde fazer, quando começar, o governo sozinho não tem condições de fazer, não é, isso é fato, a Prefeitura não tem condições sozinha de fazer tudo, as ONG's sozinhas ficam soltas, muitas vezes um tá aqui fazendo a mesma coisa que a outra (...) Então isso é possível porque a gente construiu um plano ouvindo todo mundo e nesse plano foi colocado lá coisas que a gente sabe que não é competência do plano municipal de executar, tem outras coisas né, a gente vai dividir tarefas com outros parceiros, com outras unidades e com outras instituições e a gente tá aberto pra colher opiniões, sugestões, propostas e receber pessoas que possam ajudar a gente a melhorar e a construir esse plano para o município de Serra Talhada, que a princípio, pelo menos no meu pensamento, era uma coisa e, na Conferência Municipal, transforma-se em outra. Eu pensava que era o plano municipal da Secretaria de Agricultura do município de Serra Talhada, e a gente tá vendo agora que não é mais isso, é o plano municipal de todas as instituições, de toda a população de Serra Talhada, do município de Serra Talhada (Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, Plenária

proferida no IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco, em abril de 2014).

O conteúdo desta entrevista ilustra a trajetória de apropriação do discurso da convivência com o semiárido pelo Estado, disposto a transferir suas responsabilidades e justificar seus interesses, enquanto Secretária da Agricultura Familiar de Serra Talhada, para a sociedade civil; esta, sim, encarregada por ser “protagonista” de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido. No entanto, todo esse esforço de criação do Plano, levado a cabo pela Secretária da Agricultura, embora tenha garantido a mobilização do discurso da sociedade civil, na prática foi mais um caso já conhecido, em que leis são criadas, decisões são referendadas, mas não são implementadas, tendo como resultado o engavetamento. Esse foi o desfecho do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, que passou a existir somente como estratégia discursiva, e de marketing político (Sieber; Gomes, 2016).

4. O CAPITAL POLÍTICO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA: ENTRE O FAZER E O FAZER CRER DO PARADIGMA

É possível afirmar que em Serra Talhada são bastante conhecidas as histórias de atores políticos, cujo percurso teve início no movimento social e terminou na disputa em pleitos eleitorais. O caso do Manoel Santos é o mais emblemático para a nossa discussão. Com origem na Ação Católica Rural (ACR), entre os anos de 1973 e 1978 do século XX, a trajetória de Manoel Santos é reveladora da influência da Igreja na formação de lideranças políticas, cuja trajetória política é marcada pelo trânsito institucional, movimento-estado, que, neste caso, é representado por um começo no movimento sindical, chegando à direção do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado de Pernambuco, enquanto deputado estadual.

Conhecemos a trajetória do Secretário da Agricultura Familiar de Serra Talhada através da entrevista. Do movimento sindical, o Secretário conseguia mobilizar o discurso da convivência com o semiárido no âmbito do Estado, com o apoio do próprio Manoel Santos e da UFRPE.

Como eu venho de movimento, há anos eu já venho discutindo a questão do meio ambiente. O movimento sindical, ele sempre tem esse cuidado, essa preocupação de cuidar da natureza e da preservação, então devido eu estar vindo de movimento eu não tive muita dificuldade. E quando eu cheguei na Secretaria não tinha esse projeto aqui e nós resolvemos implantar e criar esse plano de convivência com o semiárido. Então isso facilitou. Nós tivemos o apoio também do gabinete do Deputado Manoel Santos, que enviou um engenheiro agrônomo, Flavio Duarte, que deu uma contribuição enorme à construção desse plano. E isso facilitou o nosso trabalho. Mas a ideia partiu da gente mesmo. Porque nós já viemos trabalhando há décadas esse trabalho de preservação e de convivência com o semiárido. (...) Apresentamos a nossa ideia, o que eu pretendia fazer pra que sustentasse a população rural e todos concordaram e a gente começou a agir, começamos a fazer contato. Sim, teve a Universidade Federal de Pernambuco, também, a Universidade Federal também participou da construção desse plano, na pessoa do João Amorim. Então isso nos ajudou e fortaleceu a conjuntura da criação desse plano. Então o contato foi esse. Foi com as organizações, instituições (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).

Diante da eleição municipal ocorrida em outubro de 2016, o referido Secretário abre mão da Secretaria para se candidatar a vereador do município, perdendo a eleição. No entanto seu cargo estaria garantido com a reeleição do prefeito, fazendo com que o Secretário fosse reconduzido ao cargo.

Este constante trânsito institucional feito por militantes sociais-partidários, entre diferentes espaços de atuação, faz do paradigma da convivência uma oportunidade de legitimação no campo político, onde o Estado se torna espaço de confluência de interesses e disputa, permeável às propostas da sociedade civil (SILVA; OLIVEIRA, 2011; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). O dirigente da FETAPE nos trouxe um pouco deste aspecto, fazendo menção à figura de Manoel Santos, já que não pudemos entrevistá-lo pela ocorrência do seu falecimento.

É, na verdade, você quando entra na luta começa a pensar em transformação e a verdade a gente tem que colocar que a coisa vai em passos. A própria visão da Igreja e sindical, a princípio era que político e sindicato não se juntavam, era o que a gente chamava água e óleo. Só que o tempo vai passando e inclusive eu escutava muitas vezes o Manoel dizendo: entrei no movimento sindical e pensei que dentro de cinco, seis anos eu conseguia transformar o mundo. Foi se percebendo que a gente queria ocupar outros espaços de transformação. Isso é questão de consciência mesmo. A gente tem que ter os espaços de transformação, porque se a gente não ocupar os espaços, os outros ocupam e nós vamos ficar a vida toda só reclamando. E foi daí que começou as pessoas acharem que tinha que fundar um partido, tinha que ter um partido que representasse esses trabalhadores, então todas as pessoas que estamos colocando aí se filiaram ao partido, o PT. Na verdade, foram fundadores do PT Manoel, Raimundo foi, todos eles foram fundadores. Inclusive Raimundo Aquino foi o primeiro candidato do PT aqui em Serra Talhada nos anos 80. Foi até candidato a prefeito, onde fazia campanha em cima de um tamborete, não era pensando em se eleger, era pensando em mostrar a sociedade que tinha alternativas. E assim foi se discutindo a necessidade de ter um candidato a vereador, de ter candidatos que lançassem candidatos a prefeito pra mostrar a oposição, que começou a batalhar, ter candidato à presidência da república, porque nós távamos tendo claro que a questão da convivência com o semiárido e a transformação da sociedade passa pela aquisição de políticas públicas, porque no Brasil não temos aquele povo para fazer a revolução, então se você não ia fazer a transformação através da revolução, teria que ser através da política (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015, grifos nossos).

A narrativa desse informante possibilita apreender o objetivo mais geral, digamos a utopia, que alimenta o movimento em torno da convivência: a transformação da sociedade. O crescente processo de sindicalização rural, orientado pela Igreja Católica, e com uma vertente transformadora, era uma estratégia para promover a organização dos agricultores pobres do Nordeste (Favero, 2006).

Assim, ter adentrado na comunidade cristã é uma característica comum na trajetória de vida de lideranças, guiadas por uma crença revolucionária, de transformação da sociedade. Foi por essa via que a convivência com o semiárido adquire um alcance político efetivo, via políticas públicas, costurando o diálogo em diferentes esferas, entre sociedade civil e Estado, durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

Destacamos o papel fundamental da Diocese de Afogados da Ingazeira (PE), impulsionando a formação de lideranças importantes no município de Serra Talhada e para o Partido dos Trabalhadores. Algumas dessas lideranças passaram a atuar na gestão pública, outras em ONGs, as quais foram essenciais para o amadurecimento do paradigma da convivência com o semiárido.

do, a exemplo do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR-1994), que é uma referência no município. Nasce de um Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira, na década de 80 – Projeto de Educação Comunitária Rural (PECOR) –, que, além de apoiar os movimentos sociais, tinha a Diocese como intermediária, uma mediadora importante nas negociações com as agências de Cooperação Internacional.

Tanto o CECOR, quanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Serra Talhada e outros políticos locais do Partido dos Trabalhadores tiveram a mesma formação para a militância, além de terem valorizado o “rural” enquanto espaço de investimento e formação de um eleitorado petista, que tem na figura de Manoel Santos um líder local autêntico, nascido e conhecedor das necessidades do lugar.

Outra arena importante para acessar de maneira quase fotográfica a relação entre a sociedade civil e o Estado é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. As disputas no interior do CMDRS evidenciam uma relação bastante estreita entre o Poder Público Municipal e o Conselho, que parece se transformar em um espaço de “negociações políticas”. O sentido do “político”, aqui, está relacionado a determinado “balcão de negociações” para favorecer sucessões de cargos na prefeitura: o atual Prefeito foi presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada e são inúmeros os candidatos a vereadores que também o foram, ou assumiram outro tipo de função. O prefeito, obviamente, não assumiria isso, associando certa “pelegagem” às ações progressistas do Conselho:

Quando eu entrei o conselho já existia, nós fortalecemos o conselho. O conselho era um conselho muito de... não era pelego não, mas era do presidente andar com o livro de baixo do suvaco. Como é que chama? Era o meu conselho. Não era um conselho dos agricultores, ou seja, tinha dono. (...) O conselho, ele é tão forte que não tem nenhuma interferência da prefeitura, tanto é que eu fui vice-prefeito e as pessoas achavam que o conselho dependia da prefeitura e ele só andava porque eu era vice-prefeito. Hoje eu sou prefeito e o conselho continua aí funcionando independente de prefeitura. E quem quer que entre na prefeitura o conselho vai continuar funcionando, porque ele tem uma relação intrínseca muito forte com o sindicato, não é, e com as organizações sociais, e é uma casa dos agricultores. 80% da estrutura dele são as associações rurais. Então não há interferência direta da política, pelo contrário, a política na sua transversalidade contribui com o conselho, mas não interfere diretamente (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).

De fato, a trajetória dos movimentos sociais em Serra Talhada e região sofreria um deslocamento com o passar do tempo. De acordo com o prefeito, de uma versão “comunista” atribuída aos movimentos sociais nas décadas de 70, 80, e, principalmente nos anos 90, com a participação dos agricultores nos sindicatos, haveria uma ressignificação das ações dos movimentos sociais, com base na organização de associações e no acesso às políticas públicas:

Pesquisadora: E isso você enquanto presidente do Conselho?

Prefeito: Aí eu comecei a andar nas comunidades, reunir o povo organizar as associações, discutir com a comunidade a importância da criação da associação, o porquê, então o que possibilitou o que fortaleceu o programa garantia safra. Quando nós começamos a discutir o programa garantia safra, o primeiro programa tinha 640 agricultores, hoje tem 5000. Então a grande ferramenta que fortaleceu o movimento de criação de associação foi o programa garantia safra, e outros programas que surgiram ao longo também (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).

O discurso da convivência com o semiárido se desenvolve em um ambiente marcado pela tensão entre o alcance político da sociedade civil, representado pelo avanço dos movimentos sociais, pelo crescimento dos arranjos associativos e pela consolidação de espaços públicos e democráticos, e a sua incorporação pelo Estado, performatizado por um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, pautado na crença de que a política e os processos de tomada de decisão estariam sendo reconfigurados. Até então, na prática, a convivência, em sua essência, estaria sendo trabalhada pelas ONGs e alguns órgãos públicos, através da implantação das tecnologias sociais e dos projetos de atuação de cada entidade. No entanto, um diálogo direto com o Governo, no âmbito municipal, teria na construção do Plano uma conquista política.

Pesquisadora: E por que você acha que Serra Talhada entrou como pioneira nesse plano municipal?

Prefeito: É pioneira porque nós fundamos, nós iniciamos a discussão, nós fizemos várias conferências e formatamos o primeiro plano de convivência. A partir daí passamos a adotar como prática algumas metodologias de convivência, e aí passou a fazer parte de política pública dentro do governo esse plano de convivência.(...) Tava dentro do eixo de desenvolvimento que nós queríamos adotar dentro do governo não é, se por ventura fôssemos eleitos. Como chegamos, a gente colocou como prioridade.

Pesquisadora: E quais são as suas expectativas em relação a isso?

Prefeito: Bom, não é uma construção muito fácil porque toda política que você vai construir de mudança de cultura, não é muito simples mudar conceitos, mudar é, forma de agir das pessoas não é muito fácil, más nós temos procurado capacitar nossos técnicos pra levar o conhecimento e temos conseguido avançar. Só que isso leva um certo tempo (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).

A política construída a partir da temática da convivência com o semiárido, incorporada pela prefeitura, traz um caráter de mudança cultural. Mudar conceitos e modos de atuação é o objetivo da gestão municipal, a partir da construção de uma matriz cognitiva e normativa, produtora de uma identidade específica, partilhada pelos atores em favor de um paradigma ou referencial (Muller; Surel, 2004).

Entretanto, este processo é permeado por disputas, fazendo com que cada ator faça valer seus próprios interesses. Por isso a produção de uma matriz cognitiva significa mais que um simples processo discursivo, é uma dinâmica intimamente ligada às interações e às relações de força que se cristalizam pouco a pouco, para chegar a fazer parte da agenda governamental ou não governamental.

O conceito de campo político de Pierre Bourdieu (2011a) tem amparado a construção de uma chave interpretativa que nos leva a refletir sobre o Plano Municipal de Convivência como um jogo político, no qual os princípios de visão e divisão do mundo social são guiados por ideias específicas, as chamadas ideias-força, que funcionam como força de mobilização, de universalização; força que impulsiona a ação das pessoas que compartilham determinada visão (Bourdieu, 2011a, p. 203). A convivência com o semiárido representava uma ideia-força poderosa na esfera do governo municipal, capaz de mobilizar um capital político e tornar-se hegemônico a partir de certa aprovação religiosa e científica. Os atores, dotados de poderes desiguais, possuíam um objetivo comum, permanecer ocupando o Estado, que, em certa medida, põe fim à luta política, através da pactuação de interesses e do estabelecimento de consensos. Na medida em que o campo político conquistado pelo Partido dos Trabalhadores avançou, houve ganhos para o movimento social e sindical, tendo no Estado um meio de legit-

imação de certas reivindicações, no sentido de fazer ver e de fazer crer através de ideias-força (Bourdieu, 2011a).

Com a aprovação do Plano Municipal de Convivência, as ações dos atores envolvidos passariam a ser reconhecidas como ações informadas pelo paradigma da convivência com o semiárido. Mas, na prática, não havia maiores alterações. Precisamos distinguir aqui dois movimentos: o primeiro compreende as atividades desenvolvidas pelas ONGs, relacionadas à implementação das tecnologias sociais levadas a público pela ASA e voltadas à convivência com o semiárido; e o segundo se refere à construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, enquanto incorporação do discurso pelo Estado. Vejamos este aspecto na seguinte fala:

Porque o Governo do Estado exigiu que cada município tivesse um Plano municipal. O município fez, desencadeou, procurou a Universidade que contribuiu, mas não leva adiante. Então eu vejo duas coisas. Eu vejo que enquanto na prática algumas ONGs, alguns movimentos tão fazendo na prática, sem esperar que exista uma Política, o Estado nas suas três instâncias não faz. Até tem planos, mobiliza pessoas, tem recursos, mas os Planos morrem, se acabam, né. Então assim, é um conflito, aliás, nem tem conflito, é uma contradição, não sei o que eu chamo, mas até seria bom que tivesse um conflito, uma pressão, seria excelente se tivesse uma pressão, uma disputa aí, um debate, não têm! A sociedade civil foi lá e participou, mas depois se calou. Tá fazendo na prática porque vem as ações do Centro Sabiá, vem as ações do CECOR, vem algumas ações pontuais da Universidade, vem alguns... cursos, vem algo do Projeto Dom Helder Câmara, vem uma coisa, vem outra coisa, mas não tem aquela coisa mesmo: estamos numa dinâmica de convivência com o semiárido, prefeitura municipal de Serra Talhada, mais o ITEP, mais o SEBRAE, mais a Universidade, mais as faculdades particulares, não existe isso... na prática, digo. O P1MC colabora muito porque tem os recursos, pra mobilizar, pra capacitar, o Programa Uma Terra e Duas águas, vem recurso do Pernambuco mais Produtivo, vem recursos de outros, da Cooperação, da Fundação Banco do Brasil, vão tocando, mas não é uma coisa assim, uma confluência entre movimentos sociais, ONGs e prefeituras, dando as mãos e levando, independente de quem votou em quem, levando adiante dentro de planos municipais (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Campus de Serra Talhada, entrevista realizada em novembro de 2014).

Constatam-se diferenças práticas entre as ações conduzidas pelo Estado e as executadas pela sociedade civil. Apesar das conquistas da ASA, no diálogo com o Estado experimentado na execução do P1MC, no âmbito local este diálogo institucional é bastante incipiente.

Eu acho que a ASA enquanto rede tá conseguindo aos poucos demonstrar, afirmar, ratificar essa questão do paradigma da convivência com o semiárido por meio de suas ações, isso, é claro, a visibilidade que isso tem, mas por outro lado assim, eu acho que a sociedade civil como um todo, falando de população, falando das pessoas que tão lá no meio rural, no meio urbano, das cidades pequenas (...) O alcance é muito pequeno, por exemplo, em nível local... não existem planos municipais de convivência com o semiárido, nem existem planos estaduais ainda de convivência com o semiárido. Pernambuco aponta, diz que tem um plano, mas ninguém vê esse plano (...) Eu acho que não alcançou esse nível ainda, da institucionalização, de ter planos municipais, estaduais, com suas convergências que pudessem de fato (...) Embora em vários Estados, principalmente do governo Lula pra cá, a gente vê pessoas que fazem parte da ASA, dos movimentos, que estão nos Governos estaduais, nos governos municipais, no governo Federal, mas ainda não tem tido a preocupação de levar essa pers-

pectiva da convivência pra Planos, pra programas de governo, pra programas de Estado... (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).

O fato é que, na esfera do poder público municipal, a convivência com o semiárido se materializa sob a forma de um plano fantasma que tem servido para justificar as ações da própria Secretaria da Agricultura, claramente reduzidas a duas dimensões: disputa pelo acesso a cargos políticos e acesso aos programas e políticas públicas.

Em geral, para aqueles que atuavam na esfera do Estado, o capital social vai se tornar, na prática, capital político, orientando as ações dos atores em disputa. Neste campo, o discurso se desenvolve de modo ambíguo, ou seja, os princípios reproduzem práticas e metodologias fortemente criticadas pelo paradigma da convivência: as velhas ações assistencialistas de combate à seca (SIEBER; GOMES, 2016).

5. PARA EFETIVAR O DISCURSO DA CONVIVÊNCIA: DISPUTAS, PODER E DOMINAÇÃO

Entre o esforço de construção e valorização de saberes e conhecimentos desenvolvidos ao longo do tempo pelas populações rurais, no contexto de uma natureza que precisa ser conservada (Cunha; Paulino, 2014), e a adesão a um modelo de convivência, pautado em novas formas de pensar e agir no semiárido, capaz de melhorar as condições de vida e promover a cidadania (Silva, 2006), constata-se uma discordância do poder público local que atua contrariando as iniciativas da ASA em relação à produção de conhecimento, à democratização do acesso à terra e à água.

É muita disputa em todos os sentidos, cultural, ambiental, social. É um ambiente bem carregado de tudo, de muitas manifestações, de muitas relações ainda desiguais. Isso não dá pra negar, o tempo todo a gente se depara com isso, o poder público local atua de forma muito perversa, segregando centenas de associações comunitárias rurais que ainda não têm, não estão no estado de reivindicar, de pautar, algumas aqui já se sobressaíram. Eu acredito que a ASA com as ações do programa Um milhão de Cisternas contribuíram muito para ampliar esses debates. (...) Então, é tanto que a perspectiva de convivência com o semiárido hoje ela já é bastante alastrada, já bastante compreendida neste sentido que as pessoas... não tinham essa noção. Era o pipa pra colocar água onde tivesse fila, a briga pra fazer a água. Na medida que as pessoas começam a debater, a conversar, a compreender que ali existe um poder público que gere recursos,... Que pode existir sim uma confluência, que pode participar, que pode reivindicar, que pode organizar, que pode debater sim como cidadão, como cidadã. E isso tem gerado algumas mudanças bem interessantes. Pra mim então uma das mudanças é essa compreensão da convivência com o semiárido como nosso ecossistema, é o que temos, é o que temos esse regime cada dia mais irregular de chuvas. É essa complexidade toda (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014, grifos nossos).

A narrativa do professor explicita os jogos e interesses que permeiam a convivência com o semiárido no município de Serra Talhada, mas certamente essa é uma situação exemplar do que ocorre em outros municípios do semiárido nordestino.

A dinâmica social produzida pelo chamado paradigma da convivência revela uma sociedade civil capaz de reivindicar, de pautar e de compreender que existe um Estado com poder para gerir recursos, implementar processos, produzir e legitimar narrativas. Estamos falando de uma sociedade civil mais ativa, que dialoga com o Estado e que tem na ASA um mediador importante. Esse mediador é o Professor, ao narrar detalhes da sua trajetória de vida, enquanto gerente da ASA, entre os anos de 2003 e 2009:

Pra cada instituição tem um conjunto de estratégias, né, a gente também foi aprendendo a criar junto essas estratégias pra discutir, por exemplo, com a Federação Brasileira de Bancos. Não seria uma contradição buscar dinheiro da Federação Brasileira de Bancos para financiar cisternas? Por outro não, não seria uma contradição. Dinheiro do lucro que eles têm e pode muito bem ser investido no semiárido para mobilizar pessoas, para capacitar pessoas, para construir reservatórios de água de chuva nessa perspectiva da convivência com o semiárido (...). Mas a gente foi entendendo e aprendendo a gerir recursos financeiros, a prestar contas. Também, por outro lado, foi aprendendo a enfrentar prefeitos e prefeitas que não queriam as cisternas, ou que declaravam, escancaravam que esse dinheiro deveria ir pras prefeituras e não pras ONGs. Então tivemos conflitos de todas as naturezas. (...)E a nossa estratégia era fortalecer essa base. As famílias precisavam de água? Precisavam. Então elas estão organizadas em suas associações, suas associações em sindicatos, seus sindicatos em Federações. Então vamos dar as mãos, então vamos enfrentar, Prefeito e Prefeita não vai fazer isso. A CODEVASF mesmo, gestores de CODEVASF, políticos, não entendia porque esse dinheiro não ia pras prefeituras. E a gente dizia não, vai pra mão da sociedade civil, porque é ela quem... é aqui que nós estamos aprendendo nossos processos, fortalecendo nossos processos e principalmente aprendendo a gerir recursos públicos, valorizando cada centavo. (...) E então foi muita luta, ainda é uma luta (...) (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).

O relato acima descrito é um exemplar do que Diniz (2007) tratou como “experimentalismo institucional”, um tipo de relação que se expressa no interesse da ASA em manter-se próxima ao Estado. Esta aproximação com o Estado implicou, ao mesmo tempo, uma redefinição da sociedade civil, ou seja, no processo que envolveu a efetividade da Convivência com o Semiárido, a sociedade civil não se coloca mais contra o Estado, situação vivenciada no período da ditadura. A possibilidade de uma ação conjunta, orientada pela participação da sociedade civil, se tornava central como característica distintiva de um projeto democrático (Dagnino, 2004a, 2004b).

Contudo, esse arranjo não extinguiu as velhas práticas de combate à seca; essas se reproduzem no âmago da confluência perversa da convivência com o semiárido, na relação entre a sociedade civil e o Estado. A conjuntura política, marcada pela gestão de um partido democrático, possibilitou uma dinâmica de trânsitos institucionais que levaram a cabo algumas demandas dos movimentos sociais e à criação de espaços de participação da sociedade civil, com destaque para o programa Fome Zero e o Bolsa Família. As tensões e contradições provenientes desses programas “bem sucedidos” podem expressar não só a diversidade de posições em face da participação dentro do governo, mas também a emergência de um arranjo que, de acordo com Dagnino e Teixeira (2014), pode significar o renascimento da concepção do Estado como agente fundamental de transformação social, aparentemente pautado na ruptura com o projeto neoliberal e inclusão de uma democracia participativa no governo da Presidente Dilma Rouseff.

A minha leitura é que, assim, a gente conseguiu avançar, porque a chamada sociedade civil, ela começou a perceber a necessidade de estreitar esse diálogo era necessário pra gente interferir nas políticas públicas. Porque a gente constrói as propostas na base pra que elas se tornem políticas também (...) E a gente começou a perceber que precisava estreitar esse diálogo, o que não significa compartilhar com o pensamento do Estado, não significa que a gente não tem uma visão crítica do Estado e dos governos. Mas eu acho que a gente conseguiu romper com uma barreira das organizações que vieram da ditadura mesmo, a gente não tinha naquela época como dialogar com o governo né, porque era uma estrutura extremamente repressora, não dava pra dialogar, eu acho que algumas coisas começaram, né, a mudar, inclusive algumas pessoas que tavam nos movimentos sociais, né, são cooptadas pelos governos, eu acho que isso também deu mais abertura pra que esse diálogo fosse travado. (...) Claro que essas pessoas, algumas foram pros governos não numa, numa conjuntura que favorecesse a sua ação, né, a partir do modo como pensavam nos movimentos sociais, porque dentro do governo a gente sabe que existe um campo de disputa como na academia, um campo de disputa que é duro, é bem pesado. (...) Então, assim, não é uma coisa muito fácil não (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).

As ONGs também aderem a uma lógica marcada pela confluência, entre um lugar de oposição e a necessidade permanente de dialogar com o Estado, dando origem a uma relação necessária para operacionalizar programas sociais e políticas públicas. Neste contexto, a noção de participação é fundamental para que o diálogo com o Estado aconteça e seja capaz de substituir a própria noção de distinção entre a sociedade civil e o Estado. Um pouco desse processo é narrado na entrevista com a coordenadora local do Centro Sabiá de Triunfo:

Eu acho que a Articulação do Semiárido foi o primeiro Fórum da sociedade civil que começou a fazer uma discussão mais estreita com os governos, que foi no surgimento justamente do Programa Um Milhão de Cisternas, concretizando uma proposta da sociedade civil, numa política pública. Então, pra mim, é uma política pública executada pela sociedade civil. Eu acho que esse programa é o momento mais simbólico desse diálogo, né, com os governos. E esse diálogo, ele tem se dado muito. Eu acho que o jogo é tentar interferir na construção dessas políticas que não tem sido uma tarefa simples. Mas é o que a gente tenta, através dos espaços de controle social, através dos conselhos, né, os conselhos municipais, os conselhos estaduais que foi assim, foram espaços que acabaram surgindo a partir de uma pressão da população, dos movimentos que permite uma interferência da sociedade nas políticas em alguns casos (...) Então eu acho que, acho que essa relação, ela ainda é bastante conflituosa, ela não é uma relação tranquila em absoluto, mas foi necessário que ela se desse, pra que a gente conseguisse avançar nesses processos. E até mesmo pra que a gente fosse mais coerente com o nosso discurso de que a gente precisa, a população precisa ser participativa, né, aí não bastava só jogar pedra na vitrine. (...) E as vezes a gente se vê num... assim, a gente se vê em determinadas situações tipo, em ter que dialogar com grupos do governo que você discorda dos posicionamentos, discorda das propostas políticas desses grupos. Mas você tem que fazer esse diálogo, e aí de ter muito cuidado de não perder autonomia, né, de ter sempre uma visão crítica desses processos. Mas ao mesmo tempo eu faço uma leitura de que a gente não pode perder a oportunidade, por exemplo, de ter recursos pra colocar em prática a proposta da construção da agroecologia no semiárido, por exemplo, de colocar em prática as nossas propostas de convivência com o semiárido, né, de estar construindo as tecnologias sociais junto dos

agricultores, nas comunidades (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).

A narrativa acima evidencia a dinâmica na qual os diálogos acontecem; em geral, de forma conflituosa e ambígua. De um lado, a necessidade de manter uma postura crítica em relação às ações do Estado; de outro, o risco da perda de autonomia, frente à necessidade de acesso a recursos.

Para o Coordenador do CECOR, a relação que se estabelece para acessar financiamentos contribui para reproduzir determinadas posições e atividades. Na época em que o financiamento das ONGs se baseava fundamentalmente nos acordos com a Cooperação Internacional – que no caso do CECOR era mediado pela Diocese de Afogados da Ingazeira –, a ONG apresentava a demanda à instituição para obter apoio. Atualmente, este processo se inverteu. A ONG passou a executar ações para o governo, o que resultou em uma relação de dependência dos recursos concedidos pelo Estado.

Até o momento que a gente tinha recurso da cooperação internacional a lógica era um pouco inversa de hoje. O CECOR apresentava a demanda pros agricultores, pra instituição e a instituição apoiava a nossa proposta. Agora é o inverso. O governo apresenta a demanda e a gente, se quiser participar, você entra naquilo que já tá pronto e preparado, então isso é meio perverso e nós estamos ainda tentando resolver (...) agora nós estamos executando uma proposta que não é nossa de uma forma... De uma forma também é nossa... Mas não é exatamente a nossa proposta. Nós temos, por exemplo, a chamada de Ater Agroecologia do MDA, nós estamos em execução nesse momento, que do ponto de vista do conteúdo, grande parte surgiu da sociedade civil organizada, das ONGs em particular, mas do ponto de vista da operacionalização ainda tem muito da burocracia do governo, de que é a lógica do serviço público. Então isso é perverso, mas a gente aos poucos tenta ir resolvendo, mas constitui um desafio (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).

Essa dinâmica não exclui as demandas da sociedade civil. Um ou outro tema é incorporado à agenda governamental, representando um avanço para as organizações; mas isso parece depender do trânsito institucional, discutido por Silva e Oliveira (2011), quer dizer, um trânsito que implica a habilidade de ocupar posições nos espaços de governo, de flexibilizar editais lançados para assegurar a prestação de serviços. Tudo isso reforça as semelhanças entre o Estado e a sociedade civil.

Os fluxos de interesses, ou trânsitos institucionais, possibilitam que as pautas das ONGs interfiram na agenda do próprio Estado. No entanto, essa interferência produz uma espécie de amálgama, que dificulta a validação das especificidades inerentes às diferentes instituições, regiões, municípios, etc. O fato é que, em todo o período dos governos do PT, as ONGs foram alvo de interesses do Estado, seja pela capacidade de assegurar eficiência técnica, seja pela competência de formular e executar projetos. Mas há outro viés de análise nesse processo que não podemos deixar de refletir e que implica o fato de as ONGs (ASA, Centro Sabiá, entre outras) terem sido parceiras na execução dos projetos e ações de políticas públicas, e que essa parceria tenha balançado a “autonomia” distintiva do terceiro setor (DAGNINO, 2002).

E também é o seguinte, as organizações não governamentais elas têm o conhecimento e a propriedade, né, do ponto de vista da aplicação das diversas tecnologias propostas pela convivência com o semiárido. Quem construiu essas propostas na base foram essas organizações. Então os organismos de governo,

eles não têm noção pra isso. O governo reconhece isso. Então, não é sem interesse que o governo, por exemplo, contrata as organizações não governamentais também nas chamadas de Ater, não é à toa que o projeto Dom Helder Câmara, né, fez uma parceria com as organizações não governamentais. Porque o Projeto Dom Helder Câmara, que é ligado também ao MDA, que foi pensado justamente pra construir propostas de Ater que respondam às questões, principalmente dos assentamentos rurais, né. De pensar uma Ater diferenciada que não fosse aquela Ater pública, que vinha já com o pacote pronto pros agricultores (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).

Ao final, considera-se que o paradigma da convivência pressupõe uma sociedade civil protagonista, cuja a origem e os princípios advenham de um espaço não estatal. Esta dinâmica desloca o discurso de combate à seca, disputando a hegemonia do repertório da convivência com o semiárido, e revela um setor da sociedade civil que, ao mesmo tempo que se apresenta em oposição ao Estado, parece sobreviver das práticas e ações governamentais comprometidas com a efetivação do paradigma da convivência. Considerando a conjuntura política atual, de um governo conservador, considera-se que a habilidade das ONGs em negociar com o Estado pode ser aproveitada enquanto estratégia de resistência; reinventando as ações políticas e revisitando histórias, desconstruindo problemas e construindo saberes de forma comprometida e dialogada.

O Partido dos Trabalhadores manteve, durante os últimos 20 anos, uma postura efetiva na ampliação de canais e espaços institucionais de compartilhamento para a gestão das políticas públicas, com a sociedade civil. Essa dimensão, sem dúvidas, foi um marco importante na trajetória das ações voltadas ao desenvolvimento das áreas interioranas do Nordeste semiárido. A narrativa produzida pela convivência com o semiárido é exemplar do significado político do experimentalismo institucional, no qual o Estado, embora disputado, se dispôs a compartilhar com a sociedade civil a construção de um projeto político.

Assim, ao tempo que se tenta deixar mais nítida a diferença entre Estado e sociedade civil, amplia-se a possibilidade de diálogo entre ambos, o que se torna cada vez mais interessante para um projeto democrático e participativo. Para o futuro, espera-se que as ONGs continuem, enquanto braço da chamada sociedade civil, resistindo pela efetividade do discurso da convivência com o semiárido, apesar dos desafios que certamente enfrentarão. Os atores e mediadores envolvidos nesse processo continuam sendo sujeitos potenciais para o fortalecimento da relação entre a sociedade civil e o Estado, além de agentes efetivos de mudanças sociais que possam garantir direitos aos agricultores familiares e, por conseguinte, qualidade de vida à sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os antecedentes da convivência com o semiárido manifestados pelo Fórum Seca (1989 e 1997) revelou um esforço de articulação capaz de mediar o potencial mobilizador da sociedade civil na direção do Estado, apesar de operar com um repertório discursivo e metodológico de oposição. Além de envolver eventos fundamentais destacados na literatura da convivência, a exemplo da ocupação da SUDENE e do Fórum Nordeste, o Fórum Seca justificou a centralidade de realizar a análise, aqui descrita, no município de Serra Talhada, no sertão pernambucano.

O alcance político da convivência com o semiárido tem sua legitimação com o P1MC. No entanto, para além das iniciativas da ASA e de outras ONGs parceiras, o repertório da con-

vivência é incorporado pelo Estado na forma de planos municipais e estaduais. No Estado, a convivência assume mais uma forma discursiva, servindo, em alguns casos, para justificar as ações que já vinham sendo conduzidas. Este *modus operandi*, no caso da implementação das ações da convivência e na relação entre movimentos sociais-ONGs-Estado, se faz presente, concomitantemente, ou preponderantemente, nos interesses do próprio Estado, na incorporação de demandas e de projetos “políticos”, orientados para a convivência com o semiárido.

O espaço social, de disputas e negociações políticas que se desenvolve no âmbito do Estado continua representando um espaço de cooptação (mesmo que desejado); uma vez que é nesse espaço onde a confluência perversa se legitima, modificando, às vezes, o formato dos projetos idealizados pela sociedade civil. Nesse sentido, os espaços públicos “não estatais” parecem funcionar, em alguns casos, como ferramenta da ação do governo municipal – o caso do Conselho Municipal parece atuar nesse sentido. Com a aprovação do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em Serra Talhada, temos um exemplo de como o prestígio do Estado se consolida, em um tipo de “estatolatria”, nos termos mencionados por Gramsci (2007). Ou seja, quando a vontade política do Estado é dominante, ainda que ações e decisões apareçam como produto do diálogo entre diferentes atores.

O ambiente institucional que predominou durante as gestões do PT se caracterizou em sucessivas tentativas de aproximação entre a sociedade civil e o Estado, com o objetivo de estimular e promover o compartilhamento de responsabilidades na execução de políticas públicas, reproduzindo arranjos institucionais jamais experimentados, mas que modificaram repertórios e metodologias dos movimentos sociais (Gohn, 2013).

A sociedade civil se coloca como contestadora dos interesses do Estado, que atua de maneira autoritária e excludente. No entanto, a experiência da convivência com o semiárido contradiz essa definição quase universalizada de sociedade civil, manifestada no esforço de diálogo em um ambiente institucional mais democrático e participativo. No caso da convivência com o semiárido, experimentada através de implementação do Plano Municipal, o exercício prático e político da confluência parece se materializar, através de decisões que resultam de constantes embates e negociações, nem sempre exitosas, segundo os objetivos e interesses da sociedade civil, ou do Estado.

A implementação do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, no município de Serra Talhada, vai revelar outras facetas desse “diálogo”, sob uma face política na qual as ações, em alguma medida, parecem ser motivadas por um oportunismo eleitoral a despeito de uma trajetória significativa de luta política construída pelos movimentos sociais e sindicais. Da liderança de associações, ao sindicato e conselho municipal, da secretaria da agricultura para a câmara de vereadores, ou para a prefeitura do município, a convivência com o semiárido vai sendo transfigurada, envolvida por uma cultura de carreamento de capitais para uso e empoderamento pessoal. Contudo, todo esse processo teve um papel político importante, capaz de transformar uma demanda da sociedade civil em política pública, elevando a crença dos próprios atores na mudança social, mas secundarizando a visão do paradigma como transformação radical.

A experiência da Convivência com o Semiárido, analisada no Município de Serra Talhada (PE) evidencia as distinções entre o Estado e a sociedade civil, ao mesmo tempo que revela as fragilidades e interesses que, em diversos graus, fazem parte desse processo. Ante a conjuntura que se instaura pelo Presidente Michel Temer (PMDB), a vulnerabilidade da sociedade civil vem à tona, questionando sua resistência. Observa-se a extinção e o enfraquecimento de uma série de programas e ações públicas, e a desmobilização de vários espaços participativos (Fóruns, Conselhos, Associações, Colegiados, etc). A expectativa para o momento é que as ex-

periências não caiam no esquecimento, que a crença na força política da sociedade civil organizada seja um impulso para nos livrar do medo e do comodismo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, janeiro-julho, 2011a, p. 193-216.

CUNHA, L.H.; PAULINO, J.S. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: Neves, D. P.; GOMES, R.A.; LEAL, P.F. (Orgs.) *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB, p. 27-58, 2014.

DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO. PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO. Recife, 26 de novembro de 1999.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (Ed.). *La cultura em las crisis latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 195-216, 2004a.

_____. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: _____. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-301, 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de Ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p.95-110, 2004b.

_____.; TEIXEIRA, A. C. C. The participation of civil society in Lula's government. *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 3, 2014, p. 39-66.

DINIZ, P. C. O. Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”: trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil. Experiências no semiárido. Tese. 237 p. Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2007.

DINIZ, P. C. O. ; PIRAUX, M. Agroecologia e convivência com o semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In: LIMA, J. R. T. de. (Org.) *Agroecologia e movimentos sociais*. Recife: Bagaço, p.147- 168, 2011a.

DINIZ, P. C. O.; PIRAUX, M. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no semiárido brasileiro. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 26, n.2, p. 227-238, jul/dez, 2011b.

DOSSIÊ FÓRUM SECA. FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA. Este dossiê registra destaques dos primeiros passos dados pelo Fórum Seca, o início dessa nova história escrita com a luta e a sabedoria os homens e mulheres comprometidos com a emancipação dos trabalhadores rurais do nosso Nordeste. Recife, junho de 1991.

FAVERO, O. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea), 304 p.

GOHN, M. da G. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. *SER social*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul/dez, 2013.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA, IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO. Projeto tecnologias Alternativas o Centro Josué de Castro; Pólo Sindical de Serra Talhada, Comissão Pastoral da Terra; Grupo de Ecologia Humana da UFRPE; OXFAM. Camaragibe/PE, 27 a 30 de agosto de 1990.

- MALVEZZI, R. Semiárido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Pensar Brasil)
- MULLER, P.; SUREL, Y. A análise das políticas públicas. 2.ed. Pelotas: EDUCAT, 2004. 156 p.
- PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.15, n. 56. p. 65-86, 2010.
- RELATÓRIO HISTÓRICO DO FÓRUM SECA, 1989 a 1996. Recife, março, 1997.
- SECA, UM PROBLEMA QUE TEM SOLUÇÃO: FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA. Cartilha. Marcos Figueiredo (Org.). Recife, abril de 1995.
- SIEBER, S. S.; GOMES, R. A. O plano municipal de convivência com o semiárido como instrumento discursivo: um estudo de caso no sertão de Pernambuco, Brasil. Sustentabilidade em Debate, v.7, p.226 - 238, 2016.
- SIEBER, S. S.; GOMES, R. A. Entre novos paradigmas e velhas práticas: a convivência com o semiárido e a agricultura familiar no semiárido nordestino. Cronos (Natal Impresso), v.14, 2013, p. 171-189.
- SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado - Movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez., 2011.
- SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 289 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília.

COMBATER A SECA OU CONVIVER COM O SEMIÁRIDO? FÓRUNS E ARENAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Lucas Oliveira do Amorim¹ e Catia Grisa²

RESUMO

O artigo tem como objetivo reconstituir o processo histórico de intervenção do Estado no Semiárido brasileiro e as ideias em disputa sobre as estratégias de desenvolvimento para a região. Reconhece-se que dois referenciais disputam a formulação de políticas para o Semiárido: o combate à seca e a convivência com o Semiárido. O primeiro referencial influenciou a formulação de políticas públicas durante quase todo o século XX, enquanto o segundo emergiu na década de 1990. As noções de fóruns e arenas de políticas públicas (Fouilleux, 2017, 2003, 2000) demonstraram-se interessantes ferramentas para analisar os atores envolvidos e o constante processo de negociação entre ideias e referenciais.

Palavras-chave: Articulação Semiárido Brasileiro; Convivência com o Semiárido; P1MC, P1+2.

COMBAT DROUGHT OR LIVING WITH SEMIARID? FORUMS AND SANDS OF PUBLIC POLICIES IN BRAZILIAN SEMI-ARID

ABSTRACT

The paper aims to reconstitute the historical process of state intervention in the Brazilian semi-arid and the conflicting ideas about development strategies for the region. It is recognized that two referential have disputed the policy formulation to semi-arid region: the combating drought and the living with the semi-arid region. The first referential influenced the policies for most of the twentieth century, while the second one emerged in the 1990s. The notions of forums and policy arenas (Fouilleux, 2017, 2003, 2000) have proved interesting tool for analysing the different actors involved and the constant process of negotiation among ideas and referential.

Key words: Brazilian Semi-arid Articulation; Living with the Semi-Arid Region; P1MC, P1+2.

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. E-mail: lucasflorestal@gmail.com

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. E-mail: catiagrisa@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O pensamento historicamente construído a respeito do Semiárido brasileiro é de que o grande problema, para o desenvolvimento dessa região, é a seca. Com efeito, as condições ambientais implicam grandes desafios para os 22 milhões de habitantes que vivem nessa região, mas o maior problema do Semiárido envolve relações de poder e questões de ordem política, o que resulta em disputas sobre as concepções e as estratégias de desenvolvimento.

Por muitos anos, o Estado brasileiro investiu em políticas pautadas no paradigma de combate à seca, adotadas, sobremaneira, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). A partir dessa concepção, eram construídos grandes açudes e barragens, o que dificultava a distribuição e o acesso à água por parte da população mais carente. Por outro lado, havia um favorecimento da exploração “eleitoreira” e do “patrimonialismo” (Sieber, 2016). É importante ressaltar que as políticas públicas implementadas pelo Estado a partir dessa concepção nunca garantiram o acesso do direito à água para grande parte da população, principalmente para os mais pobres. Segundo Rodrigues (2016), as grandes obras hídricas no Semiárido brasileiro contribuíram para a concentração dos recursos hídricos e, por consequência, fortaleceram as oligarquias locais e sua lógica política.

Contrária a tal perspectiva, na busca de soluções para o enfretamento do fenômeno da estiagem, as organizações da sociedade civil que integram a Articulação Semiárido Brasileiro³ (ASA) passaram a construir a perspectiva de convivência com o semiárido. Na década de 1990, a partir da criação da ASA, a sociedade civil se mobilizou em torno da concepção de convivência com o Semiárido e na luta pelo direito à água. O resultado dessa mobilização foi a elaboração de referências tecnológicas e organizativas, que, posteriormente, foram propostas para um novo modelo de política pública que visava descentralizar o acesso à água e garantir soluções de longo prazo.

Diante dessa breve contextualização, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo histórico de intervenção do Estado no Semiárido brasileiro e as disputas sobre o desenvolvimento e as políticas públicas a partir da abordagem dos fóruns e arenas de políticas públicas. Nessa abordagem, Eve Fouilleux (2017; 2003; 2000) propõe analisar o processo de produção das ideias, evidenciando os atores que as constroem e como elas são institucionalizadas em políticas públicas. Para tanto, parte-se da compreensão de que as políticas públicas são um conjunto de ideias institucionalizadas, derivadas de representações de mundo e oriundas da negociação de comunidades de atores específicos (Fouilleux, 2000).

Quatro conceitos são necessários para essa abordagem: fórum de produção de ideias, fórum de comunidades de políticas públicas, referencial de política pública e arena. O primeiro é o espaço onde são produzidas diferentes representações sobre as políticas públicas, as quais variam segundo interesses, identidades, relações de poder e instituições que organizam a ação de grupos de atores específicos (Fouilleux, 2017; 2003; 2000; Grisa, 2012). Poderíamos citar, para ilustrar, com base no tema em foco deste trabalho, a atuação do fórum das oligarquias regionais, que reúne desde os coronéis locais e grandes proprietários de terra no Nordeste brasileiro até políticos influentes, e que, por muitos anos, determinaram a dinâmica da vida política; o fórum científico, que reúne pesquisadores que estudam possibilidades para o enfrentamento da seca ou alternativas climáticas e sociais para o semiárido; o fórum da agricultura familiar, formado por organizações de trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo que lutam pela democratização do acesso à terra e pela redução das desigualdades sociais; o fórum de

³Na sua criação, em 1993, a grafia era Articulação do Semi-árido Brasileiro. Atualmente, a rede se intitula Articulação Semiárido Brasileiro.

convivência com o semiárido, composto por centenas de organizações da sociedade civil, Igreja Católica, entre outros atores articulados em torno da ASA; e o fórum da comunicação política, que compreende os grupos políticos partidários que, a cada quatro anos, disputam o poder. Cada um desses fóruns tem sua própria dinâmica e ideias e interpretações sobre o Semiárido brasileiro e o relacionamento com a seca.

Já o segundo conceito refere-se ao espaço onde as ideias produzidas nos fóruns de produção de ideias são discutidas, negociadas e institucionalizadas em políticas públicas (Fouilleux, 2017; 2003; 2000; Grisa, 2012) (Figura 1). A atividade principal do fórum de comunidades de política pública é a produção de suas próprias instituições, especialmente a política pública (Fouilleux, 2000). A produção de uma política pública envolve a construção de um “referencial”, que, por sua vez, é o instrumentos da política e seu esquema de organização. Nas palavras de Fouilleux (2000), o referencial é uma:

(...) fotografia da política em um certo momento: um conjunto ordenado de ideias oriundas de diferentes fóruns de produção de ideias, importadas, emendadas, recombinadas e aglomeradas em função dos imperativos próprios ao fórum de comunidades de política pública (Fouilleux, 2000, p. 43).

O referencial é objeto de negociação permanente entre os protagonistas das trocas políticas, sendo suscetível a inclusões, recortes e transformações em função das relações de força e dos objetivos políticos dos diferentes atores do fórum de comunidades de política pública (cada um procurando impor sua interpretação como referencial). O objetivo do fórum de comunidades de políticas é colocar as ideias divergentes “em acordo” ou construir um “compromisso” entre os atores em torno de um referencial. Enquanto o compromisso for mantido, a política é criada e segue seu curso “normal”. No entanto, mudanças nas ideias ou a entrada de novos atores podem tensionar o compromisso, exigindo nova negociação. Esses momentos de tensão e negociação são denominados arena por Fouilleux (2003; 2000) (Figura 1).



Figura 1: Fóruns de produção de ideias sobre o Semiárido brasileiro e sua relação com o fórum de comunidade de Políticas Públicas. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Grisa (2002).

É com base nesses conceitos e interpretações que buscaremos analisar as disputas em torno do desenvolvimento e das ações do Estado no Semiárido brasileiro. Realizada com base em pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, a análise procura dar conta de mapear os atores, suas ideias, as disputas e negociações entre diferentes referências de política pública para o Semiárido. Nessa perspectiva, a discussão foi organizada em três seções. A primeira reconstitui o primeiro momento de ação do Estado no Semiárido, com forte peso das ideias do fórum das oligarquias regionais. A segunda mostra como o fórum da convivência com o Semiárido conseguiu formular e articular suas ideias, apontando para um novo referencial de políticas públicas para essa região. Por fim, são apontados alguns elementos sobre a disputa histórica entre ideias para o semiárido.

1. O “COMBATE À SECA” E O DESENVOLVIMENTISMO NO SEMIÁRIDO

Os ciclos de estiagem sempre foram recorrentes em toda história do Semiárido brasileiro devido a suas características climáticas. No entanto, somente a partir da consolidação da ocupação dessa região, na segunda metade do século XIX, é que as secas passaram a ser vistas como um “problema” que necessitava de intervenção do Estado. Segundo Passador e Passador (2010):

A intervenção do Estado no Nordeste foi sempre marcada pela centralização e fragmentação das ações, e se concretizava com a criação de órgãos nacionais para o combate à seca, os quais se transformavam em objetos de disputas políticas entre os diversos segmentos da elite rural. A ação desenvolvida por esses órgãos limitava-se à construção de açudes públicos, perenizando grandes extensões de rios, sobretudo a construção de milhares de pequenos e médios açudes dentro de propriedades privadas (Passador; Passador, 2010, p. 70).

Portanto, é possível perceber que as intervenções do Estado foram sendo configuradas em decorrência da interferência de uma elite local formada por ‘coronéis’ latifundiários, que conformariam o fórum das oligarquias regionais. As ideias desse fórum ainda não estavam consolidadas no século XIX, uma vez que não havia uma ação estratégica por parte dos seus atores, mas o objetivo central era manter tal elite no poder e uma população subjugada. Nesse primeiro momento, os demais fóruns de produção de ideias ainda não estavam conformados e, diante das intensas mudanças políticas na estrutura do Estado – queda do Império e surgimento da República –, novos atores surgem no fórum de comunicação política a partir do novo sistema político representativo, principalmente atores regionais, o que foi crucial para definições das políticas na região.

As ideias dos fóruns das oligarquias regionais e da comunicação política começam a ser formuladas e institucionalizadas de forma mais sistemática em torno do combate à seca no início do século XX, resultando na criação do IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Seca), vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. O plano de ação do IOCS refletia as ideias produzidas no fórum das oligarquias regionais, as quais sugeriam o combate aos efeitos da seca por meio da realização de pesquisas, obras hídricas, canais de irrigação, construção de estradas e ferrovias, etc. (Silva, 2006). Nesse momento, um incipiente fórum científico, comandado por especialistas norte-americanos e europeus, foi demandado para a realização de estudos meteorológicos, geológicos, hidrológicos, entre outros.

Em 1945, o IOCS foi transformado no DNOCS (Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca), por meio do decreto-lei 8.846, tornando-se uma autarquia federal. O objetivo da criação desse “novo” órgão era modernizar a estrutura do seu órgão anterior, dando-lhe

mais autonomia nas ações de emergência frente às estiagens (Silva, 2006). No entanto, o que se percebeu foi que as atividades se mantiveram concentradas na ‘açudagem’, com a intensificação de grandes projetos de irrigação.

As ações do DNOCS foram potencializadas nos anos seguintes, a partir da criação de órgãos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional, como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), e o primeiro banco de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (Oliveira, 2013). Portanto, segundo Silva (2006):

Foi o primeiro sinal evidente de modificação na forma de intervenção estatal no enfrentamento dos problemas regionais. Houve de fato uma mudança do enfoque hídrico [solução hidráulica do combate à seca], para um enfoque moderno do desenvolvimento econômico da região (Silva, 2006, p.57).

Pode-se afirmar que essas iniciativas sinalizam uma mudança no referencial central no fórum de comunicação política, que passa a adotar um ideário desenvolvimentista e modernizante, diferente do período anterior, que estava fundamentado basicamente no assistencialismo e no clientelismo (Sieber, 2016). Essa mudança de cenário ocorreu, principalmente, pela chegada de novos atores no fórum de comunicação política, oriundos da criação de estruturas como o DNOCS, BNB e CHESF. Esse fórum passou por uma mudança significativa, se comparado ao período do Império e República Velha, com um Estado brasileiro com instituições um pouco mais sólidas e um referencial central baseado no ideário de desenvolvimento nacional.

O DNOCS teve um importante papel para o desenvolvimento regional, contribuindo para melhoria da infraestrutura da região, além da elaboração de diagnósticos das secas, os quais favoreceram para que a ação do Estado encontrasse visibilidade (Carvalho, 2009). No entanto, todo esse impulso para o desenvolvimento do Nordeste continuou sendo, em grande medida, subordinado aos interesses do fórum das oligarquias regionais, fomentando a “indústria da seca” (Furtado, 1989; Carvalho, 2009). A respeito disso, Francisco de Oliveira enfatiza que:

(...) tudo isso levou a que a intervenção do Estado sob a forma da acabo e dos gastos do DNOCS mantivesse, mais do que transformasse, as condições de reprodução da estrutura econômica e social: conduziu, em suma, a uma forma de Estado oligárquico, em que se fusionavam e se tornavam indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil. O Estado foi capturado por esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado era esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário (Oliveira, 2008, p. 176).

Diante disso, a população mais pobre, excluída do acesso à água e à terra, iniciou um processo organizativo reivindicando medidas que atendessem, também, às suas demandas. Um marco desse processo foi o surgimento das Ligas Camponesas, no final da década de 1940, pautando a reforma agrária e melhores condições de vida no campo. Nesse período, ainda não existia o debate sobre agricultura familiar e tais organizações se autodenominavam organizações camponesas. No entanto, para fins analíticos, essas movimentações serão enquadradas enquanto fórum da agricultura familiar, tendo em vista a conciliação com os debates mais contemporâneos e as suas pautas de reivindicações.

Esse fórum, que iniciou sua conformação a partir das Ligas Camponesas, agregou, principalmente, atores ligados à Igreja Católica. Essa aliança se deu por que: O clero nordestino, conhecedor das misérias da região, da revolta do seu povo e temeroso em face, de um lado, do desprestígio político da Igreja junto às massas e, de outro lado, que essas massas debandassem

para rumos perigosos, começou a organizar sua ação social de mais profundidade do que a da caridade do tipo paternalista (Castro, 1967, p. 209).

Nesse período de surgimento das Ligas Camponesas, também apareceram os sindicatos de trabalhadores rurais. Portanto, o fórum da agricultura familiar, composto pelas Ligas Camponesas, STRs e Igreja, articulou-se para formular ideias a partir das demandas do campesinato do semiárido. Segundo Oliveira (1981), tais mobilizações políticas associadas à miséria na Região eram vistas como riscos para a introdução de ideias subversivas e ameaçavam a ordem comandada pela burguesia nacional e pelas oligarquias locais, que tinham representantes no fórum de comunicação política e no fórum de combate à seca.

Nesse momento, não há grandes mudanças no fórum de comunidades de política pública, mesmo com a chegada de ideias de um novo fórum, mas, diante dos elementos citados anteriormente, o governo criou o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), no final da década de 1950, que foi coordenado por Celso Furtado (Silva, 2006). Pode-se dizer que a criação do GTDN propiciou a circulação de novas ideias no fórum de comunicação política, principalmente no que tange à noção de desenvolvimento regional. Targino e Moreira (2007) explicam que o relatório apresentado pelo grupo identifica que:

A raiz do problema nordestino era o seu subdesenvolvimento face ao centro dinâmico da economia brasileira, o centro-sul do país. Após mostrar que os diferenciais inter-regionais de renda vinham se aprofundando, o documento elege como estratégia central para a superação desses diferenciais o processo de industrialização regional. [...] Chama-se a atenção para o fato do GTDN ter praticamente descartado a “solução hidráulica”. Com efeito, após identificar que a seca era antes de tudo uma calamidade social decorrente de um adensamento de população e de uma forma de exploração dos recursos de um modo não condizente com a limitação do quadro natural, o GTDN preconiza uma ocupação do espaço de forma racional e o ‘enxugamento’ do excedente populacional, através de um movimento migratório dirigido (Targino; Moreira, 2007, p. 48).

Para implementar as sugestões estabelecidas pelo GTDN, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste – CODENO, que, por sua vez, teve a responsabilidade de elaborar o anteprojeto de lei de ações políticas que a SUDENE teria que realizar (Oliveira, 2013). Por fim, em 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cujo objetivo central era promover o desenvolvimento regional, cabendo-lhe, para tanto, coordenar a atuação de todos os órgãos federais com atuação no Nordeste (Moreira et al., 2008). Segundo Oliveira (2013):

Mesmo a SUDENE tendo avançado nas propostas de intervenção no Nordeste semiárido, observa-se que, na prática, ocorreram desvios nas propostas elaboradas pelo GTDN, como, por exemplo, a prioridade dada pela SUDENE à modernização do setor agropecuário, que manteve os privilégios das oligarquias agrárias nas ações de combate as secas e a priorização dos programas assistenciais (Oliveira, 2013, p. 64).

Pelo que se percebe, mesmo que circulassem novas ideias no fórum de comunicação política e houvesse mudanças de referencial, não havia, de fato, mudança na implementação das políticas para o semiárido, uma vez que essas foram apropriadas segundo os interesses das oligarquias locais. Nos anos seguintes, a partir do golpe militar, a SUDENE perdeu espaço e o fórum de comunidade de políticas públicas deixou de lado a ideia e as políticas regionais de de-

envolvimento, dando ênfase a ações que vislumbravam a integração nacional (Oliveira, 2013). A partir de então, segundo Silva (2006):

Quando da ocorrência de uma nova seca no final da década de 1960, restou aos militares implementar novamente as frentes de emergência para alistar a população flagelada e realizar obras de construção de estradas e açudes. Além das políticas assistenciais e da continuidade das ações hídricas de represamento de água, os incentivos fiscais foram utilizados também para o fortalecimento da estrutura agrária do Semiárido, com a modernização das atividades pecuárias e a implantação das áreas de irrigação (Silva, 2006, p. 62).

A partir dessa constatação, o governo brasileiro, no período da ditadura militar, adotou a modernização conservadora como referencial central para as políticas para o Semiárido. As principais ações do Estado brasileiro, apontadas por Silva (2006), foram: modernização da agricultura, preservando as estruturas sociais, econômicas e agrária; e criação de instrumentos para viabilizar o item anterior (crédito, assistência técnica, infraestrutura, etc.). Portanto, as ideias produzidas pelo fórum das oligarquias regionais, e fortalecidas dentro do fórum de comunicação política, ainda tinham grande peso dentro do fórum de comunidade de políticas públicas, enquanto o fórum da agricultura familiar e seus atores praticamente ficaram inaudíveis, principalmente ao se considerar a grande repressão durante esse período. Portanto, por mais que existissem outros atores, com novas ideias em torno do desenvolvimento do semiárido, apenas as ideias produzidas no fórum das oligarquias regionais e no de comunicação política foram institucionalizadas.

Por sua vez, o incipiente fórum científico passou a contar com um novo ator a partir da criação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (Cpatsa), em junho de 1975, vinculado à Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) (Silva, 2006), que veio para contribuir na produção de ideias baseadas no referencial da modernização conservadora e de combate à seca para o semiárido, impulsionado pela crença na ciência e nas tecnologias. Segundo Silva (2006), o anseio por explicações científicas dos fenômenos naturais tinha como objetivo “combater a seca” a partir do controle ou correção da natureza, expressando a crença na capacidade do ser humano, de corrigir ou modificar a natureza por meio da ciência e da tecnologia.

Por fim, pode-se afirmar que, durante esse período de maior repressão da ditadura militar, não existiu espaço para novas ideias no fórum de comunidade de políticas públicas, sendo ouvidos somente o fórum de combate à seca, o fórum de comunicação política e o fórum científico, cujo referencial central de combate à seca era consolidado por meio da modernização conservadora.

2. A EMERGÊNCIA DA “CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO” E A DISPUTA DE IDEIAS

No fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, dois elementos importantes influenciaram diretamente no surgimento de novos referenciais em torno do Semiárido e, por consequência, novas ideias começaram a circular no fórum de comunidades de políticas públicas. O primeiro elemento foi o processo de redemocratização do Brasil, o que possibilitou a reorganização da sociedade civil e o surgimento de movimentos sociais. O segundo elemento foi a emergência do debate em torno do desenvolvimento sustentável⁴. Tal conjuntura possibilitou uma grande movimentação no fórum da agricultura familiar, que, até então, tinha sido “calado” pela ditadura militar. A CONTAG e os Rurais da Central Única dos Trabalhadores passa-

ram a ser importantes interlocutores desse fórum, exigindo, nos primeiros anos após a redemocratização, políticas públicas mais eficientes para atender às suas demandas (Grisa, 2012).

No início da década de 1990, mais uma grande seca assolou o Semiárido brasileiro, contagiando o debate público em torno da construção de soluções definitivas para a região. Nesse contexto, em 1993, o fórum da agricultura familiar, liderado pela CONTAG, organizou uma ocupação da sede SUDENE, na cidade do Recife. Segundo Assis (2012), o movimento reivindicou políticas públicas permanentes e propôs um modelo mais inclusivo e sustentável de desenvolvimento para o semiárido. Como resultado dessa mobilização:

Foi criado o Fórum Nordeste, que era composto por mais de trezentas organizações da sociedade civil da Região, sendo elaborada uma proposta de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido Brasileiro, centrada no fortalecimento da agricultura familiar, no uso sustentável dos recursos naturais e na democratização das políticas públicas (Silva, 2006, p.79).

O documento produzido a partir desse processo de mobilização sinalizava para um referencial influenciado pelo debate desenvolvimento sustentável. No bojo da conjuntura política, as ideias desse fórum foram “ouvidas” pelo fórum da comunicação política, que, em 1994, formulou o “Projeto Áridas: uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Nordeste” (Silva, 2006). É importante destacar que a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, ocorrida no Brasil, em 1992, também contribuiu para esse processo.

Ainda na década de 1980, novas ideias também são formuladas no fórum científico, já trazendo o elemento da “convivência” com a seca para o debate. Destaca-se, aqui, o documento elaborado pela Embrapa e pela Embrater intitulado “Convivência do homem com a seca”, que propunha a descentralização do acesso à água por meio de tecnologias de captação e armazenamento (Assis, 2012).

As ideias produzidas pelo fórum da agricultura familiar e pelo fórum científico contribuíram para alavancar o debate sobre a convivência com o Semiárido, um “novo” referencial baseado em experiências e iniciativas desenvolvidas durante anos por agricultores e organizações em contraposição à lógica do combate à seca. Nesse momento, ficou evidente a necessidade de se ter um espaço de debate e formulação de ideias para o semiárido, o que resultou no surgimento do fórum de produção de ideia da convivência com o Semiárido. É importante destacar que muitas organizações da agricultura familiar participaram e participam de ambos os fóruns, mas, dada a amplitude de pautas desse grupo, faz-se necessário um espaço específico de articulação em torno das pautas do Semiárido. Segundo Grisa (2012):

É importante ressaltar que muitos atores sociais podem participar concomitantemente de mais de um fórum de produção de ideias. Essa circulação dos atores e de ideias entre os fóruns pode ser justamente um dos fatores explicativos da hegemonia de certas ideias e a sua institucionalização em políticas públicas: as mesmas ideias são defendidas em espaços diferentes, favorecendo para que se tornem dominantes. Contudo, como aludido acima, é importante considerar que cada fórum de produção de ideias é regulado por interesses e instituições distintas, o que faz com que, embora um ator participe ao mesmo tempo

⁴A expressão “desenvolvimento sustentável” foi difundida a partir do relatório Brundtland, documento preparatório para a Rio 92. Tal relatório resume o termo como a necessidade de “responder às necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das gerações futuras em responder às suas próprias”. A noção de um “novo desenvolvimento” deveria contribuir para um repensar sobre a relação da sociedade com a natureza. No entanto, Diniz e Piraux (2011) consideram que, no contexto do Semiárido, o conceito de desenvolvimento sustentável veio fortemente associado à noção de convivência com o Semiárido.

de mais de um fórum, a expressão de suas ideias pode diferenciar-se dependendo do local onde ele se encontra (Grisa, 2012, p. 60).

Dessa forma, o fato de atores do fórum da agricultura familiar terem participado do fórum da convivência com o semiárido, assim como atores do fórum científico terem participado desses outros dois fóruns, contribuiu para uma maior circulação das ideias fundamentadas no referencial sobre convivência com o semiárido.

Uma melhor articulação dos atores que compunham o fórum da convivência com o Semiárido se deu em 1999. Nesse ano, aconteceu, no Recife, a Terceira Sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3). Em um espaço paralelo, representantes de movimentos sociais, Igreja Católica e Evangélica e ONGs se reuniram para discutir suas propostas sobre a temática. Como resultado, foi divulgada a Declaração do Semiárido, que apresentava um conjunto de propostas baseadas em duas premissas: o uso sustentável dos recursos naturais do Semiárido e a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e aos outros meios de produção (Assis, 2012). Esse documento tornou-se o manifesto de constituição da Articulação do Semiárido, que, atualmente, chama-se Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

A partir de então, o fórum convivência com o Semiárido passou a ter uma melhor articulação internamente e externamente com outros fóruns, como o científico e o da agricultura familiar. As ideias articuladas entre esses fóruns resultaram na formulação de uma proposta de política pública fundamentada na concepção da convivência com o semiárido. Silva (2006) enfatiza que, com o surgimento da ASA e a consolidação do debate sobre a convivência com o semiárido, emergiu um novo referencial de políticas públicas para a região.

Como resultado dessa “conjuntura crítica”, criada a partir do tensionamento dos atores articulados na ASA, as vozes do fórum de convivência com o Semiárido e, conseqüentemente, suas ideias tiveram a oportunidade de serem ouvidas pelo fórum de comunicação política, que, a partir de 2001, passou a financiar o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC (Diniz e Piraux, 2011). O nome dado ao programa indicava que o objetivo dessa proposta ia além da construção de cisternas, sinalizando um processo de formação das famílias do Semiárido em torno da convivência com o Semiárido.

O P1MC foi uma grande novidade em termos de ação pública no Semiárido brasileiro, e vários elementos contribuíram para a institucionalização das ideias produzidas pelo fórum da convivência com o Semiárido (Assis, 2012): a) as sucessivas crises causadas pelas secas estavam cada vez mais visíveis para o grande público por meio da mídia. A seca de 1998/1999 foi considerada a pior do século e havia uma grande pressão da COP 3 e da Rio 92 para que os governos adotassem medidas para o cumprimento de metas do desenvolvimento sustentável; b) algumas experiências de construção de cisternas de placas na Bahia, financiadas com recursos de agências europeias, já mostravam bons resultados. Assim, a cisterna de placa se legitimou enquanto uma tecnologia social barata e que poderia garantir acesso à água para consumo doméstico; c) por fim, estava claro que o referencial de políticas públicas para o semiárido, fundamentado no combate à seca e na modernização conservadora, havia agravado ainda mais os problemas da região, principalmente a concentração de terras e a pobreza (Assis, 2012).

Nesse momento, dois referenciais de políticas públicas para o Semiárido totalmente opostos formaram uma arena, trazendo à tona o debate sobre soluções eficientes e definitivas para o semiárido. De um lado, o “velho” referencial de combate à seca, que, por anos, privilegiou as oligarquias regionais e trouxe conseqüências sociais e ambientais negativas; do outro lado, uma “nova” proposta, nascida a partir do debate em torno do desenvolvimento sus-

tentável e da democratização das políticas públicas e que propunha uma solução concreta para que a população do Semiárido tivesse acesso à água. A respeito desse contexto, Diniz e Piriaux (2011) enfatizam que:

(...) a intervenção governamental no semiárido não tinha um caráter permanente, isto é, eram ações nas quais os atores coletivos não vislumbravam um processo “sustentável” de desenvolvimento na região. Assim, as ações de combate à seca deveriam ser abolidas da “gramática” e da prática governamentais para que se estabelecessem processos mais contínuos e duradouros em que o objetivo fosse a convivência com o semiárido (Diniz; Piriaux, 2011, p. 229).

Nos anos de 2001 e 2002, fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi financiada a construção de 9169 cisternas de 16000 litros (Figura 2), com recursos advindos do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional das Águas (ANA) (Duque, 2015).

Figura 2: Quantidade de tecnologias sociais implementadas pelo P1MC, de 2001 até junho de 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas.

Como pode ser observado no gráfico da Figura 2, nos primeiros anos do governo Lula, houve um incremento considerável no número de tecnologias sociais de primeira água (como é chamado o P1MC) financiados pelo governo federal. Um fator que contribuiu para que as ideias do fórum da convivência com o Semiárido tivessem maior permeabilidade no fórum de comunidade de políticas públicas foram as mudanças no fórum de comunicação política. Esse fórum, agora com representantes do Partido dos Trabalhadores e com um referencial pautado nas questões sociais, contribuiu para maior fluidez das ideias produzidas pelo fórum da convivência com o Semiárido e apoiadas pelo fórum científico⁵ e pelo fórum da agricultura familiar. Essa maior fluidez de ideias de fóruns anteriormente excluídos decorreu, em grande parte, da ampliação da relação Estado-sociedade civil iniciada com a abertura democrática (Rodrigues, 2016). Essas mudanças são corroboradas por Diniz e Piriaux (2011):

⁵No fórum científico, a produção de ideias em torno do referencial da convivência com o Semiárido ganhou um impulso a partir da criação do INSA (Instituto Nacional do Semiárido), em 2004, ligado ao MCTI e responsável pela realização de pesquisas sobre o desenvolvimento sustentável do Semiárido.

Assim, quase que imediatamente à eleição de um presidente “formado” no campo da esquerda, uma parcela da sociedade civil no semiárido começa a interpelar o Governo, exigindo (ou talvez forçando) um “olhar” diferente sobre as experiências de convivência desenvolvidas no campo da sociedade civil em todo o semiárido (Diniz; Piraux, 2011, p. 233).

A partir de então, o P1MC passou a ser financiado pelo recém-criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome (MESA), que, posteriormente, integrou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Duque, 2015). Segundo Antônio Gomes Barbosa (Coordenador do Programa Uma Terra e Duas Águas), em entrevista concedida a este autor em julho de 2017:

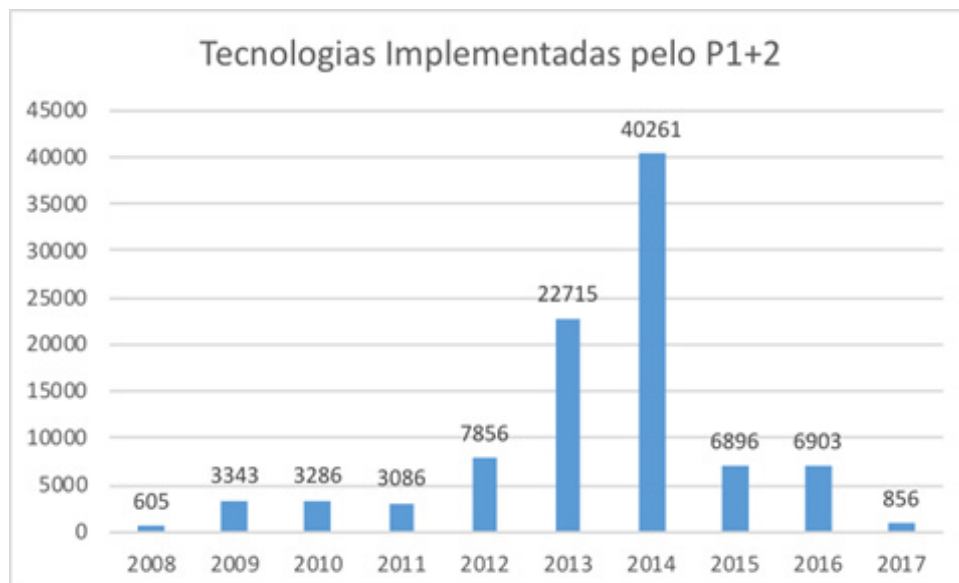
O P1MC estava avançando em passos céleres (entre 2001 e 2006), dando expressiva contribuição no enfrentamento da grande estiagem da época. Mas as avaliações realizadas davam conta de que ele era bom, mas insuficiente. Intercâmbios e debates sobre captação de água da chuva, até mesmo na China, davam conta de que era necessário avançar para o patamar de água de produção (Antônio Gomes Barbosa, Coordenador da ASA).

O depoimento de Antônio Barbosa demonstra que novas ideias começaram a ser produzidas dentro do fórum da convivência com o Semiárido em diálogo com o fórum de comunicação política. Tais ideias apontavam para a necessidade de se avançar no debate sobre a convivência com o semiárido, como retoma Antônio Barbosa:

A ASA nunca se colocou como construtora de cisternas, muito embora tenha se identificado com as cisternas. Mas o debate da ASA era a convivência com o semiárido, da qual a cisterna é um componente, assim como a terra, água de produção, uso de animais adaptados ao semiárido, cultura, educação, etc. Trata-se de conviver com o Semiárido e sua gente e não somente de construir cisternas. Neste contexto, vinha o debate da água de produção, como um elemento a mais da convivência. A ASA estabeleceu este debate onde possível. Em todos os espaços de elaboração de políticas públicas, conferências, etc. De modo que, através das formações, do fazer dos agricultores em suas propriedades e do MDS assumindo a convivência com o semiárido, foi-se contribuindo para a construção P1+2 (Antônio Gomes Barbosa, Coordenador da ASA).

Portanto, a partir do avanço do referencial de convivência com o Semiárido nas políticas públicas, a ASA, em conjunto com o MDS, formulou o Programa 1 Terra e Duas Águas (P1+2), que veio a complementar as ações do P1MC e consiste em diferentes tecnologias de captação e armazenamento de água para produção. O P1+2 passou a ser financiado pelo governo federal em 2008 (Figura 3), com 605 tecnologias sociais implementadas naquele ano.

Figura 3: Quantidade de tecnologias sociais implementadas pelo P1+2, de 2001 até junho de 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas.

É importante destacar que, por mais que o fórum das oligarquias regionais tenha perdido/diminuído o espaço na arena em torno das políticas públicas para o Semiárido, este sempre teve suas ideias ouvidas no fórum de comunidade de políticas públicas. Podemos citar os diversos investimentos em projetos de irrigação, construção de barragens e, principalmente, a transposição do Rio São Francisco. Essa última obra historicamente foi demandada pelas oligarquias da região para viabilizar o avanço da modernização agrícola no semiárido.

A mudança no governo, com a posse de Dilma Rousseff, em 2011, trouxe novos atores para o fórum de comunicação política e tensões na arena política. A partir de então, o PMDB, que já havia ganhado espaço no governo Lula, passou a integrar de forma mais efetiva o fórum de comunicação política, dando mais abertura para que as ideias do fórum das oligarquias regionais circulassem no fórum de comunidade de políticas públicas. Junto a esse elemento, Naidison Quintela (Coordenador Executivo da ASA), em entrevista concedida a este autor em julho deste ano, coloca que:

A concepção de gestão do governo Dilma, e da maior parte dos seus gestores, era extremamente governista. Relacionar-se com a sociedade civil acontecia quase que sob pressão. A sociedade civil quase não fazia parte do processo de gestão do governo. O governo Dilma atuava muito na base de metas e se avaliava que as organizações da sociedade civil não eram bons parceiros quando se tratava de execução de metas, porque estas exigiam agilidade e as organizações da sociedade civil olhavam mais o processo participativo, o empoderamento das pessoas e comunidades, a perspectiva de que não bastava fazer, mas era preciso fazer com participação. Esse conjunto de elementos levou a avaliações equivocadas de que a ASA não possuía capacidade de gestão para com celeridade que o governo necessitava para dar conta de suas metas. Ignorou-se que a não celeridade da ASA não era decorrente de sua estrutura, mas do próprio processo de gestão governamental, quando entre um projeto e outro se levava quase sete meses parado a espera de que a nova proposta fosse analisada, aprovada, desembolsada, etc. (Naidison Quintela, Coordenador Executivo da ASA).

Segundo o depoimento, houve mudanças na forma com que o fórum da comunicação política se relaciona com a sociedade civil e os movimentos sociais e, conseqüentemente, com o fórum da convivência com o Semiárido. Isso aponta para um tensionamento entre os fóruns de produção de ideias e o fórum de comunicação política, o que é refletido na maneira de conceber, implementar e gerir uma política pública.

Esse contexto, associado às mudanças no fórum de comunicação política e no fórum de comunidade de políticas públicas, a partir da forte presença do PMDB, fez com que, no final de 2011, o governo federal rompesse a parceria de uma década com a ASA. A partir de então, o governo federal substituiu as cisternas de placas por cisternas de plásticos. Para Naidison:

O embate entre cisternas de plástico e cisternas de placa significava um embate entre duas concepções de política: o combate a seca com as cisternas de plástico, pré-fabricadas, entregues prontas e sem participação, mais caras, menos participativas e duvidosas no que se refere à qualidade da água; e a convivência com o semiárido, com as cisternas construídas nas comunidades, com participação social, empoderando a população e mais baratas e mais simples (Naidison Quintela, Coordenador Executivo da ASA).

Portanto, percebe-se que houve um momento de conjuntura crítica no qual dois referenciais opostos conformaram uma arena, refletindo-se na institucionalização de ideias do fórum de combate à seca. O fato é que houve uma quebra do compromisso com as políticas de convivência com o Semiárido, assumido durante o governo Lula. Segundo Fouilleux (2017, 2000), a “vida” de um fórum de comunidades de política pública é ritmada pela alternância de fases de estabilidade e de conjunturas críticas. Segundo a autora, quando há uma configuração de arena, os compromissos são questionados e ocasionam uma instabilidade institucional, o que pode refletir em grandes mudanças ou na criação de uma nova política pública (Fouilleux, 2017; 2000; Grisa, 2012). Porém, nesse caso, o que ocorreu foi uma apropriação de uma ideia do fórum da convivência com o Semiárido (a cisterna) para ser institucionalizada a partir do referencial do fórum de combate à seca.

Diante desse cenário “a ASA foi estabelecendo situações constrangedoras para o governo, que, aos poucos, foi se convencendo de que a convivência era melhor e que a ASA era eficiente” (Naidison Quintela, Coordenador Executivo da ASA). Para isso, a ASA organizou um grande protesto em dezembro de 2011, fechando a ponte Juazeiro Petrolina, e iniciou um processo de articulação política com diferentes órgãos, como a Controladoria Geral da União, que argumentou em favor do P1MC e do P1+2 (Duque, 2015). Como resultado de toda essa pressão, no final de 2012 e em 2013, o governo federal liberou mais recursos financeiros, potencializando ainda mais o P1MC e o P1+2, como pode ser visto na quantidade recorde de tecnologias sociais implementadas em 2013.

No entanto, a partir das eleições de 2014, um novo quadro de instabilidade política provocou reconfigurações no fórum de comunicação política, o que afetou drasticamente a aceitação de demandas da sociedade civil e, por consequência, a circulação de ideias do fórum da convivência com o Semiárido dentro do fórum comunidade de políticas públicas. Essa conjuntura, que culminaria no golpe de 2016, traz um clima de incerteza sobre a continuidade de várias políticas públicas conquistadas durante os 14 anos de governo, entre elas, o P1MC e o P1+2. Reflexo disso são os reduzidos números de tecnologias sociais implementadas nesses últimos dois anos (Figura 2 e Figura 3).

Diante da atual arena configurada, vários desafios estão colocados para o fórum da convivência com Semiárido, exigindo a adoção de diversas estratégias para que suas ideias sejam ouvidas e o direito da população do Semiárido à água seja garantido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas neste artigo demonstram que diversos atores foram entrando em cena e várias ideias em torno do semiárido sendo produzidas a partir de diferentes referenciais. Segundo Fouilleux (2003; 2000) e Grisa (2012), as ideias são produzidas nos fóruns e mobiliadas em diferentes períodos, influenciadas por instituições externas, como, por exemplo, mudanças na conjuntura política e formas de governo; mas, também, há que se considerar a capacidade dos fóruns de impor suas ideias e as suas relações políticas com os outros fóruns.

Durante a maior parte da história, foram privilegiadas as ideias produzidas pelo fórum das oligarquias regionais, protagonizado pelas oligarquias locais, que tinha como objetivo manter uma estrutura social de dominação. Somente na década de 1990 ocorreu uma melhor organização e explicitação de ideias, sob o referencial da convivência com o Semiárido, que conseguiu sintetizar as demandas da população dessa região e, principalmente, com soluções definitivas para os seus problemas. A conjuntura política e o debate em torno da sustentabilidade contribuíram para que tais ideias fossem institucionalizadas pelo P1MC e pelo P1+2.

Mesmo em tão pouco tempo de institucionalização, as políticas públicas elaboradas pela ASA já contribuíram para grandes mudanças na realidade do Semiárido. Um exemplo disso pode ser observado nessa última estiagem, que durou seis anos e na qual é perceptível a capacidade de resistência da população – e as cisternas têm contribuído para isso.

Pode-se perceber que as disputas de ideias entre os fóruns, principalmente no fórum de comunicação política, em torno das políticas para o Semiárido foram marcadas por momentos de tensão entre os atores envolvidos, o que provocou, em certa medida, alguns reordenamentos, principalmente nas políticas de convivência com o Semiárido (Rodrigues, 2016). Portanto, mesmo com as evidências que demonstram a eficiência dessas políticas públicas, a atual conjuntura crítica se configura como uma ameaça à continuidade das ações de convivência com o Semiárido.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.16, n.1, p. 179-189, jan./jun. 2012.
- CASTRO, J. Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CARVALHO, O. O surgimento do DNOCS (A proposito do seu I centenário). *Revista Conviver Nordeste Semiárido*, v. I, n. 6, p. 1-68, 2009.
- DINIZ, P. C. O.; PIRAUX, M. Das intervenções de combate à seca as ações de convivência com o semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no semiárido brasileiro. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 26, n. 2, p. 227-238, 2011.
- DUQUE, G. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Organizadores). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FOUILLEUX, E. La politique agricole commune et ses réformes: une politique à l'épreuve de la globalisation. Paris: L'Harmattan, 2003.

_____. Entre production et institutionnalisation des idées: la réforme de la Politique Agricole Commune. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v.50, n.2, abr., 2000.

FOUILLEUX, E. ; JOBERT, B. Le cheminement des controverses dans la globalisation néo-libérale : pour une approche agonistique des politiques. *Gouvernement et action publique*, v.3, n.3, 2017, p. 9-36.

FURTADO, C. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. *Revista do NERA*, n. 10, 2007.

MOREIRA, E; LIMA, V; TARGINO, I. A luta camponesa pela água enquanto uma etapa do Processo de Construção/ Consolidação de Territórios de Esperança. *Revista Formação*, n. 15, v. 1, p. 74-84, 2008.

OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008

OLIVEIRA, D. B. S. O uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: entre o combate a seca e a convivência com o semiárido. 2013. 168 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB. João Pessoa, 2013.

PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, n. 56. São Paulo, 2010.

RODRIGUES, R. S. O caminho das águas: tecnologias de convivência com o Semiárido e transições sociotécnicas no sertão brasileiro. 2016. 254f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SIEBER, S. S. Entre novos paradigmas e velhas práticas: a convivência com o semiárido na agricultura familiar do sertão de Pernambuco. 2016. 335f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFCG, Campina Grande, 2016.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298p. Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2006.

A ELITE RURALISTA NO PARLAMENTO: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA BANCADA QUE REPRESENTA A CLASSE PROPRIETÁRIA RURAL

Mayrá Silva Lima¹

RESUMO

O artigo traz uma análise das principais características da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados e sua atuação como elite política. Os dados foram obtidos através das biografias publicadas pela Câmara Federal em seu portal na internet, sendo considerada a composição da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) durante as 54^o e 55^o legislaturas. A atuação desta bancada como elite política considera não somente a sua organização numérica, mas também a mobilização de vieses capazes de impedir que interesses antagônicos ganhem espaço de deliberação política. Para exemplificar, utiliza-se as notas taquigráficas da CPMI da Terra na busca dos vieses construídos dentro do Parlamento.

Palavras-Chave: Bancada Ruralista; Frente Parlamentar da Agropecuária; Elite Política.

THE ELITE RURALIST IN PARLIAMENT: MAIN CHARACTERISTICS OF THE GROUP THAT REPRESENTS THE RURAL PROPERTY CLASS

ABSTRACT

The article presents an analysis of the main characteristics of the Brazilian Rural Parliamentary Group in the Chamber of Deputies, as well as the characteristics about its performance as political elite. The data were obtained through the biographies published by the Federal Chamber on its Internet portal, considering the composition of the Parliamentary Front of Agriculture during the 54th and 55th legislatures. The performance of this group as a political elite considers not only its numerical organization but also the mobilization of biases capable of preventing antagonistic interests from gaining space for political deliberation. As an example, the landmarks of the parliamentary investigation called 'CPMI da Terra' are used to search for biases built within Parliament.

Key words: Brazilian Rural Parliamentary Group; Parliamentary Front of Farming; Political Elite.

¹ Doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. E-mail: mayra.lima@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é trazer aportes teóricos e empíricos que atualizam a caracterização dos ruralistas enquanto bancada parlamentar, numa atuação como elite política. O conceito de Elite política é aqui compreendido por meio da possibilidade de que os indivíduos ou grupos “têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos. Trata-se da capacidade de mobilizar vieses de forma a impedir que temas perigosos aos seus interesses e perspectivas sejam objetos de discussão e deliberação pública” (Bachrach; Baratz, 2011, p. 149).

A Bancada Ruralista – bancada parlamentar que representa e organiza os interesses da classe proprietária no meio rural enquanto elite política – possui atributos que revelam um grande número de integrantes, capacidade de capilarização e bom posicionamento em lugares importantes do Parlamento. Deste modo, trata-se de um grupo parlamentar com alta capacidade de sucesso nos resultados de sua atuação política em prol de interesses setoriais.

Concentro a análise na composição ruralista nas 54^o e 55^o legislaturas da Câmara dos Deputados. Como dado, foi considerada a lista de deputados federais que compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), braço oficial da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Foram utilizadas as informações biográficas oferecidas pelo portal da Câmara dos Deputados na Internet, assim como as informações da atuação de cada parlamentar que participaram da FPA nas duas legislaturas em questão.

Já para a análise dos vieses mobilizados pelos ruralistas, que caracteriza a atuação como elite política, o trabalho se concentra nas notas taquigráficas das 43 sessões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra), ocorrida no Congresso Nacional entre os anos de 2003 e 2005. A investigação citada é um momento em que a ação da representação ruralista no Parlamento brasileiro foi mais condensada, onde foi possível estabelecer discursos que identificam quais os vieses mobilizados pela elite ruralista que possibilitam o controle de temas e valores que podem impedir que interesses antagônicos sejam objetos de debate e deliberação política.

Parto da hipótese de que a posição ruralista, no caso brasileiro, é uma construção histórica, cuja atuação no âmbito da sociedade política² possibilita a mobilização de mais recursos, ainda que na realidade representem uma parcela muito pequena na população brasileira. Dados do estudo sobre as estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos do Brasil mostram que há de mais de seis milhões de camponeses sem terras, ou agricultores familiares, frente a um total de 22 mil grandes proprietários rurais no país (Del Grossi et al., 2001). No entanto, a média de parlamentares ligados a cada grupo social corresponde a 10 e 93 congressistas respectivamente, ao tomar o período de 1995 a 2006 (Vigna, 2001; 2003).

A Bancada Ruralista é uma das mais expressivas do Parlamento brasileiro desde o seu despontar durante a Constituinte, ainda na década de 1980. No Parlamento, há uma vantagem dos ruralistas que possibilita meios formais para desmobilizar qualquer perspectiva mais pluralista em torno da agenda agrária, principalmente quando se trata da defesa do valor absoluto da propriedade da terra e, mais recentemente, do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o meio rural.

²As referências de “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” são tomadas a partir da teoria gramsciana. Ao definir sociedade civil e sociedade política no âmbito da teoria ampliada do Estado, teoria gramsciana permite a base para a ação de setores antagônicos que disputam por hegemonia na sociedade, independente de maiorias representativas nos espaços institucionais do Estado. As disputas por hegemonia também adentram ao campo moral, intelectual e econômico. A construção da hegemonia é organizada por uma concepção de mundo dominante, que consegue imprimir no Estado a reprodução de sua dominação (Gramsci, 1975, 1976, 1995, 2007; Portelli, 1997).

³Utilizo o conceito elaborado por Bourdieu (1974, p. 191), em que habitus são “sistemas das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

É preciso reconhecer a propriedade privada da terra, enquanto um valor dominante, uma relação social que exprime identidades e antagonismos entre grupos, que determina traços culturais e políticos da sociedade brasileira. A propriedade privada da terra (Bruno, 2009) é formadora do *habitus*³ que oferece prestígio e poder de uma classe e se expressa de diversos modos que conferem uma identidade. Este apego à propriedade “escamoteia a questão da acumulação desigual de riqueza e oculta e naturaliza as relações sociais assimétricas de exercício do poder” (Bruno, 2009, p.216).

É possível ainda verificar que o agronegócio se configura como palavra política que unifica a atuação ruralista no Parlamento. Conforme Bruno (2009, p.114), a construção política da palavra agronegócio perpassa o uso de narrativas em que a dominação protagonizada por setores patronais é renovada por meio de discursos que alcançam não somente as organizações de representação na sociedade civil, mas também as representações escolhidas, ou eleitas para atuar em espaços institucionais do Estado.

O texto está dividido em três sessões: a primeira mostra de forma mais quantitativa a localização da Bancada Ruralista a partir da composição da Frente Parlamentar da Agropecuária, no entendimento de que a análise abrange não só os parlamentares ruralistas mais ligados a setores dominantes no campo, mas também sua rede de influência que inclui parlamentares que se referenciam nos ideais ruralistas de alguma forma. A segunda parte traz aspectos que mostram os ruralistas enquanto elite política a partir da análise da CPMI da Terra, enquanto exemplo de atuação considerado satisfatório aos interesses ruralistas. Por fim, o artigo traz a reflexão sobre o agronegócio como palavra política que unifica a atuação ruralista no Parlamento.

1. A BANCADA RURALISTA: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DE UM GRUPO DE INTERESSE

No caso brasileiro, o despontar de um grupo parlamentar apoiador de grupos dominantes do campo brasileiro é visto, de forma mais qualificada nos anos 1980, sob os debates da Constituinte, como reflexo da organização do patronato rural e dos grandes proprietários de terra. Esse espaço de sociabilidade política é um importante lugar de construção de concepção de mundo, alimentado pela identidade ruralista e de poder patronal, cujo espaço de aliança não é limitado ao tema agricultura (Bruno; Carneiro; Lacerda, 2012, p. 526).

Para Vigna (2001; 2007), a Bancada Ruralista não é uma bancada partidária, mas um grupo parlamentar suprapartidário, que possui fidelidade a seus interesses comuns, não necessariamente profissionais. Ou seja, a votação unificada acontece quando a proposição pode afetar interesses comuns. Quando não, o parlamentar ‘é liberado’ para seguir as indicações partidárias. Formam um grupo de interesse que atua dentro do Estado, sendo parte do mesmo Estado, cuja ação política é favorável aos próprios interesses setoriais.

De acordo com Bruno (1997), a organização ruralista dentro do Parlamento faz parte do conjunto de estratégias que consegue: a) manter velhas práticas e objetivos de classe, com o uso de novas tecnologias e abordagens para a agricultura; b) manter presente o discurso da competência diante da sociedade e do Estado; c) manter o *ethos* da propriedade fundiária, cuja definição é relacionada ao que outorga valor social, cultural e prestígio de classe, o que lhes confere identidade social; d) manter diversas frentes de representação através da capacidade de inserção nas cadeias produtivas e no sistema de acumulação capitalista de forma a ganhar capital político suficiente para se fazer presente dentro do Estado, sendo seu poder sempre renovado.

Deste modo, ainda de acordo com Bruno (2009), a formação desta bancada parlamentar apresenta um espaço de construção de identidades e representação dos interesses das clas-

ses e grupos dominantes no campo, cuja inserção na vida política do Congresso Nacional permite também a criação de alianças com outros setores que não são necessariamente ligados à atividade rural.

Segundo o levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), órgão de assessoria parlamentar mantido por sindicatos de trabalhadores brasileiros, nas 54 e 55^o legislaturas, a Bancada Ruralista contou com 160 e 126 parlamentares, respectivamente, entre deputados federais e senadores. Mesmo que haja alguma flutuação no número de parlamentares, existente também em outras comparações é importante destacar as conquistas consideráveis desta bancada, a exemplo da aprovação da Lei de Biossegurança; a liberação dos transgênicos por meio de Medidas Provisórias; a aprovação do relatório final da CPMI da Terra, ocorrida entre os anos de 2003 e 2005, cujos resultados implicam em disputas sobre a compreensão acerca do papel e da luta de movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outra conquista relevante da Bancada Ruralista foi a aprovação da Lei 13.465 de 2017 (Brasil, 2017), oriunda da Medida Provisória 759 editada durante o Governo de Michel Temer (agosto de 2016 – janeiro de 2019), que muda as políticas de regularização fundiária urbana e rural no Brasil. A nova legislação “abre a possibilidade concreta de inserir massivamente no mercado de terras 6.106 dos projetos de assentamento criados pelos programas de reforma agrária - 79% do total criado após 1985, totalizando mais de 37 milhões de hectares” (Leite; Sauer, 2017, p. 25).

Segundo Leite e Sauer (2017, p. 28), há uma tendência de municipalização das ações de reforma agrária, sendo possível que o Executivo Federal destine às prefeituras o cancelamento da lista de famílias que serão inseridas nos programas de reforma agrária, sendo o município o limite possível para as famílias beneficiárias. A lei ainda ampliou o Programa Terra Legal, de forma a abrir margem para regularização de terras griladas, ou mesmo que o gerenciamento seja feito por ‘laranjas’, sem nenhum vínculo efetivo com a terra (Leite; Sauer, 2017).

De acordo com Barcelos e Berriel (2009, p.16), uma das características que fundamenta a persuasão e a capacidade de convencimento da Bancada Ruralista para a aprovação de seus projetos de interesse está no seu poder de articulação e mobilização de outras bases, ou bancadas políticas. Os autores apontam que, em momentos de encaminhamentos formais na formulação de leis, decisão em comissões, ou mesmo votação no plenário, os parlamentares ruralistas se utilizam tanto do lobby, quanto da troca de favores e benefícios, por meio de uma rede de interesses entre elites do Congresso Nacional. De acordo com os autores,

(...) seus laços de cooperação e reciprocidade a outras bancadas políticas sustentam sua vitalidade e confiança institucional. Sua alta capilaridade política, não se faz pelo número absoluto de seus parlamentares, mas na habilidade de construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse. Sua aproximação com diferentes partidos não é a ausência de ideologia, mas um diferencial político, uma estratégia de convencimento e simpatia, uma forma de ilustrar sua “sensibilidade” frente às diversas questões de seu interesse” (Barcelos; Berriel, 2009, p.17).

Ainda de acordo com Barcelos e Berriel (2009, p. 18), outra característica importante que operacionaliza a ação ruralista dentro do Parlamento é a ocupação de postos e cargos estratégicos, seja em comissões temáticas, seja na mesa diretora da Câmara Federal. Isto possibilita um controle das instâncias de tramitação de projetos e programas voltados para as políticas públicas para o meio rural. Neste sentido, há a facilidade de aprovação de projetos de interes-

se e o ‘engavetamento’ de projetos que consideram desnecessários, que não atendem a seus interesses (Barcelos; Berriel, 2009, p. 18).

Ao analisar o perfil da Bancada Ruralista a partir da lista dos integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conforme já anunciado, é preciso considerar que se a Bancada Ruralista - enquanto grupo informal – integra a FPA, não necessariamente todos os integrantes da Frente podem ser considerados ruralistas por seus interesses diretos. No entanto, a lista de participantes da FPA nos revela a capacidade da Bancada Ruralista em capilarizar a influência de seus interesses, ainda que a principal atuação do parlamentar não seja referente ao setor agrário e agrícola. Para este artigo, os dados se concentram na Câmara dos Deputados, devido ao maior número de participantes, ainda que seja preciso reconhecer que há parlamentares emblemáticos que ocupam/ocuparam o cargo de Senador.

Nas legislaturas dos anos de 2011 a 2015 (54º legislatura) e dos anos 2015 a 2019 (55º legislatura), os membros integrantes da FPA foram de 191 e 228 deputados federais, além de 11 e 27 senadores, respectivamente. Tomando somente a Câmara dos Deputados, os ruralistas da 55º legislatura incluíram na FPA mais 157 deputados, inclusive o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha que, apesar de ser veterano na Câmara, não participava da Frente na legislatura anterior. Do total de integrantes da FPA na 55º legislatura, 65 deputados estavam exercendo o seu primeiro mandato. O crescimento do número de integrantes da FPA mostra a capacidade que a mesma Bancada Ruralista tem de arregimentar parlamentares para a organização de sua pauta, ainda que o parlamentar não seja um ruralista ‘por natureza’.

Chama a atenção para a quantidade de parlamentares ruralistas que se declaram empresários e advogados, ou mais de uma profissão. Na 54º legislatura, 35 parlamentares da Câmara dos Deputados se disseram advogados/as, 35 empresários/as, 31 se declararam médicos/as, cinco se declaram industriais, um se declarou delegado de polícia. Já em profissões ligadas à área rural, as principais profissões registradas por número de parlamentares foram:

Tabela 1: Principais profissões registradas pelos ruralistas da 54º legislatura

Pecuarista ou agropecuarista	16
Engenheiro/a agrônomo/a ou agrônomo/a	13
Produtor/a rural	8
Agricultor/a	8
Médico/a veterinário/a	6
Empresário/a rural	4
Agricultor/a familiar	3
Técnico/a em agropecuária	2
Agrimensor/a	1

Fonte: Câmara dos Deputados

Na 55º legislatura, 42 parlamentares da Câmara registraram em sua biografia serem empresários/as e 40 se declararam advogados/as. Foram identificados 31 professores/as, 26 médicos/as, além de três parlamentares que ocupam cargos de polícia. Quanto às profissões ligadas à área rural, as principais profissões registradas na 55º legislatura por número de parlamentares foram:

Tabela 2: Principais profissões registradas pelos ruralistas da 55ª legislatura

Pecuarista ou agropecuarista	11
Engenheiro/a agrônomo/a ou agrônomo/a	10
Produtor/a rural	5
Agricultor/a	3
Médico/a veterinário/a	3
Agricultor/a familiar	2
Técnico agrícola	1
Técnico em Meio Ambiente	1
Extensionista Rural	1

Fonte: Câmara dos Deputados

Outro dado importante diz respeito aos cargos ocupados dentro da estrutura da Câmara dos Deputados por integrantes desta Frente. Nas duas legislaturas em questão, todos os presidentes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados fizeram parte da FPA. Outros integrantes ainda ocuparam lugares na mesa diretora da Câmara, ou foram presidentes ou vice-presidentes de comissões temáticas. Na 54ª legislatura, 87 deputados federais ocuparam algum cargo de presidência, ou vice-presidência de comissões temáticas. Já na 55ª legislatura 106 parlamentares ocuparam estas posições, além de nove deputados que ocuparam cargos na Mesa Diretora da Câmara - como titulares, ou suplentes - cinco ocuparam cargos na Procuradoria Parlamentar (duas parlamentares na Procuradoria da Mulher), um na Corregedoria e um na Ouvidoria Parlamentar.

1.1 Participação em comissões temáticas, filiação partidária, estado e composição por gênero

No que diz respeito aos temas de interesse, é recorrente a hipótese de que a atividade agrícola e a questão agrária sejam temas praticamente exclusivos. No entanto, é possível verificar que os parlamentares integrantes da FPA e ligados à Bancada Ruralista atuam em outras áreas e procuram ocupar todas as comissões temáticas da Câmara, principalmente as consideradas mais táticas aos seus interesses, ou de maior visibilidade política, como é o caso da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

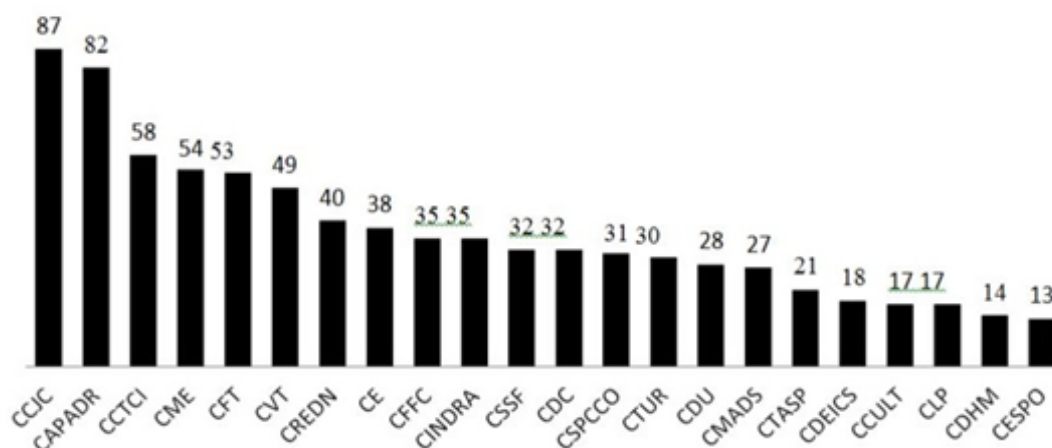
Os gráficos 1 e 2 nos dão a amplitude e a diversidade de atuação destes parlamentares. A contagem foi realizada com a ajuda do programa Excel e feita por meio da compilação das participações do parlamentar em comissão, sendo ele titular, ou suplente, durante os quatro anos da legislatura. Há casos em que a participação do parlamentar numa determinada comissão acontece por mais de um ano. Como o dado aferido não é a quantidade de vezes de participação, mas a presença na comissão, não houve a duplicação da contagem. No entanto, é importante lembrar que um mesmo parlamentar pode participar de quantas comissões ele achar necessário diante das vagas destinadas aos blocos parlamentares formados, ou mesmo trocar de comissão em qualquer momento em que for solicitado, ou se for de seu interesse.

A CAPADR, como esperado, é uma das comissões que mais mobiliza a participação ruralista e de sua frente parlamentar. No entanto, é na CCJC que há a maior participação de ruralistas. A característica desta comissão justifica a procura para integrar seus quadros. A CCJC

verifica a constitucionalidade, ou não, de projetos, sendo sempre a última comissão a apreciar obrigatoriamente qualquer projeto que perpassa pela Câmara dos Deputados.

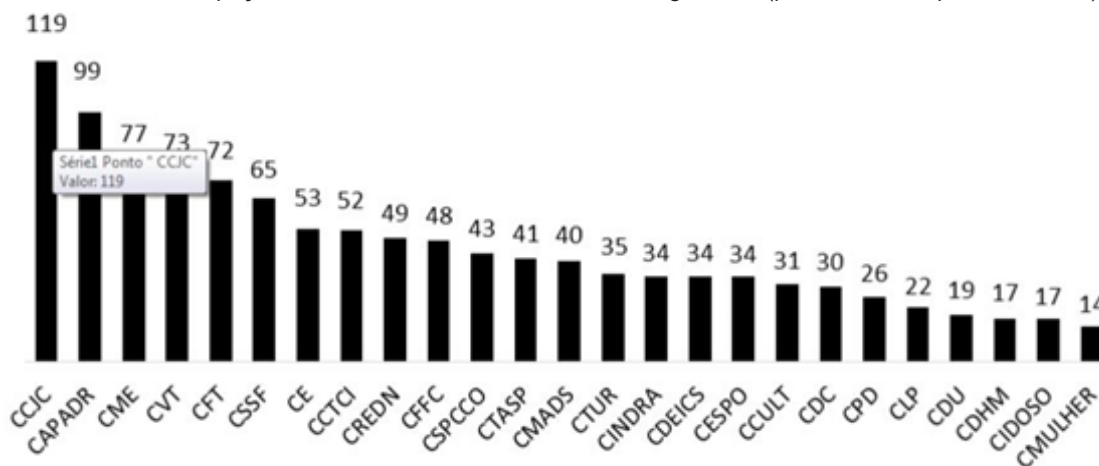
Seguindo a linha de pesquisas anteriores (Bruno, 2009; Barcelos; Berriel, 2009), a participação em comissões consideradas mais próximas a movimentos sociais, ou a organizações civis de trabalhadores, tais como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e a Comissão de Legislação Participativa (CLP) são muito baixas. Nas duas legislaturas analisadas, ambas as comissões tiveram entre 1% a 2% do total de participações em comissão de toda a FPA. Menor ainda é a participação ruralista nas comissões recém-criadas pela Câmara dos Deputados na 55ª legislatura: a Comissão dos Direitos da Mulher (CMULHER) e a dos direitos dos idosos (CIDOSO) só tiveram a participação de 1% da FPA.

Gráfico 1: Participação nas Comissões Temáticas - 54ª legislatura (por número de parlamentares)



Fonte: Câmara dos Deputados

Gráfico 2 - Participações nas Comissões Temáticas - 55ª Legislatura (por número de parlamentares)



Fonte: Câmara dos Deputados

COMISSÕES TEMÁTICAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCULT - Comissão de Cultura

CDC - Comissão de Defesa do Consumidor

CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano

CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CE - Comissão de Educação

CESPO - Comissão do Esporte

CFT - Comissão de Finanças e Tributação

CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

CINDRA - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional

e da Amazônia

CLP - Comissão de Legislação Participativa

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CME - Comissão de Minas e Energia

CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família

CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

CTUR - Comissão de Turismo

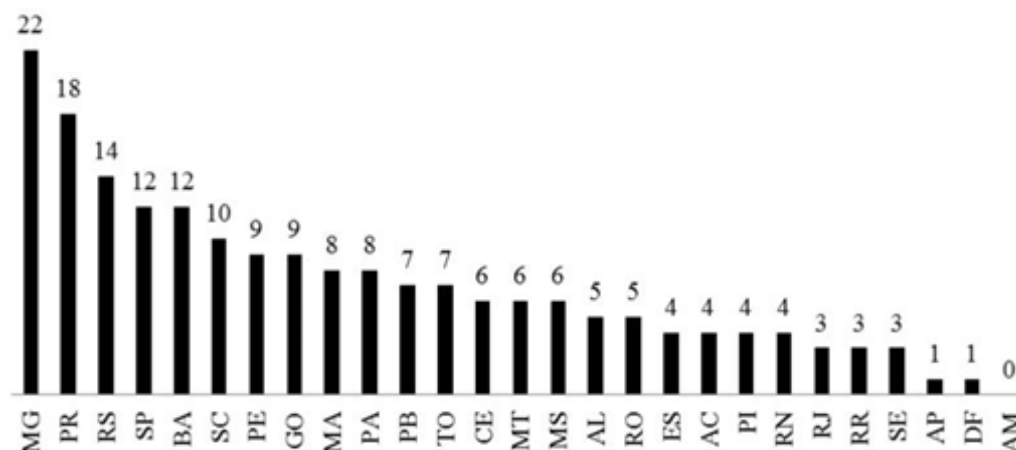
CVT - Comissão de Viação e Transportes

O PT, ao contrário do que se poderia supor, também possui representantes na FPA, apesar da tendência de redução da participação deste partido na composição da Frente, conforme aponta o gráfico 4. Se na 54^o legislatura, 12 deputados/as aderiram à FPA, na legislatura seguinte este número cai para seis. No caso do PT, em que os parlamentares tendem a ter ligação direta com movimentos sociais de luta pela terra, a adesão de deputados à FPA pode ser vista como uma tentativa de diálogo com este setor dominante no campo. No entanto, reconheço que é preciso ainda uma investigação mais qualitativa das trajetórias e outras participações destes parlamentares para confirmar a hipótese.

Os dados sobre participação partidária ainda mostram que parlamentares oriundos de partidos como o PP e o PR, que compunham a coalizção partidária que dava sustentação aos governos do PT, também possuem número expressivo de parlamentares referenciados à Bancada Ruralista.

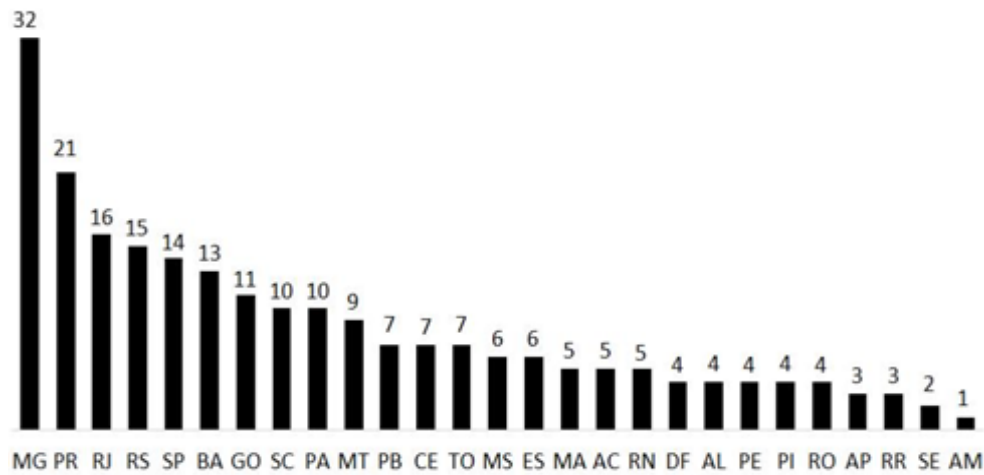
Quanto aos estados da Federação, Minas Gerais é o que mais arregimenta ruralistas para o conjunto da sua representação, seguido do estado do Paraná nos dois períodos analisados. Dentre os 53 deputados federais que tem direito, os mineiros elegeram 22 deputados que se filiaram à FPA na 54^o legislatura. Já na 55^o legislatura, esse número aumenta para 32 deputados/as federais. Os paranaenses são representados por 30 deputados, sendo que 54^o legislatura, 18 eram na FPA. Na 55^o legislatura esse número sobe para 21 parlamentares.

Gráfico 5: Distribuição da FPA por estado 54^o legislatura



Fonte: Câmara dos Deputados

Gráfico 6: Distribuição da FPA por estado 55ª legislatura



Fonte: Câmara dos Deputados

Por fim, é possível afirmar que os ruralistas no parlamento formam uma bancada masculina, ao menos nas duas últimas legislaturas. Na 54ª legislatura, apenas 10 mulheres compuseram a FPA, enquanto que na 55ª legislatura, 14 mulheres compõem a Frente Parlamentar. Por outro lado, a Bancada Ruralista conta com mulheres emblemáticas, tais como a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que é produtora rural no estado do Tocantins, foi deputada federal pelo partido DEM, senadora pelo PMDB, atualmente está filiada ao PDT. Ela ainda presidiu a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no período de 2008 a 2011, sendo reconduzida em 2014.

A senadora Kátia Abreu integrava a FPA na 54ª legislatura, mas, no início da 55ª legislatura, assumiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Dilma Rousseff (PT). A deputada Tereza Cristina (DEM-MS), que chegou a coordenar FPA durante a 55ª legislatura, tornou-se ministra da Agricultura do Governo de Jair Bolsonaro (PSL).

2. OS RURALISTAS E SUA ATUAÇÃO COMO ELITE POLÍTICA

O reconhecimento da posição da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados abre a discussão sobre o poder desta bancada na tramitação política de seus interesses. Bachrach e Baratz (2011) propõem que os pesquisadores devem prestar atenção ao que chamam de “face invisível do poder”, ou seja, na capacidade de que os indivíduos ou grupos “têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos” (Bachrach; Baratz, 2011, p. 149).

Segundo os autores, o poder pode ser exercido quando A participa da tomada de decisão que afeta B. Mas o poder também pode ser verificado quando A se mobiliza de forma a garantir valores sociais e políticos de práticas institucionais que limitem o escopo do processo político presente na arena pública somente a temas que interessam ao mesmo A. Como afirmam Bachrach e Baratz (2011, p. 151), se A obtém o sucesso disso, impede que B leve ao espaço público temas que possam ser prejudiciais aos interesses de A. Isso mostra um desenho em que uma organização política pode ter um viés, onde determinados conflitos são priorizados em detrimento, ou a partir da supressão de outros temas, sendo eles organizados e mobilizados a partir das instituições políticas, ou fora delas.

O que Bachrach e Baratz (2011, p. 153) mostram é esta face do poder que deve ser considerada nas análises dos valores dominantes e dos mitos, rituais e instituições políticas que tendem a favorecer os interesses organizados de um ou mais grupos. Ou seja, desloca-se a pergunta sobre ‘quem domina?’ e sobre ‘alguém tem poder?’ para uma investigação da mobiliza-

ção de viés da instituição e quais os grupos são beneficiados por isso, em detrimento, ou não, de outros.

É possível afirmar que os ruralistas conseguem influenciar a tomada e a não tomada de decisões de políticas para políticas públicas para o campo brasileiro mediante sua alta organização parlamentar. Isto é feito a partir da manutenção da defesa da propriedade como princípio fundamental, principalmente no que se refere ao direito à terra (Bruno, 2009).

Considerando a histórica influência ruralista no Estado e as diferenças de representação nos espaços de deliberação política, a atuação enquanto elite política dos ruralistas pode ser considerada mais complexa que a conquista de uma maioria capaz de deliberar interesses próprios. Há a capacidade de exclusão de interesses conflitantes, muitos deles pautados por movimentos sociais que lhe são antagônicos, além da mobilização de vieses que beneficiam aos próprios ruralistas, a partir da supressão de outros temas e interesses, sendo eles organizados e mobilizados a partir das instituições políticas, ou fora delas.

Os vieses mobilizados possibilitam ainda a articulação de alianças com outros atores políticos, mesmo que não sejam diretamente interessados em temas rurais, ou mesmo sejam produtores rurais. No atual contexto do capitalismo mundial, da não separação do capital produtivo do capital financeiro e do próprio agronegócio, não há como distinguir os interesses do empresariado dos interesses dos proprietários de terra que, em muitos casos, formam um mesmo segmento do capital, ou um mesmo conjunto de atores.

Desta forma, mobilizar vieses de modo que eles sejam efetivos politicamente pode possibilitar a manutenção e renovação dos interesses ruralistas nos espaços de deliberação política. Para exemplificar, recorro às notas taquigráficas das 43 sessões da CPMI da Terra, ocorridas entre os anos de 2003 a 2005. A escolha desta CPMI como unidade de análise se justifica diante dos debates e disputas sintetizados acerca da questão da estrutura fundiária do Brasil e a atuação de movimentos sociais de luta por terra e território, atores considerados antagonistas dos ruralistas.

O primeiro viés mobilizado trata da importância dos movimentos sociais enquanto ator político legítimo em uma sociedade democrática. Reconhecer que os movimentos sociais são atores políticos significa incluí-los como vozes políticas dentro de um cenário democrático. Durante a CPMI da Terra, os ruralistas acompanharam a tendência de que a sociedade civil se articula através de uma estrutura jurídica determinada pelo Estado. Para eles, a importância da representação jurídica e financeira é fundamental para a responsabilização direta do indivíduo, não reconhecendo assim o sujeito coletivo que esteja fora do modelo ruralista de representação.

O segundo viés mobilizado está no estabelecimento da competência de quem é protagonista do desenvolvimento rural. A CPMI mostra o questionamento a repasses do Estado a outras entidades que são caracterizadas como antagônicas a partir do discurso da competência da gestão do dinheiro público e da vocação para o trabalho no campo. Foi o caso da quebra do sigilo bancário de entidades ligadas aos movimentos sociais, em especial o MST, tais como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) como tentativa de comprovação da origem financeira, no caso, do MST. Por outro lado, o pedido do sigilo bancário da União Democrática Ruralista (UDR), uma das organizações do patronato rural brasileiro, foi negado pela sua origem. “Como vamos quebrar o sigilo de um cidadão que preside uma entidade legal, constituída dentro da lei, à luz do dia, só porque não gostamos dessa entidade. É o fim da picada!” (Deputado Federal Abelardo Lupion, integrante da Bancada Ruralista, 28^o sessão da CPMI da Terra, em 06 de abril de 2005 ao defender o presidente da UDR).

O terceiro viés mobilizado está no questionamento da legalidade e da legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra. O resultado desta articulação, que trouxe dispositivos legais editados ainda no regime civil-militar brasileiro, foi a criminalização dos movimentos sociais que lutam por reforma agrária a partir de formas de protesto que incluam ao questionamento da propriedade da terra. A intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública e pelas instituições políticas) como criminosas, ou seja, como ações realizadas à margem da lei e da ordem (Sauer, 2010).

Neste sentido, movimentos sociais que se utilizam da ocupação de terras como forma de protesto podem ser questionados na sua legalidade e, por consequência, sua legitimidade enquanto atores políticos. No voto do Deputado Federal Abelardo Lupion, vencedor na CPMI da Terra, chama a atenção o Projeto de Lei que configura como ato terrorista as formas de protesto que incluam a ocupação, saques, depredações “com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa” (Lupion, 2005). Propõe ainda que a punição seja feita sob a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), por que afeta “a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito” (Lupion, 2005).

Esse conjunto de vieses revelam as formas a partir do qual os ruralistas tentam invisibilizar, ou suprimir temas que, provenientes de setores antagônicos, vão de encontro aos interesses desta elite, principalmente no que tange à preservação da propriedade da terra.

3. O AGRONEGÓCIO COMO NOVA PALAVRA POLÍTICA

Bruno, Carneiro e Sevá (2009, p.132) afirmam que é possível falar em “tempo do agronegócio”. Os autores partem do suposto da existência de um processo de renovação da representação rural, que é expresso pela ampliação e diversificação de espaços formais de representação, além da construção de uma nova linguagem de legitimação e novas práticas políticas. Nisto, os indícios coletados pelos autores, a partir de entrevistas e declarações de associações patronais, mostram que 1) a representação dos interesses está cada vez mais próxima das lideranças patronais rurais e do agronegócio; 2) há a decisão de uma maior presença na grande política institucional e 3) há a tentativa de aglutinação de diferentes forças sociais e políticas em torno de objetivos comuns.

Segundo Bruno (2009), é a palavra agronegócio que tem se constituído como a nova palavra política que unifica os setores dominantes no campo, ainda que haja diferenças entre o conjunto ruralista que abrange setores que atuam ‘por dentro das porteiras da fazenda’. Conforme Bruno (2009, p.114), há a preocupação em construir, por meio da institucionalização de interesses e o fortalecimento da representação nos espaços de poder, a palavra agronegócio como um organizador coletivo que une as elites ruralistas, em torno de descrições que igualam o agronegócio à modernidade, à geração de riquezas, ao sucesso, a um “novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de toda a sociedade” (Bruno, 2009, p.114). Essas narrativas são somadas à crença na ausência de alternativas ao agronegócio, na desvalorização de qualquer modelo concorrente e no “imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses” (Bruno, 2009, p.114).

O termo ‘agronegócio’ descreve o conjunto das atividades de produção e distribuição de produtos agropecuários, submetendo a agricultura às regras do capital, sob a força da exportação de commodities, comercializadas predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros, além da aliança com empresas transnacionais. Do ponto de vista econômico, Delgado (2013,

p. 63) afirma que o boom das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais no Brasil - como meio de reorganizar a política econômica externa tendo em vista a geração de saldos comerciais de divisas a qualquer custo diante da crise cambial do ano de 1999 - pode ser identificado como o início da reestruturação econômica da economia do agronegócio, vinculado à expansão mundial das commodities. Essa reestruturação requer uma ação concertada do Estado.

Forja-se, ainda segundo Delgado (2013), um modelo baseado na acumulação de capital no âmbito de setores identificados com o agronegócio, um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura, mas sustentados com o dinheiro público, por meio de sistemas de crédito e ainda alavancado pelo mercado de terras (renda fundiária). Esse novo estilo de capitalismo agrário funciona “à margem da função social e ambiental da propriedade fundiária, conceito criado pelo Estatuto da Terra e completamente ignorado pela política agrícola do período” (Delgado, 2013, p. 62).

Deste modo, Delgado (2013, p. 61) propõe a leitura da economia do agronegócio como um “pacto de poder”, mediante a construção hegemônica da grande propriedade fundiária, as cadeias agroindustriais ligadas ao setor externo e das burocracias de Estado (ligadas ao dinheiro e a terra), que tem em vista “realizar um peculiar projeto de acumulação de capital pelo setor primário” e que possui “centralidade no sistema econômico, diferentemente da subsidiariedade à industrialização, como fora no passado” (Delgado, 2013, p. 61). Esse projeto atravessa, com completa aderência, ao menos seis mandatos presidenciais finalizados: segundo mandato Fernando Henrique Cardoso, os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro e o segundo mandato (interrompido) de Dilma Rousseff e de Michel Temer.

É marcante a tentativa de se estabelecer um consenso em torno do agronegócio como modelo de desenvolvimento que integra, inclusive, os modelos de agricultura familiar e, até mesmo, a reforma agrária, dentro de áreas ociosas e improdutivas (Bruno, 1997). Isto acontece, em grande parte, em decorrência dos interesses brasileiros no comércio exterior e a geração de superávits em torno das comercializações advindas do agronegócio e que incide no conjunto das políticas públicas e no senso comum de toda a sociedade.

A CPMI da Terra também revela a construção do agronegócio como palavra política unificadora de um setor, diluindo questões de classe ainda bastante latentes no campo brasileiro. Ao tomar novamente as notas taquigráficas da CPMI, segundo o discurso ruralista, o agronegócio é o organizador coletivo, o consenso para os conflitos existentes no campo brasileiro, que gera unidade e a não divisão do setor em classes. A intervenção do então deputado federal Ronaldo Caiado é exemplificadora: “Quais são os nossos adversários? São aqueles que querem ver uma luta de classe; são os que querem ver exatamente uma desagregação do setor produtivo primário” (Deputado Federal Ronaldo Caiado, integrante da Bancada Ruralista, 5º sessão da CPMI da Terra, em 01 de abril de 2004. Grifos meus).

Segundo Bruno (2009, p.126), a vitória ideológica do agronegócio é a de ter diluído a questão da terra. O modelo, ao não questionar a expressiva concentração de terras no Brasil, tende a invisibilizar a questão fundiária ao tratar a reforma agrária como algo que pode se estender ao próprio agronegócio. Deste modo, todos fazem parte de um mesmo conjunto social, que sustenta a economia do país e por isso fundamental para toda a sociedade, conforme indicou a então deputada federal Kátia Abreu durante a CPMI.

Então, não é só a indignação do setor rural, mas a indignação de todo o povo brasileiro, que hoje já preserva e se preocupa com esse setor, com esse agronegócio, porque é quem está segurando a “barra” do nosso Governo, das nossas exportações, da nossa balança comercial” (Deputada Federal Kátia Abreu, integrante da Bancada Ruralista, 6º sessão da CPMI da Terra, em 13 de abril de 2004. Grifos meus).

O discurso em favor do agronegócio não elimina o ethos da propriedade fundiária. Ou seja, o discurso da modernização da agricultura através do agronegócio não acompanha uma mudança no que se refere aos privilégios e cultura construída sob a égide da propriedade da terra. Pelo contrário, é o que faz o setor patronal rural conviver com a estrutura agrária existente e desconstruir qualquer culpabilidade deste setor com infrações aos direitos humanos ou ao meio ambiente, como indicado a seguir:

Este País e o Presidente da República festejam os US\$35 bilhões de superávit na balança comercial do ano passado. Muito se deve às novas fronteiras agrícolas deste País. Produtores rurais, verdadeiros heróis que desbravaram fronteiras, como no seu Estado. (...) Então, não é justo que se incrimine como trabalho escravo, como se fossem pessoas que estão deturpando a sociedade” (Deputado Federal Luis Carlos Heinze, integrante da Bancada Ruralista, 39º sessão da CP-MI da Terra, em 01 de junho de 2005. Grifos meus).

É o exercício de poder enquanto elite política, diante de relações desiguais de representação e recursos, que possibilita a hegemonia deste setor, sendo fundamentais a aliança e as intersecções com o Estado para a construção de regulações que beneficiam os interesses setoriais desta bancada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem disseram Barcelos e Berriel (2009, p. 10), é no mínimo curioso que em um país, como o Brasil, cuja narrativa da ‘vocação agrícola’ e da ‘tradi o rural’ são recorrentes, haja poucos aportes teóricos e pesquisas que analisem a constitui o dos ruralistas, bem como as formas pelas quais se inserem em canais institucionais do Estado. Este artigo   uma reflexão de forma a contribuir com aportes teóricos e dados empíricos acerca deste setor enquanto elite política.

Bem localizados em seus interesses, os ruralistas não são têm vantagens no que diz respeito   mobiliza o de recursos financeiros, mas também recursos políticos através da constru o de majorias em espaços de representa o e delibera o política, como   o caso do Parlamento. O que acontece ao longo da história   uma atualiza o de mecanismos, a depender do contexto político, para a garantia de manuten o de poder.

Enquanto elite política   preciso considerar as duas faces do poder, que entende a possibilidade de grupos possuirem capacidade não são de produzir resultados deliberativos que atendam a interesses próprios, mas também de mobilizar vieses que dificultam a entrada de temas que não interessam, pressupõe conflitos que podem estar vinculados a diversas rela es de domina o, o que torna central a desigualdade de classe como um eixo de análise.

Neste sentido, a atua o ruralista enquanto elite política dentro do Parlamento   articulada a partir de sua posi o enquanto proprietários de terra. Os vieses mobilizados são construídos de forma que sejam compreendidos como compreensões a serem adotadas dentro – e fora - dos espaços de delibera o política e institucional. A propriedade da terra   fator que orienta a posi o que   dominante no campo diante de recursos materiais e simbólicos desiguais frente a uma grande quantidade de trabalhadores/as sem-terra, ou mesmo pequenos agricultores/as. Por outro lado, o agronegócio, enquanto um modelo de desenvolvimento para o campo que não questiona a grande propriedade dentro do sistema democrático, configura-se como o organizador político da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

Para Barcelos e Berriel (2009, p.20), o Poder Legislativo é coautor e protagonista do discurso ruralista. Este espaço institucional possibilita uma construção de uma legitimidade institucional da ideologia patronal, suas lógicas operacionais, práticas e interesses. Isto se realiza como discurso hegemônico, num binômio Estado - Bancada que pretende alcançar uma universalidade, uma visão do agrário sob a ótica do Estado, cuja visão é a dos dominantes.

A compilação dos dados que mostram características mais quantitativas dos parlamentares ruralistas revela que estamos tratando de uma maioria parlamentar masculina, não necessariamente de produtores rurais, ou diretamente envolvidos com profissões ligadas à área agrária, que se esforça para ocupar espaços estratégicos da Câmara dos Deputados, inclusive por meio de cargos importantes.

No entanto, é preciso deixar esse mapa mais robusto, com informações sobre, por exemplo, a atuação nas comissões especiais e temporárias, a participação com organizações da sociedade civil, o desenvolvimento da carreira política, além do aumento do número de parlamentares no Senado Federal. Esses apontamentos ajudam a direcionar a pesquisa e compreender a sociabilidade deste setor que, cada vez mais, consegue eleger representantes para espaços de decisão política, tal como é o Parlamento.

Estes dados, somado às narrativas expostas em momentos que possam sintetizar a atuação ruralista no Parlamento, oferecem uma agenda de pesquisa, com o objetivo de estabelecer os vieses mobilizados que integram o conjunto dos interesses ruralistas.

REFERÊNCIAS

BACHRACH, P; BARATZ, M. Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v.19, n.40, p.149-157, out. 2011.

BARCELOS, E; BERRIEL, M. Práticas Institucionais e Grupos de Interesse: A geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. In XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 2009, São Paulo. Anais. São Paulo, 2009. Anais. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barcelos_EAS.pdf. Acesso em julho de 2018.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL, Presidência da República. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm Acesso: 15 de maio de 2018.

BRUNO, R. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária- UFRJ, 1997.

_____, Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.

Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BRUNO, R; LACERDA E; CARNEIRO, O. Organizações da classe dominante no campo. In CALDART, R; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 519-532.

BRUNO, R.; SEVÁ, J.; CARNEIRO, O. Agronegócio e representação de interesses In BRUNO, R. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, p. 61-68, edição especial de julho, 2013.

_____. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DEL GROSSI, M.; GASQUES, J.; SILVA, J.; CONCEIÇÃO, J. Estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil In GASQUES, J.; CONCEIÇÃO, J.C.PR (eds), Transformação da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001.

DIAP. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2015. Edição nº 5, Ano V. Brasília, 2010.

_____. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015- 2019. Edição nº 6, Ano VI. Brasília, 2014.

FERRAZ, A. Conflito entre poderes: o Poder Legislativo de sustar atos normativos do Poder Executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marcos Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. Concepção Dialética da História. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEITE, A.; SAUER, S. Medida Provisória 759: Descaminhos da Reforma Agrária e Legalização da grilagem de terras no Brasil. Revista Retratos dos Assentamentos. v. 20, nº1. p. 14-40, 2017.

LUPION, A. Relatório dos Trabalhos da “CPMI da Terra”. Voto em Separado. Senado Federal, 2005

MENDONÇA, S. O Ruralismo Brasileiro (1988-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. Tradução: Angelina Peralva. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANDOVAL, O. CPI ao pé da letra. Campinas: Millennium, 2001.

SAUER, S. Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENADO FEDERAL. CPMI da Terra. Notas Taquigráficas. Senado Federal, 2005

SOARES, J. O que faz uma CPI. Brasília: Edições Câmara, 2009.

VIGNA, E. Bancada Ruralista: um grupo de interesse. Argumento nº 8. Brasília: INESC, 2001.

_____. Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. Brasília: INESC, 2007.

DES(A)FIANDO MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DA REFORMA AGRÁRIA SOB A ÓTICA DE MULHERES ASSENTADAS

Patrícia Alves Ramiro¹ e Olivia Alves de Almeida²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo desfiar (e desafiar) as memórias sobre a história de um dos assentamentos pioneiros do Estado de São Paulo, a Gleba XV de Novembro, implantado na região do Pontal do Paranapanema em 1984. Para tanto, utilizando da metodologia da história oral, entrevistamos as mulheres da Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS). Partimos do pressuposto de que pensar a temática de gênero atrelada às memórias de mulheres sobre o processo de luta e conquista da terra é imprescindível para que se possa compreender a reforma agrária sob diferentes óticas. Seus depoimentos mostram que, ainda que silenciadas na construção da história oficial produzida pelo meio acadêmico, estas mulheres foram fundamentais para a efetiva conquista da terra.

Palavras-chave: Mulheres; Assentamento Gleba XV De Novembro; Pontal Do Paranapanema; História; Memória.

ABSTRACT

This article aims to discourse (and challenges) the memories about the history of one of the pioneer's rural settlements of the State of São Paulo, the Gleba XV de Novembro, implanted in the Pontal do Paranapanema region in 1984. Therefore, using oral history methodology, we interviewed women of the Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS). We start from the assumption that thinking about the gender theme linked to the memories of women about the process of struggle and conquest of the land is essential for understanding the agrarian reform from different perspectives. Their testimonies show that, although silenced in the construction of the official history produced by the academic environment, these women were fundamental for the effective conquest of the land.

Key words: Women; Settlement Gleba XV De Novembro; Pontal Do Paranapanema; History; Memory.

¹Professora Adjunto Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós graduação em Antropologia na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Doutora em Sociologia pela UFSCar. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com

²Professora na Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. Mestre em Sociologia pela UFGD. E-mail: olivia_vicky@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo desafia as memórias de mulheres sobre um dos assentamentos pioneiros do Estado de São Paulo, a Gleba XV de Novembro, implantado na região do Pontal do Paranapanema, nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, em 1984. Optamos por dar ênfase para as narrativas de mulheres a fim de compreendermos como elas representam suas trajetórias tendo como fio condutor o processo de luta e de conquista da terra. Seguindo a linha sociológica de estudos sobre a memória, não nos preocupamos aqui com a questão da veracidade dos fatos rememorados, mas, principalmente, com a identificação daquilo que Maurice Halbwachs (2006) denominou de quadros sociais da memória, ou seja, com a compreensão das condições sociais da reprodução do passado no presente, mais de trinta anos após a implantação do assentamento.

Também desafiamos memórias, pois defendemos a tese de que homens e mulheres foram testemunhas oculares de uma mesma história de luta pela terra, mas o direito de narrá-la oficialmente através dos discursos acadêmicos tem construído narrativas essencialmente contadas por homens. Os trabalhos acadêmicos acabam, por vezes, desapercibidamente, reforçando essas diferenças do direito ao discurso histórico dos fatos segundo o sexo do narrador ao privilegiarem tais narrativas. Isso não significa que as pesquisas referentes às desigualdades de gênero em áreas de reforma agrária sejam escassas, pelo contrário, muitos são os livros e/ou artigos que abordam a questão. Todavia, tendem a se concentrarem na análise da divisão sexual do trabalho inscrita na divisão das atividades produtivas ou na dimensão de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo em estudos empíricos localizados num espaço-tempo específico, como o acampamento e após acesso a terra, quando o assentamento já aparece como local de morada e de trabalho (Paulilo, 1987, 2004; Butto; Hora, 2008; Rua; Abramovay, 2000; Farias, 2007, 2008).

Obviamente, isso não ocorre porque eles sejam os únicos protagonistas de todo o longo processo de organização, mobilizações, acampamentos, conquistas, acordos e recuos envolvidos, mas sim, como resultado da inscrição desigual entre os sexos que envolvem a atribuição e manutenção de capital social e simbólico.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que pensar a temática de gênero atrelada à história do processo de luta pela terra é imprescindível para que se possa incluir e valorizar as representações sociais das mulheres nesse contexto.

O conceito de gênero aparece aqui entendido como elemento constitutivo de práticas sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, cuja função reside em significar as relações de poder (Scott, 1995). Sendo assim, conhecer as trajetórias das mulheres desse espaço rural e suas próprias representações sobre as mesmas, nos parece ser uma possibilidade de conhecer a história por uma perspectiva diferenciada, dada a invisibilidade socialmente construída de seu papel.

Para tanto, nos valemos da metodologia da história oral com a gravação de entrevistas em diferentes etapas de pesquisas, em anos diferenciados, entre 2010 e 2015³. Dada a profundidade das entrevistas, optamos por seguir a indicação de Thompson (2002) de realizarmos as entrevistas sempre nas casas das mulheres, a fim de que elas se sentissem à vontade para relembrar o passado.

³Pesquisa realizada como parte do projeto de pesquisa “Estratégias rurais não agrícolas em assentamentos rurais na região de fronteira entre MS e SP”, coordenado por Patrícia Alves Ramiro com apoio do CNPq (Edital MCT/CNPq 14/2010). Contou também com bolsa de Iniciação Científica concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para Olivia Alves de Almeida. Conferir Almeida (2012, 2016).

1. A “CONSTRUÇÃO” DAS MEMÓRIAS

O primeiro ponto que se colocou para essa pesquisa foi o de definir quem seriam as interlocutoras. Ainda que a temática demandasse a metodologia da história oral como forma de “constituição de fontes para a história contemporânea” (Alberti, 2010, p. 154), foi-nos necessário ter ciência daquilo que Le Goff (1990) denominou de “documento-monumento”. Na prática isso significa que ao selecionarmos os entrevistados estamos selecionando intencionalmente aqueles que julgamos aptos a falarem e, desta maneira, concordamos com Alberti (2010, p.184) quando afirma que “a entrevista é produzida para ser monumento”.

Nesse caso, o recorte escolhido foi selecionarmos as mulheres que estavam participando da Organização das Mulheres Unidas (OMUS). Atualmente, várias são as associações formais e/ou informais de mulheres do assentamento Gleba XV de Novembro, dada a sua grande dimensão: são 571 famílias assentadas vivendo em lotes distribuídos espacialmente tanto no município de Rosana (onde fica a maioria das áreas desapropriadas) e no município vizinho, Euclides da Cunha Paulista. A escolha desta associação específica se deu devido à sua relevância histórica para o associativismo entre mulheres assentadas, sendo reconhecida como a primeira associação de mulheres assentadas da região do Pontal do Paranapanema⁴.

A OMUS se formou no final da década de 1980, em meados de 1987/88 quando algumas mulheres se reuniam debaixo de um pé da manga e falavam sobre as necessidades do assentamento, tendo sido legalizada no ano de 1990. Associação que se materializa no espaço físico do assentamento através da conquista de um lote exclusivo para a mesma, fato inédito até aquele momento, ainda mais por se tratarem de mulheres. Neste começo, contam que o intuito era discutir sobre as condições necessárias para reprodução da família, tal como as necessidades de saúde e educação. Chegaram a realizar alguns plantios coletivos e criação comunitária de cabeças de gado no lote, mas desde 2002 (até a data final da pesquisa, em 2015) a principal atividade produtiva da associação era a fabricação de pães para venda junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵. Para se ter uma dimensão do papel de destaque ocupado pela OMUS, a organização local das entregas ao PAA dos assentados da Gleba XV de Novembro há nove anos era responsabilidade deste grupo de mulheres, contando com a comercialização de aproximadamente 100 produtores, visto que elas possuem os capitais sociais necessários, além das condições jurídicas exigidas pelo Programa.

Em razão dessa posição de destaque, atualmente ocupada, optamos por serem essas associadas nossas interlocutoras. Se nada sabíamos de antemão sobre o ponto de partida da trajetória destas mulheres, tínhamos conhecimento de pontos em comum que as unem no presente: a participação na associação e a permanência duradoura no local. Sua vida em conjunto na associação viabiliza a (re)construção de memórias coletivas, afinal, como nos mostra Halbwachs

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em

⁴Inicialmente foi denominada de Organização das Mulheres Unidas do Setor II (OMUS II), referência ao setor do assentamento onde foi fundada. Com o tempo, exclui-se o setor, pois ela passa a abrigar mulheres de outros setores do local.

⁵Programa cujos “beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006” (Brasil, 2012). Importante frisarmos o contexto temporal desta pesquisa, pois sabe-se que muitos cortes vêm sendo realizados para execução do Programa.

comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (Halbwachs, 2006, p. 18).

Doravante, é importante frisar que, como mostraremos neste trabalho, o fato de abordarmos a temática a partir das representações deste coletivo de mulheres, não significa pensar que se trata de grupo homogêneo. As trajetórias destas mulheres não foram as mesmas e, por este motivo, trazem à tona memórias individuais e coletivas que se articulam de forma diversa conforme a pessoa que narra (Bosi, 2003). Todavia, o fato de terem conseguido permanecer apesar de todas as dificuldades enfrentadas e de terem no decorrer do tempo ocupado espaços importantes, as colocam no presente em posição distinta com relação às mulheres que não tiveram o mesmo êxito.

2. DO DESEJO PELA TERRA A PRÁTICA DA LUTA: O INÍCIO

Um dos momentos construídos pela situação da entrevista consistia em tentar identificar de que maneira as mulheres da OMUS lembrariam como foi a decisão de desejar um lote de terra através da reforma agrária. O formato de luta pela terra baseado na ocupação de terras era atípico na década de 1980. Narrativas construídas majoritariamente por homens entrevistados pela historiadora Maria Celma Borges (2010) falam de pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e hidroelétricas da região que se uniram no ano de 1983 para a organização de um movimento social que resultaria na implantação definitiva do assentamento Gleba XV de Novembro no ano seguinte. Estes teriam sido uma categoria de “sem terra” (sem hífen) do Pontal do Paranapanema que, posteriormente, passaria a se identificar com a categoria dos sem-terra (com hífen), através da chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na região. Um dos entrevistados pela autora, presente desde o início da luta pela terra que posteriormente torna-se militante do MST, fala em conflitos entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o PT, o PMDB e sindicatos na condução das lutas na região; além de destacar a força política da igreja católica.

Algumas mulheres narram a novidade que era um acampamento e suas lonas pretas na beira da estrada. A situação de escassez e o desejo do retorno ao acesso à terra as atraíam para a possibilidade de mudança de vida, como foi o caso relatado por Dona Maria de Jesus:

Nós fiquemo sabendo porque foi pertinho de Euclides né? Aí a gente viu aquele monte de barraco de lona. Aí a gente chegou e procurou né, o que que era. Aí ele disse: “nós tamo esperando terra”. Aqueles primeiro lá. “Nós tamo esperando terra, e se tiver mais gente pra querer esperar terra, pode vim”. Aí eu disse: “Vicente [seu marido], vamo esperar um pedacinho de terra? Que nós aqui nunca faz nada não, se nós num for trabalhar em roça, nós nunca faz nada!”. Aí foi. Peguemo, fizemo um barraquinho lá, e fiquemo esperando terra. Com 8 meses, 8 meses, nós tava lá recebendo as coisinha assim de pouquinho: uma xirquinha de arroz pra um, um copinho de óleo pra outro, assim que vinha de fora, que o povo doava [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

O retorno ao trabalho na roça aparecia no imaginário de Maria de Jesus como a melhor e talvez a única alternativa para conquista de uma vida melhor. A narrativa a coloca como protagonista no incentivo ao marido de ir ocupar um barraco de lona no acampamento recém instalado às margens da rodovia. Seria ela quem teria encorajado o marido para que fossem em busca da única possibilidade que ela era capaz de visualizar para garantirem sua reprodução social, afinal, na cidade não havia nada que pudessem fazer.

Esse protagonismo da mulher para decisão da família aparece também em outras falas quando se detêm sobre o momento da decisão do acampamento. Mas o que, de fato, unirá todas as falas sobre essa decisão será a vivência anterior de uma situação de desenraizamento, repleto de desesperança com a vida no campo e na cidade. Era preciso estar às margens da sociedade para acreditar na concretude da desapropriação de terras e como não havia ainda o MST na região, foi necessário que formas de organização social fossem construídas.

Acreditamos que, nesse caso, foi de fundamental importância o acionamento do capital social existente entre essas pessoas que optaram por ocupar as lonas na beira da estrada. Observando os relatos das mulheres, notamos que muitas das famílias, mesmo aquelas que haviam migrado para cidades mais longínquas, ficaram sabendo através de suas redes de relações sociais do que ocorria em Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

A diferença dos relatos reside basicamente nos processos sociais e históricos de migrações “forçadas” pela expropriação da terra. Tal foi o caso de Maria José que já havia morado na região, mas estava há doze anos na cidade de São Paulo, distante 700 quilômetros do local, quando soube do acampamento:

(...) chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo, aí fomo lá e fiquemo mais ou menos uns doze... doze anos, depois de doze anos, aí foi quando decidimo voltar pra cá novamente. Num foi assim, é uma colega minha chegou lá em São Paulo né, aí ela falou assim pra mim: “ah você sempre gostou de morar na roça, porque que cê num vai? Lá tá tão bom lá, o município de Euclides, entre Rosana e Teodoro Sampaio”. Aí eu falei: “mas é verdade?”. Ela falou: “é. Eles tão lá numa, numa invasão de terra, que diz que futuramente o governo vai repartir essa terra pro pessoal, né”. E eu fiquei na dúvida né? Será que é verdade? Ai, será que compensa ir lá e gastar dinheiro com passagem pra ver? Meu marido decidiu e veio. Aí chegou aqui era verdade. Aí ele voltou pra São Paulo. Aí tinha um colega dele, ele marcou lá um lugar do barraco né, aí falou pro colega: “toma conta desse lugar aqui que eu vou lá em São Paulo, daqui uns trinta dia eu volto e venho com a família”. Aí de fato aconteceu com trinta dia nós viemo [...] (Maria José, 67 anos, 2012).

O depoimento ilustra bem o processo de expropriação da terra sofrido pelos pequenos agricultores, o qual, se reproduziu em diversas regiões do Brasil, quer devido ao aumento da pecuária, da monocultura canavieira e/ou da chegada dos direitos trabalhistas no campo (Heredia et. al., 2010; Leite, 1998). Relação perversa expressa aqui pelo relato de que “chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama”, ou seja, pastagem para o gado, obrigando-as a partir.

A fala demonstra aquilo que o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira denominou de “a metamorfose da renda da terra em capital” (Oliveira, 1991, p. 18), quando se utilizam de relações não capitalistas no campo e conseguem, ainda assim, ‘produzir’ capital. Prática comum no oeste do Estado de São Paulo, quando os fazendeiros pecuaristas de corte viam suas pastagens degradadas e, para não pagarem pelo trabalho de outros, arrendavam as terras em troca

de parte da produção ou pagamento em dinheiro. Desta maneira, conseguiam, além de gerarem capital, fazer com que o plantio “dos outros” recuperasse seu solo, viabilizando o plantio do capim novamente. Momento em que os agricultores se veem expulsos da terra, as quais deviam dar lugar ao gado novamente.

O assentamento aparece assim como uma reconversão para uma realidade melhor, ao menos no sentido de maior estabilidade em relação à permanência na terra. Realidade atual que a associada Maria Lúcia, por exemplo, vai afirmar ser totalmente diferente do passado de arrendatária, conforme depoimento a seguir:

Ah, naquela época a gente tinha muita tristeza, a gente passava muita necessidade, né, naquela época. Porque quando a gente tava assim, se levantando um pouquinho, aí tinha que largar o arrendamento, procurar outra fazenda pra poder ir, né? Totalmente diferente, né? Da realidade daqui (Maria Lúcia, 52 anos, 2012).

No caso, Maria Lúcia, ao contrário de Maria José, não havia migrado para o ambiente urbano, mas o desejo da terra ‘própria’ aparece em contraponto ao trabalho nas terras alheias. O sonho, conforme narra Lúcia, era de ter um sítio “que fosse nosso”. Sonho compartilhado pelo casal cansado de trabalhar em terras de outros proprietários e sem qualquer estabilidade.

Ah porque nós era arrendatário né? Nós tocava roça também, nós herdou do pai e da mãe, eu e ele né? Nós gostava de roça, até hoje a gente gosta né. Aí nós gostava de roça aí, o sonho... Aí nós pegava lote, arrendava fazenda, pra plantar, aí depois... aí surgiu esse acampamento, aí meu marido falou “não, eu vou porque o sonho da minha vida é ter um sítio!”. Desde quando nós casou nós tinha vontade de ter um sítio que a gente sempre cuidava dos outros e falava, nós pensava assim: “Que bom se fosse nosso, né?” Mas num é nosso. Nós vai ter que esperar mais um pouco, quem sabe Deus num prepara alguma coisa, e Deus preparou isso aqui pra nós! (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Esses casos ilustram bem aquilo que D’Incao Mello (1976) já havia identificado naquela região. Segundo o autor, até meados da década de 1930, além do trabalho assalariado no meio rural, era comum o sistema de colonato, cujo contrato era feito geralmente com uma família que se encarregava de cuidar de uma determinada plantação (geralmente café) e cujo pagamento era mensal. Sistema típico de áreas onde há escassez de mão-de-obra ou nos quais estas são consideradas como onerosas para os proprietários. Com a decadência do café e o incremento da pecuária, o sistema de colonato foi sendo gradativamente substituído pelos sistemas de parceria e arrendamento, que se mostravam mais vantajosos por não exigirem nenhum capital econômico inicial dos fazendeiros.

Se a vinda para o Pontal do Paranapanema trazia para muitos um sonho de enraizamento, a realidade encontrada naquela região foi a chegada em uma imensa área de terras griladas, onde muitos passariam a serem explorados por grandes pecuaristas e/ou se tornariam boias-frias ou volantes (Borges, 2010).

Na experiência de Dona Maria de Jesus, enquanto o marido se mantinha na profissão de cabelereiro aprendida para sobreviver no ambiente urbano, era ela com as filhas mais velhas que assumiam o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Segunda ela, quando vivia com a família no recém-criado município de Euclides da Cunha Paulista – “era só em casa, trabalhando de doméstica mesmo, só em casa e cuidando dos filhos” até a chegada da usina, quando inicia o trabalho como boia-fria:

Depois, com muito tempo surgiu a usina né? Daí nós começemo, ele cortando cabelo e a turma trabalhando de boia-fria. Eu fui, mais as duas menina mais velha, trabalhar de boia-fria também né? Deixei uma cuidando dos mais pequeno, aí eu fui trabalhar mais as duas mais velha (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

A roça, que nunca era totalmente delas, pois geralmente arrendada ou em forma de parceria, ou o trabalho de boia-fria e/ou de volante não aparece de maneira saudosista nas falas.

Não, é, antes nós tocava roça, assim de arrendatário, num sabe? Pegava roça, terra dos fazendeiro, prantava arrendando. Aí, no final do ano, a gente pagava renda pros fazendeiro. Aí a gente pagava renda né? No final do ano. Sofremo, sofremo, sofremo esse tempo todo. E zuamo pra aqui, e muda pra aqui, muda pra acolá! E fazia colheita de café, e fazia colheita de algodão, trabalhando de volante, assim num canto e no outro. Aí levemo a vida né? (Maria de Jesus, 79 anos, 2012).

O trabalho anterior como boia-fria aparecerá na maioria das falas associado à uma vida bastante difícil e de migrações forçadas, caracterizando uma situação de desenraizamento. Cabe lembrar que na década de 1970 a categoria boia-fria aparecerá no cenário nacional de maneira intensa e degradante em decorrência de políticas de incentivo advindos do PROALCOOL. Como colocado por Silva (2004, p. 33-34):

Boia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. É transformado em ninguém, portanto, em nada, dado que sua condição de trabalho passou a não ter reconhecimento nem legal nem social.

Outras associadas vieram do município de Cuiabá Paulista “atrás de um pedaço de terra”. Entre elas, a então presidente da OMUS, afirmou ser boia-fria anteriormente e que, inicialmente, o marido veio sozinho para acampamento, trazendo ela e os filhos depois de melhor acomodado. Segundo suas palavras: “(...) foi tanta necessidade pra se livrar da mão do patrão. Só trabaiava, trabaiava...Então a gente resolveu arrumar o nosso próprio pedaço de terra” (Nice, presidente da OMUS, 2015).

Nesse sentido, importante frisar que as memórias do passado, mesmo de um passado vinculado ao trabalho na terra, não apresenta uma conotação positiva, afinal, as memórias que ressurgiram o associaram a tempos de trabalho árduo, contínuo e sofrido. Isso nos remete a perceber que a inserção na luta pela terra foi uma luta pelo enraizamento num mundo rural já conhecido, mas desejado numa situação muito diferente. Espaço e tempo novos que seriam capazes de reconvertê-las em donas de seu tempo e de sua produção. O retorno ao meio rural e ao trabalho agrícola estará presente no imaginário destas mulheres, fortificado pela possibilidade de terem “suas terras” e, principalmente, de se colocarem numa posição na qual teriam acesso às condições necessárias para garantirem a reprodução social de suas famílias, ameaçadas constantemente nas memórias do passado vivido. Neste sentido, reforçamos aqui a percepção de Ramiro e Mancuso (2009) de que a atração exercida pela reforma agrária significa, para muitos, o resultado de forte rejeição do ambiente citadino, e não de uma valorização significativa da vida no espaço rural.

Uma das associadas possui vínculo de parentesco com a presidente da OMUS e foi por este vínculo que chegou ao assentamento, após sua implantação. No caso dela, foi o encontro com o atual marido conhecido durante as idas à passeio ao assentamento.

Aí ela [referência feita à irmã] ainda ficou assim, indo e vindo. Um ano. Aí quando ela veio que pegou a terra aí. Ainda fiquei muito tempo lá trabalhando, só que a gente vinha sempre pra cá, passear, voltar. Quando a gente pegou a terra aqui, foi quando eu conheci meu esposo, aí a gente namorou, se casei, aí daí pra cá, casei em 87 (Edvalda, 46 anos, 2015).

Assim como a irmã, Edvalda trabalhou de boia-fria anteriormente. Desde os sete anos tem lembranças de ir com a mãe para roça, ainda que afirme que “não era aquele trabalho!”, ia quando não tinha com quem ficar em casa e esclarece que “ajudava da maneira de uma criança, não explorada”, discurso formatado, possivelmente, pelas campanhas mais recentes de combate ao trabalho infantil.

Outra associada é filha de pequenos agricultores que conseguiram comprar um pedaço de terra no Estado do Paraná, em local próximo à fronteira com a região do Pontal do Paranapanema em São Paulo. Criada lá até o momento de seu casamento com um madeireiro - profissão comum em virtude da construção (nunca concluída) do “Ramal de Dourados”, via férrea que chegou até o município de Rosana - seu relato ilustra bem como era este tipo de trabalho:

Aí quando eu casei, meu marido era madeireiro. Tirava madeira, cortava as tora e ia pra serraria né? Sei lá pra quem que era! Para firma ou então lavrava dormento de linha de ferro, estrada de ferro, que hoje em dia acho que nem existe mais. Então ele lavrava aqueles dormento pra colocar na linha de ferro e cortava a madeira pra serrar, a serraria serrava em tábua (Vanda, 64 anos, 2015).

O depoimento acima nos remete ao trabalho de Leite (1998) sobre o histórico da região quando afirma que até o início do século XX, a região do Pontal do Paranapanema era classificada como sertão desconhecido. O povoamento da região teria ocorrido, entre outros fatos, em decorrência da construção do Projeto Ramal Dourados na década de 1950, nome pelo qual ficou conhecido o projeto da Estrada de Ferro Sorocabana⁶, a qual demorou trinta e três anos para ser construída no trecho que ligava Botucatu à margem do Rio Paraná. Com a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro intensificam-se o desmatamento da madeira da região, tanto para fabricação dos dormentos quanto para exportação. A fala de Vanda ilustra bem tal episódio que desencadeou em consequências graves às principais reservas florestais existentes na área⁷.

Depois de uma passagem como agricultora no Estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul que faz fronteira com a região), Vanda afirma terem voltado para o Pontal por não terem se adaptado por lá, mas a possibilidade de sobreviver do desmatamento foi ficando cada vez mais escassa, afinal, como ela nos disse, “a madeira acabou, porque vai derrubando, cortando, acaba”. Só descobrimos que esse trabalho era também realizado por ela junto com o marido por termos perguntado. Em seu relato espontâneo não havia qualquer menção à sua “ida ao mato”, como ela chama o trabalho de madeireiro.

⁶O nome Projeto Ramal Dourados só foi existir no ano 1951, quando foi alterado o projeto inicial dos trilhos seguirem de Presidente Epitácio até Ponta Porã, para seguirem na direção da barranca do Rio Paraná e fazerem a ligação por balsa até Ponta Porã, passando, portanto, pelo município de Dourados/MS.

⁷A Reserva da Lagoa São Paulo foi a primeira a ser sacrificada, a Grande Reserva do Pontal também teve prejuízos e a Reserva do Morro do Diabo foi a única que conseguiu se manter até os dias de hoje.

Foi nesse cenário de fim da madeira para derrubada na região e escassez de trabalhos mais duradouros que Vanda afirma terem ficado sabendo do acampamento na beira da estrada. Mas nessa história teria sido o filho, na época com 9 anos, quem teria estimulado o pai a participar. Nas palavras dela:

Aí nós mudemo pra Euclides. Aí ele ficou trabalhando de carpinteiro, aqui e ali, trabalhou numa firma lá e até que, num sei que ano que foi, surgiu, ah de assentar, de pegar terra. E era o sonho dele era trabalhar na roça. Mas não tinha como. Aí meu filho já tinha o quê? Uns 8, 9 ano. “-Ah pai, vamo pai, vamo pra nós plantar roça?”. Aí eles foram acampar ali no trevo ali de Euclides, ali era a Fazenda Ponte Branca, era não? É. Aí ficou lá um tempo (Vanda, 64 anos, 2015).

É o sonho do pai apoiado pelo estímulo do filho ainda pequeno que os teria mobilizado para adesão ao movimento que se formava na beira da rodovia. Neste período inicial do acampamento foi comum elas contarem que geralmente eram maridos que vinham na frente para garantirem sua vaga no acampamento, enquanto elas ficavam aguardando informações e cuidando dos filhos(as), visto que não havia comida suficiente para todos lá. Com exceção de Maria de Jesus e Maria Lúcia, as mulheres ouvidas se mudam definitivamente para a o local, após terem um primeiro sinal do governo da época de Franco Montoro de que poderiam sair vitoriosas na luta pela terra. Momento marcado pela memória coletiva como “época da CESP”, em referência ao alojamento em área da Companhia Energética de São Paulo, quando passam a receber doações de cestas básicas, terem acesso à água e banheiros, como veremos adiante.

O tempo do acampamento na memória de Maria de Jesus era o estar todo mundo junto, união que, de certa forma, legitimava as reivindicações pela terra e que demonstrava a capacidade de organização coletiva de homens e mulheres, adultos e crianças, ao mundo exterior, embora não significasse que todos tivessem as mesmas responsabilidades. As tarefas executadas por homens e mulheres tinham suas divisões delimitadas pela categoria de gênero, reproduzindo a normatização de que as tarefas reprodutivas cabiam a elas, tais como: cozinhar, arrumar os barracos, lavar as roupas e cuidar das crianças. Por esse motivo que Maria de Jesus declarou que no tempo do acampamento “não fazia nada”, como mostra a transcrição a seguir:

Num fazia nada. Num tinha direito de sair pra fora pra trabalhar, porque se saísse perdia o direito da terra. A gente ficava lá, teve dia da gente comer palmito de coco, porque num tinha o que a gente comer e num podia sair pra trabalhar, porque ali se, às vezes chegava uma pessoa de fora pra ver, num achava ninguém. Então ficava ruim, né? Então ali, os que tomava conta, os primeiro né, que tomava conta, dizia “ó, nós tem que aguentar aqui ou que tenha o que comer ou num tenha, nós tem que tá aqui! Chegar uma pessoa pra ajudar nós, nós tamo aqui! E, se chegar essa pessoa pra ajudar num achar ninguém, num tem como! E ali nós ficava amarrado (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Essa fala parece representar o papel fundamental dos “primeiros que tomavam conta” da luta pela terra. Não havia uma regra que obrigasse à todas as mulheres a estarem presentes nesse momento do acampamento, até porque dependiam de doações de alimentos e assumiam o papel dos cuidados dos(as) filhos(as). O relato de Maria Lúcia elucida as imensas dificuldades vivenciadas naquela época:

Muito triste, muito triste. Eu só vivia segurada na mão dos meus três filho e outra barriga, que era minha menina e que tem 31 ano agora. Que nasceu na gleba, 31 ano! Ela nasceu em 84 e a gente acampou em 83, e eu vivia o tempo, e fome, muita fome! Passamo muita necessidade, muito frio, foi difícil (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Enquanto no acampamento os cuidados com o preparo dos alimentos e com as crianças era tarefa das mulheres que ali estavam, aos homens cabia, especialmente, assumirem as ocupações dos espaços públicos de luta. Os principais encarregados de organizar o movimento de luta eram chamados de ‘delegados’, equivalente ao conceito de liderança utilizado hoje em dia, como nos esclareceu uma das entrevistadas. Obviamente, esta divisão sexual ao atribuir aos homens o monopólio do discurso e da representação pública da luta coletiva garantia aos homens, como nos alerta Bourdieu (2010), a produção de capital simbólico e social em contraposição ao papel (não menos importante) da manutenção e organização do acampamento ocupado pelas mulheres.

Os momentos em que elas reconhecem seu poder na luta coletiva que compartilham com seus maridos, pais e filhos homens eram aqueles de conflitos violentos com a polícia. Segundo alguns depoimentos, foram elas que, muitas vezes, serviram de “escudo” para as reivindicações⁸. Vejamos relato de Maria Lúcia sobre os confrontos:

Participava de tudo, de tudo! Reunião, quebra pau, tudo. Tudo, eu tava no meio. Porque tinha que ir fazer a frente: as mulher e as criança, porque se fosse só os homem, eles acabava [faz gesto com as mãos que indica que acabava matando, ferindo] Quantos companheiro nosso num morreu, né? Que ia fazer a frente. E a gente se jogava na frente dos marido, dos pais, dos filho, era complicado o negócio (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Essa suposta fragilidade se transforma em coragem e fica então evidente a relevância e o papel fundamental destas mulheres em momentos de intensa luta pela terra. Capazes de se jogarem na frente dos maridos, dos filhos e dos pais para protegê-los de uma ameaça real, que era a violência dos conflitos, foram elas que conseguiram, muitas vezes, garantir um fim mais pacífico aos confrontos.

Antes de obterem seus lotes ainda passaram por dois momentos de transição: o “tempo da CESP” e o “tempo do alqueire e meio”, período transitório considerado uma solução emergencial. O primeiro deles ressignifica o período de três meses em que os acampados foram transferidos para um espaço da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), localizado próximo da divisa entre o estado de São Paulo e o Paraná. A participação da empresa nesse processo aparece como forma de compensação dos danos sociais e ambientais ocasionados pela construção da hidrelétrica no município. Além de camponeses, se reuniram no movimento de luta pela terra ex-barrageiros da usina hidrelétrica de Rosana, desempregados após o fim da construção das barragens e ribeirinhos que tiveram suas terras inundadas também por conta da mesma usina (Melo; Cappellin; Castro, 2008).

Ali, aos cuidados da empresa, muitas das mulheres afirmam que a situação melhorou, principalmente por ter acesso à água - questão que era um grande problema no período do acampamento -, receberem cesta básica e uma infraestrutura melhor. Maria José detalha melhor a localização e alguns aspectos desse espaço-tempo:

⁸Vale lembrar que, naquele momento histórico, diferente da atuação policial atual, não era moralmente aceito agredir mulheres e crianças durante manifestações.

[...] aí transferiram nós da rodovia aqui pra... ela é ali, é no estado de São Paulo, mas é entre Diamante⁹, ali na ponte, ali tem uma ponte onde tem naquela barragem ali. É que num tinha barragem naquela época, aí deixaram nós ali. Era por conta da CESP, aí a CESP cuidou de nós ali, mais ou menos, outros 90 dias. Ficamos, só que era mais confortável né? Já tinha banheiro, fizemos uns barracões bem organizado, tinha banheiro, tinha água suficiente, que lá na beira da rodovia a água era só por Deus mesmo! (Maria José, 67 anos, 2015).

Apesar de ainda viverem sob os barracos de lona, as entrevistadas afirmam que as coisas melhoraram nessa transição. Foi por isso que muitas famílias que estavam incompletas no acampamento agora receberam os demais membros, principalmente mulheres que haviam ficado em outros locais com os filhos menores, como foi o caso de Vanda e Nice.

Após o período no canteiro da CESP, temos o período do “alqueire e meio”. As terras concedidas naquele momento se localizavam na antiga fazenda Santa Terezinha, área que hoje faz parte do assentamento Gleba XV de Novembro. Ali as famílias teriam ficado do final de 1984 até outubro de 1986, quando foram para os lotes definitivos. Ela também conta como foi sua ida para a área emergencial:

Eles fizeram a reunião e falaram que ia pra uma terra né, que era muito... era uma terra feia. Quase ninguém quis ir. Meu marido foi o primeiro a se inscrever pra ir. Aí uns 5, 6 quiseram ir. Aí foi a primeira mudança, que foi pro emergencial, alqueire e meio, aí. Fomos pra lá, aí chegou lá, era uma terra que tinha sido plantado feijão, tava limpo, nem precisou tombar pra gente plantar. Aí os outros que tava com medo, que veio depois, pegou uma terra mais feia, bruta, nós tivemos sorte! (Nice, 55 anos, 2015).

Ainda vivendo nos barracos de lona, as famílias ao menos passaram a ter um espaço no qual era possível iniciar uma plantação, que foi o que todas afirmam ter feito logo que entraram nessa terra:

Aí tinha, aí continuou dando comida. Pouco. E a gente começou a plantar. Aí nós começou a plantar, plantava mandioca, milho, feijão de corda, é... abóbora, batata doce, de tudo a gente plantava. Tinha frango (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Nesse período cada família recebeu seu alqueire e meio de terra, e houve assim uma mudança importante, pois nos períodos anteriores a marca característica do grupo era o de “todos juntos”, e agora cada família representava um núcleo próprio, diminuindo gradativamente o contato direto e a proximidade com os demais. Todavia, ainda assim, nesse tempo-espaço, apesar de cada família ter o seu espaço para produzir, Vanda conta que no emergencial também começaram uma roça comunitária, que cultivavam concomitantemente à roça que cuidavam dentro do alqueire e meio de cada família. O que era plantado na roça comunitária era distribuído para cada família após a colheita. Para garantir que teria direito a uma parte era preciso sempre ter alguém da família trabalhando:

⁹Diamante do Norte é um município paranaense próximo da divisa com o Estado de São Paulo.

Uma pessoa da família... Se o homem num podia ir, ia a mulher. Eu mesmo fui umas duas vezes só, que meu marido teve que sair, aí eu fui umas duas, três vezes pra plantar essa roça. Aí era um pedaço de terra grande né? E o pedaço de terra da gente mesmo era um alqueire e meio, era só a casa, o quintal, a gente plantava abóbora, milho, feijão de vara, feijão catador, feijão de corda, é tudo uma coisa só né (Vanda, 64 anos, 2015).

Diferente do acampamento onde era “proibido trabalhar”, no “alqueire e meio” o trabalho é praticamente uma obrigação, é necessário para garantir o sustento da família já que a ajuda antes recebida vai diminuindo aos poucos. Maria Lúcia conta que nessa época ela e o marido tocavam a roça, e como ela também tinha que cuidar das crianças, tinha que “dar um jeito”, o que significava combinar o trabalho na roça com os cuidados com os filhos ainda pequenos:

Fazia. Fazia tudo. Deus dava um jeito. Aí que que eu fazia? Aí eu levava minha menina pra debaixo de um pé de árvore, essa de 6 meses e largava essa outra que tinha 3 anos e o meu menino mais velho que tinha já 5 anos tomava de conta da pequena e eu ia trabalhar, eu trabalhava o dia todinho, aí quando era noite... aí tinha um poço, só um poço, de 50 metros parece o poço, pra gente tirar água, aí eu levava eles... tudo quando eu ia era com meu filho no colo, eu ia colher algodão, eu ponhava num... cê sabe como é que colhe algodão? Amarra um saco assim e puxa e ponhava ela pra dormir aqui ó [indica a parte de trás do saco] aí dava de mamar, era assim, dei de mamar 3 ano, pra onde eu ia eu levava, não abandonava minhas criança... tinha um medo de chegar e tá morto, ai... mas foi difícil. Mas vencemo, né? (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Podemos visualizar como a mulher fica sobrecarregada ao acumular tarefas, tendo uma dupla jornada de trabalho que envolve o trabalho da roça e os cuidados com os filhos e a casa (sem remuneração e sem prestígio social). Isso também reflete a já mencionada naturalização da diferença sexual do trabalho, que define os destinos laborais de homens e mulheres (Kergoat, 2009) e a interiorização das razões práticas que dominam o mundo vivido (Bourdieu, 1996), na qual as atividades rotineiras e reprodutivas não são questionadas como tarefas de mulheres e organizam a vida dos espaços vividos.

Doravante, nem todas as mulheres possuem trajetórias similares. O caso de Maria Francisca é interessante para refletirmos sobre as disposições e capitais necessários para outros formatos possíveis de vivência da reforma agrária. Ainda que seja filha de trabalhadores rurais do estado vizinho, Paraná, Maria Francisca afirmou que os pais sempre a incentivaram a estudar e, como era muito difícil o acesso à escola, fazendo com que ela percorresse 18 quilômetros à pé todos os dias, era liberada de trabalhar na roça. Consegue estudar até os 14 anos e aos 17 se casa com um paraguaio, que passa a trabalhar em fazenda do interior de São Paulo e, depois de duas estadias com a família no Paraguai (local ao qual não deseja nunca mais voltar), arrendam terras no estado de São Paulo. Ela afirma que suas atividades ficaram restritas aos cuidados com a casa e a chegada dos filhos. Quando ficam sabendo do assentamento, este já estava implantado. Todavia, o marido ao receber uma oferta de venda de direitos de um desistente, vende duas propriedades que possuía e passam a viver no assentamento. Este ponto de partida diferenciado aparece em lembranças de momentos de difícil adaptação na nova situação:

Ah, as criança era pequena. Aí começou, estudava lá em Euclides, aí a gente ponho eles pra cá, pra estudar aqui. Aí eles no começo, eles não gostava daqui, estranhava muito, e depois acostumou. Mas era bom. No começo eu estranhei bastante sabe? Que a gente morava na cidade, vim pro sítio assim? Não tinha

casa. Quando eu vim morar aqui era um barraquinho de pau-a-pique, quando vinha chuva molhava tudo. Aí a gente foi construindo, vendemo a casa lá de Euclides e começemo a construir a nossa sabe. Aí até hoje (Maria Francisca, 54 anos, casada, 2015).

Todavia, a disposição de maior quantidade de capitais (econômico e cultural) os coloca em vantagem para gerirem os períodos iniciais no assentamento. Mesmo ainda sem acesso aos créditos, conseguem comprar duas vacas e investir na policultura. Mas a principal renda virá do trabalho como tratorista do marido, num momento em que ninguém possuía um trator para as atividades nos lotes. E, assim, “dava para se sair bem”.

Ó no começo a gente plantava mandioca, feijão, milho, de tudo, aí começamos com duas vacas, aí a gente tinha aquelas duas vaca, aí as vaca dava leite pras criança né, num vendia leite né? Porque era pouco no começo. Aí meu marido começou a plantar mandioca, as coisa no lote, e ele trabalhava pra fora também sabe, a gente tinha um trator no começo, quando a gente chegou aqui ninguém tinha trator, só ele só, aí ele ganhava dinheiro assim, trabalhando pros outro. Vixe! Dava pra sair bem, sabe? (Maria Francisca, 54 anos, casada, 2015).

Caso que mostra bem como pontos de partida diferenciados resultam em experiências distintas e, portanto, geram representações divergentes sobre o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza dos relatos obtidos aqui reside na possibilidade de compreensão do fato de que ainda que atualmente estas mulheres ocupem espaços similares, compartilhando a vida no assentamento e na associação no presente, suas trajetórias refletem os diferentes formatos e motivações que as levaram optar pela vida no assentamento. Suas narrativas nos permitem vislumbrar que não devemos entender a posição ocupada e as práticas como algo mecânico e homogêneo, mas sim, como nos alerta Bourdieu, “[...] fazer intervir a relação prática ou representada à posição, a qual depende ela mesma, entre outras coisas, da trajetória que conduziu à posição ocupada” (Bourdieu, 1984, p. 14).

Cientes de que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 214), vemos aqui como essas mulheres fazem “um verdadeiro trabalho de organização” dos acontecimentos ao se verem colocadas diante das pesquisadoras na situação de relembrar episódios que ocorreram há mais de trinta anos. Nesse sentido, menos nos interessa o confronto destas falas com outras fontes históricas em busca de “veracidade dos fatos”, mas primordialmente o entendimento de como esse grupo social, que compartilha sua história vivida no presente através da vida no assentamento e na associação, representa sua trajetória de luta e conquista da terra.

O que registramos aqui precisa ser compreendido como resultado de um longo trabalho de uma consciência historicamente construída (Bourdieu, 1984) e por este motivo reproduzem, eles mesmos, algumas desigualdades de gênero incorporadas nos discursos. Para elas, por exemplo, o papel fundamental de permanecer nos barracos de lona, muitas vezes com fome e condições climáticas desfavoráveis, aparece como um tempo do “não trabalho”, representado pelo “não fazer nada”, mesmo que se tenha consciência de que alguém precisava ficar naquele espaço para que a luta fosse vitoriosa.

Ainda hoje, pensamos que, ao ocuparem os lugares considerados como mais prestigiosos – especialmente espaços do mundo público que permeiam as disputas pela desapropriação de terras, no qual figuram personagens do mundo da política (vereadores, prefeitos, governadores, etc.) – os homens garantem a manutenção de sua posição dominante na relação entre os gêneros, ainda que as memórias aqui expostas apontem para a importância do papel das mulheres em todo o processo de luta pela terra até o enraizamento das famílias no assentamento.

Por fim, cabe destacar que o desejo de conquistar um lote de terra não se vincula a uma visão saudosista de um passado com a terra, visto que as situações rememoradas remetem à momentos difíceis de migrações forçadas e trabalho intenso em terras que não lhes pertenciam; mas sim, como uma via de reconversão social para uma posição melhor. Reconversão que só foi possível com muita luta de mulheres (e de homens) historicamente excluídos por uma estrutura fundiária extremamente desigual.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALMEIDA, O. A. de. A reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS - Organização das Mulheres Unidas. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2016.
- ALMEIDA, O. A. de. Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro. 2012. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana-SP, 2012.
- BORGES, M. C. O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. La représentation de la position sociale. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol. 52-53, p. 14-15, juin. 1984.
- BRASIL. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acesso em: 18 jul. 2017.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 20-37.
- D’INCAO MELLO, M. C. O “bóia-fria”: acumulação e miséria. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- FARIAS, M. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.
- FARIAS, M. L. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. Revista NERA. Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 33-47, 2007.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 25. n. 74, p. 159-196, out. 2010.

- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: HUCITEC/Fundação UNESP, 1998.
- MELO, H. P.; CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens - O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.
- OLIVEIRA, A. U.. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. p. 81-151.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abril 2004.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAMIRO, P. A.; MANCUSO, M. I. R. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. Cadernos CERU, USP, série 2, vol. 20, nº 2, p. 15-31, dez. 2009.
- RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.
- SILVA, M. A. M. A luta pela terra: experiência e memória. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- THOMPSON, P. A voz do passado. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E CUIDADO: UMA TRAJETÓRIA DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Yamira R. S. Barbosa¹ e Débora F. Lerrer²

RESUMO

O artigo descreve a trajetória das mulheres que fundaram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o contexto e os fatores que favoreceram o surgimento de um movimento de mulheres agricultoras nos anos 1980. A pesquisa se baseou na análise de documentos, revisão bibliográfica, método de observação participante e entrevistas semiestruturadas com suas fundadoras. O trabalho descreve o percurso pelo qual passaram para obterem reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e acesso a direitos, aponta como surgiu o MMC e seu atual projeto de agricultura camponesa e feminista em que o “cuidado” tornou-se um valor fundamental. Palavras-chave: Movimentos De Mulheres; Campesinato; Feminismos.

ORGANIZATION, WORK AND CARE: A TRAJECTORY OF PEASANT WOMEN OF WEST OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

The article describes the trajectory of the women who founded the Movement of Peasant Women (MMC), the context and the factors that favoured the emergence of a women farmer's movement in the 1980s. The research was based on document analysis, bibliographic review, method of participant observation and semi-structured interviews with their founders. The paper describes the path they have gone through to gain recognition as rural workers and access to rights, points out how the MMC and its current peasant and feminist agriculture project emerged in which “care” has become a core value.

Key words: Women Movements; Peasantry; Feminisms.

¹ Engenheira Agrônoma e Doutoranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: yamira.rodrigues@gmail.com.

² Professora e Pesquisadora do CPDA/UFRRJ. E-mail: Débora.lerrer.cpda@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa a trajetória das mulheres que fundaram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), oriundas do Oeste Catarinense. Inicialmente, são abordados aspectos relacionados ao campesinato na região e alguns reflexos da modernização do campo. A seguir, apresenta-se o contexto e os fatores envolvidos no surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1983, e o percurso para obterem reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e acesso a direitos. Por fim, aponta-se o contexto de surgimento do MMC e alguns aspectos relacionados ao projeto de agricultura camponesa e feminista que ele vem construindo. A pesquisa que originou o artigo baseou-se na análise de documentos e revisão bibliográfica, no método de observação participante e na realização de dez entrevistas semiestruturadas com mulheres lideranças³ do MMC/SC, residentes nos municípios de Chapecó, Marema e Palmitos, no Oeste de Santa Catarina.

1. O CAMPESINATO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

No começo do século XX a região Oeste Catarinense passou a atrair camponeses gaúchos, descendentes de imigrantes europeus (Rossetto, 1989; Vicenzi, 2006), o que só foi possível depois que a área foi “limpa” dos caboclos e indígenas que habitavam a região (Rossetto, 1989).

As mulheres que fizeram parte da pesquisa são provenientes de famílias do Rio Grande do Sul ou nascidas nesta província e que migraram para o Oeste Catarinense até meados do século XX. Quanto à origem étnica, percebe-se também a presença de camponeses/as de origem cabocla na região, o que evidencia brechas que rompem com a linearidade e homogeneidade própria às construções históricas oficiais, as quais frisam a presença de colonos eurobrasileiros, sobretudo de descendência italiana e alemã.

Esse é o caso de uma das famílias de duas mulheres da pesquisa, cujo avô materno foi um tropeiro gaúcho de origem cabocla que se instalou por volta de 1917 na região, fundando a localidade hoje conhecida como Linha “Faxinal dos Rosas”. Uma delas, Maria⁴, conta que se casou com um descendente de italianos, com quem teve cinco filhos, apesar da resistência inicial do pai. Segundo Poli (2006), os imigrantes eram chamados pejorativamente de “gringos” pelos brasileiros, termo que se tornou sinônimo de descendente de italianos/as, embora a palavra não pejorativa usada para se referir a eles é “de origem”. A demarcação de uma identidade considerada superior à dos caboclos (Vicenzi, 2006) pode ser um dos fatores envolvidos na resistência inicial à miscigenação étnica.

Havia nos grupos de ítalo-brasileiros uma narrativa de exaltação ao trabalho e à acumulação que pode ter facilitado a entrada do capitalismo no campo nesta região (Vicenzi, 2006). Até os anos 1950, Chapecó era um vilarejo voltado para exploração e comercialização de madeira, agricultura e pequeno comércio. Com a modernização agrícola, ocorrida, a partir dos anos 1970, foram instaladas novas indústrias em Chapecó, como a Sadia Avícola S.A, inaugurando o sistema de integração para criação de aves e suínos que alterou as relações entre produtores e indústria (Paim, 2006).

A fábrica da antiga empresa Sadia⁵, em Chapecó, foi instalada a cerca de 5 km da Linha Faxinal dos Rosas, o que gerou grande incentivo para que os agricultores da localidade ingres-

³ Apenas uma das dez mulheres que participaram da pesquisa não é liderança. As mulheres são em sua maioria casadas e possuíam, à época da pesquisa, faixa etária compreendida entre 29 e 69 anos.

⁴O nome desta e de outras lideranças do MMC entrevistadas para este trabalho são fictícios.

assem no novo sistema de produção, já que a proximidade diminuía os custos da empresa com transporte. Para os/as agricultores/as, um dos motivos para aderir ao sistema era a possibilidade de aproveitamento dos excrementos gerados com a criação dos animais confinados, de forma a melhorar a fertilidade das terras, como relembra Pilar, cuja família se integrou à empresa no ano de 1972⁶, criando perus e porcos. O banco financiava os recursos para a construção dos aviários, pagos em parcelas semestrais durante aproximadamente dez anos, e a empresa fornecia assistência técnica. O trabalho no aviário era intenso, realizado de forma manual (hoje boa parte dos processos é automatizada), e o sistema demandava investimento contínuo para adequação às normas de produção, as quais deveriam ser cumpridas rigorosamente.

Apesar da intensidade do trabalho nos aviários, a vantagem é que era realizado na sombra e no início o lucro era bom; a família de Silvia, residente na Linha Simonetto, chegou a ter cinco aviários, sendo o primeiro instalado em 1979. Embora muitas famílias da região Oeste tenham aderido ao sistema, há casos de resistência, como é o caso de Nara, do município de Palmitos, que critica o impedimento das empresas na criação de raças de porcos pretos, fato que, para ela, demonstrava que a integração era também um projeto de viés racista⁷.

Processos, relações de trabalho e padrões de alimentação das famílias se modificaram a partir da industrialização da agricultura na região. Com os aviários, elas eram proibidas de criarem galinhas caipiras, as quais poderiam transmitir doenças às aves confinadas, fazendo com que as famílias integradas tivessem que comprar ovos e carne de frango.

O acesso ao arroz industrializado, que também passou a ser incorporado na alimentação destas famílias, contribuiu para o abandono do plantio de arroz “pro gasto”, segundo Silvia. A substituição simbolizava um “trabalho a menos” para ela, já que houve um período em que era a responsável por todo o serviço doméstico, da roça e do aviário, pois seu marido estava trabalhando fora da propriedade. Ela destaca também que foi a única pessoa da família, entre pai, mãe e onze irmãos, que não se mudou para a cidade de Chapecó nos anos 1980, o que ilustra bem os reflexos sociais da modernização da agricultura.

Segundo Paim (2006), a mecanização agrícola aliada à ampliação das famílias com o casamento dos filhos, dificultou que a terra pudesse suprir a necessidade de todos; muitos migraram para o Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, mas boa parte da população do campo foi trabalhar como assalariada na cidade de Chapecó. Segundo o relatório “Chapecó em dados”, de 2015, 68% da população do município era rural no ano de 1960; em 1970 esse número caiu para 59% e em 1980 reduziu para apenas 34%, ou seja, em apenas duas décadas o município se urbanizou e metade da população rural deixou o campo.

Apesar das mudanças sociais, econômicas, políticas e ambientais que afetaram o campesinato no Oeste de Santa Catarina com a modernização agrícola, nos parece pertinente utilizar o conceito de Woortmann (1990) de campesinidade, definido como uma ordem moral distinta da ordem pregada pela modernidade e marcada pela interconexão de categorias como terra, trabalho e família. Duas características essenciais da campesinidade são o caráter familiar do trabalho e a posição superior do homem na hierarquia familiar.

Esses dois elementos mostram-se pertinentes para pensar a trajetória de organização política das mulheres camponesas do Oeste Catarinense. O casamento era visto muitas vezes co-

⁵ Em 2009 houve a fusão entre as empresas Sadia e Perdigão, dando origem à BRF Brasil Foods S.A.

⁶ O aviário foi mantido na propriedade por mais de 30 anos e apenas há poucos anos a atividade foi abandonada devido ao investimento que seria necessário para a reforma do barracão e ao desinteresse do filho em prosseguir na atividade.

⁷ Os animais de raças da cor preta eram chamados porcos, os quais se distinguiam dos de cor branca, denominados suínos, sendo que os primeiros possuíam mais banha. A pesquisa e a indústria atuaram buscando reduzir os níveis de gordura desse tipo de carne, o que impunha a necessidade de substituição das raças. Vale destacar também que a banha dos animais era usada no preparo de alimentos e havia incentivo para a substituição do uso da banha pelo óleo vegetal, o que para os/as agricultores/as implicava na redução de sua autonomia e no aumento de custos.

mo uma forma das mulheres adquirirem “liberdade”, diante da autoridade representada pelo pai na família, o que na realidade não se efetivava, já que elas continuavam sob a “tutela” de um homem, agora o marido. Isso aliado ao questionamento do caráter familiar do trabalho, que na realidade não reconhecia e valorizava a atuação da mulher, alavancou o início da organização do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), nos anos 1980.

2. DE DOMÉSTICAS A TRABALHADORAS RURAIS: O MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS

Nos anos 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas a setores progressistas da Igreja, vinculados à Teologia da Libertação, fomentaram o surgimento de diversos movimentos sociais do campo e da cidade. Numa região entre o Alto Uruguai gaúcho e o Oeste de Santa Catarina, surgiu nos anos 1980 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), influenciados pela atuação pastoral do bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes, que chegou à região em 1968 (Paim, 2006).

A organização sociopolítica que ocorreu na região está relacionada à oposição com relação à atuação dos sindicatos rurais, que haviam se proliferado durante os anos 1970. Segundo Medeiros (2010), diante da mobilização dos trabalhadores rurais que teve início nos anos 1950, o Estado regulamentou a sindicalização rural em 1962, e aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Em 1971, foi criado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), ligado ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que previa, além de outros benefícios, aposentadoria por velhice e por invalidez no valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo para trabalhadores rurais com mais de 70 anos (Brumer, 2002). A regulamentação do FUNRURAL, em 1972, estimulou a criação de sindicatos rurais por todo país, já que era através deles que os camponeses acessavam estes benefícios.

Boni (2004) e Paim (2006) destacam que o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na região, em 1981, foi determinante para a articulação de uma chapa de oposição nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Chapecó. Em decorrência da mínima participação das mulheres nesse processo de mobilização, afinal as únicas que podiam associar-se ao sindicato eram as viúvas, surgiu a proposta de sindicalização das mulheres. Com a vitória da chapa de oposição, em 1982, iniciou-se a campanha pela sindicalização da mulher (Boni, 2004). A possibilidade de elas participarem no sindicato rural a partir de então foi uma conquista importante. No entanto, o debate em torno das desigualdades entre homens e mulheres, suscitado pela campanha de sindicalização da mulher, e a percepção da existência de interesses específicos levou à busca pela constituição de uma organização formada exclusivamente por mulheres, que veio a ser o MMA.

No dia 01 de maio de 1983, em Nova Itaberaba, então distrito de Chapecó, realizou-se a primeira reunião, momento em que surgiram questões relacionadas à discriminação da mulher, igualdade de gênero e necessidade de organização (Paim; Gaspareto, 2007).

A iniciativa de se organizar de forma autônoma e discutir as desigualdades entre homens e mulheres colocava em questão a posição superior do homem na hierarquia familiar, afinal nesta época, segundo Pilar, era preciso pedir permissão do marido “para tudo”. Ela relembra as críticas que recebia quando era preciso viajar, devido ao envolvimento com a Pastoral da Saúde, por “deixar os filhos e a casa”, além de ter que usar o documento do marido, pois tinha apenas certidão de casamento e de nascimento dos filhos. Os debates nos grupos de refle-

xão das CEB de que “as mulheres também eram gente e também tinham seus direitos” favoreceram seu anseio por autonomia e conquista de direitos.

Para tanto, era preciso romper com a figura da “tutela”, afinal elas estavam sempre sujeitas a um homem: o pai, quando solteiras, e o marido, quando casadas. Apenas quando se tornavam viúvas adquiriam relativa independência, porém devido à ausência do marido. Como não eram vistas como trabalhadoras, mas sim como “do lar”, a primeira bandeira de luta das mulheres do MMA foi pelo seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, pois, embora também trabalhassem na roça, estavam excluídas dos direitos trabalhistas, como relata Pilar:

A gente trabalhava muito na roça e não tinha direito a acidente de trabalho, se a gente se machucava quem tinha direito era o homem [...] A terra era minha, a escritura era minha e as notas eram só no nome dele porque a mulher era vista assim sempre como a doméstica”. (07 de julho de 2015, linha Faxinal dos Rosas, Chapecó).

Além da insatisfação com a ausência de direitos, este relato evidencia uma situação pouco usual entre as mulheres: a condição de proprietária da terra. Segundo Paulilo (2004), as mulheres possuem menor acesso à terra, já que a partilha da herança é desigual, sendo comum elas herdarem benfeitorias, como casa e pequenos animais e não terra. Quanto aos direitos, de acordo com Brumer (2002), se o próprio acesso dos trabalhadores rurais a eles ocorreu depois de outras categorias profissionais, “(...) a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de tudo, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais” (BRUMER, 2002: 52).

A categoria trabalho é, portanto, central para a compreensão dos mecanismos que levam à desigualdade de gênero. Ao analisar o trabalho agrícola em diferentes regiões e com diferentes culturas, Paulilo (1987) destaca que existe uma distinção entre trabalho leve e pesado, diferenciação que não se refere à natureza do trabalho, ou seja, “leve” não é sinônimo de trabalho brando, mas sim uma forma de desqualificá-lo. A distinção é estabelecida em função do sexo de quem trabalha: é leve quando realizado por mulheres (e crianças) e, quando é remunerado, possui rendimento mais baixo que o trabalho “pesado” realizado pelos homens. Se o trabalho realizado pelas mulheres nas atividades agrícolas é pouco valorizado, as atividades domésticas, quase sempre atribuições delas, sequer chegam a ser consideradas como trabalho, embora sejam determinantes para a reprodução/manutenção da família. A respeito da distinção entre as categorias “trabalho doméstico” e “trabalho produtivo”, Paulilo (2004) enfatiza que no caso das propriedades familiares é difícil realizar a separação entre o que é trabalho doméstico e o que é trabalho produtivo; na prática é doméstico se é atribuição da mulher. Além disso, há nessa distinção uma ênfase no aspecto econômico do trabalho, negligenciando a importância da esfera reprodutiva.

Como aponta Federici (2017), esta desvalorização das tarefas reprodutivas está associada ao rebaixamento social das mulheres europeias a partir do século XVI, no qual se insere a “caça às Bruxas”, e que foi fundamental no processo de acumulação primitiva que gestou o capitalismo, visto que este processo se deu concomitante aos cercamentos das terras dos camponeses. Este processo foi acompanhado da “redução das mulheres a não trabalhadoras”, seguindo a suposição de que não deviam trabalhar fora de casa e que tinham que participar na “produção” apenas para ajudar seus maridos. Logo, todo trabalho delas feito em casa, mesmo destinado ao mercado, era “doméstico” (Ibid, p.182).

A compreensão das construções sociais sobre a definição de trabalho sinaliza que são os valores morais que colocam as mulheres em posição submissa e inferior aos homens e que de-

terminam que seu trabalho não seja valorizado. Se as desigualdades de gênero refletem os valores morais da sociedade, até o próprio significado de ser mulher, associado a ser esposa e mãe, passava a ser questionado. Isto aparece no relato de uma das lideranças que achava que não podia participar do MMA por não ser casada. Foi somente quando lhe disseram que “a mulher quando nasce mulher já é mulher” que se sentiu impulsionada a participar.

Integrar um movimento de mulheres representava um primeiro enfrentamento dos valores morais que pesavam sobre elas, o que não significa que esse confronto era realizado de maneira radical, pois era preciso certa negociação a fim de obter o apoio de suas famílias, inclusive dos maridos. Dentre as estratégias utilizadas para garantir a participação no MMA, destaca-se certo distanciamento dos que criticavam e não apoiavam a ampliação dos espaços de circulação das mulheres, sejam familiares e/ou vizinhança. Além disso, a capacidade de diálogo com os companheiros era fundamental, com ênfase na importância da organização das mulheres como um elemento de defesa da classe trabalhadora rural como um todo. Assim, embora organizadas de forma autônoma, a “unidade” da classe trabalhadora rural é central e desde o começo do MMA as relações entre gênero e classe aparecem interligadas, sem sobreposição nem antagonismo de uma em relação à outra.

Ainda no que concerne ao apoio da família nesse processo de organização, é preciso destacar o papel de filhas, já que, a depender da idade, já podiam ajudar e mesmo assumir as funções da casa na ausência da mãe, indicando que no espaço doméstico elas continuavam a reproduzir o papel social tradicional, relegando à prole de sexo feminino as tarefas domésticas.

2.1 Eleições e Constituinte: a deputada das trabalhadoras rurais

Na mobilização e busca por direitos, a conquista de espaços políticos pelas mulheres foi central, como a eleição de Luci Choinaski para deputada estadual pelo PT de Santa Catarina em 1986, primeira agricultora na Assembleia Legislativa catarinense. Sua campanha buscava romper com o preconceito e encorajar outras mulheres agricultoras a assumirem instâncias políticas, sendo a vitória atribuída à objetividade política, que souberam contornar o preconceito existente sobre mulheres na política. “Passávamos de casa em casa e, em algumas, os maridos diziam para as mulheres: ‘Mas não pode votar em mulher’. E nós dizíamos umas nos ouvidos das outras: ‘Não precisa contar em quem você votou’ (Choinaski, 2000, p. 232).

Em 1986, foi realizada também uma campanha para a aposentadoria da mulher agricultora. Segundo Paim e Gaspareto (2007), houve no dia 12 de agosto de 1986, em Xanxerê, um ato com a participação de 1.500 mulheres, provenientes de 73 municípios do estado, quando foram recolhidas 100.000 assinaturas, que seriam entregues ao governo por uma comissão formada por 36 mulheres. O relato da experiência de Nalva, uma das lideranças do MMA que participou dessa comissão, evidencia o valor simbólico deste momento, o qual ilustra um capítulo da história de sua vida e da do movimento. Segundo ela, que na época tinha aproximadamente 25 anos e nunca havia saído do município de Chapecó, foi necessário ir a Florianópolis pedir um ônibus para o governador do estado para a viagem até Brasília, onde as assinaturas da campanha seriam entregues. A viagem à Florianópolis foi realizada juntamente com outra companheira do MMA e um representante do STR do município de Águas de Chapecó, que assim como os STRs de São Miguel do Oeste e de Chapecó deram apoio fundamental para o MMA em seu início.

Ao mostrar as fotos da delegação, ela lembrou que a viagem à Brasília foi realizada em conjunto com um grupo de mulheres do Rio Grande do Sul. No entanto, esta primeira delegação, que foi à Brasília em 1986, não teve êxito, pois para garantir o direito à previdência

social era indispensável comprovar que as mulheres exerciam atividade profissional. A partir de 1987, a deputada Luci Choinaski começou a encaminhar uma lei estadual que previa a inclusão do nome das mulheres nas notas do bloco do produtor, já utilizadas pelos homens para comprovar atividade laboral.

Em 1988, uma nova delegação foi à Brasília, com assinaturas em defesa do direito à aposentadoria de trabalhadoras e trabalhadores rurais, na condição de seguradas/os especiais. Esta mobilização das trabalhadoras rurais brasileiras, nos anos 1980, ocorreu no contexto de abertura política e dos debates em torno da elaboração da nova Constituição. Souza (2008) destaca que uma das particularidades desse processo foi a “bancada feminina” que atuou durante a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de sua heterogeneidade, ela logrou garantir às mulheres o direito à igualdade perante a lei na Carta de 1988. Ou seja, é provável que este contexto político que unificou diversos movimentos de mulheres contribuiu para que as rurais emplacassem algumas de suas demandas específicas.

Esta mobilização resultou na conquista de acesso à terra para as mulheres e à previdência social para trabalhadoras e trabalhadores rurais na condição de seguradas/os especiais (Siliprandi, 2009). As mulheres conquistaram o direito à aposentadoria aos 55 anos, enquanto os homens passaram a se aposentar aos 60 anos. A concessão do salário maternidade às trabalhadoras rurais foi vetada durante a regulamentação da lei da previdência em 1990, pelo então Presidente Fernando Collor (Brumer, 2002), demonstrando que a conquista de direitos não garante sua efetivação. A oposição ao projeto do “salário-maternidade” alegava que este faria com que as mulheres tivessem mais filhos para poder acessar o benefício, além de ampliar gastos e aumento de impostos. De qualquer modo, o salário maternidade acabou aprovado após intensa pressão e mobilização dos movimentos de mulheres (Choinaski, 2000), em agosto de 1993, sendo regulamentado um ano depois (Brumer, 2002), na janela de oportunidades que se abriu com o Impeachment de Collor.

Outro obstáculo que surgiu para a efetivação dos direitos à seguridade social das mulheres agricultoras foi a ausência de documentação dessas, conforme aponta Nalva, que fazia parte do STR de Chapecó quando a aposentadoria foi liberada, no ano de 1993. Sem documentos próprios, a mulher não é reconhecida como trabalhadora rural e não consegue acessar políticas públicas, fato que suscitou, em 1994, a realização da Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”. Dez anos depois, foi criado, em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), no âmbito do extinto⁸ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), evidenciando que “como a história do movimento organizado de mulheres mostra, sem essa organização, que redundava em reivindicações concretas, as políticas públicas continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel” (Heredia; Cintrão, 2006, p. 21).

3. O PROJETO DE AGRICULTURA CAMPONESA E FEMINISTA

Em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), integrada por mulheres de movimentos mistos, como MST, MAB, Pastoral da Juventude Rural (PJR), sindicatos, e movimentos autônomos (Heredia; Cintrão, 2006), como o MMA. A ANMTR precede a fundação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ocorrida em 2004, o qual reúne mulheres agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas.

⁸O presidente Michel Temer, na época interino, emitiu a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que extinguiu diversas Secretárias e Ministérios, dentre eles o MDA.

Ao que nos parece, a trajetória do MMA foi determinante para a consolidação da AN-MTR e do MMC, já que o MMA foi um dos primeiros movimentos de mulheres rurais no Brasil, o que talvez explique a forte estruturação do MMC em Santa Catarina em comparação com outros estados. Suas lideranças costumam referir-se à história do movimento de mulheres no estado de forma unitária, não demarcando divisão entre “tempos” de MMA e de MMC, embora tenha havido mudanças significativas como a queda no número de participação de mulheres de MMA para MMC/SC. Esse fato pode estar relacionado à conquista do reconhecimento profissional e dos direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade, as principais demandas das mulheres quando do surgimento do MMA.

A afirmação da identidade política camponesa, decorrente da criação do MMC, está relacionada ao fortalecimento das organizações camponesas no Brasil e no mundo entre o final do século XX e início do século XXI, sendo central nesse processo a criação da Via Campesina, do qual o MMC faz parte. Segundo Desmarais (2013), a Via Campesina é um movimento transnacional que surgiu em 1993, em Mons, na Bélgica, com o objetivo de construir um modelo de agricultura com base na soberania alimentar, ou seja, em que seja possível decidir sobre o que comer, como e em que escala a produção de alimentos deve ser feita.

No Brasil, o conceito de camponês busca espaço diante da expansão da categoria “agricultura familiar” (Paim; Gaspareto, 2007) a partir dos anos 1990. A noção de campesinato se opõe ao modelo dominante de agricultura moderna, porém é importante não tratar essas categorias do ponto de vista evolucionista, do tradicional (camponês) ao moderno (agricultor familiar), nem focar nas continuidades entre cada uma delas, mas considerar simultaneamente pontos de ruptura e permanência entre estas categorias (Wanderley, 2003). Para Carneiro (1998), é fundamental:

Não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (Carneiro, 1998, p. 55).

O projeto de agricultura camponesa e feminista do MMC/SC evidencia alguns pontos de ruptura e de permanência com o campesinato. Por um lado, há uma preocupação em fomentar e valorizar os conhecimentos tradicionais associados à agricultura camponesa, em virtude das mudanças decorrentes da expansão do modelo de agricultura moderna que a ameaçam. Por outro, a maioria destas agricultoras passaram a maior parte de sua vida profissional tendo como atividade principal da propriedade familiar a integração de sua produção de suínos e aves a agroindústrias como a Sadia e a Perdigão, cujas sedes eram justamente em Santa Catarina.

A busca pela preservação de saberes e práticas ligadas à “herança cabocla” entre as mulheres camponesas da Linha Faxinal dos Rosa, por exemplo, é visível e está presente na valorização de alimentos⁹ e no uso de plantas medicinais, incluindo também aspectos ligados à religiosidade, como a devoção aos santos, especialmente São João. Segundo Renk (2008), houve nas últimas décadas um “retorno” de alguns elementos vinculados ao catolicismo popular, mo-

⁹Um alimento bastante presente na culinária cabocla é a couve, cujo consumo está ligado à história/memória da Guerra do Contestado. O monge João Maria, um dos líderes do conflito, considerava a couve um alimento sagrado devido ao seu elevado valor nutricional e facilidade de cultivo, tornando-a um alimento importante durante o conflito. Segundo umas das coordenadoras do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Hortaliças, a importância do cultivo da couve pôde ser observada durante o Encontro Estadual do MMC/SC, realizado em 2003. Nesse encontro, foram apresentadas mais de trinta variedades de couve na região de Curitiba, localidade marcada pela Guerra do Contestado e cuja maioria da população é de origem cabocla.

tivado pelo surgimento de mediadores como a Pastoral Cabocla e a Associação Puxirão Caboclo, dentre outros, fazendo ressurgir festas religiosas caboclas, como a de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de São Roque e São João, este último considerado o santo dos caboclos.

Ações em torno do resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas e do uso de plantas medicinais são elementos essenciais do projeto de valorização da agricultura camponesa que vem sendo realizado pelo MMC/SC. Essas ações visam contribuir para a garantia da soberania alimentar das famílias, além de fomentar a autonomia econômica das mulheres, por meio da comercialização de alimentos, plantas, sementes e remédios. Aqui se apresenta um distanciamento do campesinato “tradicional”, pois não basta a estruturação de um projeto de agricultura camponesa; é preciso construir um campesinato feminista que busque enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres no campo e na sociedade de forma geral.

“As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado” (Sarti, 2004, p. 44). A valorização dos símbolos ligados ao campo e ao trabalho da mulher pelo MMC/SC busca romper com as relações de opressão e discriminação vivenciadas pelas mulheres na sociedade, ainda mais as camponesas, que são discriminadas duplamente, por serem mulheres e de origem rural. Destacam-se também o resgate e a construção da memória de mulheres lutadoras, como a de Francisca Pelega, conhecida como Chica Pelega, que foi uma liderança feminina do Contestado, conforme Savoldi et. al. (2013) aponta.

O tema do feminismo passou a ser discutido de forma mais ampla e direta no MMC/SC, sobretudo, a partir de 2004, embora este fosse um dos princípios do movimento desde o seu início (na época MMA), como afirma uma das poucas lideranças jovens¹⁰, Beatriz, que é filha de uma das fundadoras do MMC:

Foi muito bonito esse processo. Eu acho que a gente deu tempo ao tempo e foi construindo de forma coletiva. Delas [as mulheres da base] entender o feminismo não como a mulher se sobrepor aos homens, que sempre teve essa ideia, “não, as mulheres querem tomar o espaço dos homens”. Não, a gente não quer tomar o espaço do homem, a gente não quer ser igual aos homens. A gente quer ter os mesmos direitos, mas respeitando as nossas diferenças. Então, essa construção, pra falar pode ser muito fácil, mas você construir no dia a dia, no cotidiano, ela é muito dolorosa pras mulheres. Então, por isso também eu acho que não foi como uma primeira bandeira de luta, aos poucos a gente foi mostrando. E hoje, que passam 30 anos de história do movimento, a gente conseguiu demonstrar na prática o que é o feminismo que nós defendemos. Não precisou a gente ficar dizendo: “nós somos feministas, nós somos feministas, nós somos feministas”. Então foi meio pelo trabalho que foi feito, pela construção que se teve que hoje a gente consegue dizer que tudo isso é feminismo. (27 de julho de 2015, linha Faxinal dos Rosas, Chapecó).

É interessante esta observação, porque uma das inovações que podem ser creditadas aos movimentos camponeses brasileiros é a instituição das “cirandas”, espécie de creches autogeridas pelas integrantes dos movimentos sociais para que seus filhos possam ser cuidados enquanto participam de reuniões, cursos e mobilizações políticas. A iniciativa das cirandas se deve à atuação de lideranças femininas não só de movimentos de mulheres, como de movimentos mistos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ou seja, confor-

¹⁰Hoje o MMC/SC é composto em sua maioria por mulheres aposentadas e/ou idosas. A questão financeira facilita que as aposentadas possam participar e se dedicar mais à organização, já que possuem um salário garantido. As jovens, que garantiriam sua renovação, estão às voltas com a necessidade de garantir trabalho e renda.

me as lideranças jovens foram tornando-se mães e percebendo que, “diferente” dos homens, tinham dificuldade de participar das reuniões e mobilizações sem levar os filhos, foram construindo uma solução coletiva.

Outro aspecto associado a 2004, ano de formação do MMC, foi o crescimento dos debates em torno da agroecologia, que se propõe a ser um novo paradigma, com vistas a apoiar mudanças no modelo de produção convencional para estilos de agriculturas de base ecológica (Caporal; Costabeber, 2004). É fundamental neste processo a mudança de valores e atitudes dos atores sociais envolvidos no manejo e na conservação dos recursos naturais, o que implica em fortalecer a autonomia dos/as agricultores/as e a busca por garantir a soberania alimentar da família, valorizando a produção de alimentos dos quintais, em geral, sob responsabilidade das mulheres. Conforme Siliprandi (2009), as mulheres são sujeitos políticos importantes dentro dos movimentos agroecológicos, e vêm reivindicando o seu reconhecimento para a construção, desenvolvimento e ampliação destas experiências pelo país.

Nesse sentido, as agricultoras do MMC/SC foram construindo novas representações que “feminilizam” a atividade agrícola, como o uso do termo “berço”, ao invés de “cova”, usado pelas ciências agrárias para se referir ao local onde se semeia. Para elas, cova é uma palavra que “agride”, pois faz referência à morte, enquanto berço descreve melhor o lugar da sementeira, que é onde a vida brota e se desenvolve.

Esta valorização da relação simbólica estabelecida entre mulheres e natureza, ressaltadas em analogias entre útero e terra, bebês e sementes está presente em várias mitologias, como a grega com o mito de Deméter e Perséfone. Tais comparações buscam enfatizar o potencial de criação da vida e dos seus ciclos, indicando que os valores que orientam esse feminismo camponês estão ligados ao cotidiano e às práticas relacionadas ao trabalho da mulher camponesa. De acordo com Paulilo e Silva (2007):

Para as militantes do MMC, acreditar na relação entre mulher e vida é algo que lhes dá motivação e legitimidade para lutarem por melhores condições de alimentação e saúde, tanto da humanidade quanto da terra. [...] O que está claro nas formas de luta do MMC é que, independentemente dos valores últimos que lhe dão suporte, é o cotidiano que lhe serve de base e estímulo (PAULILO & SILVA, 2007: 402, grifo nosso).

Nesse sentido, é possível perceber que o cuidado é uma categoria central para analisar a atuação das mulheres do MMC/SC. Fraser (2017) destaca a importância de uma perspectiva feminista que valorize o cuidado e a interdependência, ao invés do crescimento individual e da meritocracia difundidos pelo capitalismo. Para ela, o feminismo não pode perder de vista a valorização das atividades não-assalariadas, incluídas aí o cuidado, especialidade da mulher na divisão sexual do trabalho. Mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda do feminismo contribuíram para a legitimação da ascensão do neoliberalismo, como a crítica ao salário familiar e ao Estado androcêntrico, servindo para intensificar a valorização do trabalho assalariado do capitalismo flexível, que se apoiam em trabalhos precarizados muitos dos quais desempenhados pela mulher, ao mesmo tempo em que diminuiu a legitimidade da atuação estatal. É necessário religar o feminismo à crítica do capitalismo, além de incluir em sua crítica ao androcentrismo a valorização de atividades desmercantilizadas, como o trabalho de cuidar (Fraser, 2009).

Para Boff (2005), o cuidado possui caráter ontológico; é um “modo-de-ser” singular aos seres humanos, em que há um deslocamento de atenção e solicitude para com o/a outro/a. No entanto, as atividades relacionadas ao cuidado apresentam-se como atributo quase ineren-

te à atuação das mulheres na sociedade; “em termos gerais, podemos conceber o cuidado como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valorização social” (Batthyány, 2009: 94). Embora as atividades relacionadas à reprodução biológica e social desempenhadas pelas mulheres sejam decisivas para a família, seu trabalho permanece subordinado às atividades produtivas, que são reconhecidas social e economicamente (Bourdieu, 2014).

Federici (2017) dá uma contribuição importante para se compreender o processo de subalternização das atividades femininas. Ela demonstra que um aspecto importante não percebido por Marx na fase de “acumulação primitiva” do capitalismo foi o rebaixamento social das mulheres, processo que começou em finais do século XV e se aprofundou nos séculos XVI e XVII, marcados pela “caça as bruxas” e a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação. Este massacre que se abateu sobre todo continente europeu e mesmo americano, tinha por alvo as mulheres que trabalhavam com ervas, medicamentos ou unguentos, geralmente mais velhas e empobrecidas pela perda das terras comunais. Este terror que tomou conta da Europa, justamente na transição do feudalismo para o capitalismo, debilitou “a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado”, cujas comunidades estavam começando a se desintegrar sob “o impacto combinado da privatização da terra, do aumento de impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social” (Ibid, 2017: 294).

Estima-se que a caça às Bruxas levou a julgamento e tortura cerca de 200 mil mulheres, das quais pelo menos 100 mil foram assassinadas (Barstow apud Federici, 2017, p. 293). Este processo contribuiu para o confinamento das mulheres “ao lar”, ou seja, ao trabalho doméstico e reprodutivo, tornando-a dependente da renda obtida pelo marido e promovendo a concomitante desvalorização a tudo que fosse associado a tarefas femininas. Ele se deu junto à centralização do poder e estruturação de Estados-Nações que começaram a valorizar o crescimento populacional, por prover mão-de-obra disponível e barata para os “negócios”, relegando às mulheres o papel reprodutivo.

Hoje, com o envelhecimento das sociedades e a crescente importância das doenças crônicas, há a necessidade de incorporar o cuidado na agenda de políticas públicas e promovê-lo como responsabilidade social e coletiva e não como um problema individual¹¹ (Batthyány, 2009). Além disso, é necessário romper com visões de que cuidado é “coisa de mulher” e que sensibilidade é um atributo “feminino”. Homens também podem se tornar sensíveis desde que não sejam reprimidos por isso, afinal, como Bourdieu (2014) destaca, não são apenas as mulheres as vítimas¹² da “violência simbólica” oculta na dominação masculina, os homens também o são, já que são socializados a construir uma virilidade que deve governá-lo sempre.

Mas o cuidado não se restringe apenas às relações entre as pessoas; uma visão ampla sobre o cuidado engloba tanto o cuidado à saúde individual como as interações entre seres humanos e natureza. Na experiência do MMC/SC, destaca-se a atenção dada à natureza, que se expressa pela incorporação da perspectiva agroecológica, na busca pela conservação da biodiversidade e na defesa da vida, de forma geral. Nesse caso, “o cuidado não se opõe ao trabalho, mas lhe confere uma modalidade diferente, por não encarar a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito” (Boff, 2005, p. 31), visão que retoma o raciocínio “mágico” que permeava as relações homem natureza, - antes da bru-

¹¹O mercado vem aproveitando dessa ausência do Estado nas políticas sociais voltadas ao cuidado, sobretudo, de idosos, como é possível perceber com o surgimento de empresas especializadas na prestação de serviços na área. Cursos de profissionalização de “cuidador de idosos” vêm ganhando cada vez mais espaço.

¹²O uso que o autor faz do termo “vítima” em sua análise sobre a dominação masculina é atribuído a homens e mulheres. Resaltamos a necessidade de entender o termo de uma perspectiva dialógica e fugir das dualidades passivo/ativo, pois ser vítima é também se tornar potencialmente sujeito.

tal separação entre corpo e espírito promovida pelo iluminismo europeu, mas que ainda permanece norteando o modo de vida das populações indígenas e tradicionais da América Latina.

No entanto, essa visão de conciliar o trabalho com a preservação da natureza possui um longo caminho a percorrer a fim de que se torne predominante no campesinato do Oeste Catarinense. Segundo Nara, para a maioria dos agricultores de sua localidade, em Palmitos, há uma percepção restrita sobre o trabalho, em que este se coloca de forma antagônica ao cuidado: “preservação não é trabalho, é coisa de gente preguiçosa; aviário, vaca, suínos é trabalho”, desabafa. Em um ambiente marcado por uma agricultura familiar integrada ao mercado, a economia moral burguesa é dominante, e, portanto, o valor do que é trabalho está vinculado ao mercado.

Essa visão predominante de trabalho deve-se ao fato deste ter passado de uma interação com a natureza à intervenção nesta, na busca em dominá-la de forma a atender aos interesses do homem, em que o cuidado, conforme Boff (2005) assinala, “foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia” (Boff, 2005, p. 32).

Romper com essa visão e valorizar o cuidado como dimensão fundamental da vida é um dos desafios a serem enfrentados pelo MMC/SC e por outros movimentos feministas. A partir do cuidado, na visão delas, é possível enxergar os seres humanos como parte da natureza, da qual a sua vida depende, bem como construir relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória das lideranças do MMC no Oeste de Santa Catarina, evidenciamos alguns reflexos da modernização do campo do campesinato que se formou nessa região, como a introdução de novos processos e relações de trabalho na agricultura, além da mudança nos padrões de alimentação das famílias, decorrentes da industrialização. Nos anos 1980, no contexto de redemocratização do país e do surgimento de diversos movimentos sociais rurais na região, as mulheres aparecem como novos sujeitos políticos. A partir da campanha da sindicalização da mulher, promovida pelo STR de Chapecó, as mulheres vislumbraram a constituição do MMA, em 1983, como possibilidade de obterem o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e terem acesso a direitos como a previdência social, articulando um feminismo distinto do das mulheres urbanas.

Com a criação do MMC, em 2004, as mulheres consolidam uma identidade política que prioriza a construção de um projeto de agricultura camponesa e feminista. Ações de resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas, promoção e o uso de plantas medicinais são alguns elementos que compõem este projeto. Há ainda uma valorização da relação simbólica estabelecida entre mulheres e natureza e a busca em ampliar e fortalecer as experiências em torno dos princípios da agroecologia, mostrando que trabalho e cuidado com a natureza podem se conciliar. O cuidado pode também orientar a consolidação de novas relações entre homens e mulheres, mais igualitárias, em que elas possam ser valorizadas pelo que são e também pelo que fazem.

REFERÊNCIAS

- BATTHYÁNY, K. Cuidado de personas dependientes y género. In: AGUIRRE, R. Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en Uruguay. Montevideo: UNIFEM, 2009. p. 87-124.
- BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, out./mar, 2005, pp. 28-35.
- BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), janeiro-abril, 2004, pp. 289-302.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014.
- BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jun. 2002, p. 50-81.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: Alguns Conceitos e Princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n° 11, 1998, pp. 53-75.
- CHAPECÓ. Chapecó em dados. Relatório de 2015. Disponível em: <http://goo.gl/POhGR>. Acesso em: 11/05/2016
- CHOINASKI, L. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, A., FARIA, N., GODINHO, T. (org.) *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DESMARAIS, A. A. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, (Vozes do campo), 2013, p. 1-103.
- FEDERICI, S. *Caliban e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul./Dez. 2009.
- FRASER, N. Três ciladas para o Feminismo. *Outras mídias*. 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/2rHPG5>. Acesso em: 08/03/2017.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA, Presidente Prudente*, Ano 9, n. 8, Jan./Jun. 2006, pp. 1-28.
- MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária. In: CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 113-136.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. *Saeculum. Revista de História* [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006, pp. 121-138.
- PAIM, E. A.; GASPARETO, S. A. K. Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina. *Cadernos do CEOM, Chapecó*, Ano 20, n. 27, 2007, pp. 211-255.
- PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n° 28/1987.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), 2004, pp. 229-252.
- PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2), maio-agosto, 2007, pp. 399-417.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM, Chapecó*, Ano 19, n. 23, 2006, pp. 149-187.

- RENK, A. Catolicismo popular e etnicidade no Oeste Catarinense. *Revista Grifos*, Chapecó, nº 25, 2008, pp. 59-70.
- ROSSETTO, S. Síntese Histórica da Região Oeste. *Cadernos do CEOM*, v. 1, n. 1 (1986), reeditado no v. 4 (1989), pp. 7-15
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2), pp. 35-50, maio-agosto/2004.
- SAVOLDI, A.; GEROLDI, J.; RENK, A. Presença da “luta” com Chica Pelega: Narrativas caboclas nas experiências cotidianas. In: *Fazendo Gênero*, 9, Florianópolis, *Anais Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis, 2010.
- SILIPRANDI, E. C. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília, 2009, 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2009.
- SOUZA, M. F. B. A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988. In: *Volume I - Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. Os Alicerces da Redemocratização*. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/OMDLmp>. Acesso em: 11/11/2015.
- VICENZI, R. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, Ano 19, n. 25, 2006, pp. 301-318.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, pp. 42-61.
- WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”: O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*, 1987. Brasília, 1990, pp. 11-73.

AS PRÁTICAS DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO EM ESPERA FELIZ/MINAS GERAIS

Edna Lopes Miranda¹ e Ana Louise de Carvalho Fiúza²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas participativas adquiridas com o envolvimento dos agricultores familiares em organizações coletivas do campo, tais como movimentos sociais ou sindicais. Todavia, o enfoque não se dá em termos das demandas coletivamente construídas e reivindicadas junto ao Estado, mas, antes, em termos daquelas práticas que se instituem na esfera da vida cotidiana. Como percurso metodológico, foram aplicados questionários semiestruturados com 72 agricultores familiares participantes das organizações coletivas do campo em de Espera Feliz/MG, bem como observação participante com anotações em diário de campo nas reuniões e assembleias. Os resultados mostraram que, a participação nos ambientes de socialização das organizações coletivas do campo proporcionou aos agricultores, maiores níveis de capital político e favoreceu o desenvolvimento de suas competências para o desenvolvimento de práticas coletivas voltadas para o trabalho e a vida cotidiana, e não apenas para a sua atuação reivindicatória junto ao Estado.

Palavras-chave: Participação; Capital Político; Agricultores Familiares; Organizações Coletivas do Campo.

THE PRACTICES OF THE COLLECTIVE ORGANIZATIONS OF THE FIELD OF THE MUNICIPALITY OF ESPERA FELIZ/MINAS GERAIS

ABSTRACT

This article aims to analyse the participatory practices acquired with the involvement of family farmers in Collective Organizations of the Field, such as associations, cooperatives and social or trade union movements. However, the focus is not on the demands collectively built and demanded from the State, but rather from those practices that are instituted in daily life. As a methodological course, semi-structured questionnaires were applied with 72 family farmers who participated in seven Collective Organizations of the Field in the municipality of Espera Feliz/MG, as well the participant observation with notes in field diaries at meetings and assemblies. The results showed that the participation in the socialization environments of the Collective Organizations of the field, provided to the family farmers of Espera Feliz greater levels of political capital and favored the development of their competences for the development of collective practices directed for work and daily life, and not only for their claiming action with the State.

Key words: Participation; Political Capital; Small Agriculturists; Collective Field Organizations.

¹Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. Membro do Grupo de Estudos Rurais, Agriculturas e Ruralidades – GERAR. E-mail: edna.miranda04@hotmail.com

²Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Coordenadora do Grupo de Estudos Rurais, Agriculturas e Ruralidades – GERAR. Professora do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: louisefiuza@ufv.br

INTRODUÇÃO

A interpretação acerca da concepção de participação política tem apresentado dissonâncias tanto em termos das discussões teóricas, que defendem o desenvolvimento da democracia pelo aprofundamento da participação, quanto por correntes que apontam as deficiências crescentes dos poderes públicos no atendimento às necessidades sociais. Observa-se que a concepção de práticas participativas encontra-se em um campo de disputa interpretativa em que novas abordagens desafiam as já estabelecidas. No que diz respeito a esse debate, na literatura brasileira nota-se a associação à dimensão institucional do processo participativo (Dagnino, 2004; Dagnino; Tatagiba, 2007). Predomina nas pesquisas nacionais, o relato de experiências participativas vinculadas a instituições criadas pelo Estado para atender às demandas da sociedade. No tocante, aos agricultores familiares, tais pesquisas confirmam esse formato, enfocando as análises, prioritariamente, nos processos de participação vinculados às práticas reivindicatórias e de enfrentamento instituídas junto ao poder público.

Em decorrência desse quadro, quase não se descortinam perspectivas, que extrapolem o âmbito reivindicatório e combativo das demandas e enfrentamentos construídos coletivamente. Neste sentido, buscou-se analisar a participação, vislumbrando o seu potencial de empoderamento em termos de práticas coletivas que se instituem no âmbito do trabalho e da vida comunitária. No entanto, não se nega as abordagens voltadas para a análise da construção de processos participativos materializados em estratégias reivindicatórias junto ao Estado. Antes, buscou-se, analisar de que forma o capital político e o perfil participativo dos agricultores familiares participantes das organizações coletivas do campo³, no município de Espera Feliz/MG se materializa em outros âmbitos da vida, como na esfera do trabalho, do mercado e da vida cotidiana. Reconhece-se, assim, que a participação em organizações coletivas, se constitui em uma prática decisiva para o fortalecimento das instituições políticas e democráticas. A escolha do foco analítico voltado para as práticas de vida dos agricultores participantes de organizações coletivas do campo deve-se ao fato de um dos grandes desafios da democracia moderna, na atualidade, consistir em consolidar práticas democráticas no âmbito microssocial, como na esfera do trabalho e da vida comunitária. Portanto, a perspectiva de análise utilizada neste artigo, enfatiza as repercussões da participação dos agricultores familiares nessas organizações, no âmbito das suas práticas de trabalho e de vida. Parte-se do pressuposto de que, o processo participativo pode criar condições para a conquista de direitos civis e sociais, que partilhados em fóruns coletivos, voltam-se para a consolidação de práticas reflexivas na vida cotidiana dos agricultores.

1. A TEORIA DA PRÁTICA DE BOURDIEU: HABITUS, CAMPO E CAPITAL

A teoria sociológica de Bourdieu (1980) aponta que os capitais disponíveis para os indivíduos dependem das propriedades históricas dos campos e do que está em jogo, desde que os agentes estejam imbuídos de um sistema de disposições que o autor chamou de habitus. Dessa forma, o campo se define como o espaço social onde encontram legitimidade para efetivar suas práticas. O campo político é um universo social de poder, capital, relações de força, estratégias e manutenção das ações de forças já instituídas, dotado de leis próprias de operação e de um singular tipo de capital, ou seja, capital político.

³A utilização do termo “organizações coletivas do campo” pode ser entendido na concepção de Singer (1999), como um “novo cooperativismo”, capaz de mostrar o caráter diferenciado das experiências estudadas (organizações, cooperativas e associações) que podem trazer aspectos positivos para o campo dos estudos rurais.

Os estudos de Bourdieu (1986) mostram a importância desse tipo de capital ao constatar que nem todas as oportunidades no acesso a bens e serviços podem ser diretamente relacionadas ao capital cultural e escolar dos indivíduos, pois também está em jogo o capital político, cuja distribuição é desigual e está presente nos modos de vida dos indivíduos como uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos. Em Bourdieu (1986), fica evidente a construção de uma rede de relações que são utilizadas pelos agentes em função do capital econômico e cultural. Esta concepção dá condições para que o capital social possa ser ativado, o que contraria as idéias de Putnam (2006), para quem “os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente” (p.186). Nessa perspectiva, um desenvolvimento virtuoso seria o resultado de altos índices de cooperação, confiança e reciprocidade, que construídos a partir da capacidade de organização da sociedade, busca-se alcançar o bem-estar coletivo. Acredita-se que, a existência do capital social pode ser um indicador do capital político, das relações de confiança e da existência de objetivos comuns, nos processos de organização e mobilização social por parte das organizações coletivas.

O capital político está presente na formação de grupos que procuram obter êxito em suas ações por meio da cooperação e pode ser definido pela sua função, ou seja, não é uma entidade simples, mas uma variedade de diferentes entidades que torna possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Assim como a Teoria da Prática, o aporte da Teoria dos Campos Sociais de Bourdieu (1980; 1986) traz como argumento central a perspectiva relacional para caracterizar o tipo de capital político e o perfil participativo dos agricultores familiares nas organizações coletivas do campo. A utilização do modo relacional para se pensar o espaço social, permite analisar o tipo de capital e a posição de cada ator em relação a outro ator dentro do campo, o que proporciona compreender as estratégias utilizadas para conservação ou transformação desse campo. Dessa forma, o campo só existe porque são os agentes que criam o espaço por meio de relações objetivas e das suas disposições, em uma estrutura de relações objetivas que definem o que eles podem e o que não podem fazer. Entende-se, pelo conceito de campo, o lócus “[...] onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno dos interesses específicos que caracteriza a área em questão” (Ortiz, 1994, p. 19).

Esse espaço tem na sua peculiaridade a manifestação de poder a partir de uma estrutura desigual de posições que determina um campo de dominados e dominantes. Ainda pode ser compreendido por relações de forças entre diferentes tipos de capital – mais precisamente entre agentes que possuem diferenças econômicas e simbólicas. Logo, as estratégias e mecanismos utilizados pelos agentes envolvidos dependem da situação que ocupam na estrutura do campo e na apropriação do seu capital específico. Esses princípios são invariantes e dependentes entre si, pois não se pode compreender campo sem entender as posições dos atores e não se podem compreender as posições dos atores sem explicar a forma como os diferentes tipos de capitais estão distribuídos entre eles.

Segundo Ortiz (1994), o campo político organiza-se por patamares, portanto, se as perspectivas são de alcançar os patamares mais elevados, é necessário ter capital e ampliá-lo. Essa dinâmica pressupõe, além do poder efetivo dos atores políticos, a sua visibilidade e aceitação no campo político. Desse modo, os diferentes sujeitos disputam o acesso às posições dominantes no interior do campo, por meio da valorização de seus atributos em detrimento dos atributos de seus concorrentes. O capital político também favorece o desenvolvimento de uma análise a respeito das práticas e ações desempenhadas pelos atores sociais dentro do campo político das organizações coletivas do campo. Tais relações pressupõem uma reciprocidade entre os participantes, seja mediada pela identidade ideológica, seja pelas afetividades ou pelas relações de confiança. Desta forma, a mobilização coletiva das organizações está ligadas a processos de

ação coletiva e de inovação institucional, que como comenta Sabourin (2009), são mobilizadas para participar da elaboração de projetos de desenvolvimento local e territorial.

Conforme essa perspectiva teórica pode-se pressupor que o capital político construído por meio da participação dos agricultores familiares nas organizações coletivas do campo, repercute em práticas reflexivas sobre o cotidiano de trabalho no âmbito da agricultura familiar. Estas práticas por sua vez, implicam no envolvimento dos agricultores em vários tipos de atividades no interior destas organizações, as quais, em si mesmas, já inserem os participantes em um novo processo de socialização, marcado pelo pensamento problematizador diante da realidade vivenciada. Diante deste cenário, estes novos modelos de reflexão podem, então, entrar em contato com os modelos tradicionais e corriqueiros de comportamento e ação desenvolvidos no cotidiano desses agricultores, que são imbuídos por um capital político.

Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. De posse da teoria bourdieusiana, é possível elaborar, a partir de suas categorias, uma divisão tríplice das espécies de capital político: pessoal, delegação e convertido. O capital político pessoal é baseado na ideia de ser “conhecido e reconhecido” pela posse de notoriedade e popularidade. Ou seja, como um capital político pessoal notável, resultado de um lento e contínuo processo de aprendizagem e acumulação de experiência, como ocorre com os agricultores familiares que participam das organizações coletivas do campo. Já o capital delegado trata-se de um capital detido e controlado pelas instituições que marca a transmissão de um capital político em um campo de disputa. Nessa espécie de capital, a sua natureza política é depositária de um capital que pertence, na verdade, à organização. O capital convertido se caracteriza pela conversão de outros tipos de capitais (econômico e cultural) para o campo da política, ou seja, essa conversão se efetua quando a notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas são transferidas para a política.

Ao participarem das organizações coletivas do campo, os agricultores passam por um novo processo de socialização, que se constitui em uma forma de conectar os indivíduos a grupos, que extrapolam o seu círculo de relações mais próximo, na família e na comunidade, proporcionando-lhes vias de acesso a novas informações e recursos. Assim, podem-se gerar, no cotidiano da vida e do trabalho dos agricultores familiares, novas práticas de adaptação e/ou resistência aos desafios que enfrentam para a reprodução social das suas unidades produtivas familiares. De posse desta perspectiva, adaptar-se pode ser entendido como um sinal de proatividade e resiliência dos agricultores aos imperativos do sistema capitalista de produção. Portanto, é nessa cotidianidade que os agricultores familiares desenham suas ações e conformam suas práticas sociais mais localizadas, traçadas no ambiente do trabalho e da vida familiar e comunitária, estabelecendo estratégias que extrapolam seus locais vividos. Segundo Simões (2005); Warschauer (2006) e Simões e Las Heras (2011), cada indivíduo, ao se articular com outros indivíduos, seja por meio de redes de comunicação ou de uma organização coletiva materializada – institucionalizada ou não – já carrega consigo algum tipo e acúmulo de capital político, entendido aqui como um capital simbólico que confere ao participante legitimidade necessária à sua ação dentro do campo. Assim, o ambiente das organizações coletivas do campo pode fornecer importantes ferramentas sobre o tipo e a forma com que está se constituindo o capital político no interior de pequenos municípios, ao analisar, especificamente, a cultura participativa dos agricultores familiares.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo de analisar as práticas que se instituem na esfera da vida cotidiana, ou seja, no âmbito do trabalho, do mercado e da vida da comunidade, em decorrência da participação dos agricultores familiares em organizações coletivas do campo, tais como movi-

mentos sociais ou sindicais, utilizou-se como estratégia metodológica a aplicação de questionário semiestruturado junto aos agricultores que participavam das organizações existentes em Espera Feliz. Utilizou-se, ainda, da técnica de observação participante em reuniões e assembleias com anotações em diário de campo. O principal critério para a escolha do município, foi a diversidade e expressividades das organizações nele existentes: associações, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos, dentre outras instituições que expressavam diversidade de formas participativas dentro do campo da agricultura familiar. Esse município tem como parte de sua história a capacidade de mobilização da sociedade civil, ancoradas na ação das pastorais sociais da Igreja Católica, que contribuíram para a formação de organizações não governamentais com foco no desenvolvimento alternativo da agricultura familiar (Freitas; Freitas, 2013).

Inicialmente, mapearam-se sete organizações em Espera Feliz: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (Asimaf); o Movimento dos Pequenos Agricultores familiares (MPA); a Pastoral da Juventude Rural (PJR); a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária (Coofeliz); a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol); e a Associação dos Terapeutas homeopatas (Terravida). A opção por pesquisar todas as sete organizações se deu em função da afinidade ideológica existente entre elas, ou seja, pelo fato das mesmas compartilharem de um mesmo campo de valores, condutas e conhecimentos que alimentam e dão suporte ao processo organizativo, principalmente no que tange à comercialização de alimentos em feiras locais e outros mercados institucionais. O universo da pesquisa foi composto por agricultores familiares cadastrados, totalizando 118 agricultores. Desses, 72 eram assíduos nas atividades desenvolvidas pelas organizações, o que definiu o quantitativo de agricultores familiares entrevistados. Para melhor captar a realidade investigada, optou-se por: i) caracterizar o capital político dos agricultores familiares, considerando o envolvimento nas atividades desenvolvidas pelas organizações; e ii) traçar o perfil participativo destes agricultores familiares.

Para caracterizar o capital político apropriado pelos agricultores familiares participantes das organizações coletivas do campo utilizou-se, neste estudo, uma tipologia que desagrega a classificação dos tipos de capital político propostos por Bourdieu (1986). Ressalta-se que, a ideia de “tipo” adotada remete à acepção weberiana dos tipos ideais⁴ (Weber, 2004), em função de se assumir como premissa que o capital político que se forja a partir da participação dos agricultores familiares nessas organizações se manifesta em intensidades e formas diferenciadas. A depender do campo político que o agricultor familiar se localiza dentro das organizações, ele pode adquirir tipos específicos de capitais e perfis participativos distintos.

Por isso, para identificar as características do capital político adquirido pelos agricultores familiares, consideramos como variável de análise o nível de engajamento nas práticas cotidianas das organizações, respaldada por uma tipologia que abarca três tipos de capital político: a) capital familiar, ou seja, aquele que tem a sua origem em uma família que possui tradição e envolvimento político em organizações e instituições da sociedade civil; b) capital conservador, compreendido como aquele que tem a sua origem na reafirmação das tradições e costumes dos agricultores familiares, não acarretando mudanças em suas práticas cotidianas; e c) capital crítico e reflexivo, construído e mobilizado pelos agricultores para o alcance de suas demandas. Neste corolário, este tipo de capital se tornou produto e reproduzidor das formas de percepção social dos agricultores, na qual tende a ter um caráter reivindicatório e contestatório da realidade, como na Figura 1.

⁴Para compreender o sentido da ação, Weber (2004) estabeleceu o método de interpretação da realidade social e criou a noção do tipo ideal utilizado não como sentido normativo, mas como uma referência, uma construção analítica para entender sentidos complexos pelo qual serão acessadas as representações.

Figura 1 - Tipos de capital político e suas características de acordo com práticas cotidianas dos participantes das organizações coletivas do campo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A classificação em qualquer uma das tipologias não significa que o capital político seja puro. Ao contrário, na maior parte das vezes, observa-se uma composição com pesos e medidas diferentes de cada um deles. Para a análise do perfil participativo dos agricultores familiares dentro das organizações coletivas do campo, categorizou-se o tipo de envolvimento dos agricultores familiares nas atividades desenvolvidas dentro das organizações, como assembleias, reuniões e dias de campo. Considerando a experiência dos agricultores nas práticas cotidianas das Organizações, utilizou-se as "categorias nativas" por eles próprios utilizadas para diferenciar o seu nível de envolvimento e participação: 1º grupo: agricultores "participativos", apresentaram frequência regular às reuniões, assembleias e atividades voltadas para o funcionamento da organização (administração de recursos financeiros e humanos); 2º grupo: agricultores "acomodados", participaram ocasionalmente às reuniões, mantendo um vínculo mais formal às organizações que estavam associados e 3º grupo: "não participativos", não participaram das atividades das organizações em nenhum momento. A partir das respostas obtidas junto aos agricultores, elaborou-se uma caracterização do capital político, considerando o grau de participação nas organizações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Histórico das organizações coletivas do campo no município de Espera Feliz/MG

O surgimento das organizações coletivas do campo no município de Espera Feliz/MG iniciou na década de 1980, quando emergiram, no Estado de Minas Gerais, várias experiências cooperativas no âmbito da agricultura familiar. Essas organizações realizavam as suas atividades dentro do plano de desenvolvimento local denominado "Envolvimento Local" (ELO). Tratava-se de um plano de ação iniciado em 2004, que promoveu várias discussões. Foi implementado na forma de um colegiado, no qual várias organizações coletivas buscavam elaborar estratégias de ação de forma conjunta com vistas a promover o desenvolvimento local (Silva, 2010, Freitas; Freitas, 2013).

Dentre as organizações coletivas do campo de Espera Feliz, a que se mostrou mais importante em congregar os agricultores familiares – enquanto atores políticos da agricultura familiar na região – foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A sua trajetória histórica pode ser dividida em duas fases: uma marcada pela ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que propunham formar lideranças com uma orientação mais atuante frente aos conflitos agrários no Brasil; e a segunda, que se caracterizou pelo surgimento de parcerias com outras organizações com o objetivo de promover a agroecologia e a economia solidária no município, além de inserir nas práticas das organizações coletivas, questões produtivas, de comercialização, de crédito, entre outras.

Tal processo levou à consolidação de várias organizações ligadas diretamente ao Sindicato, tal como: a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (Asimaf), que era responsável pela organização política dos agricultores familiares em suas atividades de comercialização. Porém, com as modificações do Código Civil a partir de 2002, as associações ficaram impossibilitadas de comercializarem seus produtos. Como resposta a esta situação, os agricultores se mobilizaram via Sindicato dos Trabalhadores e, em 2005, criaram a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (Coofeliz), no intuito de desenvolver atividades voltadas à comercialização de alimentos (Silva, 2010).

Diante deste cenário, o principal mercado para as organizações existentes no município foram as políticas públicas de compras governamentais: o PAA e o PNAE, acessadas pelos agricultores através da cooperativa Coofeliz. O PAA é popularmente conhecido entre os agricultores familiares como “Programa da CONAB” (Companhia Nacional de Abastecimento). No município de Espera Feliz, Minas Gerais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), teve início em 2004, mas foi somente em 2006 que a Coofeliz passou a operacionalizar o programa, com o objetivo de fortalecer os circuitos locais e regionais. Já o PNAE é denominado pelos agricultores de “Programa dos trinta por cento” ou de “merenda escolar”. Ele foi implantado em 2009, em decorrência da exigência de compra da agricultura familiar pela Lei n.º 11.947, que definiu que pelo menos 30% dos recursos financeiros da alimentação escolar deveria ser da agricultura familiar. Embora estes dois programas tenham trajetórias distintas, Belik e Domene (2012), apontam que, ambos apresentam como denominador comum a compra institucional local de produtos da agricultura familiar para ações de segurança alimentar e nutricional.

Como consequência de uma série de mobilizações sociais iniciadas em 2002 e os desdobramentos do movimento político da agricultura familiar no município, surgiu, também, a Ecosol. Esta Cooperativa passou a desenvolver mecanismos de controle social do crédito, aproveitando as potencialidades das organizações de base, com o trabalho efetivo nas comunidades. Também atua nessa direção a Pastoral da Juventude Rural (PJR), buscando inserir os jovens rurais nas organizações coletivas do campo, com a colaboração do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esse, por sua vez, compartilha dos princípios e objetivos da Associação dos Terapeutas Homeopatas (Terravida), comungando do princípio da não utilização de produtos químicos nas lavouras e rebanhos. A história da coletividade desenvolvida pelas organizações coletivas em Espera Feliz e suas formas pregressas com os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos ligados à Igreja Católica, fez emergir uma das formas mais recentes destas organizações: um arranjo organizacional cooperativo, que pode ser entendido nos moldes de um capital político contemporâneo, capaz de potencializar a mobilização de recursos, pessoas e ações para uma proposta compartilhada de transformação da realidade social e econômica da agricultura familiar na região.

3.2 A participação dos agricultores familiares nas atividades das organizações coletivas do campo

Os dados coletados na pesquisa evidenciaram a existência de diferenças significativas quanto à natureza da participação dos agricultores nas atividades promovidas pelas organizações coletivas do campo no município de Espera Feliz, tanto no que se refere à “forma” quanto à “intensidade”. Observou-se, por meio dos questionários, que, no geral, os agricultores familiares participavam de mais de uma Organização Coletiva: 52% do Sindicato e 46% de Cooperativas e Movimentos Sociais. No que diz respeito ao sindicato, cabe destacar que dele se desdobraram outras organizações, com as quais ele mantém uma rede de relações e parcerias. De modo complementar, seria pertinente destacar a afirmação de Putnam (2006) para quem a existência de redes permitiria adquirir confiança, traduzida na aceitação e observância de normas, que provocaria um círculo virtuoso da cidadania, por meio da reciprocidade entre os indivíduos que interagem dentro da rede de organizações.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que, ao serem inquiridos sobre a importância das organizações em Espera Feliz, a maioria dos agricultores familiares apontaram que a representatividade delas se fazia importante, na medida em que possibilitavam a troca de informações e a implantação de serviços indispensáveis à qualidade de vida das populações rurais, como mostra a seguir:

Tabela 1 – Avaliação quanto à correspondência das ações desenvolvidas nas organizações de Espera Feliz face às necessidades dos agricultores familiares

Atendimento as demandas	Frequência %
Muitas vezes	82
Algumas vezes	10
Raramente	8
Nunca	0

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

De acordo com a Tabela 1, mais de 80% dos agricultores familiares apontaram que as ações desenvolvidas nas Organizações Coletivas na qual participavam “muitas vezes” estavam em consonância com as suas necessidades. Contudo, é fundamental considerar que as necessidades e os interesses manifestados pelos agricultores podem ser dissonantes. Daí a opção teórica por se considerar o espaço das organizações coletivas como um campo político de disputas de poder, posição e acesso a diferentes capitais, no qual as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças desse campo (Bourdieu, 1986). Nesse sentido, observou-se uma situação ocorrida durante uma plenária, na qual um dos agricultores se queixou de sempre serem os mesmos agricultores que atuam “na linha de frente” das organizações, mantendo-se os outros “acomodados”, em função de terem sempre alguém responsável por executar as tarefas. Esse descontentamento apontou para uma distribuição diferenciada do capital político entre os agricultores familiares, a qual denota, em consequência, uma capacidade de ação diferenciada entre eles. Por outro lado, ter esse espaço e ter voz para reclamação possibilitou a construção de possibilidades de participação nas organizações.

Se pensarmos nos aspectos normativos da legislação, as associações e cooperativas deveriam ser construídas coletivamente com lógicas de participação democrática, uma vez que todos os cooperados fazem parte de uma mesma organização.

No entanto, em seu estudo, Cruz (2007) mostrou que há muitas dificuldades nesse imperativo e destacou que “a simples existência de um número razoável de associações não signi-

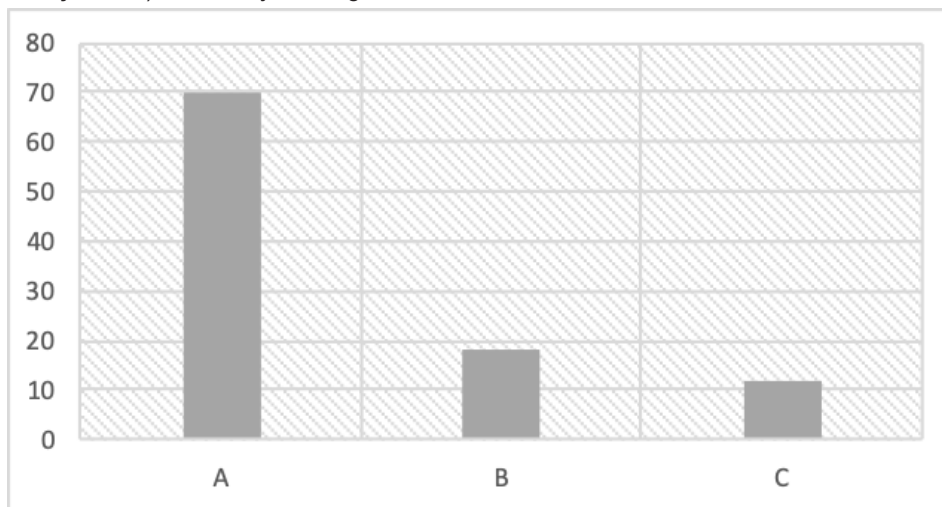
fica necessariamente que haja relações mútuas de confiança ou que as relações sejam baseadas na cooperação social” (p. 98). Desta forma, para que o associativismo seja efetivo e contribua para o desenvolvimento da sociedade local, salienta-se que aconteça o engajamento e o espírito cooperativo de todos os membros

Conforme os resultados, para além de eventuais descontentamentos entre os agricultores, há muitos interesses que os unem, visto que não foram observadas reclamações relativas ao percentual de contribuição para a manutenção das organizações coletivas. Depreende-se, assim, que a participação dos agricultores familiares nas organizações se sustenta em termos de interesses coletivos organicamente legitimados.

É perceptível entre os agricultores participantes das organizações coletivas uma orientação pelos costumes e concepções das organizações de realizarem conjuntamente as suas atividades a partir das necessidades identificadas. Ou seja, as ações desenvolvidas por essas organizações, buscam priorizar as necessidades emergenciais. Dessa forma, as iniciativas empreendidas pelos agricultores dentro das organizações propiciam ações voltadas para os interesses hegemônicos no grupo, que se sustentam em decorrência da corresponsabilização dos participantes nas ações executadas.

Entre os motivos expressos pelos agricultores familiares para sua participação nas organizações coletivas percebeu-se a força da perspectiva que vislumbra a necessidade de lutar em prol de questões coletivas, expressa no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Motivos para participar das organizações coletivas do campo, considerando: A) contribuir para a melhoria da comunidade e lutar por direitos; B) facilitar o acesso aos serviços; e C) receber ajuda do governo.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Uma parcela significativa dos agricultores (80%), afirmaram que um dos motivos para participar das organizações foi a vontade de contribuir com a comunidade e lutar por direitos, buscando melhorias e colaborando com o crescimento dela. Foi recorrente, também, a revelação de que, por meio das Organizações Coletivas tiveram melhores condições de acesso a serviços (15%). Percebe-se, assim, que essas organizações eram vistas pelos agricultores participantes como geradoras ou facilitadoras do acesso a recursos e, eventualmente, conversíveis em capital econômico e oportunidades sociais. Entre as vantagens, os agricultores destacaram o acesso às linhas de crédito, aos programas de governo como, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o fornecimento e distribuição de sementes e equipamentos agrícolas, a promoção de cadeias curtas para a comercialização dos alimentos, a troca de informações e o acesso à aposentadoria rural. De acordo com os agricultores, estas políticas recentes de compras governamentais de produtos da agricultura fa-

miliar, trouxeram oportunidades significativas para viabilidade econômica da produção, mas também muitos desafios para atender ao mercado institucional, uma vez que necessitaram fazer o planejamento e organização adequada da produção, através de uma gestão eficiente dos recursos, ou seja, precisaram ter uma visão mais empreendedora dos recursos disponíveis.

Embora os agricultores entrevistados, tenham ressaltado dificuldades para acessar estas políticas, como por exemplo, a adequação às questões sanitárias e de assistência técnica, ainda sim, o PNAE continua sendo a política pública mais acessada. Ressaltaram também, o quão significativo têm sido as ações do mercado institucional de alimentos na melhoria das condições de vida das famílias. Isso pode ser percebido na dimensão econômica, com o aumento da renda e diversificação da produção; na dimensão social, com o fortalecimento das organizações e participação da mulher e dos jovens dentro do arranjo institucional; no plano ambiental, através de práticas sustentáveis de respeito ao meio ambiente e produção livre de agrotóxico. Além disso, vale ressaltar a questão da segurança alimentar, na qual estes programas têm contribuído para ampliar o repertório alimentar das famílias. Estes achados da pesquisa corroboraram com o caso pesquisado por Cunha et al (2015), que ao estudar os reflexos dos programas governamentais de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) na agricultura familiar de Espera Feliz, constatou que, os dois programas possibilitaram a diversificação da produção e aumento da renda dos agricultores, o que conseqüentemente promoveu uma maior participação de mulheres e jovens nas organizações, a adoção de práticas sustentáveis e a defesa da segurança alimentar com melhoria da saúde das famílias dos agricultores.

Neste cenário, segundo os agricultores participantes, a organização coletiva se torna, por vezes, o único canal e o mais confiável meio de interlocução com os setores de gestão pública. Para Souza (1995), os fluxos de informação horizontalizadas por meio de vias associativas costumam ser mais confiáveis que de categorias verticalizadas, visto que os menos favorecidos podem compreender melhor as informações.

Deduz-se que, o grau de participação dos agricultores nas organizações coletivas do campo pesquisadas, tem estreita relação da atuação delas com seus interesses, tanto individuais, quanto coletivos. Nas experiências associativas vivenciadas no município de Espera Feliz, notou-se a existência de princípios democráticos baseados em ações intencionais, que almejavam melhores condições de vida para os agricultores familiares. Putnam (2006) já destacava como o engajamento da coletividade era fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, muito mais que a ação dos órgãos governamentais somente.

3.3 Caracterização do capital político dos agricultores familiares participantes das Organizações.

Quanto á origem do capital político adquirido pelos agricultores familiares, os resultados apontaram que, 75% dos 72 agricultores familiares participantes das organizações – 57 agricultores – começaram a sua militância ainda quando jovens, o que lhes permitiu conquistar posições no interior dos movimentos sociais, associações e sindicatos, adquirindo, assim, o que se pode chamar de *habitus* político. Para o restante dos agricultores participantes (25%), o envolvimento em Organizações teve como principal motivo a participação de algum membro da família nas atividades desenvolvidas por elas, como reuniões, assembleias, encontros e eventos festivos. Portanto, para esses agricultores familiares, essa forma tradicional de participação política constituiu-se na principal porta de acesso as essas organizações.

Ao ingressar no campo político das organizações há normas e regras de funcionamento que precisam ser obedecidas e que regem a ação coletiva dos agricultores. Assim, a aderência

dos indivíduos às ideias, comportamentos e regras das organizações coletivas não depende exclusivamente das preferências pessoais dos envolvidos, mas requer uma negociação. Dessa forma, o desenvolvimento de competências e de negociação coletiva já se colocou desde o âmbito do funcionamento.

Os estudos de Bordenave (1986), Demo (1996), Bava (2004) e Brose (2004) apontam para o fato de que a participação em organizações coletivas pode contribuir para que o cidadão ou grupo perceba com mais clareza os demais cidadãos ou grupos sociais. Acrescenta-se, ainda que, por seu caráter cooperativo, tende a romper modelos de relações autoritárias, inserindo os indivíduos em outros patamares de cidadania política. No entanto, a participação de qualidade requer que as pessoas aprendam a participar, que desenvolvam a sua capacidade de comunicação interpessoal. Uma das respostas permite ilustrar isso: “Quando o povo assume o compromisso de participar ele participa mesmo. Todos nós conversamos, participamos das atividades, contamos umas piadas e se tem alguma dúvida, um fala para o outro, mas às vezes muitos não estão dispostos a participar de tudo” (E3). Contudo, como afirma Costa (2004), o fato de os indivíduos estarem em um grupo não significa que haverá entre eles uma sinergia de ideias.

Ainda para Sabourin (2009), é preciso que as normas sejam integralizadas no grupo, a fim de que haja cooperação e comprometimento com os objetivos traçados. Ao serem perguntados se costumam discutir os problemas enfrentados pela comunidade nas Organizações, 90% dos entrevistados relataram haver uma inclinação para o debate, no qual todos os participantes discutiam o problema e decidiam em conjunto a melhor solução a se tomar, apontando para a presença de uma cultura política e participativa. Ademais, para estes agricultores, o incentivo às relações de reciprocidade entre os agricultores com a comunidade, as redes de proximidade e o encurtamento das cadeias de produção, permitiram aos agricultores mecanismos de maior controle sobre os sistemas alimentares, proporcionando-lhes autonomia e elevando a coesão social dos participantes das organizações coletivas.

Para os agricultores familiares do município de Espera Feliz, as principais regras do jogo político no interior das organizações estavam relacionadas aos critérios para o ingresso e a permanência nas atividades desenvolvidas, que devem ser partilhados por todo o grupo, para que haja uma maior coesão social e cooperação interna. Ao buscar compreender o perfil participativo dos agricultores familiares nas sete organizações coletivas do campo, constatamos que a interação entre os agricultores ocorre especialmente por meio das situações formais no trabalho, como em reuniões, cursos e palestras. Contudo, os almoços e encontros festivos que ocorrem nas organizações denotam situações informais dentro delas. Como relatado pelos entrevistados, “as situações informais deixam os indivíduos mais à vontade para a troca e partilha de conhecimentos e experiências”. Tal relato vai ao encontro da pesquisa realizada por Onyx e Bullen (2000), que identificaram sentimentos de confiança e segurança; vínculos de família e amizade como alguns fatores que melhor definem o capital político.

Para compreender a forma como a participação política dos agricultores familiares se configurava nas organizações, realizou-se um mapeamento das práticas por eles compartilhadas. Constatou-se que as práticas agroecológicas contavam com o apoio dos agricultores no interior das organizações, uma vez que estes apresentavam, um conjunto de iniciativas que apontava para: a diversificação da produção, a preocupação com o meio ambiente, a utilização de técnicas adaptadas às condições locais e a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos.

Em seu estudo, “Agricultores e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”, Ploeg (2008) comenta que a luta empreendida pelo campesinato por uma maior autonomia e a reprodução de seu grupo familiar tem determinado uma forma muito particular de organização dos recursos produtivos e sua relação com o mercado.

3.4 Perfil Participativo dos Agricultores Familiares nas organizações coletivas do campo

Os resultados mostraram as diferentes razões para participarem, tendo se destacado como principal motivo para a participação o acesso aos direitos sociais, como: educação; saúde, e melhores condições de vida para a família e a comunidade. As organizações coletivas foram percebidas como instrumento necessário para a conquista de tais direitos. Os resultados também trouxeram evidências de que a expressiva participação dos agricultores familiares nas atividades desenvolvidas pelas organizações estava associada às atividades que traziam algum benefício imediato para o participante, tais como: o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ao avaliar o impacto do Programa de Crédito do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP) e o ingresso de pequenos produtores agrícolas ao Programa, os pesquisadores Donoso, Melo e Negrete (2010), constataram que os agricultores que conhecem e avaliam os custos financeiros de crédito apresentaram maior disposição a participar dos processos de tomada de decisão. Esta situação revela que o acesso às políticas públicas e a busca por melhores condições de trabalho, se constitui em uma motivação racional e consciente para que os agricultores familiares participem de forma assídua das organizações coletivas. Esta realidade não é muito diferente de Espera Feliz, haja visto que, o acesso as políticas e programas governamentais têm estimulado a adesão dos agricultores às organizações e possibilitado a participação de mulheres e jovens. Constatou-se, assim, que o processo de reconhecimento da agricultura familiar e as possibilidades de acessar as políticas públicas para a obtenção de crédito para investimento e custeio da produção, influenciaram a participação dos agricultores familiares nas organizações coletivas. Embora o acesso a essas políticas tenha contribuído para ampliar a participação dos agricultores nas organizações, os resultados mostraram também que, estes agricultores já trazem consigo uma trajetória de mobilização e histórico de participação cívica, confiança e ação coletiva para questões voltadas para a agricultura familiar. Desta forma, o empenho desses agricultores em participar de organizações sociais ultrapassa a ideia de capital político e de interesses, ao passo que tangencia questões de pertencimento, identitárias e de reprodução social como modo historicamente construído de permanência no campo.

Dentre os participantes das Organizações Coletivas, 76% participavam de eventos formais, como reuniões, assembleias, palestras e cursos. Dentre os cursos oferecidos, foram citados com destaque os ministrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), relacionados à formação de liderança e de trocas de experiências entre os agricultores. Tais cursos capacitam os agricultores em relação a questões produtivas e de comercialização, indo ao alcance de suas reais necessidades. É o caso, por exemplo, dos agricultores que produzem café orgânico e que se inserem em discussões relativas ao comércio internacional e às possibilidades de acesso dos agricultores de menor renda aos produtos orgânicos.

De modo complementar, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e a Coofeliz têm realizado diversas reuniões entre os agricultores familiares cooperados com o objetivo de capacitá-los para produzir alimentos de qualidade e também elaborar um planejamento estratégico no processo de comercialização de alimentos da agricultura familiar para o mercado institucional, especificamente PAA e o PNAE. As possibilidades abertas pelos mercados institucionais de alimentos, têm tido grande importância para a melhoria da renda dos agricultores familiares, constituindo-se em um fator que promove uma participação genuinamente sentida pelos seus beneficiários.

Como forma de suprir a carência de capital de giro da cooperativa e melhorar a sua atuação como intermediária entre os agricultores e os beneficiários dos alimentos, foi criado, em 2010, o Vale Solidário, uma espécie de moeda social que o agricultor recebe no ato da entrega dos produtos e depois pode sacar o dinheiro na cooperativa de crédito ou utilizá-lo em compras nos estabelecimentos comerciais de Espera Feliz. O Vale Solidário foi reconhecido pela Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social (FBB, 2013), com o prêmio de boas práticas de tecnologia social. Segundo Buainain e Garcia (2014), ações em parceria como as realizadas pela Coofeliz são importantes para incentivar a inserção produtiva e comercial dos agricultores familiares em face das transformações recentes dos mercados.

Assim, percebe-se uma predisposição atitudinal dos agricultores familiares à execução partilhada de ações direcionadas a sua realidade local. Eles se mostram orientados por uma economia moral ou, como afirma Scott (1985), por uma ética de subsistência, que além da estratégia produtiva, pressupõe a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com parentes, amigos, vizinhos e, de modo mais distanciado, com o próprio Estado. Essa ética também serve de elemento balizador das relações de trabalho do pequeno agricultor e do seu comportamento diante do contexto sociopolítico implementado.

Dentre as atividades realizadas pelas organizações no âmbito da agricultura familiar destacam-se as ações inovadoras realizadas pela Coofeliz na busca de soluções para os problemas de acesso aos mercados e àqueles referentes à degradação ambiental, como as atividades com os sistemas agroflorestais e com a cafeicultura orgânica. Tais ações desenvolvidas pelos agricultores familiares se alicerçam em uma ideologia de resistência à dependência de insumos externos, voltando-se para a construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Iniciativas como a feira agroecológica e o “mercadinho do produtor” são exemplos de ações que buscam uma maior inserção da agricultura familiar nos mercados. Mesmo com dificuldades quanto à regularidade no fornecimento de produtos e a necessidade de capital para a compra da produção da agricultura familiar, a Coofeliz tem buscado envolver os agricultores familiares em suas atividades, ao demonstrar o potencial produtivo e organizativo desses agricultores. Uma dessas alternativas foi a criação de uma marca coletiva, com o objetivo de agregar valor aos produtos comercializados. Embora a maior parte da produção comercializada pela Coofeliz seja escoada para os programas de mercado institucional (PAA e PNAE), os produtos da agricultura familiar são também colocados nos mercados locais, regionais e nas redes de consumidores⁵, como a Raízes da Mata e a Rede Ecológica, com a marca Coofeliz. A oportunidade de atender a esses mercados fortaleceu as redes de comercialização de cadeias curtas. Ademais, merece destaque o aspecto social das feiras livres desenvolvidas pelas organizações coletivas do campo na região, pois, ao ofertarem produtos locais, promovem a socialização entre os agricultores e a interação face a face. A partir da análise do perfil participativo dos agricultores familiares, elaboramos a tabela abaixo:

Tabela 2 - Perfis participativos dos agricultores familiares, de acordo a participação política e envolvimento nas Organizações

Perfil Participativo	Números de participantes	Porcentagem
Participativos	54	75%
Acomodados	12	16%
Não participativos	6	8%
Total	72	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

⁵A Rede de consumidores de produtos agroecológicos/orgânicos são organizações não governamentais que visam a fomentar compras coletivas a partir de princípios ético, solidário e ecológico de agricultores familiares do Brasil.

A categoria “participativo” correspondeu a 54 dos 72 agricultores entrevistados (75%), que apresentaram uma trajetória de mobilização e participação em movimentos sociais, associações e sindicatos ainda quando jovem, por volta da década de 1980, o que vem a comprovar o uso desse termo no grupo. Já o termo “acomodado”, designava o comportamento de 12 dos 72 agricultores entrevistados (16,6%), caracterizando o perfil daqueles que se manifestavam como na fala a seguir:

(...) às vezes é difícil sair de casa para ir para participar das atividades realizadas pelas organizações aqui do município por conta do trabalho na roça, mas também a gente vai ficando meio acomodado e acaba não participando muito dos assuntos que são falados nas reuniões e assembleias, mas já fui em muito eventos que as organizações fazem aqui no município”. (E2).

É interessante notar que, embora os agricultores dessa categoria não tenham participação ativa nas atividades das organizações, eles revelaram que em algum momento já participaram delas e reconheceram a importância das atividades por elas desenvolvidas no desenvolvimento local.

Na categoria “não participativo”, se encaixaram seis dos 72 agricultores entrevistados (8,3%). De acordo com a fala da representante do STR, “[...] a maioria destes agricultores só aparece no sindicato com o interesse de ganhar alguma vantagem ou para se informar sobre linhas de crédito, aposentadoria rural ou coisa deste tipo e nunca se envolve com os projetos e luta por direitos sociais”. Esse grupo reflete uma racionalidade mais pragmática voltada para os seus interesses privados. No entanto, percebemos entre os agricultores entrevistados uma cultura política participativa que se instituiu de forma processual desde as mobilizações realizadas pela Igreja Católica, pelos sindicatos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil que, a partir da década de 1980, passaram a atuar na formação e mobilização política dos agricultores familiares do município de Espera Feliz, Minas Gerais. De forma similar, Barreira (2013), ao estudar as diferentes experiências participativas entre as entidades associativas e os poderes locais do estado do Ceará, notou que os mecanismos de participação social, presentes em gestões municipais, apontavam para dimensões importantes de uma “cultura política” proveniente de experiências anteriores de organização e nas redes do poder local.

CONCLUSÕES

O conjunto de dados examinados evidenciou, em primeiro lugar, que a participação dos agricultores familiares de Espera Feliz tem um caráter longo, visto que ela foi iniciada na década de 1980, há mais de 30 anos, alcançando, assim, um caráter transgeracional. A alta participação dos agricultores familiares nas organizações coletivas do campo apontou para a organicidade delas em termos das ações desenvolvidas com as necessidades e oportunidades vislumbradas pelos agricultores familiares. O envolvimento permanente dos agricultores familiares nas atividades desenvolvidas pelas organizações indica a presença de agricultores que acreditam na participação como uma forma de buscar melhores condições de vida para si e para a comunidade.

A análise dos resultados mostrou que a participação nos ambientes de socialização das organizações coletivas do campo, proporcionou aos agricultores familiares de Espera Feliz, maiores níveis de capital político e favoreceu o desenvolvimento de suas competências coletivas, o que comprovou a hipótese de que o capital político que se forja a partir da participação dos agricultores familiares nas organizações tende a aumentar sua capacidade de reprodução social na agricultura familiar, proporcionando-lhes perspectivas sociais positivas.

Os resultados da pesquisa ainda indicaram que, dos três grupos de agricultores mapeados segundo o seu grau de participação nas organizações coletivas do campo, os denominados como “participativos” tiveram experiências prévias de participação em movimentos sociais rurais, cooperativas e associações, que provavelmente os socializaram dentro de uma cultura política, capacitando-os para assumir postos de liderança nessas organizações. No extremo dessa relação, se encontravam os denominados “não participativos”, que possuíam uma racionalidade pragmática voltada para a efetivação de fins palpáveis tanto no âmbito familiar como comunitário. Percebeu-se, nesse grupo, que a sua cultura participativa foi mais marcada por iniciativas coletivas que instituíam oportunidades concretas de ganhos materiais, estando ausente da sua cultura participativa a experiência de cunho combativo das décadas de 1980 e 90, construída pelos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e pela Igreja.

O perfil participativo dos agricultores familiares tem um vínculo claro com os repertórios de ação anteriores, advindos das organizações com perfil mais alternativo e de resistência. Percebeu-se, no entanto, que a cultura política desenvolvida por essas organizações se flexibilizou, acompanhando o campo de oportunidades abertas pelas políticas públicas dos anos 2000, voltadas para a valorização da agricultura familiar. Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que há um capital político favorável entre os agricultores familiares que participam das organizações, ou seja, um espírito de equipe capaz de fortalecer os grupos a obter maior legitimidade em suas ações.

REFERÊNCIAS

- BAVA, S. C. Participação, representação e novas formas de diálogo público. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- BARREIRA, I.A.F. Conselhos de fato e conselhos no papel: poderes locais e práticas de participação. *Raízes*, v.33, n.01, p.105 - 118, 2013.
- BELIK, W. e DOMENE, S. M. A. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo – Brasil. *Revista Agroalimentária*, São Paulo, v. 18, n. 34, p. 57, 2012.
- BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, p. 46-81. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi, 1980.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1986.
- BROSE, M. (Org.). *Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Agricultura Familiar e Transformações Recentes do Mercado. In: DOULA, S. M. et al. *A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. Viçosa: Suprema Gráfica e Editora, 2014. p. 89-126.
- COSTA, R. Inteligência afluyente e ação coletiva. A expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo. *Razón y Palabra*, n. 41, Out/Nov 2004. Disponível em: <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n41/rdacosta.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- CRUZ, G. dos R. Associativismo e democratização da sociedade: limites e possibilidades. *Comunicação & política*, v. 24, n. 3, p. 89-114, 2007.
- CUNHA, W.A da; FREITAS, A.F de; SALGADO, R.J dos S.F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 3, p. 427-444, set.2017.

- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e sociedade*, n. 5, p. 139-164, out. 2004.
- DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DONOSO, G.; MELO, O.; NEGRETE, E. Participation determinants and impact assessment of the Institute of Agricultural Development (INDAP) credit program. *Ciencia e Investigación Agraria*, Santiago, v. 37, n. 2, p. 87-99, ago. 2010.
- FBB. Fundação Banco do Brasil. *Prêmio Fundação Banco do Brasil: tecnologias sociais*, 2013.
- FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 999-1019, 2013.
- ONYX, J.; BULLEN, P. Measuring Social Capital in Five Communities. *The Journal of Applied Behavioral Science*, v. 36, n. 1, p. 23-42, mar. 2000.
- ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- PLOEG, J. D. V. *Agricultores e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*. 5 eds. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SABOURIN, E. *Agricultores do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009.
- SCOTT, J. *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press: New Haven and London, 1985.
- SILVA, M. G. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG*. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, MG, 2010.
- SIMÕES, M. J. *Política e tecnologia. Tecnologias da Informação e da comunicação e participação política em Portugal*. Oeiras: Editora Celta, 2005.
- SIMÕES, M. J.; LAS HERAS, S. Gênero e tecnologia da informação e da comunicação nos espaços domésticos: não chega ter, é preciso saber, querer e poder usar. *Configurações*. *Revista de Sociologia*, n. 8, p. 155-174, 2011.
- SINGER, P. *Cooperativismo e sindicatos no Brasil*. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28.
- SOUZA, M. de L. O. *Participação em associação de pequenos produtores: dilemas de administração coletiva*. 1995. 180f. Dissertação (Mestrado em Administração Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, UFLA, MG, 1995.
- WARSCHAUER, M. *Tecnologia e incluso social. A exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. V. 2. São Paulo: UNB, 2004.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO CONTEXTO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO NOVA JATOBÁ, CURAÇÁ-BA

Danilo Moreira dos Santos¹, Nilton de Almeida Araújo² e Helder Ribeiro Freitas³

RESUMO

Este artigo, fruto da dissertação de mestrado, aborda Representações Sociais de quilombolas e extensionistas acerca da extensão rural e identidade étnica no contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo Nova Jatobá, Curaçá-BA. Seguindo uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos a entrevista semiestruturada e a observação, e com base na Teoria das Representações Sociais e na Teoria da Análise de Discurso francesa, apreendem-se as representações de 13 participantes relacionados como usuários, praticantes e espectadores em um contexto de ações de desenvolvimento rural executadas por entidade não governamental. Demonstra-se, acerca dos quilombolas, como a cultura e a identidade influenciam suas representações da realidade. Nota-se uma polissemia nos discursos mobilizados, inclusive com a explicitação de sentidos convergentes entre os dois grupos, que buscam estabelecer primordialmente uma valorização positiva da identidade étnica, da Extensão Rural e da atuação extensionista, porém explicitando sentidos outros a partir do não dito que atravessa o dizível e mesmo dos contrastes presentes no discurso. Representações negativas também se relacionam à significação da realidade, como no caso da identidade quilombola, acerca da qual se explicita uma influência de princípios contrários à noção de “neutralidade racial” nos processos de interação, confrontantes com o próprio sentido de autoafirmação identitária.

Palavras-chave: Representações sociais; Extensão Rural; Comunidades Quilombolas; Identidade Étnica.

SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT THE RURAL EXTENSION IN THE CONTEXT OF THE REMAINING COMMUNITY OF QUILOMBO NOVA JATOBÁ, CURAÇÁ-BA

ABSTRACT

This article, based on a master's thesis, deals with social representations of quilombolas and extensionists about rural extension and ethnic identity in the context of Quilombo Nova Jatobá, Curaçá-BA. Following a qualitative approach, using as instruments the semi-structured interview and the observation, and based on the Theory of Social Representations and the Theory of French Discourse Analysis, seize-se the representations of 13 related participants as users, practitioners and spectators in the context of rural development actions performed by a non-governmental entity. It is demonstrated, about the quilombolas, how culture and identity ma-

¹Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: danilo-2010moreira@hotmail.com.

²Doutor em História Social. Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR/Univasf). E-mail: nilton.almeida@univasf.edu.br.

³Doutor em Agronomia. Professor vinculado ao PPGExR/Univasf. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

ke up their representations of reality. There is a polysemy in the mobilized discourses, including the explanation of convergent meanings between the two groups, which seek to establish a positive valuation of ethnic identity, Rural Extension and extensionist activity, but explicating other meanings from the not said that crosses the sayable and even the contrasts present in the discourse. Some negative representations too related to the meaning of reality, as in the case of the quilombola identity, about which an influence of principles contrary to the notion of “racial neutrality” in the processes of interaction is explicated, confronting the very meaning of self-affirmation of identity.

Key words: Social Representations; Rural Extension; Quilombola Communities; Ethnic Identity.

INTRODUÇÃO

Este artigo, oriundo de dissertação de mestrado, objetiva analisar as representações sociais de quilombolas e extensionistas acerca da Extensão Rural e identidade étnica, na Comunidade Remanescente de Quilombo Nova Jatobá⁴, Curaçá-BA, buscando uma contextualização de concepções e de sentidos atribuídos aos objetos simbólicos em questão.

A pesquisa teve como principais interlocutores 11 comunitários quilombolas, três do sexo masculino e oito do sexo feminino. Destas últimas, sete (idades: 25, 31, 31, 28, 38, 45, 54) são caracterizadas como beneficiárias diretas das ações mais recentemente desenvolvidas na comunidade através do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o projeto Ecoforte-Redes⁵, ligado ao Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (Programa Ecoforte), que integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo/Brasil Agroecológico), instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Os outros quatro participantes quilombolas caracterizam-se como espectadores das referidas ações, sendo três homens e uma mulher (idades: 45, 70, 73, 74), cuja seleção observou critérios de geração e gênero, a verificação da história e da memória local e o histórico de liderança junto à Associação Quilombola, sendo três participantes nesta última condição.

Também foram entrevistados dois extensionistas da referida instituição, IRPAA, entidade não governamental sediada no município de Juazeiro-BA e que há sete anos atua na comunidade Nova Jatobá com atividades na linha de Convivência com o Semiárido e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), entre outras. Ambos os extensionistas, um do sexo masculino (30), outra do sexo feminino (30), foram selecionados segundo a acessibilidade e o grau de envolvimento no projeto, já que nem todos os cinco profissionais relacionados estavam formalmente integrados à equipe quando da abordagem.

Os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam as análises estão assentados principalmente na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2003) e na Teoria da Análise de Discurso francesa, na perspectiva de Eni Orlandi (2005a; 2007).

A pesquisa é aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), parecer nº 2.364.724, e CAAE nº 73919017.0.0000.5196, emitido em 04 de novembro de 2017. Observam-se, portanto, as normas éticas de realização de pesquisas com seres humanos. Procedeu-se à subscrição de Carta de Anuência e Termos de

⁴Situada no município de Curaçá e na microrregião de Juazeiro, no Norte baiano, a comunidade Nova Jatobá foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no ano de 2008. Constam em seu registro 212 famílias. Conforme o participante QE-11, a comunidade possui uma estimativa de 848 pessoas. Ainda que no ano de 2010 tenha sido aberto processo administrativo numa Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até hoje não ocorreu a titulação do território quilombola, o qual integra ao todo sete povoados que mantêm afirmação dessa identidade.

⁵Na comunidade o projeto Ecoforte tinha como usuárias diretas dez mulheres integrantes da Associação Quilombola, as quais realizavam o beneficiamento de produtos derivados da mandioca, entre outros usuários indiretos.

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando-se a privacidade de participação voluntária. Na abordagem dos dados substituem-se os nomes dos participantes por termos especiais (TE-1 e TE-2: “Técnico Entrevistado”; QE-1... QE-11: “Quilombola Entrevistado”), resguardando sua identidade e privacidade.

O artigo compreende quatro seções, além desta introdução e do item final: 1) a primeira seção traz breve contextualização sobre a Teoria das Representações Sociais; 2) a segunda, uma contextualização sobre a Teoria da Análise de Discurso; 3) a terceira, a abordagem das representações dos quilombolas; e 4) a quarta, as representações dos extensionistas, concluindo com as considerações finais.

1. SOBRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As abordagens pioneiras sobre representações remontam ao Sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), fundador da sociologia enquanto disciplina acadêmica e criador do conceito de Representações Coletivas. Embasando-se no positivismo das Ciências Sociais, Durkheim (2007) estabeleceu os fatos sociais como “coisas”, ou objetos cientificamente observáveis e mensuráveis, e assim definiu o objeto de estudo da Sociologia e seus fundamentos metodológicos. Desse modo, defendeu uma separação entre fatos sociais (representações coletivas), e fatos psíquicos (representações individuais).

Partindo de Durkheim, o conceito de Representações Coletivas é alargado pelo Psicólogo Social romeno (e naturalizado francês) Serge Moscovici, como a Teoria das Representações Sociais (TRS), a partir da tese de doutorado *La psychanalyse, son image et son public* (1961). Não suplantando as importantes contribuições do Sociólogo, a consolidação da TRS a partir de Moscovici buscou aproximar os estudos da psicologia social aos da sociologia, articulando os aspectos subjetivos e cognitivos do sujeito ao âmbito sociocultural.

Acerca da produção das RS, que está relacionada à necessidade de familiarizar o desconhecido que assusta, são destacados a objetivação (dar vida ao imaginário por meio da familiarização do novo, tornando dada ideia representável a partir de um ícone. Por exemplo, relacionar Deus a um pai), e a ancoragem, que torna familiar o que é estranho, a partir de uma classificação e caracterização baseada em paradigmas categóricos depositados na memória (Moscovici, 2003, p. 61). Portanto, a apreensão das RS é feita com base nesses dois princípios.

Destaca-se, sobre a representação social, que ela “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, (...) e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (Jodelet, 2001, p. 22). Segue-se o pensamento precursor, que definira Representações Coletivas como “O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [...]” (Durkheim, 1999, p. 50).

No processo representacional, sujeito e objeto se constituem em processos de interação e de comunicação. Os sujeitos podem ser relacionados a partir de dado objeto e, ao mesmo tempo, dado sujeito tem sua relação com dado objeto influenciada por outro sujeito (Moscovici, 2003; Jovchelovitch, 2004). Assim, a TRS permite verificar como se dá a produção de saberes (sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o próprio contexto de vida) por sujeitos de contextos diversos. Torna-se, portanto, fundamental à proposta que origina este trabalho, pela qual se examinou o modo como se produz e se sustenta um conhecimento compartilhado por sujeitos e grupos relacionados a partir de objetos comuns, como a identidade e a memória social de um grupo étnico, e a execução de ações de desenvolvimento rural em um contexto específico.

A apreensão das Representações Sociais se torna possível a partir de diferentes métodos, sendo um deles a entrevista em conjunto com abordagens teórico-metodológicas como a Aná-

⁴Como também empreendido por Santos (2014) no contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros, em Campo Formoso-Bahia.

lise de Discurso⁶. Esta se torna uma ferramenta fundamental para exame das RS, uma vez que elas têm no discurso (e recursos linguísticos inerentes) um importante meio de produção e circulação.

2. SOBRE A TEORIA DA ANÁLISE DE DISCURSO

Intercalando três ramos disciplinares, a linguística, o marxismo e a psicanálise, “A Análise de Discurso reúne [...]: a. a teoria da sintaxe e da enunciação; b. a teoria da ideologia e c. a teoria do discurso, que é a determinação histórica dos processos de significação.” (Orlandi, 2005a, p. 25). Assim, na busca pela compreensão dos processos de significação da realidade, ela procura situar o dizer em sua relação com a exterioridade.

Como importante referência na Análise de Discurso destaca-se o filósofo Michel Pêcheux (1938-1983): “Ele é o fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem.” (Orlandi, 2005b, p. 10). Para esse teórico, a apreensão do sentido no funcionamento da linguagem requer um trabalho de “descrição” e “interpretação” das “materialidades discursivas” (Pêcheux, 1990, p. 50). Complementando-o, Orlandi (2005a) discute que a compreensão a partir de uma “explicitação” também é fundamental para a abordagem da constituição dos significados no discurso.

A AD transcende as palavras faladas ou escritas. Busca apreender não o significado de determinado texto, mas o processo pelo qual significa. Por isso, ela está atenta às condições de produção do discurso, que envolvem, segundo Orlandi (2005a, p. 30), o sujeito, a situação, a memória e o contexto sócio histórico e ideológico de produção do discurso.

A Teoria do Discurso envolve conceitos fundamentais, como: formação discursiva, formação ideológica, enunciado, interdiscurso, interdiscursividade, etc. Sobre os dois primeiros conceitos: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (Orlandi, 2005a, p. 43). Ainda sobre formação discursiva, são grupos de enunciados definíveis a partir de uma determinada regularidade, de modo que “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto [...]” (Foucault, 2008, p. 132).

Quanto ao discurso, seria algo que decorre do mesmo “sistema de formação” como o “do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.” (Foucault, 2008, p. 122).

As noções de interdiscurso e interdiscursividade pressupõem redes de memória pelas quais todo discurso remete a um discurso-outro, de modo que o sujeito não se constitui autor soberano do seu discurso. Pela historicidade, ele é anterior aos sujeitos, mas é mobilizado (e por vezes reformulado) no contexto das interações sociais e relações dialógicas operantes. É através de uma circulação por meio da linguagem que o discurso (re)estabiliza-se, a partir de consensos alcançados mediante disputas de sentido pelas quais se busca a significação da realidade.

3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS SOBRE EXTENSÃO RURAL E IDENTIDADE ÉTNICA

Trata-se aqui de um grupo de identidade étnico-racial autodefendia, a partir da qual o próprio sujeito tende a buscar se afirmar enquanto ser social e assim definir sua posição em

campo. Todos os comunitários entrevistados afirmam uma identidade quilombola, o que para a maioria ocorre em paralelo ao sentido de afirmação da própria identidade negra, em expressão de um “orgulho de ser negro e ser quilombola!” (QE-11). Nesse aspecto, como expôs o participante QE-8: “Quando [...] eu nasci mesmo... os meus pai e... meus avô, eles já falava nessa origem. [...] o pessoal da cidade dali de Curaçá [...] gostava muito do pessoal daqui. O pessoal chamava os neguim de Jatobá, porque era nêgo mesmo! Mais a gente se sentia feliz porque era a origem da gente. Era o sangue da gente.”

Conforme explicitado a partir de processos enunciativos dos onze quilombolas entrevistados, a luta por direitos (“Lutar pelos seus direito!” QE-1; “Ser quilombola é [...] lutar pelo seu objetivo.” QE-4), o resgate e valorização das origens e da cultura e a afirmação da identidade (“pra mim é tudo! Se eu nasci já meus pai já se considerava quilombola, eu num posso mudá a minha origem.” QE-8; “Ser quilombola é a nossa origem! Se somos quilombola tem mais que aceitar!” QE-3; “Porque [...] foi passano pra gente sobre os mais véio, que já... tratava tudo assim [...].” QE-7), e também a união (“[...] sê quilombola... é [...] ser unido uns com os outros, pra ver se consegue uma vida melhó.” QE-9; “Ser quilombola [...] é você viver, né, no meio do seu povo, é você ter união uns com os outros, pra se organizar, é dar apoio uns aos outros [...].” QE-11; “[...] a gente tem que aconselhá uns aos outro e permanecer a união e o trabaio, como a gente fazia, e em comunidade, que a gente só trabaia em mutirão.” QE-8), são alguns dos objetos sociais que os mesmos acionam enquanto ancoradouro das representações da própria identidade étnica.

Os enunciados analisados explicitam ancoragens e objetivações de elementos que em certa medida corroboram categorias verificadas por Santos e Chaves (2007, p. 359), quantificadas como: “Ser quilombola é pertencer a uma comunidade negra, assumir sua cor, sentir orgulho (50%), lutar contra o racismo, pela liberdade, pelos ideais, pelos objetivos (20%). [...] Ser quilombola é ter a ‘consciência limpa’ (10%), isto é, sem preconceito.”

Parafrasicamente, alguns enunciados se amparam em referências históricas e simbólicas, acionadas em meio à memória coletiva para representação do que é ser quilombola. Memora-se, assim, o ícone da resistência e luta negras, Zumbi dos Palmares, referência fundamental no processo de afirmação identitária de povos quilombolas e comunidades negras engajadas: “É não se renegar! Que nem Zumbi lutou, né? Zumbi dos Palmares lutou muito pela liberdade. E é isso que a gente quer, lutar para conseguir nossos objetivos” (QE-2); “Ser quilombola é [...] você viver, né, aquilo que, de fato, é dos teus antepassados. [...] Até porque nós pra chegar onde chegamos hoje teve alguém que morreu por isso, teve alguém que deu a vida pra que nós pudesse hoje ter uma melhoria da qualidade de vida.” (QE-11). Explicita-se, nessa formação discursiva da valorização identitária, o amparo no discurso histórico para representação, explicação e significação da realidade, o que se processa mediante incorporações e atualizações de uma memória quilombola afro-brasileira compartilhada.

Também por meio do discurso histórico, em alguns enunciados os sentidos explicitados funcionam pela ancoragem das representações sociais sobre quilombo enquanto modo de resistência ao sistema escravista (como: “[...] é... um meio da gente saí da escravidão, e... torná as coisa mais fácil [para] nós.” QE-6; “se livrar [...] daquilo que trazia o [...] sofrimento do negro. [...] os negros fugia daquela situação que eles vivia e lá nos quilombo apoiava ele” QE-11), ou remontam à memória da comunidade, tendo como ponto de filiação de sentidos a tradição transmitida pelos mais antigos e a preservação da história identitária pela memória e o discurso dos mesmos, como: “por causa do tempo mais véio, a união dos mais véio [...]. Aí mermo os mais véio disse que aqui tem umas pessoa que considera assim [...]” (QE-7).

Conforme verificado em muitos enunciados convergentes, como no exposto a seguir, o sentido de união é mobilizado e atravessa, junto a outros sentidos, como o de coletividade

no trabalho, as representações sobre quilombo, o que pode, ou não, receber alguma influência também da percepção de uma importância externa conferida a formas de participação coletiva, como o sistema de mutirão.

[...] a gente tem que aconselha uns aos outro e permanecer a união e o trabalho, como a gente fazia, e em comunidade, que a gente só trabalhava em mutirão. Você vê uma obra dessa aqui [referindo-se ao prédio da associação], nós fizemos nosso suco, [com] nossos braços. Nós cavava o barro, amassava o barro, fizemos o tijolo, nós queimava o tijolo! Nós foi quem levantamos. [...] por isso que a gente se sente feliz, até hoje a gente se valoriza bem porque nós temos que manter a nossa cultura. Porque se nós somos quilombola... nós temos que nos dar valor, que se nós não se dá valor os outros não vão dar. (QE-8).

As filiações ao sentido de união são ainda empreendidas em relação aos demais objetos, a exemplo da própria Extensão Rural, como será demonstrado mais adiante.

Mesmo que no processo de enunciação se julgue desinformado sobre o aspecto identitário, um dos sujeitos formula a representação de algo que tem um caráter positivo e que pode trazer benefícios aos que aderem: “Rapais, no momento eu ainda tô desinformado com isso, mais tô chegando. [...] sei que disse que é um órgão bom, quilombola. [...] o pessoal tá inchando nisso pra vê se dá certo alguma coisa.” (QE-9).

Com enunciados inscritos numa formação discursiva de discurso fatalístico e de vulnerabilidade socioeconômica quilombola (“Óia, quilombo eu acho que é [...] uma família que nasceu ali muito pobre, muito dependente, velho! Muito sofrida como a gente vê, é... aqui do pessoal, [...]. Que a gente sofreu muito pra... sobreviver. Nós trabalhava [...] cedinho, pegava só largava a boca da noite.” QE-8), associa-se as dificuldades de sobrevivência dos quilombolas à pobreza socioeconômica, destacando o trabalho e o esforço empreendido através do mesmo como alternativas prementes. Esse discurso fatalístico e ao mesmo tempo econômico explicita o efeito de sentido da disposição de quilombolas a um estado de vulnerabilidade, sujeição e carência, explicitando a necessidade histórica de maior atenção a esses povos. Aqui funciona efeito parafrásico de discursos cujas significações a se estabelecerem ganham forma, igualmente, no discurso acadêmico-científico, que fornece versões similares dessa mesma realidade, denunciando a negligência referente à situação desses povos, como no exemplo a seguir:

Os territórios quilombolas, a maioria situados em regiões rurais, ainda permanecem esquecidos e muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social, vivendo apenas de uma agricultura de subsistência e/ou com bolsas de crédito que o governo federal oferece, em alguns casos. Graças a essa característica “rural” das comunidades remanescentes de quilombo, uma das estratégias para a promoção do desenvolvimento local dessas comunidades, tem se dado através da agricultura. (Mendes, 2014, p. 14).

Com efeito, além do impacto no plano das relações raciais, também uma negligência histórica quanto ao acesso a recursos e serviços fundamentais é característica da realidade quilombola, conservando muitos povos na linha da pobreza. Por isso mesmo, nos últimos anos tem havido, ante a mobilização por direitos e por reconhecimento, o investimento em programas e ações de caráter paliativo ou ações estruturantes visando aplacar desigualdades sociais e econômicas a que muitos grupos quilombolas estão tradicionalmente submetidos, como é o caso do Programa Brasil Quilombola.

Ante esse contexto, a própria admissão da identidade quilombola simboliza uma oportunidade para muitas comunidades negras rurais. É representada como uma possibilidade de

viabilização de benefícios (“torná as coisa mais fácil” QE-6), uma fresta de oportunidade (“pra adquirí acho que as coisa, [...] existí as coisa nas comunidade... ter aquele disinvulvimento pras pessoa trabalhá” QE-10). De sua leitura de mundo, porém referenciadas pela memória do dizível, essas duas mulheres quilombolas entendem que a assunção e afirmação da identidade étnica oportuniza um reposicionamento ante as ações governamentais, sendo uma forma de poder intervir nas condições locais.

O atravessamento de sentidos constitutivo do dizível também influencia a mobilização da categoria trabalho na objetivação de diferentes objetos, a exemplo do quilombo (enunciado como algo “[...] que monta os grupo [...] pra trabalhá, pra ter o trabalho e existí as coisa nas comunidade...” QE-10) e também da Extensão Rural, para a qual o sentido do trabalho é atribuído de maneira indireta e atravessada por outros sentidos, como o de permanência na comunidade (“a extensão rural é justamente isso, é pra que [...] as pessoas possa ter condições de sobreviver lá na sua terra” QE-11), ou também atravessada por um sentido de aquisição de informação para a autonomia (“Porque tem muita gente que num tem como crescê, porque ele num tem uma viabilidade, uma informação de crescê, de vivê, de sabê trabalhá” QE-8), entre outros.

De maneira direta, a categoria trabalho é ainda relacionada a outro significante também frequente nos discursos sobre os objetos propostos, a união para o trabalho: “Extensão Rural? Trabalhar junto! Acho que pra mim é isso, trabalhar junto, sê unido!” (QE-5); “[...] a pessoa trabalhar junto, assim... trabalhar junto, ter união com... as pessoa do grupo, com a associação” (QE-7); “Acho que deve ser um tipo de organização, não?, de trabalho, assim, pra se unir, pra se organizar, pra pudê trabalhar.” (QE-10).

Como se nota, com aspectos um tanto convergentes com aqueles verificados por Santos (2014) e Santos e Almeida (2014), que observaram uma associação da Extensão Rural com o trabalho, a partir do presente estudo verifica-se que aquela passa a ser representada em alguns discursos como processos de orientação a um aspecto prático da vida dos sujeitos, a sua reprodução material, fazendo-se isso a partir da objetivação de elementos atitudinais (coletividade, união e associação) cujo fim último seria o trabalho, um fim prático.

E isso é ainda reatrasado pelo sentido caracterizando a partir de um discurso econômico, que ancora a Extensão Rural enquanto ação interventora que também possui como finalidade a reprodução material e a garantia de sobrevivência no meio rural (“a extensão rural é justamente isso, é pra que você possa fazer um trabalho onde as pessoas possa ter condições de sobreviver lá na sua terra, lá no meio de sua família, lá na, na sua comunidade” QE-11), sem prejuízo de outros efeitos de sentido relacionados à característica polissêmica do discurso neste mesmo enunciado, como será retomado.

Outro enunciado sobre a Extensão Rural, atravessado por um discurso econômico, vê no acesso a ações e à informação um fim prático que também se volta ao trabalho, em cujo alcance de melhor desempenho requer o acesso a ações e à informação para desenvolver-se operacionalmente e economicamente: “Quando você tem [...] aqueles projeto que... vem [...] pra pudê o pessoal crescê. [...] uma informação de crescê, de vivê, de sabê trabalhá. [...] Porque [...] num é você só trabalhá com os braço. Você tem que tê uma mente, uma cabeça boa pra que você trabalhe mais pôco e você tenha mais lucro [...].” (QE-8). Como expressões do interdiscurso, esse sujeito mobiliza inclusive categorias alinhadas ao discurso acadêmico (“tem que deixá aquela economia [...], aquele capital de giro. [...] Você tem quem mantê um projeto, você tem que tê um capital de giro. Você emprega numa mercadoria, você tem que deixá uma coisa do retorno.” QE-8), demonstrando como (re)constitui elementos de outros universos enquanto significantes e associáveis à realidade, categorias explicativas que traduzem sua visão do objeto enquanto modo de trabalho e produção socioeconômica.

Noutro enunciado produzido por jovem usuária das ações mais recentemente desenvolvidas na comunidade, depreende-se o sentido de um auxílio oriundo de instituição e de agente a ela vinculado, orientado à transmissão de conhecimento: “Extensão rural, pra mim, é onde tem um órgão e aí tem a extensão né... vai um técnico pra dar assistência. [...] É, tipo, tem uma escola, aí tem: ‘vamo alugar uma sala!’, ali é extensão. Eu entendo por isso. Até aí eu acho que é isso.” (QE-2, 25). Essa locutora objetiva uma ação do outro, responsável por ir e fazer acontecer. Filiando-se a um discurso tecnicista, com enunciação inscrita numa formação discursiva da intervenção assistencialista, situa as ações no plano da assistência técnica sem incluir-se de maneira participativa no processo. Da mesma forma, ao mobilizar as imagens “escola” e “sala”, explicita relações de ensino-aprendizagem que constituem a Extensão Rural a partir de uma mesma relação problematizada pelo discurso acadêmico-científico, quando entendida em seu sentido difusionista em que apenas o profissional se insere como detentor de saber, enquanto seus interlocutores seriam objeto de difusão de processos e técnicas de uma maneira desvinculada da própria visão de mundo e experiência sociocultural, como discute, por exemplo, Paulo Freire (1983).

Esse aspecto é inclusive abordado em fala contrastante, produzida por quilombola do sexo masculino e detentor de experiência representativa local, em cujo enunciado destacado defende a importância de uma atuação intensa do extensionista: “[...] uma visita técnica ela requer que [...] você veja o que as pessoa tão fazendo, [...] assistência técnica que você chega e vai pruma sala, como se você tivesse numa sala de aula, orientano as pessoas no como ela deve fazer, eu não acredito muito nisso!” (QE-11). O fragmento discursivo desse enunciado será abordado em sua completude mais adiante.

Com exceção de dois locutores, a quase totalidade dos quilombolas participantes expressa uma perspectiva otimista sobre o julgamento formulado pelos extensionistas acerca deles. Ancora em suas representações o sentido de uma visão positiva dos extensionistas em relação aos sujeitos quilombolas e àquelas que estão na condição de usuárias das ações executadas. Assim, estabelecem também um sentido positivo sobre si mesmos (o de pessoas capazes e determinadas) a partir de enunciados como: “Eu acho que ele acha que nós somos umas pessoas muito competentes, porque se ele achasse que a gente não era competente, ele não vinha até nós, trazendo recurso pra gente [...]” (QE-1); “Eu acho que eles acredita, que vê a força de vontade da gente, de tá sempre lutando. Eles tá sempre orientando a gente, buscando o melhor.” (QE-4); “Rapaz, eu acho que eles vê força de vontade da gente, [...] tão sempre vino onde tá a gente, ensinano o que a gente não sabe, dano assistência...”. (QE-5).

Apesar da recorrência de uma valoração positiva pela maioria, algumas enunciações expressam representações contrastantes, como aquela na qual se ancora uma ideia de pouco envolvimento das pessoas (“[...] sabe o que que eles veem? Que o interesse é pôco! Participação do pessoal da comunidade... é pôco o interesse.” QE-10), e aquela que relativiza a apreensão das representações do “outro”:

Isso é relativo, né, porque nós temos algumas pessoas que de fato vê [...] nós como... umas pessoas que têm futuro, que pode ter condições de sobreviver, mas tem muitas pessoas que muitas vezes olha a gente como se a gente fosse preguiçoso, como se a gente é só pra receber recursos do governo, que o governo tá investino nas pessoas errada, que a gente não quer nada, que... investir em área quilombola e indígena é perda de tempo, porque são um monte de desinteressado e preguiçoso! [...] algumas pessoas [...] têm uma visão diferente, acha que [...] se fizer um trabalho com essas pessoas isso pode trazer alguns benefícios e até mesmo a questão da melhoria de vida dessas pessoas [...]. (QE-11).

Observando-se os aspectos de construção das representações sociais da identidade, que envolvem os âmbitos pessoal e social, é bastante expressiva esta enunciação de QE-11, na qual explicita uma apropriação subjetiva da identidade e, ao mesmo tempo, da realidade social, também compartilhada por agentes que adentram a comunidade na condição de executores de ações e projetos, evidenciando a marginalização que ainda persiste em relação a segmentos negligenciados no processo de constituição de uma sociedade nacional. Com efeito, as características étnico-raciais dos grupos indígenas e quilombolas, somadas às condições sociais e econômicas inerentes a um contexto de negação pelo Estado e pela própria sociedade, fixam-se como parâmetros para a sua classificação, no discurso dos “outros”, como sujeitos incapazes: indolentes (“preguiçosos”), acomodados e displicentes (“não quer nada”, “desinteressados”), dependentes (“como se a gente é só pra receber recursos do governo”)⁷, sofrendo estes ainda com processos discriminatórios que se orientam a partir de uma noção, historicamente arraigada, de inferioridade frente a outros grupos sociais: “Então isso é relativo, vai de pessoas! Mas tem muita gente que tem uma discriminação muito grande, ainda, com a questão do negro e do índio.” (QE-11). Esses fatores relacionados ao universo representacional do qual partilham os quilombolas tendem a influenciar o processo de assunção da própria identidade, como se especifica a seguir.

Nesse aspecto da constituição da identidade pessoal a partir do relacionamento com o “outro”, embora a identidade étnico-racial seja por vezes elemento de orgulho para alguns, quando ancoradas representações positivas em meio à interação e comunicação, outros podem filiar-se a efeitos de sentidos opostos, ancorando uma visão negativa de si mesmo e da própria identidade étnico-racial, como se pode analisar a partir das explicitações orientadas pelo fragmento discursivo seguinte. Além disso, examina-se a partir do mesmo como esse povo depa-
ra-se com tratamentos discriminatórios também presentes no processo de interação com sujeitos do entorno, evidentemente agentes de instituições públicas do município inclinados a empreenderem atitudes de discriminação institucional, estas que também influenciam o processo de (des/re)estabilização das representações sociais da identidade:

[...] já tivemos algumas pessoas que usou até de racismo, discriminação, é... [...] de achar que o negro não vai a lugar nenhum, que não adianta fazer investimento nele [...]. [...] muitas vezes a gente vê algumas pessoas [...] discriminando: “Há porque esse povo são cheio de direito, só quer ter direito, são, são...”, porque muitas vezes quando a gente exige assim nos, nos locais, nos órgãos público, que [...] seja reconhecido... por exemplo, nós tivemos aqui exemplo [...] de alguns posto de saúde aqui, que o nosso pessoal queria que botasse lá na ficha dele como quilombola e as pessoas recusaram a colocar, não queriam colocar. A gente teve que travar uma luta, uma briga, e aí, por isso... e outras coisas também, teve uma pessoa que disse assim: “Esse povo do Jatobá só porque são quilombola agora acha que eles têm direito em tudo!”, né. Então, é uma, uma forma de discriminação de você muitas vezes... e teve algum... até alguns termos mais, é... agressivo no sentido de... discriminação mermo, né. E nosso povo mermo, alguns do nosso povo lá dentro da comunidade também, eu acho que em consequência disso, né, eles tiveram até vergonha, muitas vezes, de se assumir como negro. Porque já teve algumas pessoa que: “Você é do Jatobá, você é negro?” – “Sou do Jatobá, mas não sou negro!”, né, teve algum... mais, graças a Deus [...] a maioria das pessoas tanto daqui da comunidade, ô aqui da, do povo de Curaçá, quanto das pessoas que vêm trabalhá lá, até mermo que esses

⁷Destaca-se, porém, que o sujeito não generaliza o tratamento expresso para todo agente de desenvolvimento que se relacione com a comunidade: “[...] muitos dos técnicos [...] vão no intuito de [...] nos fortalecer e levantar nossa auto estima, no sentido de achar que o que o governo tá fazendo é uma forma de reparar os danos, né, que causaram aos nossos antepassados [...]. Alguns técnico vê isso, [...] mas sempre tem um ou outro que às vezes ainda tem essa visão negativa do nosso povo.” (QE-11).

técnico a maioria deles são profissional, né, então... como eu tô dizendo, sempre tem uma... um ou outro que faz isso, usa esses termo, mais a maioria, graças a Deus, tem nos dado apoio, nos fortalecido. (QE-11).

Analisa-se, portanto, como as representações em confronto na sociedade podem influenciar a própria representação do “eu”, podendo inculcar atitudes de afirmação ou de negação da própria identidade étnico-racial, o que neste último caso assume um sentido de auto-proteção contra o próprio racismo já tão recorrente na sociedade, ainda que por vezes negado a partir de uma idealização de uma noção de “neutralidade racial”.

A valoração positiva acerca da atuação dos agentes executores, enquanto representação expressa pela maioria dos participantes quilombolas, sobretudo as usuárias (como: “Pra mim tá muito bom, [...] porque sempre eles tão trazendo as experiências pra gente, sempre buscando o melhor...” QE-1); “Pra mim tá bem, tão sempre orientando a gente, buscando o melhor” QE-3; “[...] eu acho que eles faz um bom trabalho, que tá incentivando a gente a fazê as coisa, o que a gente não sabe eles ensinam [...]” QE-6), figura como versões partilhadas da realidade⁸ e que se estabelecem como mais aceitas dentro das condições dadas, mas que não excluem outras possíveis versões, a serem formuladas por outros sujeitos e em outras condições de produção. A própria noção de antecipação, que nesse caso pode ser atribuída à posição do conjunto das beneficiárias a partir da Análise de Discurso (Orlandi, 2005a), permite avaliar uma produção de sentidos que leva em conta a visão que possuem acerca do sentido que o outro dará a esse mesmo discurso que se formula. Dessa forma, as explicitações empreendidas não são absolutas, permanecendo outros sentidos que, antonimicamente, inscrevem-se no plano dos conteúdos silenciados ou negados, mas que também perpassam essa formação discursiva.

Como se verifica a partir dessas informações, por influência da antecipação empreendida por maioria dos locutores em meio a um contexto de dependência de ações institucionais em que se acham inscritos, pela qual podem irromper atitudes de silenciamento (Orlandi, 2007), muitos enunciados imprimem versões da realidade que sejam mais aceitas, ancorando, portanto, sentidos de uma valoração positiva a partir do dito sobre a qualidade da ação extensionista, embora também se evidencie uma ausência de assistência quanto ao uso de equipamentos no âmbito do projeto Ecoforte (“Eu acho que o que eles pode fazê quando eles vêm eles passa pra gente, né, [...] só precisano deles, de vir dar uma força com as máquina, que a gente recebemo e a gente não temo frente de mexer com elas ainda.” QE-5), permanecendo silenciados, quanto aos outros, os sentidos do não dito ou do que é negado.

Outros discursos são proferidos por sujeitos que não dependem diretamente de ações e projetos de desenvolvimento executados na comunidade, como o próprio projeto Ecoforte, que assistiu a um grupo restrito de mulheres. Nesse caso, podem trazer em seus pontos de ancoragem elementos outros, tendendo a sentidos mais prescritivos (como: “[...] eles deve vê com... encará como aprendizado, né... fortalecer, orientá as pessoas e dá muita coragem, porque sem a coragem, sem a força de vontade num vai, né.” QE-8; “Rapaz, pra melhorá tem que... eles vim, atendê tudo direitinho, conversá tudo numa boa, tudo unido, né, que a união faz a força [...]” QE-9), ou ainda sentidos explicitados por avaliação ainda mais enfática dessa relação que compreende a postura dos assistidos, a atuação extensionista em geral e seu contraste com a realidade da comunidade:

⁸Conforme Jodelet (2001, p. 32), “as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas.”, as quais, segundo a autora, podem ser explicadas a partir de fenômenos da comunicação, aliados à influência da palavra e dos discursos.

Eu acho que o papel do técnico, é o seguinte: eu nunca fui a favor [...] de algumas visitas técnica no sentido de você chegar lá e você fazer uma visita à comunidade e ir embora, passar uma, duas horas. [...] uma visita técnica ela requer que você vá à comunidade, você veja o que as pessoas estão fazendo, vá lá na roça, vá lá no trabalho que ele faz pra que você possa... ver como é o trabalho dele. [...] assistência técnica que você chega e vai pra sala, como se você tivesse numa sala de aula, orientando as pessoas no como ela deve fazer, eu não acredito muito nisso! [...] a melhor assistência técnica é você dar assistência técnica fazendo junto com o produtor. [...] Por exemplo, um projeto desse que tá aí, [...] não basta só você pegar um material desse, capacitar essas pessoas e agora entregou as máquinas e jogá elas lá pra trabalhar. Eu acho que agora é que nós devemos acompanhar pra que isso dê certo. [...] porque nós precisamos mudar, porque tantos recursos já foi jogado aí pra o governo em muitos projetos e não deu certo. Eu acho que o que falta dentro das políticas públicas, dentro dos projetos do governo, das instituições, é justamente isso: “Ó, vamos pegar aqui uma região, vamos capacitar esse povo, vamos dar condições dele trabalhar pra ele sobreviver. Agora nós vamos dar condições” – aquilo que... ditado que diz: “Em vez de você dá o peixe, dê o anzol pra ele pescar!” – “Então vamos dá o anzol aqui, vamos ensinar ele pescar, vamos capacitar ele, vamos acompanhar. Agora é o seguinte, companheiro, você tem tudo pra você sobreviver. Se você não fizer por onde sobreviver, isso é questão sua. O governo nem mais ninguém tem nada a ver! Agora nós vamos trabalhar com outras pessoas que ainda não receberam o que vocês já receberam [...]!”. Então eu acho que deve ser assim. Os projetos, a assistência técnica deve ser isso. É um ano? É dois anos? É cinco anos, se for necessário? Então que seja! Mas saiu dali, deixou aquela comunidade caminhando com suas próprias pernas! [...] porque senão nós vamos viver o resto da vida só na dependência do governo [...]. (QE-11).

Nesta enunciação, o discurso responsabilizador se desprende momentaneamente do sentido de valorização positiva do trabalho extensionista e, além de chamar a atenção para o papel do assistido no processo de consolidação da transformação de sua própria realidade, busca, sobretudo, questionar a execução das ações, objetivando a necessidade de se romper com práticas meramente assistencialistas que não resolvem questões estruturantes. Fixa essa representação inclusive por meio da estabilização de sentidos conotativos a partir da ancoragem de imagens mentais com base em ditado metafórico popularmente conhecido e que orienta substituir atitude assistencialista (“dar o peixe”) por ação educativa (“ensinar a pescar”) para, assim, propiciar a autonomia. Objetiva, portanto, a necessidade de maior presença e envolvimento dos extensionistas enquanto forma de incentivo à emancipação, sentido silenciado em outros discursos, quando não dito ou negado.

Este enunciado acima exposto explicita sentidos sobre uma realidade em muito abordada pela literatura científica e pela qual já foram apontadas possíveis limitações do atual modelo de ATER relacionadas às suas condições de execução. A este respeito, propõe-se, por exemplo, que a determinação de metodologias participativas pela PNATER em paralelo a contratos com períodos limitados⁹ e com atividades a serem rapidamente executadas pelos técnicos inviabilizaria o seu próprio estabelecimento, por estas condições de tempo reduzido não serem favoráveis às mesmas (Caporal, 2011, p. 28).

⁹Em Nova Jatobá as ações possuem esse caráter temporário, como as do próprio projeto Ecoforte, que durou dois anos. Contudo, há o desenvolvendo de ações sucessivas na comunidade, o que, por outro lado, pode ter outras implicações, já que, como também questionou Caporal (2011), a concentração em um mesmo lugar pode excluir outros necessitados de intervenção. Outra questão é a verificação da permuta de técnicos, o que impacta o encadeamento das ações, podendo implicar no desconhecimento quanto a aspectos da realidade concreta do grupo atendido. A sobrecarga, pelo envolvimento em diferentes ações e comunidades, também pode ocorrer, dificultando a consolidação de princípios atualmente defensáveis à Extensão Rural.

Outros enunciados se tecem como formas avaliativas da ação extensionista, passando a explicitar sentidos outrora silenciados, trazendo como ponto de ancoragem não mais uma valoração positiva do lugar do outro enquanto executor das ações, mas a percepção da necessidade (e mesmo prescrição) de uma maior presença quanto ao processo de orientação e de apoio e em relação à estruturação de um local de trabalho mais adequado e que ofereça melhores condições à atuação das assistidas e ao sucesso do empreendimento: “Tem que ter uma estrutura mais adequada”, “Tem que tá sempre ali pa tá orientano” (QE-8); “O que eles poderia fazê era vim mais assim na gente, porque nós ainda não sabemos, é... mexer nas máquinas e eles poderiam vim aqui ensiná nós pra nós aprendê a trabalhá mais.” (QE-6).

Permanecem, quanto à fixação de sentido sobre como a instituição IRPAA deveria atuar, determinações da posição discursiva assumida a partir do lugar do sujeito locutor, com a mesma tendência de valoração positiva da atuação institucional por parte daquelas dispostas na condição de usuárias diretas das últimas ações desenvolvidas (como: “Eu acho que do jeito que eles já tão vindo, que quando eles têm um projeto eles traz pra comunidade aí as pessoas dá a opinião, e tá sempre ali orientano, buscano o melhor.” QE-3; “Eu acho que o que eles pode fazê por a gente eles tão fazeno. [...] Porque quando tem as coisa pra eles vim ensiná a gente eles vêm [...]” QE-5), ainda que haja um tensionamento para sentidos outros em enunciado correlato: “Eu acho que o que eles pode fazê quando eles vêm eles passa pra gente, né, [...] só precisa no deles, de vir dar uma força com as máquina, que a gente recebemo e a gente não temo frente de mexer com elas ainda. Mas quando eles vêm são atencioso, explica tudo direito.” (QE-4).

Em alguns momentos, fatos outrora silenciados passam a ser enunciados, permitindo que se estabeleça uma avaliação mais diversa, expressando o anseio por apoio quanto a uma estrutura própria para trabalhar e ainda o apoio na conexão com canais de comercialização dos produtos: “Poderia ajudá a gente a... construir nosso [...] local de trabalho, porque aqui é emprestado, e... pode procurá também é... alguns comércio pra vê se tem como pegá nossa mercadoria pra levá pra nós vendê...” (QE-5). Convergentemente, outra participante do grupo das usuárias também passa a objetivar a necessidade de um maior apoio em questões estruturantes, explicitando o anseio por um local próprio e mais adequado para se trabalhar:

É... [...] como a instituição deveria ajudá a gente é nisso: um local pra gente podê trabalhá... porque aqui é muito apertado. E... se quando a gente começá fazer [...] uma encomenda grande, não tem como trabalhá aqui porque aqui é a sede da associação que é pra várias coisa. Então a gente ter um lugá adequado pra gente podê trabalhá sossegado! (QE-6).

Nesse aspecto da atuação institucional, embora o sujeito QE-11 averbe uma situação acerca da qual identifica uma necessidade de mudança (“[...] ele dá uma assistência maió ao pessoal lá do centro da caatinga. Mas pra mim o IRPAA deveria atuar no município de Curaçá como um todo”), como expressão dos efeitos de polissemia, reforça, noutra enunciação, uma visão positiva sobre a entidade executora:

[...] O IRPAA tem dado uma atenção especial aqui pra os produtores, né. [...] é a única instituição no sentido de apoiar tanto na área produtiva, quanto na área [...] do sequeiro, [...] apoiado muito bem. E cada projeto que o IRPAA elabora junto com [...] outras instituições, isso só tem a... engradecer a comunidade que são contemplada com isso. [...] trazer benefício. Agora é aquela questão que eu sempre digo ao pessoal: o IRPAA, [...] o governo ou qualquer outra instituição tá fazeno a parte dele no intuito de trazer a melhoria das qualidade de

vida. Agora depende muito também da comunidade e dos grupos desempenhar sua função e cumprir com sua parte. (QE-11).

O enunciado acima exposto, que explicita sentidos atravessados pela influência de um histórico do exercício de liderança do enunciador, converge para a significação da própria posição discursiva assumida, orientada ao dever de desempenhar papéis de sensibilização e mobilização dos atendidos, para além do aparente apreço pelo projeto e pela ação dos executores. Procede, novamente, à mesma função de discurso responsabilizador, mas desta vez o fluxo discursivo desloca o sentido da responsabilidade institucional, outrora enunciada pelo mesmo sujeito, para a responsabilidade dos sujeitos assistidos nas ações em geral e no projeto Ecoforte em particular, encarregando-se de recomendações que lhes atribuem (e que cobram) um sentido de agência quanto à assunção de papéis coletivos e individuais necessários ao êxito das ações. Transferindo a responsabilidade para outro extremo dentre aqueles envolvidos no processo, o locutor circunscreve e limita a ação institucional e governamental à ação de “trazer benefício”, “trazer a melhoria” (viabilização de projetos e recursos e fornecimento de equipamentos, etc.), atribuindo, agora, a responsabilidade pelo êxito dos projetos aos seus usuários, no caso do Ecoforte, às usuárias. Verifica-se, desse modo, o tensionamento ideológico performativo dos sentidos atribuídos pelo agente envolvido no processo de constituição do projeto de desenvolvimento rural.

Ainda que em algumas formulações dos quilombolas verifiquem-se demandas por maiores adequações em matéria de infraestrutura, frequência e atuação extensionista e estabelecimento de canais de comercialização, entre outras, as representações sobre o projeto Ecoforte, mobilizadas por alguns deles, expressam avaliações positivas sobre o mesmo e as ações executadas, quando levados a refletir sobre os resultados do projeto. Assim, apontam resultados positivos ao grupo e à comunidade, permanecendo, contudo, uma influência da posição discursiva e condições de produção sempre operantes sob as determinações ideológicas que regem a discursividade dos sujeitos: “Eles trouxe muitas coisas, beneficiamo pro nosso grupo, coisa que a gente não tinha e hoje a gente tem, como nossa cozinha completa [...]” (QE-1); “[...] trouxeram nossos equipamentos, que a gente era com dificuldade pra fazer as coisa. [...] aí ajudou bastante.” (QE-3); “[...] eles fizeram um plano de trabalho, [...] capacitaram o pessoal.... [...] temos pessoas fabricano os derivado da mandioca lá por conta própria [...] e vendeno aqui na fêra, e tá tendo resultado.” (QE-11).

Outro enunciado, formulado em resposta à mesma pergunta por locutora não participante dessas ações do Ecoforte, e que não procede a uma abordagem avaliativa do mesmo, mas sim responsabilizadora de um sucesso a ser alcançado, é expressivo de um sentimento local de que haja melhorias na comunidade para a manutenção e permanência de seus integrantes a partir das oportunidades geradas por ações dessa natureza: “Eu espero que dê certo, que eles trabalhe, pra sobrevivê, pra depois num [...] caí fora [...] pelo mundo aí afora!” (QE-10). Percebe-se um efeito parafrásico mobilizador de sentidos que atravessam os discursos, sendo verificados noutras enunciações acerca da própria Extensão Rural (“a extensão rural é justamente isso, é pra que você possa fazer um trabalho onde as pessoas possa ter condições de sobreviver lá [...] na sua comunidade... pra que [...] não precise sair de lá [...].” QE-11), convergentes com discursos institucionais igualmente atravessados por esse efeito de sentido de discurso fatalístico que objetiva o êxodo rural como fatalidade relacionada à falta de alternativas e condições necessárias à permanência quilombola:

Quando privados de sua territorialidade e, assim, alienados de seu modo tradicional de vida e produção, muitos quilombolas buscam o caminho das perife-

rias das grandes cidades. Simultaneamente, a contínua mobilidade dos quilombolas para os centros urbanos, a longo prazo, resulta na dissolução de suas comunidades e de sua identidade. (Santos, [20--?], p. 5).

Embora por vezes as participantes do grupo das usuárias tenham buscado uma representação positiva dos objetos, as representações sobre o projeto Ecoforte nem sempre tiveram esse caráter otimista. Como evidência, verifica-se, por exemplo, a circunstância da desistência temporária de cinco usuárias, decorrente do desânimo inicial com as ações. Elas retornaram posteriormente, estimuladas pela chegada dos equipamentos para a atividade de beneficiamento, como ressaltou a participante QE-4. Verifica-se, novamente, como as ações dos sujeitos podem ser determinadas pelas suas representações sociais, de modo que no contexto do desenvolvimento das ações a inexistência de representações positivas capazes de orientar os indivíduos à sua participação nas mesmas pode levá-los ao distanciamento.

O desânimo com projetos e ações na comunidade torna-se um fato comum em Nova Jatobá, sendo frequentemente significado nos discursos gerais a partir de referências explícitas que representam os próprios moradores como desacreditados das ações, como se verificou mediante entrevistas informais e também no decorrer das observações e escutas realizadas durante a plenária assistida na Associação Quilombola.

Referindo-se especificamente ao grupo de usuárias do projeto Ecoforte, um dos extensionistas, TE-1, também ancora o sentido de desânimo do “outro” em seu papel de agente envolvido nas ações de desenvolvimento rural. Procedendo a deslocamentos de sentidos, por meio de discurso responsabilizador, ora o locutor atribui ao “outro” a razão de seu próprio desestímulo (“a gente sentiu essa [...] falta de interesse, pelo menos na pós-reunião! Na reunião se mostrava interessado e tudo, mas, quando saia, a prática deles não... não era [...] muito contínua, né. [...] Pode ser um grupo que não seja [...] animado pra aquele trabalho, aquele projeto.”), ora atribui a si mesmo, enunciando o próprio envolvimento incipiente nas ações direcionadas (“ou esse grupo precisa de um acompanhamento mais de perto, a gente tá num acompanhamento mais próximo pra ver se os resultados fica melhor – de repente eles podem diminuir porquê sentem, sei lá, falta de uma assessoria, de um acompanhamento, né”). Pelo discurso responsabilizador aqui mobilizado, busca-se um sentido de corresponsabilidade das ações, sendo ancorados e avaliados os papéis de ambos os extremos envolvidos na questão¹⁰.

Cabe observar que o extensionista também busca relacionar o desestímulo referente ao envolvimento em ações na comunidade à influência de questões operacionais (“Lá em Curaçá, [...] eles conseguem fluir bem quando a prefeitura consegue fechar os contratos com o PNAE com eles [...]. Mas depois, quando termina os contratos do PNAE, [...] a gente vê que os grupo começa a desanimar de novo, porque produz e não tem onde vender [...].”) e aspectos culturais da mesma, continuando, neste último caso, o ingresso numa formação discursiva da responsabilização do sujeito assistido:

E por outro lado é cultural, é... as comunidades já tão acostumadas numa prática cotidiana deles, de plantar e vender pra um atravessador [...]. [...] quando a gente tenta [...] fazer com que eles mesmo beneficie a produção deles pra agregar valor e vender esse produto no mercado, então o desafio é algo novo pra eles! Eles agora vão ter que se qualificar, né, precisar ter um trabalhinho a mais

¹⁰Como em outros enunciados, observe-se, ainda, a presença de típicas marcas linguístico-discursivas (“né”; “sei lá”) que, na forma como foram enunciadas, se estabelecem em cumprimento de algumas funções, como a finalização ou a interrupção do dizer (“não dizer”), que interdita um aprofundamento sobre aquilo que se discursa, além da pausa (...), que pela forma como fora enunciada marca um sentido de antecipação, com uma breve reflexão sobre o que pode e deve ser dito, como no trecho: “a prática deles não... não era uma prática muito contínua”; “Talvez precise mesmo é de uma... uma renovação no grupo” (TE-1).

pra levar o produto até o mercado, e às vezes eles não estão disposto a isso! [...] Então quando eles não abraçam aquela causa aí não vai porque eles preferem ficar na mesma coisa que eles já faziam antes. (TE-1).

Essa postura atribuída aos comunitários em geral e que também já esteve relacionada a usuárias do projeto Ecoforte, também se torna expressiva de um contexto de silenciamento institucional no que tange a ações educativas e práticas de Extensão Rural que instiguem o desenvolvimento de potencialidades participativas, orientadas à definição de estratégias de superação dos entraves de ordem operacional, cultural e do próprio distanciamento da ação extensionista. A própria necessidade de um maior acompanhamento é objetivada pelo extensionista, a partir de enunciação em cujos sentidos atravessados se estabiliza também a caracterização das ações num aspecto técnico (“o nosso projeto ele é mais de estruturação, de organização, então era mais de estruturação dos equipamentos. Então o problema pode ser esse, a falta de um acompanhamento contínuo” TE-1). Como se verifica, tal enunciado estabelece sentidos contrastantes com o de outras formas enunciativas nas quais se busca uma afirmação da Extensão Rural no âmbito do referido projeto. Estas serão abordadas na próxima seção, que traz a análise dos discursos mobilizados pelos praticantes de ATER.

5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS EXTENSIONISTAS SOBRE A EXTENSÃO RURAL E IDENTIDADE ÉTNICA

No outro extremo das relações discursivas abordadas, relacionam-se as representações e efeitos de sentidos constituídos mediante enunciações dos sujeitos praticantes, neste caso, dois agentes com considerável trajetória no serviço de ATER: TE-1, com 8 anos de experiência, tendo iniciado a carreira em outra entidade; TE-2, com 10 anos de experiência iniciada também em outro âmbito institucional. Nenhum com histórico de atuação em ATER específica para quilombolas, apesar de inseridos numa instituição de referência e que há sete anos desenvolve ações numa comunidade que expressa tal especificidade.

De maneira geral, os extensionistas conceituam o quilombo a partir da mobilização de alguns aspectos básicos de sua história no Brasil, mas sem buscar expressar uma contextualização mais profunda sobre a questão, o que, entretanto, não inviabiliza a constituição de sentidos através do discurso. No aspecto de um caráter genérico, destacam-se inclusive recursos discursivos que, na forma como empregadas, assumem a função de notáveis marcas de superficialidade no discurso, como constantes pausas (...), recursos alinhados à supressão/interdição do dizer (“né”, “mas é isso”, etc.) e comparações vagas: “É... pegano... bom, o quilombo, entendo também como uma comunidade quilombola, né, é uma comunidade, como a gente chama de comunidade tradicional.” TE-1).

No processo de representação das identidades negra e quilombola, a ideia de conservação de aspectos socioculturais e de retomada de posição ante um contexto de prerrogativas legais (demonstrando-se, aí, algum nível de apropriação individual-coletiva sobre as relações de poder às quais estão envoltos esses grupos) são eleitas em meio às reservas da memória para figurar como símbolo de resistência no discurso dos extensionistas. Assim, apesar de um caráter genérico presente nas enunciações referidas, são ancorados alguns sentidos de resistência, como quando o quilombola é caracterizado como alguém: “[...] que durante todos esses séculos vem lutano pra ter direito a um espaço digno, né, uma vida digna.” (TE-2).

Isso se relaciona a padrões de apropriação sobre a questão quilombola, acerca da qual se torna discutível (no meio acadêmico, por exemplo) como o panorama das relações sociais no Brasil inscrevem-se num contexto determinado pelos desdobramentos do sistema de domi-

nação escravista, pelo que o segmento negro em geral e os quilombolas em particular lograram consequências negativas, sendo postos em via de acesso a direitos fundamentais. E o seu reposicionamento nesse campo de poder demandaria, dentre outros aspectos, a assunção de postura reivindicatória atrelada a processos de autoafirmação e de valorização de sua cultura e identidade, sendo a luta por direitos uma questão fundamental e que se põe no cerne de representações tanto do senso comum, quanto de abordagens científicas sobre o tema.

Referenciando o quilombo como “comunidade tradicional”, as enunciações de ambos os extensionistas mobilizam terminologia jurídica averbada por instrumentos legais normativos e comumente utilizada no contexto das políticas de desenvolvimento rural e das atuais chamadas públicas de ATER para se referir ao atendimento de diferentes grupos com identidade específica ou mesmo a um aspecto de transversalidade nas ações: “[...] eu entendo o quilombo como a nossas raízes, né, comunidades tradicionais que há muito, muito tempo vem tentando resistir [...]” (TE-1); “Quilombo pra mim é uma... uma comunidade tradicional, né... com pessoas, de... negras, né... da raça negra, e que ocuparam aquele espaço [...]” (TE-2). O referido termo é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo discurso acadêmico-científico e por documentos técnico-institucionais e também transita no universo profissional dos extensionistas, ancorando-se no discurso sobre identidade étnica a partir da mobilização de elementos de um discurso legal-normativo e técnico-científico, ainda que desprovido de profundas reflexões sobre o contexto a que se mantém vinculado.

Nos enunciados convergentes de ambos os extensionistas verifica-se uma atribuição de responsabilidade, aos quilombolas, de assumirem sua própria identidade. Mas, ao fazê-lo de forma ainda mais categórica, TE-1 justifica o fato identificando o aspecto da resistência do sujeito referente quanto a essa afirmação identitária, lhe atribuindo também um caráter inercial: “Ser quilombola é assumir uma identidade, né, uma identidade... assumir as origens. [...] Porque, é... tem muitos quilombolas que não se assume: ‘Eu sou quilombola!’, né, não sei, por alguma questão ou outra... Mas é isso, [...] é assumir a identidade que vem é... herdano ao longo dos tempos”. Embora aponte uma possibilidade de causa da “não afirmação”, a deixa em suspenso, não expondo as explicações possíveis. O não dito (explicitado a partir do dito: “por alguma questão ou outra...”), e a forma como se enuncia o explicitamente negado (“não sei”), significam. Explicitam, antonimicamente, algum nível de cognição sobre aspectos relacionados à ideia objetivada, mas que não se teve a intenção de problematizar, de aprofundar no discurso.

Como se problematizou anteriormente, à assunção da identidade quilombola impor-se-ia o receio pela estigmatização oriunda dos efeitos do contexto intersubjetivo em que a constituição do “eu” se dá através de uma experiência alicerçada nas relações interpessoais com o “outro”, podendo haver atitudes de aproximação ou resistência conforme o investimento em representações positivas ou negativas. Com algum nível de apropriação sobre isso, o “não dizer” acima referido, empreendido acerca de questões que interfiram na autoafirmação quilombola, irrompe atitude de antecipação acerca de sentidos apreendidos pelo extensionista como algo tacitamente estabelecido, ou seja, já compreendido, e que, assim sendo, não precisaria ser dito.

Nos enunciados que funcionam como paráfrase de um discurso base ao qual se orienta a formação discursiva sobre os sentidos atribuídos à identidade quilombola (“Ser quilombola é assumir uma identidade, [...] assumir as origens” TE-1; “reconhecer sua própria origem”; “ser quilombola é acima de tudo se reconhecer” TE-2), explicita-se uma ideia de assentimento da filiação étnico-racial, um efeito cuja antecipação o mostra/torna conveniente em meio ao contexto dado, sendo que esse mesmo sentido de afirmação da origem étnica também pode ser verificado na fala dos entrevistados da comunidade, no seu processo de busca pela legitimação da própria identidade socialmente construída.

Em relação à atitude discursiva da extensionista (TE-2), no enunciado “[...] ser quilombola pra mim eu acredito que é, antes de tudo, reconhecer sua própria origem, né... de negro, de... que foi trazido [...] pra nosso país, né... de forma brutal e que durante todos esses séculos vem lutando pra ter direito a um espaço digno, né, uma vida digna.”, explicita sentidos relacionados ao aspecto da busca histórica do segmento pelo acesso a prerrogativas, enquanto um discurso histórico alinhado à formação discursiva da valorização identitária. Apoiando-se numa formação discursiva da vulnerabilidade socioeconômica, (re)produz também o efeito de sentido de uma desigualdade secular relacionada às relações sócio-raciais e que, como se sabe, coloca a necessidade de acesso a recursos, serviços e condições sociais e econômicas indispensáveis a um bem viver para os povos quilombolas. Estes são alguns dos sentidos ancorados pelos extensionistas enquanto significativos dos modos de existência quilombola.

No processo de ancoragem de sentidos constituintes de sua compreensão acerca da figura institucional o discurso dos extensionistas buscam a manutenção de uma imagem positiva da entidade, como também se observou em boa parte das falas das quilombolas usuárias do projeto Ecoforte, nesse caso explicitando o aspecto do compromisso institucional, como no enunciado: “[...] a presença do IRPAA nessa comunidade já desde 2010, 2011, né. Então, quando a gente tem um projeto lá como o Ecoforte é a entidade que tá lá na comunidade, e aí onde a entidade tá, é... o trabalho do projeto Ecoforte é uma meta específica em ter que cumprir.” (TE-1).

Observem-se que as enunciações de ambos os técnicos tendem a ser convergentes também quanto ao aspecto da produção de sentidos sobre si mesmos (enquanto agentes atuantes na comunidade), a partir de sua visão sobre o julgamento do “outro” nessa relação mediada pelas ações de ATER, colocando-se a favor daquelas versões que sejam mais positivas acerca dessa realidade que eles objetivam a partir de um discurso econômico e também de um discurso técnico-profissional que fundam suas formações ideológicas.

A partir dos elementos acionados pelos extensionistas para estabilização de representações acerca de como acham que são vistos pelos quilombolas, portanto, se constituem tais efeitos de sentidos, como nos enunciados: “[...] uma oportunidade de tá ajudando eles a crescerem, né, a desenvolver a produção, [...] a melhoria da renda” (TE-1); “A partir de uma assessoria técnica anterior [...] surgiu a possibilidade de ter uma unidade de beneficiamento [...] pra gerar renda e melhorar essas famílias” (TE-2), bem como o discurso técnico-profissional: “acho que eles nos vê tanto como assessoria – como entidade, como parceiros” (TE-2); “acredito que eles enxergam a gente como uma... uma parceria” (TE-1). Assim, tendem a objetivar elementos cujos sentidos ancorados se mostrem mais plausíveis e sejam mais aceitos. Estes sentidos podem inclusive ser compartilhados pelo “outro”, havendo reflexos em seus enunciados produzidos em torno de outros aspectos relacionados à Extensão Rural¹¹, sendo corroborada a ideia referida por Premebida e Almeida (2006, p. 461), em referência a Bourdieu (1974), sobre “compartilhamento” de “sistema simbólico” que referenda, a partir do alcance de consenso, os níveis de compreensão do objeto discursivo e sua própria aceitação pelos sujeitos envolvidos.

Em relação às representações sobre a Extensão Rural, pode se verificar como em dois enunciados específicos os extensionistas passam a objetivar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto Ecoforte como sendo ações de Extensão Rural, ainda que em outros enunciados dispostos ao longo desse trabalho se encontrem contrastes. Assim, quando perguntados sobre

¹¹Não obstante os quilombolas tenham representações a partir do próprio contexto, pode-se verificar algum nível de convergência de sentidos, como em enunciados representativos do discurso econômico, como: “Quando você tem [...] aqueles projeto que... vêm pra extensão rural pra pudê o pessoal crescê.” (QE-8); “[...] despertar o interesse das pessoas da comunidade pra que pudesse [...] fazer alguma coisa pra poder melhorar suas qualidade de vida e a sua renda familiar.”, “pra que você possa fazer um trabalho onde as pessoas possa ter condições de sobreviver lá na sua terra” (QE-11); “Eu espero que dê certo, que eles trabalhe, pra sobrevivê [...]” (QE-10), entre outros enunciados que expressam convergência entre os dois grupos.

tais objetos: “Sim, sim. O projeto Ecoforte uma de suas metas é a extensão rural, que é, além da estruturação dos equipamentos, o acompanhamento da equipe nessa comunidade durante os dois anos, né, que a gente chama de Assessoria Técnica e Extensão Rural, [...] com os grupos.” (TE-1); e “Sim, porque o extensionista ele faz essa ponte, [...] entre as políticas públicas, as ações governamentais ou não, e as comunidades rurais. Então o extensionista ele tem que fazer o fluxo da ponte ser contínuo.” (TE-2). Percebem-se nesses enunciados os aspectos do discurso técnico-profissional, o qual busca estabelecer uma afirmação do objeto em meio ao discurso. Esses enunciados serão retomados, mas já cabe aqui apontar aspectos da contradição, em que o sentido de afirmação de Extensão Rural vinculada ao projeto Ecoforte, intencionalmente estabelecido para tornar aceita a visão proposta sobre uma ligação entre os dois objetos, se choca com sentidos opostos, explicitados através de enunciados outros, como, por exemplo: “o nosso projeto ele é mais de estruturação, de organização, então era mais de estruturação dos equipamentos” (TE-1).

Convergindo com sentidos observados em enunciados formulados por alguns quilombolas, também TE-1 (re)produz enunciados que expressam a influência de um discurso econômico paralelo ao qual se procede a uma ancoragem da Extensão Rural enquanto ação interventora com algum nível de relação com o trabalho: “[...] extensão rural é um pouco disso que eu falei, né. Então [...] quando a gente vai lá tentar [...] estruturar aquela comunidade, melhorando o trabalho, [...] uma forma de fazer com que as pessoas que tão ali mais no meio rural também consigam, é... uma, uma qualificação também de trabalho [...]”. Assim, busca estabelecer um sentido positivo para a mesma, como também se observou em enunciados (re)produzidos por alguns quilombolas.

A enunciação de TE-2, traz uma representação da Extensão Rural enquanto um serviço fundamental para a transformação da realidade de grupos rurais: “[...] eu acho que extensão rural é você possibilitar a chegada de oportunidade, de conhecimento e outras informações, onde não se chega né... nos locais mais esquecidos, principalmente.” (TE-2). Neste e noutros enunciados, como: “onde deveria ter um médico, um assistente técnico, um agente de educação... chega o extensionista primeiro” (TE-2), o discurso mobilizado traz a objetivação de elementos demonstrativos de uma realidade de vulnerabilidade dos grupos rurais em geral. Estabelece sentidos condizentes com aqueles explicitados por discursos acadêmico-científicos e que também reverberam a identificação de um estado de negligência a grupos rurais em geral e grupos quilombolas em particular, destacando-se, por exemplo, quanto a este último caso, que “[...] a grande maioria destes espaços têm sido esquecidos do conjunto de serviços essenciais tais como saúde, moradia, transporte, educação e lazer.” (NUNES, 2015, p. 119)¹².

Na formação discursiva de discurso técnico-profissional, tem-se o atravessamento do discurso responsabilizador, empreendido para (re)constituir um significado no modelo proposto de prática ideal, ancorando a responsabilidade profissional relacionada à Extensão Rural ao fazer extensionista: “o extensionista faz um papel muito mais do que uma assessoria técnica, que vai numa comunidade levar uma tecnologia” (TE-2). Noutro enunciado já anteriormente abordado também se explicitam semelhantes relações paráfricas e efeitos de sentidos: “a extensão rural, que é, além da estruturação dos equipamentos, o acompanhamento [...] durante os dois anos” (TE-1). Tem-se aqui inclusive uma prática discursiva autorreferente, explicitan-

¹²Isso não destoia do verificado na comunidade Nova Jatobá, pois embora haja avanços em alguns âmbitos, como acesso a algumas ações e um equipamento público de educação, outras áreas esperam atenção. Há, por exemplo, esforços através da Associação Quilombola quanto à viabilização de serviços de saúde mais significativos, como a presença periódica de equipe de saúde no espaço de uma das duas escolas menores desativadas, mas este continua como um feito a se alcançar. O acesso a serviços de saúde se concretiza no município de Curaçá. Na comunidade há apenas o acompanhamento por três Agentes Comunitárias de Saúde em três dos sete povoados, não havendo uma atuação regular em todos estes, conforme relatos.

do-se a própria responsabilidade do locutor enquanto técnico de ATER, mesmo que se estabeleça uma impessoalidade no discurso.

Os enunciados supracitados buscam intersecção com sentidos estabilizados pelo discurso acadêmico-científico, que caracteriza a Extensão Rural como mais abrangente em relação à assistência técnica. Verifica-se naqueles a influência de recursos parafrásicos e a busca pela ancoragem de sentidos mais aceitos nas discussões sobre Extensão Rural, apresentando-se como mais condizentes com as novas determinações das ações de ATER. Seus locutores fundamentam-se na leitura do próprio contexto atual em que se inserem, no qual se impõe a necessidade de perceber as singularidades da Assistência Técnica e da Extensão Rural, esta cujas ações obedecem a um maior período (embora temporário, dois anos, no modelo vigente) em detrimento da primeira, que é momentânea e possui caráter emergencial. Apesar das limitações quanto ao tempo, entre outras criticadas pela literatura, a atual PNATER (Lei nº 12.188/2010) estabelece a Extensão Rural enquanto um processo contínuo de educação que propicie um modelo de desenvolvimento rural sustentável, o que, entretanto, requer do extensionista uma postura inovadora para uma adequada prestação do serviço. Esse aspecto era defendido desde Paulo Freire (1983), que propõe a dialogicidade e o respeito às formas de conhecimento popular a ser envolvidas no processo, o que não tem encontrado espaço na simples assistência técnica, tampouco numa Extensão Rural não dialógica.

Ainda que haja um sentido de afirmação da Extensão Rural, mobilizado por meio de um discurso técnico-profissional e responsabilizador, conforme observado, pela influência polissêmica as produções discursivas de ambos extensionistas também trazem enunciados que permitem apreender, por outro lado, um sentido de ação unidirecional, de fora para dentro (“quando a gente leva acesso das políticas públicas até as comunidade”, “quando a gente vai lá tentar melho...”, “quando a gente leva eles pra acessarem políticas públicas como PNAE” TE-1; “o extensionista [...] leva uma informação” TE-2), o que pode ir exatamente de encontro aos princípios de dialogicidade, à medida que não valorize a capacidade participativa e o conhecimento do outro. Desse modo, associando a Extensão Rural ao seu ambiente familiar, no qual assumem o lugar de profissionais executores das ações, os extensionistas caracterizam a si mesmos com autoridade de “poder” e de “saber”, caracterizando também o “outro” como público beneficiário do processo que executam. A partir dessas enunciações, inscritas num discurso profissional vinculado a uma formação discursiva da intervenção assistencialista, o sujeito outro, relacionado em função do objeto referente, não figura plenamente envolvido no processo, sendo representado sobremaneira como simples foco de intervenções vindas de fora.

Tais enunciados produzidos pelos extensionistas expressam relações parafrásicas que vão dando sentido ao dizível, em seu funcionamento enquanto paráfrase de discursos base, como, por exemplo, aquele estabelecido por meio do enunciado: “o extensionista ele faz essa ponte, [...] ele tem que fazer o fluxo da ponte ser contínuo.” (TE-2). Assim, a relação parafrásica e de sentido estabelecida por outros enunciados que a este se filiam (“a gente leva”; “a gente vai” TE-1; “o extensionista [...] leva” TE-2) expressa um efeito cognitivo sob o qual os sujeitos têm em conta, em meio ao processo de explicação e significação do objeto, a própria primazia na execução dos serviços. Nesse contexto, o curso de ação (“fluxo da ponte”) se expressa de modo unilateral, e o sujeito “outro” é representado ao fim, e não sobre o mesmo.

Partindo-se de fragmento discursivo de um dos extensionistas, analisa-se como uma instituição prestadora pode valer-se da existência de uma identidade quilombola e mesmo da perspectiva de gênero no momento de concorrer às chamadas públicas, ainda que no processo de desenvolvimento dos trabalhos tal aspecto identitário não seja considerado, sendo apenas um critério participativo que favorece um aumento na pontuação durante a concorrência:

O próprio projeto Ecoforte, quando ele saiu para a gente elaborar, ele tinha lá que o projeto ele era pra agricultores familiares, tal, mas que ia contar ponto, na elaboração desse projeto, projetos que apresentasse também que ia beneficiar mulheres, grupos de mulheres... que ia beneficiar comunidades quilombolas, né. E aí como agente já tem um histórico de acompanhamento dessa comunidade com outros projetos a gente colocou a comunidade Jatobá! E por ser quilombola ela ajuda nós a pontuar no Ecoforte! Mas não pra dizer que o projeto ele foi exclusivo pra quilombola, ele foi geral! Mas o fato de ter a comunidade quilombola entre as comunidades que seriam acompanhadas, a gente teve uma pontuação a mais, comparando com outras organizações, se a gente não tivesse colocado eles! Mas a gente colocou principalmente porque a gente já vinha acompanhando! E aí o fato de ser quilombola ajudou a somar pontos. Mas o trabalho foi de igual para todo mundo! (TE-1).

Torna-se, assim, problematizável o lugar que é dado a estes segmentos específicos nas propostas de desenvolvimento rural. Se por um lado há promoção do seu ingresso, por outro não há maiores determinações de atenção às suas especificidades pós-inclusão, subentendendo-se que somente a inserção em políticas e ações de caráter universalista bastaria à perspectiva de desenvolvimento, muito embora os resultados possam se manter distantes do mesmo etno-desenvolvimento tão referido em discursos oficiais e normativos.

Ocorre, portanto, um silenciamento desde a estrutura operacional mais ampla (política > plano > programa > projeto) e que se reverbera no próprio desenvolvimento do serviço, de modo que, não dispondo de parâmetros mais bem definidos nos quais possam se basear, os praticantes, já influenciados por contextos tradicionais de ação, empreendem também um silenciamento. E estes têm como respaldo a própria noção de que devem existir outras ações mais específicas para o segmento em questão, devendo ser delas a missão de observância quanto às especificidades sócio-étnico-raciais.

Sobre a indagação se existe diferença entre ATER quilombola e ATER para agricultores em geral, enunciado produzido pela extensionista explícita alguns efeitos de sentidos que o significam a partir de elementos constitutivos de uma especificidade quilombola relacionável a uma necessidade de atenção específica, textualizado no fragmento: “Sim, as comunidades quilombolas têm necessidades culturais específicas, por todos os anos de negação de direitos” (TE-2), embora não tenha aprofundado essa discussão.

Uma fragilidade na apropriação discursiva sobre a especificidade da Extensão Rural quilombola torna-se mais apreensível a partir de enunciados formulados pelo extensionista TE-1, corroborando aspectos também apontados em contexto analisado por Santos (2014). No enunciado exposto a seguir, verificam-se inclusive referências explícitas a uma falta de conhecimento sobre a questão:

Rapaz... é... eu não sei de fato assim! Na prática eu não sei lhe dizer se tem diferença, né. O que existe é... por nunca ter atuado em ATER quilombola, então eu não sei lhe dizer se existe diferença. Porque assim, o que de fato existe de diferença é: quando sai as chamadas públicas, projeto de ATER, então quando ele é quilombola ele vai concorrer só pra entre os concorrentes quilombola. E o outro é... geral, ele é pra geral, ele não é específico. Mas de como ele acontece, a diferença eu não sei lhe dizer não! (TE-1).

Acerca da participação em formações sobre as questões étnico-raciais no âmbito da instituição, TE-2 repete um não ingresso no jogo de sentidos, pois não formulou nenhuma resposta. Já TE-1, perguntado sobre a participação em alguma formação sobre questões étnico-raciais, expôs versão dos fatos pela qual se explicita a reserva de um tratamento periférico ao

tema, enquanto subsumido a outras questões a partir de uma tradicional perspectiva de homogeneidade e transversalidade:

Já! É... o IRPAA sempre... já tem uns três anos, o IRPAA vem promovendo debates na equipe, falando sobre gênero. Então são debates, é... só com mulheres, debates só com homens, hora encontros mistos, debatendo a questão de gênero, específica. E dentro da questão de gênero surge essa questão também da desigualdade social, racial. É uma das questões debatidas nos encontros de gênero também! É uma política da instituição esse trabalho com a equipe. (TE-1).

Cabe observar que mesmo que não se expresse uma profundidade em enunciados que organizam formações discursivas (re)construídas na luta por direitos diferenciados, esses agentes integram esse campo e o influenciam ao constituir uma relação com o sujeito outro (os quilombolas: usuários, espectadores), constituindo-se também sujeitos (extensionistas: profissionais, executores).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo se verificou a ocorrência de diferentes movimentos de sentidos em torno da Extensão Rural e em meio à realidade de sujeitos em diferentes posições num contexto de ações de desenvolvimento rural em comunidade de identidade específica.

A partir das produções discursivas examinadas constataram-se aproximações e divergências entre os dois grupos e que se relacionam tanto à influência da característica polissêmica do discurso, quanto à necessidade de consenso coletivo sobre dados objetos. Assim, puderam ser verificados atravessamentos, antecipações, silenciamentos e contradições cujos sentidos constituídos assumem seu funcionamento sócio-histórico-ideológico a partir da atitude discursiva dos sujeitos.

Conforme a Teoria das Representações Sociais, é comum que no processo de interpretação e significação o sujeito processe uma classificação do objeto partindo de imagens mais familiares ao seu contexto. Em sendo o universo da Extensão Rural algo que soa estranho, a priori, aos sujeitos quilombolas, os mesmos a aproximam (ancoram) e a categorizam (objetivam) buscando a sua familiarização. Neste sentido, como se pode verificar as ideias de “união” e “trabalho”, por exemplo, constituem o imaginário e são mobilizadas no discurso por muitos quilombolas, havendo uma tendência de aproximação do trabalho de ATER com os valores grupais e aspectos coletivos da comunidade.

Os elementos “união” e “trabalho” foram igualmente mobilizados em meio às categorias fundantes no discurso para representação da identidade quilombola por alguns sujeitos, embora a objetivação de outras categorias também tenha ocorrido, a exemplo de elementos histórico-socioculturais acionados para representação dessa mesma identidade a partir do discurso histórico, constituindo-a como um fato social e psíquico.

A união constitui o imaginário discursivo de quilombolas e foi acionada no processo de representação dos objetos propostos, num processo de objetivação e ancoragem em que sua posição discursiva recorre ao sentido comunitário e de trabalho coletivo enquanto um sentido mais familiar e que se torna estruturante das suas representações sociais. A união figura na memória em relação aos antigos laços de solidariedade testemunhados pelo discurso. Torna-se enunciável mediante o resgate do sentido de coletividade constituinte do universo simbólico inerente à vida em comunidade e trabalho coletivo, sendo este sentido de unidade e de trabalho coletivo incorporado aos objetos propostos, como a Extensão Rural, as ações de desenvol-

vimento rural executadas na comunidade e principalmente a identidade quilombola. Esse aspecto é notável, ainda que dada valorização do trabalho coletivo também possa, em certos casos, ser fruto de um reconhecimento externo desse elemento enquanto característico de comunidades quilombolas, ressurgindo em enunciados atravessados por formações discursivas (re)construídas no contexto de luta por direitos.

Por vezes, quando objetivam a Extensão Rural a partir de sua relação como o trabalho, caracterizando-a mediante um aspecto prático e utilitarista, os quilombolas traçam a sua significação a partir de relação afetiva com a questão da própria sobrevivência e reprodução socioeconômica, sendo o discurso econômico espelhado em algumas formulações dos sujeitos executores, convergência expressiva do estabelecimento de níveis de consenso coletivo.

Muitas vezes a Extensão Rural também passa a ser apontada como um conjunto de ações vindas de fora, do governo ou de instituições. É assim representada a partir de um sentido assistencial associado a entidades externas incumbidas de “levar” a mudança (“melhorias”) à comunidade. Mas essas fórmulas explicativas filiam-se, muitas vezes, a sentidos que tradicionalmente se relacionam a uma influência de processos de difusão e de transferência de tecnologia e informação de maneira fundamentalmente orientada por princípios mais convencionais do que se poderia imaginar.

No que se refere à reprodução das mais recentes ações de desenvolvimento rural através do IRPAA na comunidade Nova Jatobá, evidenciaram-se representações indicativas de certa relação de dependência técnica do grupo atendido, podendo ser apreendidas a partir da explicitação de sentidos na enunciação empreendida por alguns quilombolas, e as quais também são corroborados pelas observações realizadas. Com efeito, alguns enunciados explicitam como a autonomia das usuárias do Ecoforte fica muitas vezes limitada a necessidades inerentes ao aspecto de fabricação dos produtos e ao processo de comercialização e gestão do negócio, além da necessidade de treinamento para operar os equipamentos, ação que ainda era aguardada pelas assistidas mesmo quando o projeto já estava em fase de finalização na comunidade.

Acerca do acima exposto, algumas enunciações dos próprios praticantes também explicitam sentidos correlatos a partir do atravessamento das significações, quando ancoram a realidade mediante discurso técnico-profissional atravessado pelo sentido de discurso de autoridade e inscrito numa formação ideológica de quem ocupa a posição de agente condutor das ações, seu lugar de fala.

Explicitam-se representações afins em enunciações empreendidas por um dos sujeitos quilombolas detentores de trajetória político-representativa e que, por meio da composição das formações ideológicas em que se inscreve, ocorrem de forma mais categórica, ainda que alguns dos enunciados explicitem sua filiação a uma mesma formação discursiva de valorização institucional, como ocorre com as então usuárias do projeto Ecoforte. Verifica-se, assim, como o dizer e o dizível passam a ser determinados pelos lugares sociais, havendo em relação a este sujeito formulações de discurso mais irrestrito no potencial avaliativo do trabalho extensionista, enquanto recursos de antecipação e silenciamento foram mais influentes em discursos sob efeito do vínculo relacional.

Uma busca pela manutenção de sentidos mais positivos sobre a atuação institucional e extensionista é constatada tanto em relação às usuárias, quanto aos praticantes das ações de desenvolvimento. Apenas às vezes sentidos diversos, acerca do acompanhamento prestado, vem a ser explicitados em enunciações empreendidas por aquelas, inclinando-se a uma intensificação em enunciados (re)produzidos por sujeitos espectadores. Contudo, os sentidos do não dito permanecem atravessados nos discursos.

Por vezes os sujeitos quilombolas procedem a uma maior profundidade reflexivo-argumentativa acerca da identidade étnica. Em muitas das enunciações que mobilizam verifica-se também a cessão do lugar de locutor ao interlocutor referido no discurso, com a citação de fala direta em forma de exemplificação ou explicação do já dito (meta enunciação), buscando fixar o entendimento e legitimar o dizer e as representações e sentidos ancorados. Em relação aos extensionistas, esses recursos quase nunca foram constatados.

As marcas de superficialidade reflexiva verificadas no discurso empreendido pelos extensionistas acerca da identidade quilombola exprimem uma dificuldade de explicitar uma postura mais engajada enquanto profissional inserido no contexto de uma comunidade rural com tal identidade específica, ainda que tenham buscado estabelecer, a partir de algumas enunciações, sentidos de compromisso institucional para com a comunidade e de discernimento sobre o papel do extensionista, o que aponta para a influência da contradição no funcionamento discursivo.

Mesmo tendo buscado relacionar as ações desenvolvidas no projeto Ecoforte com a Extensão Rural, buscando também diferenciar esta da assistência técnica, a significação mais ampla de enunciações produzidas pelos extensionistas inscrevem-nas em um plano mais relacionado a ações emergenciais e ao aspecto da assistência técnica, o que também ocorre com algumas enunciações produzidas pelas usuárias e por alguns espectadores dessas ações mais recentes na comunidade.

Sendo de natureza mais restrita a prática significada, constata-se uma dissonância em alguns discursos. Na execução do projeto Ecoforte as práticas assistivas se orientaram mais à resolução de problemas pontuais e efetivamente relacionados à transmissão de conhecimentos específicos, à transferência de equipamentos, sobretudo, e à necessidade de treinamento para sua utilização, entre outros aspectos inter-relacionados como necessidades mais prementes no direcionamento das ações para geração de trabalho e renda no âmbito rural.

No contexto do referido projeto que compreendeu o biênio 2016-2017, especificamente, as ações se desenvolveram sem muita relação com princípios mais gerais de educação e de formação cidadã, que têm se tornado mais defensáveis à prática da Extensão Rural e às ações com populações rurais. Por meio da Extensão Rural haveria, por exemplo, maiores possibilidades de articulação das ações desenvolvidas com questões de gênero e questões étnico-raciais, que estão no cerne da identidade individual e coletiva das usuárias desse projeto específico em Nova Jatobá, tratando-se de um grupo constituído por mulheres e que se auto afirmam quilombolas. A lei de ATER, inclusive, estabelece os aspectos de “gênero, geração, raça e etnia” (BRASIL, 2010) dentre os princípios que devem nortear as ações. Como verificado, as próprias ações de desenvolvimento executadas em Nova Jatobá inscrevem-se no âmbito de relações de poder, e a existência de tensionamentos internos (à associação, à comunidade, e ao próprio grupo de usuárias, etc.), também aponta a importância de uma atenção mais geral e que compreenda as questões sociais, em consonância ao apoio técnico às atividades produtivas.

Nesse contraste da busca pela ancoragem das ações do projeto Ecoforte numa relação com a Extensão Rural, em cujos direcionamentos mais recentes requerem a valorização dos aspectos socioculturais dos atendidos, torna-se verificável uma incipiente apropriação dos extensionistas sobre os aspectos relacionadas à identidade da comunidade e do segmento quilombola em geral, embora isso não signifique a inexistência de representações e efeitos de sentidos nas produções discursivas que (re)formulam. Num sentido geral, esse fato aponta uma fragilidade inerente à própria chamada pública, desprovida de maiores determinações acerca dos grupos a serem atendidos e suas especificidades. A admissibilidade de se considerar as especificidades dos atendidos torna-se evidente a partir da própria observação do modo como tais questões estruturam as relações sociais.

Conforme verificado também se apresentam representações por meio de uma visão que ultrapassa uma noção de “neutralidade racial”, explicitando, assim, uma influência do paradigma racial sob a interação entre sujeitos e seus modos de consideração da identidade étnico-racial, a qual, neste caso é mediada pelo discurso seja no conjunto das relações mais amplas com sujeitos do entorno, seja no contexto mais restrito das próprias ações de desenvolvimento rural. Isso aponta para a possibilidade de questões sociais mais gerais influírem nos processos de implementação dessas ações em contextos específicos, sendo a questão racial um elemento estruturante das relações no contexto sociocultural tanto urbano quanto rural. Portanto, a necessidade de atenção aos aspectos socioculturais e identitários de um grupo em meio às ações de desenvolvimento rural com ele desempenhadas impõe-se como princípio fundamental para o tão postulado etnodesenvolvimento.

Em suma, a produção de representações ante a necessidade de familiarização do não familiar e o modo como os sujeitos interagem entre si influenciam no trabalho de ATER, podendo, portanto, determinar o resultado dessas ações nesse contexto de múltiplas identidades: comunidade rural, quilombola e que tem a possibilidade de formação de grupos de trabalho tão mais específicos, como o grupo de mulheres observado. E nesse âmbito, a partir da construção de um universo familiar se processa a busca pela compreensão, explicação e significação da realidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.
- CAPORAL, F. R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 4, n. 1, set./dez., 2011, p.23-33. Porto Alegre: EMATER-RS-ASCAR, 2011. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/R-Agroec12-11_05_Opiniao-Lei_ATER.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. Trad.: NEVES, P.; Rev.: BRANDÃO, E. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. Trad.: BRANDÃO, E. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad.: NEVES, L. F. B. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- JODELET, D. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, v.16, n. 2, p. 20-31, maio/ago., 2004.
- MENDES, J. F. A. *Etnodesenvolvimento, assistência técnica e extensão rural: o caso do quilombo de Monte Alegre – Cachoeira do Itapemirim-ES*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NUNES, G. H. L. Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências. *Revista da ABPN*, v. 8, n. 18, nov. 2015/fev. 2016, p.107-131.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 6. ed., 2005a.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed., Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *Estudos da língua(gem)*, n. 1, p. 9-13, 2005b. Disponível em: < <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/4/3>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: ORLANDI, E. P. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento rural e biopoder: reflexões a partir do campo tecnológico. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 459-486, maio/ago., 2006.

SANTOS, I. de J. *As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-Bahia*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, I. de J.; ALMEIDA; M. das G. A. A. de. *As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-Bahia*. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 3, n. 1, p. 155-189, 2014.

.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Aldo Manoel Branquinho Nunes
Cimone Rozendo de Souza
Dalva Mota
Débora Franco Lerrer
Eric Sabourin
Gustavo Meyer
Heribert Schimidt
Janise Bruno Dias
Joel Orlando Bevilaqua Marin
José Luciano Albino Barbosa
Jonatta Sousa Paulino
Kaliane de Freitas Maia
Karla Emmanuela Ribeiro Hora
Lemuel Dourado Guerra
Leonilde Medeiros
Luis Henrique Cunha
Maria de Fátima Ferreira Portilho
May Waddington Telles Ribeiro
Ramonildes Alves Gomes
Roberto de Sousa Miranda
Valter Lúcio de Oliveira
Villenia Venancio Porto Aguia